

ISSN 1517-5901 (online)

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

POLÍTICA

TRABALHO

48

Ano XXXV • Jan - Jul 2018



DOSSIÊ

**Sociologia econômica:
pluralismo de enfoques e
inovações metodológicas**

Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Universidade Federal da Paraíba

Publicação semestral do PPGS/UFPB
48 - Janeiro/Junho de 2018
ISSN 1517-5901 (online)

CONSELHO EDITORIAL

André Berten (Université Catholique de Louvain, Bélgica); Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB); Armelle Giglio Jacquemot (Université Charles de Gaulle – L'Ille 3, França); Bryan S. Turner (University of Western Sidney, Australia); César Barreira (UFC); Cláudia Fonseca (UFRGS); Cynthia Lins Hamlin (UFPE); Edgard Afonso Malagodi (UFCG); Howard Caygill (Goldsmiths College, Inglaterra); Ilse Scherer-Warren (UFSC); Jacob Carlos Lima (UFSCAR); Jessé Souza (UFJF); Joanildo A. Burity (FUNDAJ); José Arlindo Soares (UFPB); Julie Antoinette Cavignac (UFRN); Maria Carmela Buonfiglio (UFPB); Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE); Paulo Henrique Martins (UFPE); Regina Novais (UFRJ); Rubens Pinto Lyra (UFPB); Sandra J. Stoll (UFPR); Theophilos Rifiotis (UFSC); Vera da Silva Telles (USP).

EDITORIA

Roberto Vêras de Oliveira, UFPB, Brasil
Giovanni Boaes, UFPB, Brasil

COMITÊ EDITORIAL

Roberto Vêras de Oliveira, UFPB, Brasil
Giovanni Boaes, UFPB, Brasil
Marcela Zamboni, UFPB, Brasil
Monica Franch, UFPB, Brasil

SUPORTE E ASSESSORIA TÉCNICA

Ana Carolina Costa Porto (Bolsista PNPB)
Mayrinne Meira Wanderley (Bolsista PNPB)

REVISORAS

Ana Carolina Costa Porto (Bolsista PNPB) e Mayrinne Meira Wanderley (Bolsista PNPB)

DESIGN GRÁFICO

Fotografia de capa: Mirella Brito.
Projeto gráfico de capa: Helton Nóbrega
Diagramação: Brunos Gomes

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados ao PPGS/UFPB:
Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária CEP 58.051-970 – João Pessoa – Paraíba – Brasil – Telefax (83) 3216 7204 - E-mail: politicaetrabalho@gmail.com

POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

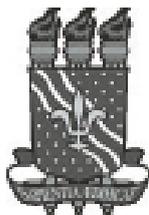
**Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba
(Campus I - João Pessoa)**

Ano XXXV

Número 48

Janeiro/Junho de 2018

ISSN 1517-5901 (online)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora: Margareth Diniz

Vice-Reitor: Eduardo Rabenhorst

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Isaac Almeida de Medeiros

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Mônica Nóbrega

Vice-Diretor: Rodrigo Freire

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenadora: Marcela Zamboni

Vice-coordenador: Roberto Vêras de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPB
indexação



Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho está licenciada
com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte PPGS/UFPB.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba

R449 Revista Política e Trabalho / Programa de Pós-Graduação em
Sociologia – Vol. 1, Ano 34, n. 47(jul./dez. 2017). João Pessoa, 2017.
225p.
1517-5901 (online)-1. Ciências Sociais. 2. Política. 3. Trabalho.

UFPB/BC

CDU: 32

SUMÁRIO

- 9 Editorial

DOSSIÊ

SOCIOLOGIA ECONÔMICA: PLURALISMO DE ENFOQUES E INOVAÇÕES METODOLÓGICAS

- 13 APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ SOCIOLOGIA ECONÔMICA: pluralismo de enfoques e inovação metodológica | *Raphael Jonathas da Costa Lima, Silvio Salej Higgins*
- 21 CERVEJEIROS ARTESANAIS: recursos, percursos e empresarialização de si | *Andrey Felipe Sgorla*
- 38 A CONFORMAÇÃO DE ADEPTOS DA “GESTÃO SUSTENTÁVEL”: investigando a “turma da sustentabilidade” da FGV-EAESP | *Bruno Costa Barreiros*
- 57 INFRAESTRUTURAS POROSAS: vivendo do consumo no Programa Minha Casa Minha Vida | *Moisés Kopper*
- 75 CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO EM DUAS REGIÕES AUTOMOBILÍSTICAS: Sul fluminense e Camaçari (BA) | *João Assis Dulci*
- 95 PODER CORPORATIVO E AÇÃO ECONÔMICA: reflexões a partir da mineração de ferro | *Rodrigo Salles Pereira dos Santos, Bruno Milanez*

ARTIGOS

- 115 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS: uma luta em construção | *Andre Ricardo Fonseca da Silva*
- 129 MEMÓRIA ÉTNICA E TERRITORIAL EM PROCESSOS DE EMERGÊNCIA DE QUILOMBOLAS DO ANDIRÁ/AMAZÔNIA | *Renan Albuquerque, João Marinho da Rocha*

- 145 COMUNIDADES QUILOMBOLAS SOB A PERSPECTIVA DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA | *André Augusto Brandão, Nilton Cesar dos Santos, Amanda Lacerda Jorge*
- 162 AS DISPUTAS COLONIAIS E NEOCOLONIAIS EM TORNO DO FUTEBOL: Portugal e França, dois casos significativos | *Lucas Martins Santos Melo*
- 183 A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO PROCESSO EDUCATIVO DE RESISTÊNCIA AO ITINERÁRIO PENALIZADOR DIRIGIDO AOS JOVENS DA PERIFERIA URBANA | *Cezar Bueno de Lima, Lindomar Wessler Boneti*
- 197 A 50 AÑOS DEL INICIO DE LA REVISTA CUBANA PENSAMIENTO CRÍTICO: Una ventana a la herejía y la tradición revolucionaria cubana | *Magdiel Sanchez Quiroz*

RESENHA

- 210 ESTUDAR OS SINDICATOS, ENTENDER O BRASIL | *Victor De Oliveira Rodrigues*

TRADUÇÃO

- 217 REDES E REGULAÇÃO: por um institucionalismo neoestrutural (Tradução do texto do professor Emmanuel Lazega) | *Cristiano Fonseca Monteiro*

CONTENTS

- 9 Editorial

DOSSIER

ECONOMIC SOCIOLOGY: PLURALISM OF APPROACHES AND METHODOLOGICAL INNOVATIONS

- 13 PRESENTATION OF THE ECONOMIC SOCIOLOGY DOSSIER: pluralism of approaches and methodological innovations | *Raphael Jonathas da Costa Lima, Silvio Salej Higgins*
- 21 CRAFT BREWERS: courses, resources and strategies of entrepreneur of self | *Andrey Felipe Sgorla*
- 38 THE CONFORMATION OF THE ADHERENTS OF “SUSTAINABLE MANAGEMENT”: investigating THE FGV-EAESP’s “sustainability group” | *Bruno Costa Barreiros*
- 57 POROUS INFRASTRUCTURES: living through consumption in Brazil’s public housing program | *Moisés Kopper*
- 75 DEVELOPMENT CONFIGURATIONS IN TWO AUTOMOTIVE REGIONS: Sul Fluminense and Camaçari (BA) | *João Assis Dulci*
- 95 CORPORATE POWER AND ECONOMIC ACTION: considerations on iron ore mining | *Rodrigo Salles Pereira dos Santos, Bruno Milanez*

ARTIGOS

- 115 PUBLIC POLICIES FOR MAROONS COMMUNITIES: a building in fight | *Andre Ricardo Fonseca Da Silva*
- 129 ETNOTERRITORIAL MEMORY IN EMERGENCY MAROONS IN CENTRAL AMAZON | *Renan Albuquerque, João Marinho da Rocha*

- 145 QUILOMBOLAS COMMUNITIES FROM THE PERSPECTIVE OF DEMOGRAPHIC TRANSITION | *André Augusto Brandão, Nilton Cesar dos Santos, Amanda Lacerda Jorge*
- 162 THE COLONIAL AND NEOCOLONIAL DISPUTES AROUND FOOTBALL: Portugal and France, two significant cases | *Lucas Martins Santos Melo*
- 183 RESTORATIVE JUSTICE AS AN EDUCATIONAL RESISTENCE PROCESS TO THE PENALIZER MODEL RELATED TO YOUNG PEOPLE OF URBAN PERIPHERY | *Cezar Bueno de Lima, Lindomar Wessler Boneti*
- 197 50 YEARS FROM THE START OF THE CUBAN MAGAZINE PENSAMIENTO CRÍTICO: a window on Cuban heresy and revolutionary tradition | *Magdiel Sanchez Quiroz*

REVIEW

- 210 STUDY TRADE UNIONS, UNDERSTAND BRAZIL | *Victor De Oliveira Rodrigues*

TRANSLATION

- 217 NETWORKS AND REGULATION: for a neo-structural institutionalism | *Cristiano Fonseca Monteiro*

EDITORIAL

A Revista Política & Trabalho tem a satisfação de, em seu número 48, disponibilizar ao público leitor o dossiê *SOCIOLOGIA ECONÔMICA: pluralismo de enfoques e inovação metodológica*, organizado pelos Professores Doutores Raphael Jonathas da Costa Lima, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Silvio Salej Higgins, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A assim chamada *Nova Sociologia Econômica*, que emergiu nos anos 1980 nos EUA e na Europa, tem uma inspiração nos autores clássicos da Sociologia e da fronteira entre a Sociologia e a Economia, assim como da História Econômica, a exemplo de Karl Marx, Max Weber, Joseph Schumpeter e Karl Polanyi. O seu tema central se refere às formas de imersão social dos processos econômicos, ao tomar os fenômenos econômicos (mercados locais, nacionais e globais, empresas e grupos econômicos, setores econômicos, cadeias produtivas e aglomerados produtivos, configurações econômicas territoriais, sistemas produtivos, comerciais, financeiros e logísticos, entre outros tipos) como construções sociais, indo na contramão do pensamento econômico neoclássico.

Autores como Mark Granovetter, Richard Swedberg, Neil Fligstein, Philippe Steiner, Pierre Bourdieu, Luc Boltanski, Laurent Thévenot, Michel Callon, Emmanuel Lazega (que deste último, a Revista Política & Trabalho tem a honra de publicar tradução de um artigo neste número), entre muitos outros, têm aportado contribuições por vias diversas para a revigoração da Sociologia Econômica. Ora com uma ênfase na noção de redes (Granovetter), ora incorporando uma perspectiva de tipo mais estrutural (Bourdieu), ou ainda por vias que buscam associar essas e outras tradições do pensamento sociológico, abriu-se um largo e inesgotável campo de estudos sociológicos, cada vez mais relevantes quanto mais têm avançado os processos de globalização e de transformações das dinâmicas econômicas em escala local, nacional e global. No Brasil, a recepção dessa vertente do pensamento sociológico tem se mostrado muito fértil e desafiadora. O presente dossiê é uma relevante expressão disso. A qualidade dos estudos e as problemáticas sociológicas abordadas o atestam.

Os organizadores do dossiê vêm se dedicando a esse campo de estudo há alguns anos, tendo reunido importantes contribuições na forma de pesquisas, publicações, orientações e participação em eventos. É o que eles esclarecem na apresentação que abre o dossiê.

Além dos textos que compõem o *corpus* ligado à Sociologia Econômica, neste número apresentamos mais seis artigos de fluxo livre, uma resenha e a tradução mencionada linhas acima.

Três destes artigos poderiam compor um pequeno dossiê à parte, pois tratam, em perspectivas que se complementam, sobre o tema quilombos e quilombolas. Abrimos,

então, esta seção com o texto de André Ricardo Fonseca da Silva: “Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção”. Nele, o autor analisa as diversas políticas públicas, e seu processo de construção, voltadas às comunidades quilombolas, no que diz respeito, principalmente, ao reconhecimento destas comunidades ao direito à terra. Constata a insuficiência e a pouca eficiência de tais políticas no processo de reconhecimento dos direitos dessas comunidades.

Em seguida, Renan Albuquerque, no seu “Memória étnica e territorial em processos de emergência de quilombolas do Andará/Amazônia”, reflete sobre mecanismos criados e acionados em processos de luta por reconhecimento em um território quilombola na Amazônia brasileira. Valendo-se da história oral, percebeu a importância da memória étnica e territorial para a construção de identidades no local estudado.

Fechando o assunto deste “pequeno dossiê”, André Brandão, Nilton dos Santos e Amanda Jorge nos apresentam o artigo “Comunidades quilombolas sob a perspectiva da transição demográfica”, cujo objetivo é refletir sobre a configuração demográfica atual das comunidades quilombolas brasileiras em relação ao perfil da transição demográfica, comparando-a com o conjunto da população nacional nas últimas décadas. Os autores se valeram dos dados dos censos nacionais, além de uma grande pesquisa de campo em 169 comunidades quilombolas, oficialmente detentoras de suas propriedades fundiárias. Constatam que em relação ao conjunto da população brasileira, as populações quilombolas ainda não completaram o processo de transição demográfica.

Não tão distante da temática anterior, Lucas Martins Melo, em “As disputas coloniais e neocoloniais em torno do futebol: Portugal e França”, dois casos significativos, propõe-se a analisar a situação de jogadores africanos que atuam em grandes centros do futebol mundial. Para isso, elege dois países europeus, Portugal e França, cuja história de recepção de jogadores estrangeiros tem um forte vínculo com o colonialismo. Neste sentido, a proposta do autor é refletir sobre a diáspora africana e o futebol mundial.

Na continuidade, Cezar Bueno de Lima e Lindomar Wessler Boneti, em “A justiça restaurativa como processo educativo de resistência ao itinerário penalizador dirigido aos jovens da periferia urbana”, procuram compreender o fenômeno da violência juvenil a partir da análise de políticas públicas de inclusão social e das formas de controle sociojudicial voltadas para este segmento da população. Apoiam-se no conceito de justiça restaurativa, como proposta viável para solucionar os problemas que algumas políticas públicas ainda não conseguem resolver.

Fechando a seção de artigos livres, Magdiel Sanchez Quiroz envia-nos, do México, uma interessante análise da Revista Cubana *Pensamiento Crítico*, um importante veículo que se ligou à história de Cuba e sua Revolução. O autor, em “A 50 años del inicio de la revista cubana pensamiento crítico: una ventana a la herejía y la tradición revolucionaria cubana”, procura analisar as relações entre a teoria crítica latino-americana, que lhe dava suporte, e o processo que desencadeou a Revolução de 1959 e as causas de fechamento da revista.

Na seção de Resenhas, Victor de Oliveira Rodrigues apresenta-nos o texto “Estudar os sindicatos, entender o Brasil”, resenha do livro intitulado “O Sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares”, organizado pelos professores e pesquisadores Roberto Vêras de Oliveira, Maria Aparecida Bridi e Marcos Ferraz. Livro publicado em 2014 pela Editora Fino Traço. Nela, o autor destaca tratar-se de uma obra de grande fôlego e bastante atual, cujo ponto forte – mas não o único – é a pluralidade de perspectivas e orientações teóricas que se reflete nas diferentes abordagens.

Fechando este número, apresentamos tradução de um artigo do professor Emmanuel Lazega, um dos nomes fortes associados à Sociologia Econômica atual e cujas qualidades serão destacadas pelos organizadores deste dossiê. Cabe ainda agradecer ao professor Cristiano Fonseca Monteiro a excelente tradução que realizou do original em francês para o português.

Boa leitura! Os editores.

Dossiê

Sociologia econômica: pluralismo de
enfoques e inovações metodológicas

**APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ DE SOCIOLOGIA ECONÔMICA:
pluralismo de enfoques e inovação metodológica**

**FOREWORD TO DOSSIER ON ECONOMIC SOCIOLOGY:
plural perspectives and methodological innovation**

Raphael Jonathas da Costa Lima (UFF)*

Silvio Salej Higgins (UFMG)**

Introdução

O presente dossiê reúne artigos apresentados no Grupo de Trabalho (GT) de Sociologia Econômica do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Brasília (DF), em julho de 2017. Os artigos aqui selecionados versam sobre variadas dimensões da pesquisa em sociologia econômica no Brasil, assinalando questões referentes à esfera da gestão dos negócios e à sustentabilidade empresarial; ao empreendedorismo e à construção de mercados; à dimensão da relação entre indústria automobilística e desenvolvimento regional; ao papel do Estado nos programas de desenvolvimento; ao avanço da financeirização entre as classes mais populares; e à relação entre redes globais de produção e territórios via exercício pleno do poder.

Na história dos saberes disciplinares, a ciência econômica é um campo especializado que conquistou a sua independência perante a metafísica filosófica com maior antecedência que a sociologia. Os economistas forjaram a sua ruptura ou revolução científica pelo menos com três décadas de antecedência com relação aos seus pares sociólogos. É possível afirmar, parafraseando o filósofo Immanuel Kant, que a economia tomou a senda segura da ciência empírico-analítica a partir de uma revolução epistêmica datada de 1879, ano no qual os historiadores do pensamento econômico situam o nascimento daquilo que denominam como a revolução marginalista na forma de fazer ciência acerca dos comportamentos econômicos.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Professor Adjunto IV da Universidade Federal Fluminense (UFF), vinculado ao Departamento Multidisciplinar de Volta Redonda e credenciado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (campus Niterói) e ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (campus Volta Redonda). E-mail: raphaeljonathas@gmail.com.

** Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris Dauphine (França) e em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil). Lidera o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Análise de Redes Sociais (GIARS). Professor Associado do Departamento de Sociologia – UFMG. E-mail: sisahi@yahoo.com.

De forma quase simultânea e sem influências mútuas aparentes, Stanley Jevons, Carl Menger, Wilfredo Pareto e Leon Walras publicaram obras seminais que constituíram um estilo de pensamento que se cristalizou num modelo de agente racional e em métodos matemático-formais para análise do mesmo. Nascia desta forma o *homo economicus* como paradigma para o entendimento dos comportamentos no mundo mercantil. Segundo essa concepção, agentes econômicos típicos decidem racionalmente a partir de uma ordem de preferências dadas e em condições de escassez relativa. Nesse sentido, economizar consiste em alocar recursos escassos em cursos de ação alternativos. Ao incorporar o cálculo infinitesimal, os marginalistas estavam em condições de focar na margem, herança do David Ricardo, para estimarem os retornos de unidades adicionais, seja na esfera do consumo, seja na produção.

Essa ruptura tornou a ciência econômica um saber especializado que pouco tinha a dizer para o restante das ciências sociais. Cumpria-se o diagnóstico feito alguns anos depois por Max Weber, no sentido de que a modernização é o processo de crescente autonomização das esferas da vida social que estavam integradas em sociedades tradicionais. A política, a economia, a moral e a arte seguem cursos de ação paralelos sem que nenhuma cosmovisão consiga integrá-las num único sistema de vida social. Obviamente que a esfera econômica foi assunto central nas preocupações de Karl Marx (2008), Émile Durkheim (1999) e Max Weber (2004). Cada um, dentro de sua perspectiva teórica e de seu método de análise, colocou no centro do debate as mudanças do mundo econômico que despontavam nas sociedades hegemônicas da Europa. Contradições entre classes sociais, perda de integração social e crescente niilismo racional das formas de vida constituíram diagnósticos complementares sobre os efeitos da industrialização nas formas de vida coletiva. *Das Kapital*, *de la Division du Travail Sociale* e *Die Protestantische Ethik und Der Geist des Kapitalismus* constituíram-se em obras seminais sobre a forma como a ciência sociológica haveria de abordar teórica e metodologicamente os comportamentos econômicos. Porém, as hipóteses fundantes da sociologia tiveram baixo impacto na forma como a economia marginalista, mais conhecida como neoclássica, tratava os problemas da subsistência humana.

Na divisão dos trabalhos científicos, sociólogos e economistas trilharam seus caminhos com grande independência quanto a problemas e métodos de trabalho. Os economistas se ocupavam de mercados formadores de preços e os sociólogos do restante das instituições do mundo social: a família, a disputa política, os grupos profissionais, entre outros. Com o advento do estrutural-funcionalismo norte-americano, houve entre os sociólogos quem teve a ousadia de querer integrar o corpo de estudos econômicos num sistema de conhecimento sociológico. Talcott Parsons abrigou a esperança de construir um saber sistêmico sobre o mundo social onde a econômica fosse uma parcela funcionalmente integrada. Foi assim que, em 1956, publicou, em associação com Neil J. Smelser, uma coletânea de palestras que denominou *Economy and Society: a study in the integration of economic and social theory* (1956). O título ecoa como homenagem a Max Weber, porém a proposta de transformar a ciência econômica numa parcela da teoria dos sistemas sociais foi fadada ao fracasso. Depois de Parsons, ninguém tentou fechar a quadratura

do círculo científico entre sociólogos e economistas. Cada domínio disciplinar tinha cristalizado seus problemas e métodos de tal forma que não havia quase interesse nenhum em saber o que o “vizinho” estava fazendo.

A comunidade acadêmica precisou esperar três décadas para testemunhar algum interesse mútuo nas pesquisas de sociólogos e economistas. Mas antes não podemos esquecer dois movimentos epistêmicos importantes. De um lado, o avanço do imperialismo microeconômico através das pesquisas do economista Gary Becker (1973, 1981), que pretendeu explicar o comportamento social mediado por instituições como o casamento e a escola em termos de escolhas racionais de mercado. De outro, o influxo da teoria dos jogos na ciência política e na sociologia do poder, permitindo a construção de modelos formais de ação estratégica. Mas a história das crises cíclicas das economias de mercado aos poucos terminou minando o consenso herdado dos economistas neoclássicos: os mercados são muito mais que o encontro abstrato das curvas de oferta e procura. Os mercados não acontecem no vácuo institucional, precisam de normas e sanções que no mínimo controlem o oportunismo dos agentes racionais. As teorias da firma e dos contratos dos chamados neoinstitucionalistas (North, 2005; Coase, 1960; Williamson, 1981; entre outros) apontavam o caminho de retorno às instituições sociais de onde os mercados formadores de preços na verdade nunca saíram. Dessa forma, a história da ciência econômica reabilitava o programa de pesquisa historiográfica e antropológica do economista húngaro Karl Polanyi com sua ênfase no caráter instituído dos processos econômicos. Falar em instituições é reconhecer que a economia como atividade humana não é só a arte de fazer dinheiro (*crematística*), como sabia desde a antiguidade o filósofo Aristóteles, mas primordialmente *oikonomia*, ou arte de cuidar do lar e das necessidades da casa.

No que diz respeito ao caso brasileiro, é possível afirmar que um marco de renovação das pesquisas em sociologia econômica corresponde à publicação e posterior tradução do texto seminal de Mark Granovetter (2007) intitulado *Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão*. A repercussão deste artigo, no início dos anos 2000, inaugurou uma importante agenda de pesquisas entre sociólogos brasileiros interessados em fazer um contraponto ao *mainstream* econômico, no que condiz ao mercado enquanto esfera autônoma em relação à estrutura e às relações sociais, ou no que respeita a fazer avançar as reflexões acerca da relação entre Estado, mercado e sociedade, no que se convencionou chamar de Economia Política.

Além do trabalho seminal de Granovetter, outros artigos traduzidos ou escritos em português ajudaram a fomentar essa área de investigação no país, sendo possível destacar o texto *Sociologia Econômica: hoje e amanhã*, de Richard Swedberg (2004), publicado pela revista *Tempo Social* (USP), em 2004, no qual o autor se encarrega de propor um estado da arte da disciplina, remontando às obras de importantes pilares do assunto, quais sejam Karl Marx, Max Weber, Joseph Shumpeter e Karl Polanyi. Além deste, outros autores contribuíram decisivamente para aglutinar discussões em torno da construção social do mercado, cabendo aqui destacar Pierre Bourdieu (2006), Viviana Zelizer (1979), Neil Fligstein (2001) e Philippe Steiner (2006). Esse conjunto de

abordagens se propõe a indicar uma trilha de investigação sociológica da vida econômica, cujo o foco de análise se desloca da ação individual para as estruturas sociais, entendendo estas como um resultado contingente das interações entre indivíduos e organizações portadoras de posições e lugares de poder distintos. Tais estudos abriram a possibilidade de um diálogo crítico com economistas interessados na abordagem do papel das instituições na vida econômica e se articularam com uma série de perspectivas (análise de redes, estudos culturais, neo-institucionalismo e, mais recentemente, performatividade), no sentido de conferir maior sofisticação à análise sociológica da vida econômica e incorporar os clássicos ao dia a dia da disciplina.

Cabe ressaltar que a sociologia econômica é, essencialmente, interdisciplinar, uma vez que recorre aos clássicos do pensamento social a fim de realçar a natureza social dos fenômenos econômicos e se distanciar, em algum grau, das interpretações que reduzem o sentido das motivações econômicas exclusivamente à racionalidade da ação individual maximizadora. Ademais, o desenvolvimento do campo da sociologia econômica ampliou o leque de temas de pesquisa, passando a incluir possibilidades investigativas variadas sobre os mercados e suas instituições (financeiros, agroalimentares, de bens culturais, de trabalho, dentre outros), o Estado, as finanças, as agências reguladoras, os agentes sociopolíticos e empresariais; a relação entre cadeias globais e territórios/nações (mecanismos de governança, atração de investimentos, relações interfirmas e práticas de contestação) e os processos de inovação econômica (redes de geração, mecanismos de difusão e práticas de uso de bens e serviços).

Com a consolidação desse *background* teórico, a sociologia econômica no Brasil, então, se difunde entre alguns centros de pesquisa localizados em São Paulo (caso da UFSCAR e da USP), Rio de Janeiro (UFRJ, UFF e UFRRJ), Maranhão (UFMA), Rio Grande do Sul (PUC-RS, UFRGS e UFSM), Santa Catarina (UFSC) e Minas Gerais (UFMG). São basicamente os pesquisadores lotados em institutos e programas de pós-graduação em sociologia nessas instituições que vêm orientando a produção acadêmica na área no Brasil. Como reflexo dessa tendência, constituiu-se, em 2009, o Grupo de Trabalho de Sociologia Econômica, o qual vem regularmente conduzindo discussões no âmbito do Congresso Brasileiro de Sociologia. O GT tem assumido a responsabilidade de divulgar os principais debates em curso na sociologia econômica brasileira, a exemplo daqueles já mencionados. A fim de dar repercussão aos debates realizados nos encontros da rede de pesquisadores nacionais constituída nos últimos anos, o presente dossiê reúne alguns dos trabalhos na última SBS sob a expectativa de ajudar a compreender o tipo de sociologia econômica que vem sendo colocada em prática no Brasil.

Discorrendo sobre o mercado de cervejas, Andrey Sgorla descreve os percursos de empresarialização de cervejeiros artesanais. Em seu trabalho, ele apresenta o avanço da produção de cervejas artesanais que se converteu de hobby em atividade empresarial. Dialogando com Sennett (2012), o autor mostra que cabe aos cervejeiros artesanais lidar com certos desafios contemporâneos do mercado de trabalho e da empresarialização de si para produzir algo autêntico a ponto de se destacar em um mercado em crescente expansão. Com relação ao

mercado de cervejas artesanais no Brasil, Sgorla recorre a uma estratégia metodológica inspirada no trabalho de Bernard Lahire (1997), isto é, com ênfase no uso de entrevistas em profundidade com o intuito de reconstruir as trajetórias de vida e assinalar equidades e diferenças entre simultâneos processos de construção do mercado de cervejas artesanais. Simultâneos porque, conforme salienta o autor, trata-se de uma tendência global que naturalmente assume contornos locais. Resumidamente, o artigo de Andrey Sgorla é bastante original no que concerne ao objeto tratado e oferece uma boa dimensão da capacidade da sociologia em explicar a formação de mercados e os desdobramentos da atividade econômica.

A partir dos aportes da praxeologia bourdieusiana e do institucionalismo sociológico, Bruno Costa Barreiros apresenta uma interessante investigação acerca da formação de adeptos do modelo de gestão sustentável proposta pela FGV-EAESP. A análise se concentra na principal disciplina sobre o modelo sustentável voltada a alunos dos cursos de graduação: a Formação Integrada para a Sustentabilidade (FIS). Mais especificamente, Barreiros se propõe a analisar o processo de institucionalização da Sustentabilidade Empresarial (SE) através da conformação e posterior transmissão de determinados códigos culturais (esquemas cognitivos e linguísticos). O autor aponta como coube à FGV difundir o “receituário” da SE bem como formar um novo *management* adepto da “gestão sustentável”.

Com a proposta de documentar e cartografar os sentidos de classe *in-the-making*, Moisés Kopper empreende uma etnografia das realidades de famílias beneficiadas pelo Programa Minha Casa Melhor, o qual ofereceu uma linha de crédito de R\$ 5 mil para beneficiados do Programa Minha Casa Minha Vida comprarem móveis e eletrodomésticos. Em sua etnografia, Kopper recorre a casos de famílias de Porto Alegre (RS) para argumentar que as transformações socioeconômicas dos últimos quinze anos produziram uma população de beneficiários-consumidores no Brasil. Salientando não se tratar essa investigação de um ingrediente a mais na extensa problematização entre marxistas e weberianos acerca dos debates sobre classe e estratificação social, o autor recorre aos efeitos de uma política habitacional para reconstruir percursos e trajetórias de pessoas concretas que simbólica e materialmente refizeram suas vidas e assim apreender o sentido real daquilo que sociólogos e antropólogos vêm chamando de “financeirização” dos pobres.

Disposto a enveredar pelo fundamental e extenso debate sobre desenvolvimento no âmbito da sociologia, João Assis Dulci apresenta em seu artigo alguns efeitos concretos de grandes programas de investimentos implantados em regiões brasileiras, algumas delas sem expressiva tradição industrial. Recorrendo aos casos das plantas automotivas da Ford em Camaçari (BA) e das montadoras (sobretudo, Volkswagen e PSA Peugeot-Citroën) instaladas no Sul Fluminense, Dulci lança mãos de um sólido material estatístico referente à geração de empregos, aos rendimentos e aos investimentos nessas regiões para pensar a importância da indústria automobilística nas economias regionais nas quais está inserida. Dialogando com o núcleo da Teoria da Regulação Francesa, pensa a centralidade desse setor à luz de um cenário de transformação do regime de acumulação e das próprias transformações na configuração espacial e produtiva dessa indústria.

Rodrigo Santos e Bruno Milanez exploram a dinâmica do poder corporativo na produção de minério de ferro no Brasil, mais especificamente nas cidades mineiras de Itabira, Congonhas e Conceição de Mato Dentro. Os casos descritos pelos autores servem ao mesmo tempo para reforçar a validade teórica do modelo das Redes Globais de Produção (RGP), ao qual procuram se filiar, e para destacar as limitações dessa forma de abordagem, cabendo destacar o tratamento conferido à sociologicamente importante dimensão do poder. Inspirados na argumentação de Lukes (2005), Santos e Milanez sugerem a incorporação de uma perspectiva tridimensional a fim de captar as múltiplas variáveis que interferem no exercício do poder corporativo e articulam isso com o entendimento de que ele (o poder) precisa ser percebido como uma combinação entre domínios estático (recursos) e dinâmico (exercício). Por se tratar de um artigo resultante de um investimento empírico, os autores procuram observar o exercício desse poder corporativo em três contextos envolvendo três companhias diferentes: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Congonhas; a Anglo American em Conceição do Mato Dentro; e a Vale em Itabira. Ao enfatizar as características desses municípios e dessas corporações, eles procuram relacionar os agentes políticos e sociais em escala local aos recursos e formas de exercício do poder corporativo.

A sociologia econômica, embora um campo ainda embrionário, tem inúmeras possibilidades de expansão, sobretudo no Brasil, onde a disciplina ainda é vista como um esforço dos sociólogos em reforçar os pressupostos relativos à Economia. Em síntese, a proposta da disciplina é incorporar o (campo) econômico como uma esfera de análise dos cientistas sociais, salientando a sua construção social. Assim, essa apresentação procurou, acima de tudo, assinalar que a Sociologia Econômica é uma área “guarda-chuva” com profícuo debate e interação com subáreas diversas, a exemplo das Sociologias do Trabalho, do Desenvolvimento, Política e da Cultura (NAHOUM, 2017).

Os trabalhos aqui reunidos têm como denominador comum a investigação sociológica sobre a vida econômica, cada um recorrendo a uma determinada estratégia metodológica, a arcabouços teóricos próprios e a objetos variados. Contudo, indiscutivelmente todos convergem ao salientar a capacidade de a Sociologia Econômica, pela sua enorme capacidade de mobilizar os clássicos do pensamento social (Marx, Weber, Durkheim, Simmel, Polanyi, etc.), em realçar a natureza social dos fenômenos econômicos e distanciar-se, em algum grau, das interpretações que reduzem o sentido das motivações econômicas exclusivamente à racionalidade da ação individual. E o presente dossiê foi organizado com o intuito de contribuir em alguma medida com o avanço desse campo no Brasil.

Para além do dossiê aqui apresentado, este número da *Revista Política & Trabalho* inclui um artigo do sociólogo francês Emmanuel Lazega, que leva por título *Redes e Regulação: em busca de um institucionalismo neo-estrutural*. Nele, o leitor poderá constatar a fecundidade de uma abordagem complementar entre as teorias da regulação e a sociologia neoestrutural, mais conhecida como análise de redes sociais. O autor procura explicar o surgimento de um novo regime de propriedade intelectual na Europa, isto é, de um novo sistema de regulação dessa

matéria, levando em conta o círculo social daqueles que serão os intérpretes autorizados do código legal: os juizes especializados neste tipo de contencioso. A questão chave consiste em entender a condição multinível do processo regulatório, qual seja o nível macro do sistema legal e o nível micro de como serão ocupadas as cadeiras de um tribunal responsável por deliberar sobre as disputas acerca da propriedade intelectual. Esse segundo nível demanda uma compreensão refinada de como opera um sistema de status no qual a autoridade dos juristas está baseada em competências técnicas e no controle das mais variadas formas de capital social-relacional.

Antes de encerrar esta apresentação, faz-se necessário apontar alguns desafios para as novas gerações de sócio-economistas ou sociólogos do campo econômico. Ecoando o trabalho seminal de Granovetter (2007), é possível afirmar que não há teoria neutra do ponto de vista metodológico. A construção dos problemas de pesquisa no campo das dinâmicas econômicas requer a indicação do tipo de técnica de coleta de dados a ser utilizado e a definição da forma de análise dos resultados. Neste sentido, é pertinente saber o porquê de ser recorrente o apelo ao *case study* nos trabalhos da sociologia econômica brasileira. Como é delimitado e tratado o caso abordado? Não é errado replicar a estratégia do *case study* vinda das ciências médicas e clínicas nas ciências humanas e, de fato, a crítica metodológica em ciências sociais reconhece o seu potencial como um precursor de estudos em maior escala, dele resultando fecundos *insights* teóricos e novas hipóteses de trabalho. Porém, o que preocupa é a redução da escala e da unidade de análise que limita o poder inferencial da pesquisa.

Por exemplo, se o objetivo for estudar os determinantes da reconversão produtiva num setor agroindustrial no qual aparecem novas forma de contrato – *outsourcing*, cooperativas de trabalho, agricultura de aluguel – entre grandes investidores, pequenos agricultores e trabalhadores, o *case study* é uma boa entrada para a compreensão das novas relações de produção. É possível selecionar um núcleo produtivo relativamente pequeno, num município especialmente problemático, e partir para um trabalho exaustivo de observação participante e descrição etnográfica do que acontece em algumas unidades produtivas. Porém, embora necessário, esse esforço não é suficiente para compreender a dinâmica do setor como um todo. O sociólogo deverá encarar os dados que lhe permitam entender a estrutura produtiva ou o modo de produção numa escala maior de observação. Terá que levantar dados estatísticos secundários ou construir os próprios, a fim de captar o novo regime de acumulação em termos de salários, lucros do capital e taxa de investimentos. Caso contrário, o campo seguirá servindo apenas para análise econômica *standard*. Indo mais longe, a pesquisa sociológica possui hoje ferramentas poderosas de análise para captar estruturas emergentes em sistemas de troca. Uma boa análise sociométrica, por exemplo, seria útil para captar os fluxos das diversas formas de capital no objeto de estudo.

Resumidamente, diversificar os métodos é uma necessidade premente da pesquisa sociológica. O sociólogo não pode se omitir ao desafio de se tornar competente em variadas técnicas de coleta de informação e ferramentas analíticas tanto de dados discursivos quanto de dados formatados matematicamente. Assim, as novas gerações de sociólogos precisam ser

formadas adquirindo competência na construção e análise de diversos tipos de dados sociais (discursivos, simbólicos, matemáticos, etc.) e essa deve ser a tarefa primordial dos programas de pós-graduação atuantes no Brasil, pois o espírito escolástico contribuirá pouco daqui para frente se a formação (metodológica) rigorosa dos novos sociólogos não for assumida como uma prioridade da comunidade acadêmica nacional.

Referências

- BECKER, G. A theory of marriage: part I. **Journal of Political Economy**. Vol 81, 4. July/August, 1973.
- _____. **A Treatise on the Family**. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- BOURDIEU, P. **As Estruturas Sociais da Economia**. Porto: Campo das Letras, 2006.
- COASE, R. The problem of social costs. **Journal of Law and Economics**. 3:1-44. 1960.
- DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FLIGSTEIN, N. **The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first century capitalist societies**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- GEREFFI, G. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ. **Commodity chains and global capitalism**. Westport, CT: Praeger, 1994, p.95-122.
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE Eletrônica**, v. 6, n. 1, 2007.
- LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.
- LUKES, S. **Power: a radical view**. 2nd. Basingstoke, Inglaterra: Macmillan, 2005.
- NAHOUM, A. V. Sociologia Econômica do Brasil: Balanço de um campo jovem. In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (Org.). **Sociologia brasileira hoje**. São Paulo: Ateliê, 2017, v. 1, p. 1-2.
- NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge, University Press, 2005.
- PARSONS, T. and SMELSER, N. **Economy and Society: a study in the Integration of Economic and Social Theory**. Glencoe: The Free Press, 1956.
- SENNETT, R. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas Nacional, 2006.
- SWEDBERG, R. Sociologia Econômica: hoje e amanhã. **Tempo social**, v. 6, n. 2, 2004, p. 7-34.
- ZELIZER, V. **Morals and Markets: the development of life insurance in the United States**. New York: Columbia University Press, 1979.
- WEBER, M. “O ‘espírito’ do capitalismo”, “Ascese e capitalismo”. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 41-69, 141-167.
- WILLIAMSON, O. The Economics of Organization: A Transaction Costs Approach. **American Journal of Sociology**, 87, 548-577.
- R CORE TEAM (2016). R: **A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. Disponível em <<https://www.R-project.org>>. Acesso em 16 dez 2016.

Recebido em:08/03/2018

Aceito em: 08/03/2018

**CERVEJEIROS ARTESANAIS:
recursos, percursos e empresarialização de si**

***CRAFT BREWERS:
courses, resources and strategies of entrepreneur of self***

Andrey Felipe Sgorla*

Resumo

A pesquisa analisa aspectos da construção do mercado de cervejas artesanais no Brasil, a partir dos percursos de empresarialização de cervejeiros artesanais, dos valores e representações nos quais, a partir de uma estrutura de oportunidades sociais, econômicas e de recursos permitem a transformação de um hobby em uma atividade empresarial. A estratégia metodológica inspirada no trabalho de Lahire, por meio de entrevistas em profundidade, busca explorar as diversas esferas da vida de seus entrevistados e, ao reconstruir as trajetórias de vida, retratar a construção do mercado de cervejas artesanais, enfatizando as semelhanças, as diferenças, as diversidades e continuidades de um processo que está acontecendo globalmente, mas que adquire características dos locais onde as cervejarias são instaladas. A expansão de microcervejarias nesta década é decorrente de um percurso de empresarialização de cervejeiros artesanais, que transformam um hobby de fazer cerveja em casa, em panelas, em uma nova carreira, reconvertendo suas trajetórias profissionais para a identificação como cervejeiro artesanal, responsável pela abertura de novas microcervejarias, utilizando-se do conhecimento e das habilidades aprendidas e desenvolvidas neste fazer artesanal.

Palavras-chave: Cervejas artesanais. Cervejeiros. Empresarialização. Trajetórias Profissionais.

Abstract

The research analyzes the development of the craft beer market in Brazil based on the corporatization paths of craft brewers, values and actions which, from a structure of social, symbolic, economic and resource opportunities, enable the transformation of a hobby into a business activity. The methodological strategy inspired by Lahire's work, exploring the diverse spheres of life of its respondents through in-depth interviews and reconstructing life trajectories, portrays the construction of the craft beer market, emphasizing the similarities, differences, diversities and continuities of a process that is going on globally, but rooted in local processes. The expansion of microbreweries in this decade is due to the entrepreneurial course of artisanal breweries, which transform a hobby of brewing beer at home, in pans, into a new career, by converting professional trajectories into identification as a brewery artisan, responsible for opening new microbreweries, using the knowledge and skills learned and developed in this craft.

Keywords: Craft beers. Brewers. Entrepreneurship. Professional Trajectories.

Ao entrar em uma loja de cervejas ou em um supermercado, no corredor dessas bebidas, muitas vezes há dezenas de cervejas artesanais, sejam elas nacionais ou importadas. Além disso, a categorial artesanal possui um preço superior e é mais complexa que as tradicionais. O rótulo sobre uma garrafa de cerveja artesanal apresenta, muitas vezes, uma grande quantidade de informações, incluindo o estilo (por exemplo, "American IPA"), amargor ("IBU 55" é um

* Professor de Sociologia na Faculdade Murialdo, Caxias do Sul, RS, Brasil. Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pela PUCRS. E-mail: afsgorla@gmail.com.

exemplo), intensidade da cor (como a “30”), nome da cerveja (por exemplo, “*Green Cow*”), graduação alcoólica (“7,2%”, por exemplo), o nome da cervejaria (por exemplo, “Dois Corvos”) e tipo de copo para beber a cerveja (como a “tulipa”). Uma cerveja artesanal também apresenta, em seu rótulo, selos¹, incluindo prêmios recebidos em concursos nacionais e internacionais que, muitas vezes, agregam valor ao preço da cerveja.

Os cientistas sociais, há muito tempo, reconheceram que transações econômicas envolvem mais do que uma simples troca de bens ou serviços por dinheiro, o que enfatiza o caráter simbólico de determinadas trocas econômicas (MALINOWSKI, 1976; GEERTZ, 2008; SAHLINS, 2003; DOUGLAS, ISHERWOOD, 2004). Alguns autores têm trabalhado dentro da nova sociologia econômica, dando continuidade a esta tradição, examinando como valores culturais afetam a vida econômica, tanto nos processos de interação social, como nas dinâmicas dos mercados (ZELIZER, 2009; VELTHUIS, 2005).

O mercado de cervejas artesanais é recente e seu crescimento ocorreu na última década. Dados do Sebrae (2015) indicam a existência de 300 microcervejarias no Brasil; a Associação Gaúcha de Cervejas Artesanais indica a existência de 80 microcervejarias no Rio Grande do Sul. Ainda que as pioneiras deste modelo tenham 20 anos, como a cervejaria Dado Bier de Porto Alegre e a Cervejaria Colorado, em Ribeirão Preto/SP, a expansão deste mercado ocorreu, nos últimos cinco anos, com a abertura, por exemplo, de doze microcervejarias em Porto Alegre.

Inicialmente, este processo aconteceu nos Estados Unidos, com a abertura da primeira microcervejaria, Anchor Brewing Beer, no ano de 1971 (CARROL e SWAMINATHAN, 2000). O mercado cervejeiro estava concentrado em poucas cervejarias, que produziam uma cerveja intitulada “industrial”. As pequenas cervejarias nasceram para oferecer aos consumidores uma maior variedade em sabor, cor, espuma, nível de álcool e temperatura de servir. O termo microcervejaria indicava, no início, pequenas cervejarias, com produção reduzida, mas logo apontou uma nova atitude na fabricação de cerveja, com base na inovação, na criatividade e qualidade, especializada em ofertar produtos para um mercado específico (CARROL e SWAMINATHAN, 2000). Posteriormente, este movimento espalhou-se para vários países, incluindo Itália, Alemanha, Dinamarca, Noruega, França, China, Japão, Austrália, Reino Unido, Bélgica e, mais recentemente, em Portugal, com o propósito de criar pequenas fábricas de cerveja de alta qualidade, que seguem tendências globais, regradas por estilos de cervejas, mas que são adequadas aos paladares e aos ingredientes dos locais em que estão inseridas.

Segundo Carroll e Swaminathan (2000), em seus estudos sobre microcervejarias americanas, os consumidores deste tipo de cerveja reagem fortemente contra os produtores em massa, que ofertam um produto padronizado, de baixo custo e livre de falhas no processo de fabricação, alcançado através da pasteurização. Buscam um valor de qualidade “autêntico” de

¹ Os selos são utilizados para validar a qualidade do produto, a partir da avaliação do respectivo rótulo por uma equipe de avaliadores que chancelam a qualidade do produto. O selo “não certifica apenas um produto, uma forma de produzir, mas chancela e coloca em relevo uma rede de indivíduos e organizações que partilham determinados valores e uma visão de mundo” (SCHNEIDER, 2015, p.3).

cervejas artesanais, são muito sensíveis às qualidades organolépticas, matérias-primas e em busca de recursos tangíveis do produto em si, que são percebidos como priorizando outros valores e não apenas o lucro. O consumo de cervejas artesanais também está associado à experiência da degustação e da distinção; portanto, de um certo estatuto social – o paralelo de ser um aficionado por vinho, queijo, música ou arte.

Os estudos sobre nicho de mercado, desenvolvidos especialmente por Carrol (1985), indicam que as empresas que demonstrem o compromisso através de ofertas superiores e/ou conhecimento podem ganhar diferenciação dentro do nicho. Além disso, a literatura indica fortemente que satisfaçam as necessidades dos consumidores dentro de um segmento de nicho de forma positiva, este se correlaciona com o consumidor, criando uma autoidentificação com a oferta e o fornecedor, e que será um fator determinante da satisfação do cliente inserido neste nicho.

Neste estudo, o principal objetivo é analisar a construção do mercado de cervejas artesanais, a partir dos percursos de empresarialização de cervejeiros artesanais, dos valores e representações os quais, a partir de uma estrutura de oportunidades sociais, econômicas e de recursos, permitem a transformação de um hobby em uma atividade empresarial.

Metodologia

Para elaborar esta pesquisa sobre os percursos de empresarialização dos cervejeiros artesanais e da construção social do mercado de cervejas artesanais, realizei incursões etnográficas no campo de pesquisa, por meio de mapeamento de cervejarias localizadas no Rio Grande do Sul, visitas a cervejarias, participação de eventos cervejeiros e incursões netnográficas em três grupos de cervejas artesanais no Facebook, páginas de cervejarias, perfis de cervejeiros e em grupos de e-mails, para acompanhar as discussões existentes nestes espaços e identificar quais as temáticas das publicações. Estas compreendem uma grande variedade de assuntos, tais como: eventos de degustação de cervejas, divulgações de cursos, novos rótulos de cervejas, novas cervejarias, processos de fabricação, tipos de malte e de lúpulo, receitas, tributação de cervejas, processo de abertura de cervejaria, uma grande variedade de assuntos.

A partir desta incursão inicial, definiu-se a estratégia metodológica para a realização da pesquisa, inspirada no trabalho de Lahire, que procurou realizar entrevistas² sucessivas em profundidade, explorando as diversas esferas da vida de seus entrevistados e, ao reconstruir as trajetórias de vida dos cervejeiros, explicar como as disposições que elas apresentam hoje foram construídas ao longo dessas trajetórias. Trata-se, assim, de “estudar o social à escala individual” (LAHIRE, 2002; 2005), através de concepções de indivíduo, retratadas na construção do mercado de cervejas artesanais. Neste estudo, pretendemos enfatizar as semelhanças, as

² Na pesquisa entrevistamos dez proprietários de microcervejarias, uma *sommelier* de cerveja proprietária de um bar, ao longo do ano de 2017. Além das entrevistas, participamos de oito festivais de cerveja artesanal, visitamos dez cervejarias, acompanhamos as páginas do Facebook das cervejarias e dos cervejeiros escolhidos para a pesquisa.

diferenças, as diversidades e continuidades de um processo de expansão global do mercado de cervejas artesanais, mas que está profundamente enraizado nos processos locais. Identificamos que o mercado de cervejas artesanais se insere em um processo de neolocalismo. Segundo Schell (2013), este processo consiste na conscientização de indivíduos e de grupos para estabelecer, reconstruir e cultivar laços e identidades locais, e cada vez mais apoiar as economias locais, em contraponto ao efeitos de homogeneização da globalização.

Desta forma, os percursos de vida à empresarialização de si e à inserção profissional dos cervejeiros artesanais, os recursos e capitais mobilizados, as questões de classe social e gênero, os sentidos e os valores, e as condições para a construção destas novas carreiras não se reproduzem da mesma forma e adquirem feições locais.

Segundo LAHIRE (2004, p. 34), usar “um dispositivo metodológico inédito”, que consiste na realização de entrevistas longas e sucessivas com cada um dos entrevistados sobre temáticas do mundo das cervejas, de forma geral, orienta a investigação para a obtenção do melhor conjunto possível de informações, evidências e indícios, com potencial de subsidiar interpretações adequadas acerca do “patrimônio de disposições” do pesquisado.

De acordo com Lahire (1997, p.18), “a maneira pela qual construímos sociologicamente nosso objeto, leva-nos também a refletir sobre a pluralidade das formas de vida social e forma de pensamento e comportamento”. Desta forma, a pesquisa oportunizará a construção deste olhar, indo ao encontro da heterogeneidade e complexidade que são os contextos das trajetórias dos cervejeiros profissionais.

Na perspectiva de Lahire (2006), a mudança de escala de observação oferece a imagem do mundo social, que pode ser produzida por um olhar que examina as diferenças internas de cada indivíduo, as suas variações intraindividuais, e enfoca as diferenças entre classes sociais, denominadas de variações interclasses.

Os perfis apresentaram-se como um subsídio de análise teórico-metodológica, na tentativa de apresentar o que é singular, individual, suas interfaces e contradições para explorar as questões sociais e complexas que envolvem as relações sociais. A escrita dos perfis pressupõe uma prática que propicia “a leitura de um traço subjetivo (relação particular com os outros ou com certos tipos de situação) ou objetivo (posição social ou tipo de trajetória) próprio ao entrevistado” (LAHIRE, 2004, p.45).

Para Dubet (1996), a experiência “*é uma atividade cognitiva, uma maneira de construir o real e, sobretudo, de o verificar, de o experimentar*” e “*constrói fenômenos a partir de categorias do entendimento e da razão, é uma maneira de construir o mundo*” (DUBET, 1996, p. 95). Todavia, ela “*não é expressão de um sujeito puro, mas é socialmente construída*” (idem, p. 103), pois somente “*é reconhecida pelos outros, eventualmente partilhada e confirmada por outros*” (idem, p. 104”).

Segundo Ferreira (2014), a técnica qualitativa para compreendermos a experiência dos sujeitos pesquisados é

A aplicação da entrevista de tipo compreensivo pressupõe a obtenção de um discurso mais narrativo que informativo, resultado da intersubjectividade que se desenrola entre entrevistado e entrevistador. Tal exercício pressupõe, da parte do entrevistador, uma postura criativa e de improvisação na condução da entrevista, que requer artes e manhas específicas. (FERREIRA, 2014, p. 979).

Neste sentido, buscaremos uma compreensão sobre os saberes que os sujeitos constroem nas suas trajetórias, compreendendo a experiência do outro e aprendendo com ela, construindo um conhecimento entre os saberes dos biografados com o do autor.

Empresários de si e identidade cervejeira

Os cervejeiros artesanais, ao definirem-se desta forma, podem ser designados empresários de si (ALVES, 2009), cuja forma identitária assenta na valorização do trabalho independente. A transação biográfica que a sustenta dá visibilidade a uma identidade para si como cervejeiro artesanal e que exerce uma profissão, na qual são atores imersos em uma estrutura de relações sociais que constrói uma identidade para si e para os outros, relacionada com as suas cervejas e o mercado de cervejas artesanais.

O cervejeiro “Pumpkin”, publicitário, professor universitário e dono de agência de publicidade, inicialmente produzia cerveja em casa, com recursos próprios adquiriu as panelas, comprou os insumos, realizou um curso sobre fabricação de cervejas. Quando iniciou a produção, era para consumo próprio. No segundo momento, mesmo sem os registros legais da cervejaria, começa a vender para os amigos. Com o aumento da demanda, no último ano (2017), iniciou a produção em uma fábrica de terceiros, investindo os recursos obtidos na venda da cerveja para produzir mais cervejas. Ao relatar o início de sua produção, destaca a preocupação em elaborar receitas únicas, exclusivas, que relacionem um estilo de cerveja com a identidade da marca da cervejaria.

Quando eu comecei a fazer cerveja, eu me preocupei em fazer uma pesquisa, quem eram as cervejarias aqui no mercado, e que tipo de cerveja elas vendiam. Porque eu pensei assim, se eu começar a fazer igual a eles, os caras me sufocam. Vou fazer uma *Pilsen*. O cara ali faz milhares de litros de *Pilsen*, muito mais barato que eu, para quê? Por isso, a ideia de fazer coisas diferentes. Fazer uma *Stout*, fazer uma *pumpkin*, uma *fruit bier*, são tudo cervejas que tu não vais encontrar. E a minha ideia de cerveja é isso, de trazer uma experiência diferente para a pessoa.

Esta identidade justifica-se através dos caminhos percorridos, pois pretendem obter seu reconhecimento, relacionado com o contexto da fabricação de cerveja, através dos aspectos importantes da natureza do seu trabalho, que remetem a uma sensação de recompensa e satisfação encontrada na produção, que resulta em um produto distinguido pelas competências, na separação dos ingredientes, na elaboração das receitas, a paixão e o cuidado implantado em sua elaboração.

A identidade de empresário de si tem, no princípio da autonomia, o seu elemento-chave, ao mudar de carreira e valorizar o trabalho por conta própria, da flexibilidade de horário, do controle do ritmo de trabalho, da inexistência de relações hierárquicas, dos rendimentos instáveis, da crença numa relação virtuosa entre trabalho, mérito e salário e da responsabilização individual. Contudo, ser soberano de si próprio implica em assumir a total responsabilidade pelos respectivos sucessos e fracassos, e estes dependem quase exclusivamente do reconhecimento público das suas competências profissionais e da sua capacidade de se vender enquanto produto. As relações com os consumidores são, por isso, o espaço social de reconhecimento socioprofissional e a “marketização do eu”, a estratégia que permite ter sucesso num mercado fortemente concorrencial, o que implica não só vender-se como um produto, mas também gerir-se como uma empresa, e encerrar em si mesmo todas as áreas funcionais de uma empresa. Por isso, eles são responsáveis pela produção e pelo marketing, pela gestão de recursos humanos e pela gestão financeira. Eles definem o horário e a organização do trabalho; eles desenham campanhas de marketing; eles decidem sobre o seu investimento em formação e gerem autonomamente as suas carreiras; eles concebem estratégias de negócio que analisam e reformulam em função dos resultados. (ALVES, 2009).

Na entrevista com o cervejeiro “Pumpkin”, ele descreve a relação complementar entre o cervejeiro e o profissional de marketing, sua profissão inicial, e que influência houve na construção de sua marca de cervejas.

O Pumpkin olha para a cerveja como uma coisa diferente, como talvez um hobby diferente. O Pumpkin profissional de comunicação ele já olha aquilo ali como um negócio. Ele começa a olhar não só para a cerveja, mas toda a experiência, o comportamento de marca, embalagem, posicionamento, eu acho que isso me ajuda bastante, porque eu não preciso pagar para alguém fazer isso, eu sou um cara que pensa nisso aí também. Quando eu vou criar uma receita de cerveja, eu consigo trazer o “Pumpkin cervejeiro” e o “Pumpkin profissional”, os dois juntos.

O desejo de ser empresário de si dá visibilidade a um sistema de crenças que se fundamenta na autonomia e na iniciativa, da individualização e da responsabilização individual de que trata Beck (2011), na qual cada um é responsável por si, num mundo marcado pela incerteza, pelo risco e pela complexidade, que se fundamentam com base num presente onde impera “o novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009). Eles revelam o apoio aos novos modelos de organização do trabalho e aos princípios que os fundamentam; eles mostram a adesão às novas liturgias sociais: a performance, a soberania e a gestão de si (ALVES, 2009).

O entrevistado “IPA”, proprietário de cervejaria localizada em Porto Alegre/RS, graduado e mestre em ciência da computação, trabalhava em uma multinacional da área da tecnologia e largou o emprego para montar a cervejaria. Tinha como sócios a esposa e um casal de investidores que aportaram recursos no início da operação da fábrica para aquisição dos

primeiros maquinários. A esposa também faz cerveja, porém continua no seu emprego, e auxilia na elaboração de algumas receitas.

Quando eu pensei na ideia de vamos vender cerveja, então tá vamos abrir uma cervejaria. Como é que eu faço? Então tá, vamos escrever o plano de negócios. Comecei a escrever o plano de negócios e comecei a travar na parte de gestão. Porque eu sabia fazer cerveja, mas eu não sabia gerir um negócio, uma pequena indústria. Daí ali que eu senti a necessidade de fazer um curso. Isso em 2008. Aí eu me inscrevi, em 2008, para fazer um curso em 2009, no sentido de me dedicar, aí que eu tomei a decisão de largar o meu emprego. Eu conversei com a minha esposa e disse, cara, não vai dar, esse curso tem um mês de duração, eu vou ficar um mês lá depois, e eu recém tirei férias e a fábrica vai demandar e eu não vou conseguir. Então tá, é o seguinte, vamos sair, vamos se atirar e vamos fazer.

Ao mesmo tempo, Claude Dubar (1998, 2005, 2009), ao conceitualizar identidade e formas identitárias, auxilia na compreensão dos significados que os atores atribuem ao processo de que são protagonistas, no qual essas identidades, como as definições que cada um constrói sobre si próprio, são fundadas nas representações do mundo profissional e no lugar que ocupa nesse mesmo mundo. Essas identidades são o resultado da articulação de dois processos: um processo biográfico que permite a construção de uma identidade “para si”, com base nas categorias oferecidas pelas várias instituições, e nas quais o sujeito se revê, e um processo relacional, através do qual se constrói uma identidade “para o outro”, assente no reconhecimento de saberes, competências e imagens de si, propostas e expressas pelos indivíduos nos sistemas de ação (DUBAR, 2005).

As mulheres e o mercado de cervejas artesanais

Inicialmente os espaços no mercado de cervejas artesanais eram dominados pelos homens, e as mulheres ocupavam papel marginal na fabricação de cerveja e também como consumidoras. No cenário de uma marginalização de estereótipo, emergiu sobre as mulheres e as capacidades da preferência, um modelo que reforça a dominação masculina: as mulheres não têm o paladar para cerveja, e assim preferem cervejas frutadas ou doces, enquanto os homens, em oposição, preferem o sabor amargo de uma *Indian Pale Ale*, símbolo de uma cerveja verdadeira, uma cerveja masculina, e da superioridade cultural cervejeira dos homens, pois são eles que têm o poder de designar legitimidade. O perfil de sabor que é considerado legítimo é o que o palato deve conquistar em um masculinidade (MACEL, 2017).

Neste contexto, é criado no âmbito do mercado de cervejas artesanais, o Coletivo ELA (Empreender, Libertar e Agir), organizado por mestres cervejeiras de vários estados do Brasil, com o objetivo de desmistificar o machismo no mercado de cervejas artesanais – seja em rótulos, campanhas publicitárias, produção da bebida ou ainda no tratamento que muitas mulheres recebem como consumidoras.

Segundo postagem no grupo no Facebook:

ELA é uma cerveja-voz. Voz sonora, alta e feminina. Um grito forte dado por um coletivo de mulheres cervejeiras que querem desmistificar o machismo em um meio em que ele é ainda tão presente, seja em rótulos, campanhas publicitárias ou ainda no tratamento que muitas recebem trabalhando com cerveja ou apenas consumindo, e construir, junto a tantos outros, um mundo de igualdade. Igualdade política, social e de vozes. Esta causa não será silenciada. Essa é a resposta brassada por ELAs.

Este movimento acontece para, a partir de uma identidade feminina e de cervejeira, questionar o consumo e a fabricação de cerveja, marcados como uma construção masculina, podendo esta ser compreendida como um projeto construído e sustentado coletivamente em contextos específicos; entre eles, o mercado de cervejas artesanais, afetando diretamente a inserção de mulheres no mercado de cervejas artesanais.

Identificamos, em nosso trabalho de campo, que as mulheres³, ao se inserirem no mercado de cervejas artesanais, originam-se de áreas técnicas como Engenharia de Alimentos, Biologia, Biotecnologia, Farmacologia, atuando como prestadoras de serviços para microcervejarias no manuseio e na seleção dos ingredientes e na melhoria do processo de fabricação. Outro campo de atuação destacado é como *sommliere*⁴ ou donas de bares, atuando com a degustação de cervejas, sendo poucas as mulheres donas de cervejarias. Embora não tenhamos dados consolidados, em Porto Alegre, das treze cervejarias localizadas no bairro Anchieta, em apenas uma delas tem uma mulher como sócia, ao mesmo tempo que, atuando nestas cervejarias, no processo de produção, identifiquei cinco mulheres, outras poucas ainda atuam na parte de comunicação e gestão.

A construção desta identidade cervejeira está vinculada ao processo de criação de novas cervejarias, inserido no contexto de empreendedorismo, a partir da identificação de uma oportunidade decorrente de uma ideia inovadora, na qual (VALDEZ, DOKTOR, SINGER, & DANA, 2011) criam-se novos empreendimentos, que envolvem um perfil individual empreendedor e criativo, no sentido de criar uma cerveja única e inovadora, com a adição de novos ingredientes na elaboração das receitas.

Segundo o cervejeiro “Pumpkin”

Cerveja não é receita, é técnica. Tem coisas particulares das minhas receitas que hoje eu começo a ler. Por exemplo, na literatura americana de cervejas e eu digo, pô, eu já

3 Não existe um levantamento sobre o número de mulheres que atuam no mercado de cervejas artesanais, porém identifiquei nos eventos, nas entrevistas, na abertura de empresa de consultoria para este mercado, a participação em maior número nestas áreas técnicas, do que no setor de produção das fábricas.

4 *Sommeliere*, profissional especializado em bebidas que trabalha em restaurantes, bares e afins, responsável por garantir a escolha de uma cerveja de boa procedência e qualidade, pelo recebimento da bebida no estabelecimento comercial, pela elaboração da carta de cervejas, pela harmonização com os pratos do cardápio do restaurante e pela verificação se a bebida está pronta e em perfeitas condições de ser servida.

faço isso faz um tempo, só que eu não tinha lido, eu desenvolvi, como é que eu vou te dizer, por método de tentativa; em 2015, eu fiz 38 cervejas. Ali eu brassei⁵ para caramba. Todo final de semana eu fazia cerveja. E ali eu anotava tudo e via, se eu fizer assim, é melhor do que se eu fizer assado.

Neste processo de desenvolvimento, os cervejeiros não utilizam apenas habilidades físicas, mas conhecimento tácito (POLANYI, 2000) que, muitas vezes adquirido através de prática extensa e formação, permite explorar um conjunto de estímulos sensoriais e corporais, para saber o que fazer e, de modo intuitivo, quando fazê-lo (O'CONNOR, 2005).

O trabalho artesanal

O conceito de artesanato é utilizado para dar sentido a uma ampla variedade de recursos de trabalho utilizados pelos cervejeiros artesanais que se caracterizam pelos valores relativos à qualidade, atendimento, paixão, habilidade e atenção aos detalhes sensoriais, aromáticos, e na escolha dos ingredientes para elaboração das receitas. Podem trabalhar, na elaboração de receitas, de forma individual ou coletivamente, de forma colaborativa com outras cervejarias, e tendem a valorizar um ambiente de trabalho de autonomia em relação às suas práticas de trabalho e ao seu contributo criativo para o processo de produção.

O artífice explora essas dimensões de habilidade, empenho, compromisso e avaliação de um jeito específico. Focaliza a relação íntima entre a mão e a cabeça. Todo bom cervejeiro sustenta um diálogo entre práticas concretas e ideias; este hábito evolui para o estabelecimento de hábitos prolongados que, por sua vez, criam um ritmo entre a solução e a detecção de problemas (SENNETT, 2012).

Para Sennett (2012), todas as habilidades, inclusive as mais abstratas, começam como práticas corporais, e a compreensão técnica desenvolve-se através do poder da imaginação. O primeiro conhecimento viria por meio da mão que manuseia o objeto, o tato a serviço do conhecimento. A imaginação seria a capacidade humana, a partir da linguagem, que tenta orientar a habilidade corporal. Daí a ideia de uma conexão entre a mão e a cabeça, entre o pensamento e a ação. A utilização ou invenção de novas ferramentas viria complementar a exploração das possibilidades do objeto. Esse fato estimula ainda mais a imaginação do artesão, o qual aprende com as dificuldades que o objeto lhe impõe. A resistência e a ambiguidade resultam em uma experiência instrutiva na perspectiva de desenvolver o trabalho.

A entrevistada “Ambar”, dona de bar especializado em cervejas artesanais na cidade de Porto Alegre, formada em economia, atuou em bancos, e como os demais entrevistados, o

⁵ Brassagem é o processo de fabricação da cerveja, a brassagem ou maceração é a parte em que, por meio do cozimento do malte com água quente, convertemos o amido dos grãos em maltose e outros carboidratos que formarão o mosto.

abandono da carreira na área bancária se deu a partir do descontentamento com o trabalho que realizava. Durante o período de férias realizou cursos de *sommelier*, em São Paulo, e optou por trocar de carreira, iniciando o trabalho como *sommelier* em distribuidora de bebidas, e como consultora para bares e restaurantes sobre cartas de cervejas. Recentemente, montou um bar com recursos próprios, oriundos da economia no tempo em que trabalhava no banco.

Da criação de tudo isso que está acontecendo. E eu acho que quando tu trabalha com essa paixão, com esse amor, tu estuda sobre isso e tu consegue passar isso para o teu consumidor. Não é simplesmente um troço feito em massa para ter lucratividade. Tem muito por trás disso. O artesanal é isso. Seja um pão, do pãoeiro,, do nosso parceiro. O artesanal tem história, porque cada uma das coisas é feita com carinho, com estudo, com dedicação, procurando melhorar.

O trabalho artesanal, de acordo com Sennett (2012), apresenta três habilidades básicas: localizar, indagar e desvelar. A primeira seria a habilidade de encontrar a matéria; a segunda, a de pensar sobre as suas qualidades; a terceira, a de ampliar seu significado. Para Sennett, as possibilidades e as dificuldades de fazer bem as coisas aplicam-se ao estabelecimento das relações humanas. O que as pessoas precisam é praticar as relações interpessoais e aprender as habilidades de antecipação e revisão, a fim de melhorar tais relações, e aprender a trabalhar de forma cooperativa, compartilhando as informações.

A construção do mercado de cervejas artesanais passa, fundamentalmente, por uma história de construção coletiva, pelas associação de cervejeiros caseiros. No trabalho de campo identifiquei que todos os entrevistados participaram em algum momento da associação de cervejeiros artesanais, especialmente pela possibilidade de trocar informações sobre receitas, insumos, locais de vendas de equipamentos, avaliar suas cervejas em encontros de degustação, realização de cursos sobre áreas de interesse dos cervejeiros.

Segundo o cervejeiro “Barleywine”, que trabalha atualmente em um *brewpub*⁶, em Curitiba, anteriormente, trabalhava com manutenção de ar-condicionado, atividade que manteve após sua inserção profissional no universo da cerveja, quando da premiação de uma de suas cervejas caseiras, num concurso da Associação do Cervejeiros do Paraná. A partir do prêmio, foi convidado para trabalhar como cervejeiro de um *brewpub*, sendo responsável por elaborar as receitas do bar e dos clientes que quisessem elaborar sua própria cerveja. Inicialmente, manteve sua atividade paralela e, hoje, após quatro anos, continua trabalhando no *brewpub*, tem sua própria marca de cerveja e pretende abrir, no próximo ano, uma cervejaria, e dedicar-se integralmente ao seu empreendimento.

Os cervejeiros artesanais desenvolvem uma relação específica entre os saberes experienciados na prática, e seu trabalho não é só um meio para o fim que o transcende, pois suas ideias de artesanaria fundam-se em uma habilidade desenvolvida em alto grau, na qual,

⁶ *Brewpubs* são os bares que produzem a própria cerveja no local e só as vendem ali mesmo.

em dado momento, a técnica já não é mais uma atividade mecânica, mas que ele sente mais plenamente o que está fazendo, utilizando da reflexividade que dará um sentido a esta prática com muito mais profundidade (DUBAR, 2009).

O processo de elaboração da cerveja artesanal, segundo o entrevistado “IPA”, passa pelo processo de aquisição dos equipamentos, compra dos insumos, até a fabricação da cerveja.

Foi em 2006 que eu comprei o meu primeiro equipamento de cerveja. Comprei um equipamento que eram duas panelinhas de vinte litros, um balde de vinte litros. Comprei um kit que era para fazer cerveja de vinte litros. Com malte, lúpulo, fermento, tudo junto, um kit. Eu me lembro que na época eu paguei setecentos reais e eu fiz uma receita. A primeira receita ficou super boa. Eu fiquei bem orgulhoso, porque eu tomei a cerveja.

Os cervejeiros artesanais são os autores das receitas, responsáveis pela fabricação das cervejas e no início da operação são também os vendedores das cervejas, a partir da visita a bares e restaurantes para ofertar sua bebida; portanto, desenvolvem e executam um trabalho específico que se baseia em conceitos de habilidade e competência, do ambiente afetivo da cervejaria e da saída do seu trabalho sob a forma de cerveja, que é reconhecida e apreciada por outras pessoas (PALMER et al., 2010). Os cervejeiros artesanais dão prioridade à criatividade, tanto no sentido de inovação, para criar algo novo e único, como também no sentido de constantemente “criar” algo, através da qualificação, seleção, preparação e combinações de ingredientes e materiais. A identidade de cervejeiros artesanais é, por conseguinte, um processo complexo, para que ele seja formulado em todo o espaço físico (a cervejaria), com os objetos materiais (matérias-primas, ingredientes, equipamentos, rótulos) e com os cervejeiros de outras cervejarias.

Escolhas profissionais, estilos de vida e construção do mercado

No contexto contemporâneo, onde as escolhas profissionais aparecem cada vez mais associadas aos estilos de vida, a redescoberta da valorização do trabalho como cervejeiro artesanal transformou o setor numa opção atraente para os jovens adultos, uma área inovadora e, ao mesmo tempo, diferente, que passou a atrair um contingente de aspirantes de classe média e média alta, que mudaram seus percursos profissionais para trabalharem com cervejas artesanais. Segundo Giddens, o estilo de vida

(...) Pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo adota, não só porque essas práticas satisfazem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de autoidentidade.” (GIDDENS, 1997, p. 75).

Os estilos de vida tornaram-se uma das principais instâncias de construção de identidades, que afloram e ganham visibilidade no interior das práticas culturais. As maneiras de beber, comer, vestir, morar, associadas às escolhas literárias e artísticas, remetem a níveis de reconhecimento mais profundos – à classe social, à ocupação, mas também às opções éticas, políticas, estéticas e morais.

Neste processo, o cervejeiro artesanal vai ganhando visibilidade com a abertura, a partir da última década, de novas cervejarias, a multiplicação de publicações especializadas (livros, jornais, revistas, guias e manuais), dos programas de televisão, congressos, eventos, escolas voltadas à formação de cervejeiros e *sommeliers*. Tudo isso visa consolidar uma cultura cervejeira, produzindo o discurso público indispensável para que se possa avaliar a cerveja, posicioná-la no mercado e construir interesse por esse produto. Nesse contexto, o cervejeiro artesanal configura-se como agente cultural, como responsável por assinar e elaborar as cervejas artesanais, assim como o articulador da criação de associações e escolas de cervejas, pela experimentação e pela invenção estreitaram-se as colaborações com outros cervejeiros, intensificou o processo de trocas, promovendo o fortalecimento de uma nova rotina e impulsionando uma nova maneira de pensar o trabalho do cervejeiro, a produção, o mercado e os tipos de cervejas (BUENO, 2013).

Segundo o cervejeiro “Brown Ale”, formado em educação física, personal trainer, dono de cervejaria com dois sócios, sendo ele o único que se dedica integralmente à cervejaria, integra a direção de associação de cervejarias do Rio Grande do Sul e do Brasil, e destaca o trabalho colaborativo entre as cervejarias:

Só que na indústria cervejeira, quando tu estás falando de indústrias concorrendo, umas contra as outras, entende, isso não é normal. E aí tu vê isso acontecendo no meio empresarial. Tu vê isso acontecendo aqui. Doze cervejarias uma trocando ideia com a outra o tempo inteiro, no whatsapp o pessoal trocando ideias de receita, de processo, indicando fornecedor, e não sei o quê, um ajudando o outro, isso é a essência [...] elevada num outro patamar.

A expansão do consumo na sociedade contemporânea, de um modo geral, e no Brasil em particular, teve um impacto transformador na organização e na dinâmica das cervejas artesanais, que passou de setor associado aos ofícios e ao artesanato à esfera de produção cultural legitimada. Esse movimento levou a um reconhecimento e prestígio dos cervejeiros artesanais, associado a uma mudança de status (de artesãos a produtores intelectuais), indicando transformações correlatas no trabalho e no modo de produção. A sociedade de massa, a industrialização, a exigência de padrões pelo mercado e de normatizações pela indústria, transformaram as cervejas artesanais em universo valorizado e altamente complexo.

Da mesma forma, a literatura considera que os consumidores estão dispostos a pagar um prêmio para os produtos que lhes permitem sinalizar essa relação, em parte porque eles

derivam do estado, os produtos, “os valores simbólicos” que, segundo Velthuis (2005, p.142), “Mudou a atmosfera do mercado e transformou-o de um mercado de arte próprio em um mercado de commodities ou de investimento”. Os cervejeiros, assim como os *marchands* de arte, fazem uso de associação de diferentes significados para as transações econômicas – artista/distribuidor, revendedor/coletor – a fim de “marcar e simbolizar relações sociais com os artistas e colecionadores” (VELTHUIS, 2005, p.75).

Carroll e Swaminathan (2000) destacam que produtores especializados, como no caso da cerveja artesanal, permitem aos consumidores manifestarem-se acerca da qualidade e da autenticidade do produto e, ao mesmo tempo, optarem por um produto especializado. Eles estão atribuindo ao consumo uma ação de autoexpressão, que implica também em distinção social.

Segundo o cervejeiro “IPA”

Porque quando a gente começa a consumir e não é a revolução da cerveja artesanal, é a revolução do alto consumo agregado, é aquele que para de ir no Mac Donalds e vai para hamburgueira. Ele para de comer pizza hut e vai fazer a sua massa de pizza em casa, porque é mais legal, porque fica mais gostoso, etc. etc. É aquele que vai parar de consumir o bastantão e ele vai começar a consumir, daqui a pouco na feira que tem no final de semana, orgânica, de produto que ele sabe a procedência, ou seja, é consumo mais informado

Neste sentido, os gostos, na perspectiva bourdieusiana, confundem-se com a própria disposição estética:

[...] é também expressão distintiva de uma posição privilegiada no espaço social [...] Como toda espécie de gosto, ela une e separa: sendo o produto dos condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência, ela une todos aqueles que são produtos de condições semelhantes, mas os distinguindo de todos os outros e, a partir daquilo que têm de mais essencial, já que o gosto é o princípio [...] daquilo que serve de base para se classificar a si mesmo e pelo qual se é classificado” (BOURDIEU, 2007, p. 56)

As preferências dos consumidores por um produto “autêntico” são, portanto, de certa forma, destacadas pelas características socialmente construídas. No caso da cerveja artesanal, a cor, o aroma, o estilo da cerveja, os ingredientes, o cheiro são atributos relevantes para identificar o produto e lhes conferir uma identidade que está associada a um cervejeiro, e que também contribuem para a identidade dos consumidores.

Segundo o cervejeiro “IPA”, quando da abertura de sua cervejaria e pela escolha em não produzir cervejas no estilo *Pilsen*, ele reforça esta ideia de produzir algo autêntico.

O meu planejamento foi esse aqui eu vou fazer isso aqui. Não, mas é que toda a cervejeira faz Pilsen, tá mas e aí? Eu não quero ser todo cervejeiro eu quero fazer algo diferente. E eu adoro Pilsen, não me entenda mal. O pessoal acha que eu odeio Pilsen, cara eu acho muito bom. Só que na proposta que eu tinha de fazer da “cervejaria” a gente

quis criar coisas que tivessem um diferencial de mercado forte. E que óbvio, eu ia ter muito mais trabalho para conseguir consolidar, mas ao mesmo tempo, no momento que eu conseguisse consolidar, eu teria dado um grande passo. E que é um nicho.

Os cervejeiros artesanais das pequenas cervejarias têm mais probabilidades do que os seus concorrentes de maior porte de personalizar as suas ofertas para as necessidades do cliente, considerando que estes produtores atuam em nichos específicos, enquanto os grandes produtores atuam em grandes segmentos (CARROL et al., 2009), pois os produtores artesanais investem sua personalidade no objeto produzido, preocupam-se com o trabalho que estão realizando; ao mesmo tempo, os objetos produzidos são vistos como manifestações de sua identidade e que representam o encontro de habilidades cognitivas, manuais, ingredientes, ferramentas, equipamentos e o ambiente de produção, que garantem uma materialidade tangível, a ser saboreada e apreciada pelos consumidores.

Para a cervejeira “Ambar”

Eu acho que hoje o nosso consumidor ele quer consumir mais informação. Ele não quer consumir só o produto. Ele quer saber de onde veio, ele quer conhecer as pessoas que fazem. Ele quer interagir, ele quer ir na fábrica, sabe, então esse é o consumidor moderno que sabe.

De acordo com Steiner (2006), o mercado como estrutura social é formado a partir da relação de confiança entre os atores que dele participam, além da história e da coordenação social existentes no próprio mercado, com suas estruturas, conflitos e dependências (ABRAMOVAY, 2004). Acredita-se, com isso, que a criação desse mercado deverá vir como resultado de um trabalho de coordenação da própria comunidade sobre si mesma, mesmo porque não é possível que ele surja como um resultado espontâneo (STEINER, 2006). Esse mercado leva em consideração os fatores relacionais, políticos, culturais e outros que intervêm na sua formação, paralelamente aos fatores econômicos. Nessa construção, um estudo importante é o relativo ao levantamento das referências comuns, tais como a origem da cerveja, a forma de produção e os atributos do produto, além dos atores sociais que participam do processo e que farão parte do trabalho de construção do tipo de produto, a cerveja artesanal que será lançada no mercado.

É preciso assegurar-se de que os produtores não se comportem de maneira oportunista, para tirar vantagem das diversas formas de comercialização, (...) o que enfraqueceria o conjunto de produtores. (STEINER, 2006, p. 50).

Pierre Bourdieu sugere que o estudo de um determinado espaço social passe pelo estudo dos principais agentes que atuam nele, pois são eles que

(...) criam o espaço, isto é, o campo econômico, que só existe pelos agentes que se encontram nele e que deformam o espaço na sua vizinhança, conferindo-lhe uma certa estrutura. Dito de outro modo, é na relação entre as diferentes “fontes de campo”, isto é, entre as diferentes empresas de produção, que se engendram o campo e as relações de força que o caracterizam. (BOURDIEU, 2005, p. 23).

O mercado é analisado como um fenômeno econômico embutido numa estrutura de relações sociais que tanto podem ser tornadas maleáveis pelas forças da estrutura social e da ação coletiva, como ficar bloqueadas por essas forças (GRANOVETTER, 2003). As relações sociais influenciam a forma como o produto é visto, especialmente nos festivais e feiras de cerveja artesanal. Nestes espaços é possível o contato entre os produtores de cervejas artesanais e os consumidores, permitindo formar-se uma imagem acerca do objeto de consumo, através da compra de um copo da cervejaria, de uma camiseta, que possibilitam uma lembrança permanente da cervejaria.

É neste contexto que os cervejeiros artesanais lidam atualmente com os desafios contemporâneos do mercado de trabalho e da empresarialização de si como pessoa e profissional, quer da forma como novos segmentos de mercado são socialmente estruturados como alternativas, simultaneamente, laborais e de consumo, ao mesmo tempo em que o conjunto do seu trabalho envolve uma complexidade de subjetividades, estratégias e criativização, para produzir algo autêntico para se destacar em um mercado em crescente expansão.

A expansão de microcervejarias, ao longo da última década, é decorrente de um percurso de empresarialização de cervejeiros artesanais, que transformam um hobby de fazer cerveja em casa, em panelas, para o consumo próprio e para beber entre amigos, em uma nova carreira, reconvertendo suas trajetórias profissionais para a identificação como cervejeiro artesanal, responsável pela abertura de novas microcervejarias, utilizando-se do conhecimento e das habilidades aprendidas e desenvolvidas neste fazer artesanal, para a criação de novas receitas e testagem de novos ingredientes, com os quais são produzidos um pequeno número de garrafas para serem provadas e, posteriormente, colocadas no mercado.

Os recentes movimentos de maximização de valores, que modificaram as esferas tradicionais do mundo do trabalho como competência, profissionalização, expertise e desempenho encontram-se aliados aos valores de criatividade, ludicidade, expressividade e do prazer, e as novas relações colaborativas, em contraponto à competitividade. Estes valores, articulados ao estudo do empreendedorismo contribuirão, de forma efetiva, para o crescimento econômico e, subsequentemente, para a criação de novos empregos. A valorização do trabalho criativo, a educação para o empreendedorismo e o aperfeiçoamento tecnológico constituem a raiz para que novos processos de inserção profissional, pela via da inovação, sejam efetivados.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Soc.** São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, nov. 2004.
- ALVES, N. **Inserção Profissional e Formas Identitárias.** Lisboa: Educa/UI&DCE, 2009.
- _____. **Juventudes e Inserção Profissional.** Lisboa: Educa/UI&DCE, 2008.
- BARBOSA, L. **Sociedade de Consumo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BECK, U. Sociedade global de risco: na busca da segurança perdida. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BECKER, H. **Mundos da arte.** Lisboa: Livros Horizonte, 2010.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. O Campo Econômico. **Política & Sociedade**, n. 6, 2005, p. 15-57.
- BUENO, M. L. . Gastronomia e sociedade de consumo. Tradições culturais brasileiras e estilos de vida na globalização cultural. In: REINHEIMER, P.; SANT'ANNA, S. Parracho (Org.) **Manifestações artísticas e ciências sociais: reflexões sobre arte e cultura material.** Rio de Janeiro: CULTIS, UFRJ/Folha Seca, 2013.
- CARROLL, G. R; SWAMINATHAN, A. Why the Microbrewery Movement? Organizational Dynamics of Resource Partitioning in the U.S. Brewing Industry. **American Journal of Sociology**, 106:715-62, 2000.
- _____. and WHEATON, D.R. The organizational construction of authenticity: an examination of contemporary food and dining in the U.S. **Research in Organizational Behavior** 29: 255-282, 2009.
- CAMPBELL, C. The Craft Consumer: Culture, craft and consumption in a postmodern society. **Journal of Consumer Culture**, 5: 23, 2005.
- DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
- DUBAR, C. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação.** São Paulo: Editora USP, 2009.
- _____. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação & Sociedade**, 1998, 19 (62), 13-30.
- DUBET, F. **Sociologia da experiência.** Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- FERREIRA, V. S. Artes e manhas da entrevista compreensiva. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 979-992, sep. 2014.
- _____. Das Belas Artes à arte de tatuar: dinâmicas recentes no mundo português da tatuagem. In: ALMEIDA, M. I. M., PAIS, J. M. (Orgs.). **Criatividade & Profissionalização: Jovens, subjectividades e horizontes profissionais.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013, p. 55-99.
- GARCIA-PARPET, M.-F. Mundialização dos mercados e padrões de qualidade: “vinho, o modelo francês em questão”. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 129-150, nov. 2004.
- _____. *Estilos de vida e maneiras de beber: a oferta dos bens de prescrição enológica.* In: BUENO, M.L., CAMARGO, L.O.L. **Cultura e consumo: estilos de vida na contemporaneidade.** São Paulo: Editora Senac, 2008.
- GEERTZ, C. **A interpretação da cultura.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade pessoal.** Lisboa: Oeiras, 1997.
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (org.). **A Nova Sociologia Econômica.** Oeiras: Celta Editora, 2003.
- LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável.** São Paulo: Ática, 1997.
- _____. **O homem plural: os determinantes da ação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

- _____. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre, Artmed, 2004.
- _____. Patrimônios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual. In: **Sociologia**. Problemas e Problemáticas. n. 49, 2005.
- _____. **A cultura dos indivíduos**. São Paulo: Artmed Editora, 2006.
- Maciel, A. F. (2017). **Cultural Tensions between Taste Refinement and Middle-Class Masculinity**: A Case Study of Craft Beer Aficionados. In N. G. Chapman, J. S. Lellock and C. Lippard (Ed.), *Untapped: Exploring the Cultural Dimensions of Craft Beer* (pp. 203-21). West Virginia University Press.
- MALINOWSKI, B. C. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- O'CONNOR, E. Embodied knowledge: The experience of meaning and the struggle towards proficiency in glass-blowing. **Ethnography** 6 (2), 183e204, 2005.
- PAIS, J. M.; FERREIRA, V. S. **Tempos e Transições de Vida**: Portugal ao Espelho da Europa. Coleção Atitudes Sociais dos Portugueses, Lisboa:Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- PALMER, C., COOPER, J., BURNS, P. Culture, identity and belonging in the “culinary underbelly”. **Int. J. Cult. Tourism Hospit.** 4 (2), 311e326, 2010.
- PODOLNY, J. M. 1993. A Status-Based Model of Market Competition. **American Journal of Sociology** 98:829-72.
- POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Dados Disponíveis em: <<http://www.sebrae.com.br/setor/comercio-varejista/o-setor/cenario-e-tendencia>>. Acesso em julho de 2016.
- SENNETT, R. **Juntos**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- _____. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SCHNEIDER, Sérgio. Prefácio. In: RADOMSKY, G. **O poder do selo**. Imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedades intelectual no sistema agroalimentar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- Schnell, S. M. **Deliberate identities**: Becoming local in America in a global age. *Journal of Cultural Geography*, 2013, 30 (1): 55–89
- STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.
- VALDEZ, M. E., DOKTOR, R. H., SINGER, A. E., & DANA, L.-P. Impact of tolerance for uncertainty upon opportunity and necessity entrepreneurship. *Human Systems Management*, 30(3), 145-153, 2011.
- VELTHUIS, O. **Talking Prices: symbolic Meanings of Prices on the Market for Contemporary Art**. New Jersey, EUA: Princeton Studies in Cultural Sociology, 2005.
- ZELIZER, V. A. Dualidades perigosas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 237-256, apr. 2009.
- _____. Dinheiro, poder e sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.32, p. 135-157, jun. 2009.

Recebido em: 16/01/2018

Aceito em: 31/03/2018

A CONFORMAÇÃO DE ADEPTOS DA “GESTÃO SUSTENTÁVEL”: Investigando a “turma da sustentabilidade” da FGV-EAESP

THE CONFORMATION OF THE ADHERENTS OF “SUSTAINABLE MANAGEMENT”: investigating THE FGV-EAESP’s “sustainability group”

Bruno Costa Barreiros*

Resumo

Ancorando-se nos aportes da praxeologia bourdieusiana e do institucionalismo sociológico, este trabalho investiga como a FGV-EAESP forma profissionais adeptos do modelo sustentável de gestão. A análise se concentra na principal disciplina sobre o modelo sustentável voltada a alunos dos cursos de graduação: a Formação Integrada para a Sustentabilidade (o “FIS”). Para tanto, um conjunto de métodos e técnicas foi empregado: a) observação participante; b) pesquisa documental; c) entrevistas em profundidade com ex-alunos do FIS e com docentes da escola vinculados ao tema da sustentabilidade; d) análise de vídeos sobre o FIS e de fotografias das atividades do curso. A análise sociogenética do FIS mostra que o curso emerge de um processo de divergências e convergências entre os diversos tipos de agentes que participam da escola de negócios, bem como de três fatores influenciadores diretamente relevantes: 1) as relações da FGV com seus parceiros empresariais e suas demandas; 2) as prescrições normativas da ONU; 3) uma comunidade acadêmica internacional que reivindica a favor do desenvolvimento sustentável. O FIS se constitui como um ambiente que favorece a modelagem, por meio de táticas heterodoxas de ensino gerencial, de um tipo de gestor considerado como “novo” e “diferente”, que no espaço empresarial brasileiro tem sido chamado de “líder sustentável” ou de “gestor que adere à sustentabilidade”. A análise deste caso contribui para entender a construção social do tipo de agente que simboliza a cada vez mais avançada instituição da Sustentabilidade Empresarial no Brasil.

Palavras-chave: Sustentabilidade Empresarial. Escolas de Negócios. Institucionalização. Sociologia Econômica.

Abstract

Based on the contributions of bourdieusiana praxeology and sociological institutionalism, this work investigates how FGV-EAESP forms professionals adhering to the sustainable management model. The analysis focuses on the main course directed to undergraduate students: The Integrated Training for Sustainability (ITS). This research used a set of methods and techniques: a) a participant observation; b) documentary research; c) in-depth interviews with ITS alumni and with the business school teachers related to theme of sustainability; d) analysis of ITS’ videos and photographs. The sociogenetic analysis of the ITS shows that the course emerges from a process of divergences and convergences between the different types of agents that participate in the business school, as well as three directly relevant influencing factors: 1) FGV relations with its business partners and their demands; 2) the normative prescriptions of the UN; 3) an international academic community that calls for sustainable development. The ITS constitutes itself as an environment that favors the modeling, through heterodox tactics of managerial teaching, of a type of manager considered as “new” and “different”, which in Brazilian business space has been called the “sustainable leader” or the “manager that adheres to sustainability”. The analysis of this case contributes for the understanding of the social construction of the type of agent that symbolizes the increasingly advanced institution of Corporate Sustainability in Brazil.

Keywords: Corporate Sustainability. Business schools. Institutionalization. Economic Sociology.

* Mestre e doutorando em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, com período de estágio doutoral na École Normale Supérieure de Paris. Bolsista CNPq. Email: barreirosbc@gmail.com

Introdução

A temática deste trabalho se insere em uma das dimensões de análise mais importantes para entender os fundamentos das práticas econômicas: os conjuntos de códigos culturais que caracterizam os grupos sociais. Uma estratégia de pesquisa nesse sentido tem sido a investigação de fenômenos economicamente relevantes e que tenham um apelo de revisão ou renovação das mentalidades¹. Mais recentemente, um fenômeno do espaço empresarial cumpre com essas características de interesse: a “Sustentabilidade Empresarial”.

Assume-se aqui que a “Sustentabilidade Empresarial” (a sigla SE será usada ao longo desse texto) é uma instituição derivada da “filantropia empresarial” e da “responsabilidade social corporativa”, como mostram estudos recentes no campo da sociologia econômica (SARTORE, 2012; BOTTA, 2013). A SE envolve determinados códigos culturais, explícitos e implícitos, além de práticas peculiares (e.g., modo de gerenciar que enfatiza a análise da cadeia de valor dos produtos; gestão empresarial que tenta equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental): tudo direcionado no sentido do que seria um novo modelo de negócios, de empresa e de *manager*, e que se coloca em oposição ao chamado *business as usual*. Dentre as fontes principais de aprendizagem e incorporação dos códigos culturais da SE, que estão disponíveis tanto aos neófitos como aos agentes já engajados, destacam-se as próprias empresas onde trabalham, as escolas de negócios nas quais buscam se capacitar e os casos mais exemplares de líderes que aderem à SE.

A institucionalização da SE no Brasil ocorre em diversos níveis do espaço econômico a partir da década de 1990. No nível das associações empresariais, um exemplo é a consolidação do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS): criado em 1997, atualmente já reúne um conjunto de 86 empresas, que são responsáveis por 40% do Produto Interno Bruto do Brasil. No âmbito educacional e de formação, o destaque é o surgimento do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces), em 2003, com programas orientados para a formação de gestores, pesquisa e produção de conhecimento, articulação e intercâmbio, bem como de mobilização e de comunicação.

Diante do processo de institucionalização da SE, este artigo propõe debater as seguintes questões: qual é a estratégia da principal escola de negócios do país na formação de gestores adeptos da SE? Quais são as táticas empregadas para a transmissão de determinados esquemas cognitivos e linguísticos? Que tipo de gestor surge como resultado dos processos de aprendizagem? Que sentidos atribuem a uma formação direcionada para a “gestão sustentável”? Esta linha de trabalho é um recorte de uma pesquisa doutoral mais ampla e atualmente em curso que trata do processo de institucionalização da Sustentabilidade Empresarial (SE) no Brasil².

1 *A ética protestante e o espírito do capitalismo* de Max Weber (1996) se constitui como o trabalho pioneiro nesse sentido.

2 Agradeço ao CNPq pela bolsa de doutorado que torna viável essa pesquisa.

Baseando-se nos aportes da praxeologia bourdieusiana e do institucionalismo sociológico, este trabalho recorre a diferentes fontes, técnicas de coleta de dados e modos de análise. Objetiva-se compreender e explicar o processo de transmissão cultural da SE na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), a partir de uma investigação sobre a principal disciplina vinculada ao tema e direcionada aos alunos de graduação, a chamada Formação Integrada para a Sustentabilidade (FIS)³. A discussão dos resultados começa pelo entendimento dos condicionantes sociohistóricos que ajudam a explicar um interesse por uma “educação para a sustentabilidade” na FGV-EAESP, mapeando a estratégia e as táticas empregadas no caso do FIS, e culmina com os aspectos distintivos de um novo tipo de *manager* unguído nos processos de ensino-aprendizagem do FIS. Antes, porém, são apresentadas a fundamentação teórica e o método deste estudo.

Fundamentação teórica: entre a perspectiva bourdieusiana e o institucionalismo sociológico

Esta investigação pode ser enquadrada naquilo que Bourdieu (2007, p. 205) denominou como “sociologia da transmissão institucionalizada da cultura”. A cultura é aqui entendida como um “repertório comum de respostas a problemas recorrentes [...], um conjunto comum de esquemas fundamentais previamente assimilados” (BOURDIEU, 2007, p. 208). Os esquemas cognitivos e linguísticos são as formas de pensar e de se expressar, respectivamente, sendo transmitidos principalmente via sistemas de ensino (BOURDIEU, 2007).

Exatamente da mesma forma que a religião, a cultura de uma escola, e aqui trataremos de uma escola de negócios, promove as categorias de pensamento que tornam possível a comunicação entre os agentes participantes (BOURDIEU, 2007)⁴. O produto final da atividade de ensino, que não deixa de ser um processo de socialização institucional (BILAND, 2010), se define pelos “indivíduos programados, quer dizer, dotados de um programa homogêneo de percepção, de pensamento e de ação, que constituem o produto mais específico de um sistema de ensino” (BOURDIEU, 2007, p. 206).

Para criar esses “indivíduos programados”, a escola necessita que a transmissão cultural seja metódica, o que diz respeito diretamente ao que Bourdieu (2007) concebe como “transmissão institucionalizada”. A dimensão de análise disposicional é muito relevante aqui na medida em que, mais do que a transmissão de uma cultura, as escolas propiciam as condições para a incorporação de disposições mais gerais e que têm potencial generativo de práticas nos mais diversos campos sociais (BOURDIEU, 2007).

3 O FIS inclusive tem servido como fundamento pedagógico para outras iniciativas mais recentes da FGV-EAESP ligadas à “gestão sustentável”, tais como o Mestrado Profissional em Gestão para a Competitividade - Linha Sustentabilidade.

4 É interessante destacar que essa tese de Bourdieu (2007) surge de uma crítica que ele faz a Durkheim, que relegou o papel da educação ao segundo plano quando comparado com o da religião.

Nesse sentido, é interessante trazer os aportes de Bernard Lahire (1999), um dos pesquisadores que partem de Bourdieu e que mais avançou sobre o assunto da transferência de disposições⁵. Lahire (1999) recomenda que a verificação da transferência disposicional envolva um estudo detalhado sobre o modo de socialização. Se queremos fazer uma sociologia atenta à transmissão de esquemas cognitivos e linguísticos, então é preciso saber o que é transmitido e como se transmite em relações tais como as que ocorrem entre professores e alunos ou entre pais e filhos (LAHIRE, 1999).

É justamente nesse sentido que interessa investigar sobre como a “sustentabilidade empresarial” se institucionaliza: com formas próprias de transmissão cultural, ganhando materialidade como centro de estudos específico na FGV (i.e., o GVces), com uma série de disciplinas correspondentes, com professores e alunos engajados, leituras obrigatórias, manuais escolares produzidos, e métodos de ensino empregados. Nesse processo, a disciplinarização da SE provavelmente contribui para valorizar o que seria uma cultura e uma instituição correspondente, favorecendo o surgimento de seus adeptos e defensores como modelo de negócios e de gestão.

Investigar a construção social de uma instituição, uma sociologia da institucionalização, tal como propõem Jacques Lagroye e Michel Offerlé (2010), implica em realizar uma sociogênese daquilo que é instituído, compreendendo assim as condições sociais de sua produção, os agentes participantes e as suas transformações ao longo do tempo. Seidl (2016) sistematiza essa perspectiva explicando que falar em instituição significa ressaltar que: a) há um sistema de relações ancorado em regras que são preservadas pelos agentes interessados; b) as condutas dos membros da instituição são relativamente duráveis e associadas ao pertencimento institucional; c) podem ser verificados mecanismos de enquadramento e controle organizados. É válido frisar que os aportes do institucionalismo sociológico são bastante compatíveis com a praxeologia bourdieusiana (FREYMOND, 2010). Afinal, em ambas as perspectivas, os espaços de interação são construídos socialmente e os agentes possuem papéis institucionais condizentes com as suas posições, mobilizando recursos práticos e simbólicos nas lutas que travam entre si (FREYMOND, 2010).

Dois estudos relativamente recentes destacam o processo de institucionalização da SE no Brasil, com abordagens próximas tanto da perspectiva bourdieusiana como do institucionalismo sociológico: Sartore (2012), sobre a financeirização da sustentabilidade; Botta (2013), acerca do emergente mercado de consultorias especializadas no assunto. Apesar dos méritos e das inovações desses trabalhos, a compreensão da institucionalização da SE no Brasil ainda está incompleta. A sustentação para tal argumento se inspira em um retorno a Berger e Luckmann (2014): para compreender qualquer forma de institucionalização, é fundamental analisar o processo de tipificação das ações habituais dos atores que participam da instituição. Tal processo

⁵ Lahire acompanha Bourdieu, ainda que com ressalvas, quanto a um dos conceitos-chave da sua sociologia: a ideia de disposição. Enquanto Bourdieu enfatiza o caráter unívoco do *habitus*, a sociologia psicológica opta pela valorização da heterogeneidade do “homem plural” (LAHIRE, 1999). No que tange a este debate, este trabalho tende a concordar com Lahire.

de tipificação envolve a construção de tipos de indivíduos que definem as instituições (e.g., o padre no catolicismo). No que tange ao fenômeno da SE, o tipo de agente central vem sendo chamado de “gestor que adere à sustentabilidade” ou “líder sustentável”⁶.

A construção de “líderes sustentáveis” implica também em um processo educacional, a ser investigado nas mais importantes escolas de negócios. As escolas de negócios têm sido importantes espaços para entender a circulação internacional (i.e., exportação e importação) de modelos cognitivos (DEZALAY e MADSEN, 2013), com um representativo papel na estruturação de espaços econômicos (FOURCADE e KHURANA, 2013), principalmente com a disseminação dos *Master Business Administration* (MBAs)⁷.

Método

A investigação envolveu as seguintes frentes de análise: 1) a história de uma “educação para a sustentabilidade” na Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-EAESP) e seu ganho de corpo como centro de estudo e cursos formalizados; 2) formas de transmissão cultural (e.g., cursos específicos, metodologias de ensino, materiais didáticos); 3) códigos culturais transmitidos nas relações entre professores e alunos, bem como nos documentos e registros audiovisuais relativos à principal disciplina sobre sustentabilidade na escola, a Formação Integrada para a Sustentabilidade (tratada pelos participantes da FGV como o “FIS”); 4) discursos dos agentes participantes da chamada “turma da sustentabilidade” da FGV, que congrega docentes, membros colaboradores do GVces, alunos e ex-alunos interessados no assunto acerca do que significa ser gestor, empresa sustentável, formação para a sustentabilidade, dentre outros temas correlatos.

No que concerne às fontes e técnicas de coleta de dados utilizadas, destacam-se: a) o site da FGV-EAESP, especialmente a página do Centro de Estudos em Sustentabilidade, o GVces; b) uma observação participante feita em uma aula do FIS em agosto de 2016; c) 12 entrevistas em profundidade, sendo duas com docentes da FGV-EAESP que ministram aulas sobre sustentabilidade e 10 com ex-alunos da escola e que cursaram o FIS, chamados de “FISers” (será utilizada essa nomenclatura para se referir aos ex-alunos entrevistados⁸); d) vídeos e fotos disponíveis no *Youtube* e na *fan page* do FIS no *Facebook* de alunos, docentes e membros do GVces sobre os cursos e iniciativas da FGV voltados à sustentabilidade; e) a obra-referência do FIS, elaborada pelo GVces (2016) intitulada *Guia de Fundamentos e práticas – versão 1.0*.

6 Um aprofundamento maior sobre esses “líderes sustentáveis” é parte da minha pesquisa de doutorado em andamento. O principal exemplo do uso nativo da ideia de “líderes sustentáveis” no espaço empresarial é a Plataforma de Liderança Sustentável, um movimento social de *top managers* que é coordenado pelo consultor Ricardo Voltolini e sua empresa Ideia Sustentável.

7 É válido frisar que a FGV foi a primeira escola de negócios do país a receber creditações internacionais. Atualmente, é uma das poucas do mundo que possui reconhecimento das três principais acreditadoras no mundo, condição conhecida como *triple-crown accreditation* (AACSB, EFMD e AMBA).

8 Os ex-alunos ocupam geralmente cargos de trabalho vinculados ao tema da sustentabilidade, sendo que duas entrevistadas trabalham no próprio GVces.

Todas as entrevistas com ex-alunos⁹ foram feitas via software *Skype* e duraram aproximadamente 40 minutos, sendo realizadas em janeiro de 2017 e em agosto de 2017. O estilo de entrevista adotado foi bastante próximo ao método narrativo de Jovchelovitch e Bauer (2012), tendo como mote inicial “Como a sustentabilidade entrou na sua vida?”, seguindo adiante com perguntas predominantemente imanentes (i.e., próprias de cada entrevista e, portanto, distintas daquelas delimitadas *a priori* pelo entrevistador). O recrutamento dos entrevistados se deu por convite do próprio pesquisador e por anúncio em rede social feito por uma integrante do GVces a pedido do pesquisador. Já as entrevistas com docentes ocorreram na sede da FGV-EAESP, em suas salas, em agosto de 2016, sendo previamente agendadas por e-mail. As entrevistas contemplaram temas tais como trajetórias de vida, significados subjetivos sobre a “sustentabilidade”, lugar que os interessados pelo tema ocupam dentro da FGV-EAESP e a vivência no FIS.

Os dados foram organizados e analisados no software *QDA Miner* da Provalis Research para pesquisas qualitativas. A opção por tal ferramenta se deve à existência de diferentes tipos de dados coletados: registros textuais, fotográficos e audiovisuais. O software *QDA Miner* permite o levantamento de categorias a partir de análise de conteúdo temática e contempla todos os tipos de registro em um só arquivo, o que facilita muito a análise de dados qualitativa.

Discussão dos resultados

Os resultados são apresentados nesta seção em dois tempos. Primeiramente, compreenderemos as condições sócio-históricas que favoreceram a emergência de uma educação gerencial voltada para a sustentabilidade na FGV-EAESP. Depois, veremos quais são as estratégias e as táticas empregadas que operacionalizam a transmissão cultural e que repercutem na conformação de um tipo de “indivíduo programado”: o adepto da gestão sustentável.

A “educação para a sustentabilidade” na FGV-EAESP: elementos condicionantes

A FGV-EAESP surgiu nos anos 1950 com apoio da United States Agency for International Development (USAID), como estratégia de consolidação do *management* no contexto da Guerra Fria (ALCADIPANI e BERTERO, 2012). Desde a segunda metade do século XX, a FGV vem se consolidando como uma instituição chave para entender a legitimação de doutrinas jurídicas e empresariais no Brasil, a partir de modelos alinhados com a ordem econômica internacional (ENGELMANN, 2013). Trata-se então de um ambiente de importação e adaptação de saberes estrangeiros, principalmente estadunidenses.

⁹ Os FISers entrevistados foram integrantes das seguintes edições: FIS 1 (2010), FIS 3 (2011), FIS 5 (2012), FIS 9 (2014), FIS 10 (2015), FIS 11 (2015) e FIS 13 (2016).

A chegada dos princípios sustentáveis de educação gerencial na FGV, o chamado “modelo sustentável” (VASCONCELOS *et al.*, 2013), não se deu apenas pela via das transações simbólicas com os EUA e da disseminação do *management*. Concomitantemente aos debates em torno da conferência Eco-92 da ONU, que ocorreu no Rio de Janeiro, começam a aparecer registros de professores que se ocupavam com o tema da sustentabilidade na FGV. Era um momento de emergência da “lógica sustentável” em todo o mundo (e.g., equiparação da preservação ambiental à necessidade de desenvolvimento econômico). A partir desse período, as empresas e as escolas de negócios passam a se perguntar sobre como formar gestores para os novos desafios socioambientais (VASCONCELOS *et al.*, 2013).

Dentre os primeiros docentes que tratavam do assunto na FGV-EAESP, segundo os dois professores entrevistados, o destaque é José Carlos Barbieri, que ministrava disciplinas sobre gestão ambiental. Durante toda a década de 1990, a SE não aparecia sob a forma de disciplinas ou de centros de estudos na FGV, apenas em aulas isoladas de professores como Barbieri. Foi só a partir de 2003 que o processo de institucionalização se tornou mais visível, com a criação do Centro de Estudos em Sustentabilidade (o GVces), sob a liderança dos professores Rubens Mazon, Gladis Ribeiro e Mario Monzoni.

Com a criação do GVces em 2003, a sustentabilidade passa a ter um centro na escola que produz e dissemina todo tipo de curso, disciplina, publicação e consultoria relacionado ao tema. É precisamente a existência desse centro que torna a FGV-EAESP uma peça-chave para um emergente mercado do início do novo milênio: o mercado do investimento socialmente responsável nas bolsas de valores (SARTORE, 2012). Dentre as ações mais conhecidas do GVces, estão a formulação de desenhos metodológicos para a construção do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa em 2005, que colocou a sustentabilidade no espaço das finanças *mainstream* (SARTORE, 2012), e para o *Guia Exame de Sustentabilidade* de 2007 a 2015, da *Revista Exame*. Muito mais importante do que delimitar métricas que correlacionem lucratividade com “sustentabilidade empresarial”, as frentes de atuação do centro refletem a abrangência e a “genuína vontade de transformar a sociedade” (GVces, 2017), estampada na missão organizacional e implícita nas falas dos docentes entrevistados.

A “educação para a sustentabilidade” na FGV-EAESP, que conta sempre com membros do GVces, parte de uma sensibilização em relação aos ditos “desafios globais” e progride no sentido de uma maior especialização técnica, com disciplinas voltadas para as ferramentas de “gestão sustentável”. “Os calouros são sensibilizados em relação a suas pegadas ecológicas” (Docente 1), a partir de livros como *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração* do economista espanhol Joan Martínez Alier. Os alunos intermediários participam do que os professores chamam de “aula *teaser*”, cujo mote é “apresentar desafios globais que afetam as organizações e que estão relacionados ao meio ambiente e à sociedade” (Docente 1), o que também poderíamos considerar como uma tática de sensibilização. Por fim, os veteranos, principalmente aqueles mais dedicados à ênfase da sustentabilidade, que é uma dentre as ênfases

possíveis (e.g., finanças, marketing) que os alunos têm que escolher, passam por aulas como “Inovação e Sustentabilidade” e “Estratégia e Sustentabilidade¹⁰”.

São os alunos da fase intermediária do curso (i.e., quarto ou quinto período da graduação) os que se candidatam a um processo seletivo rigoroso para cursar a disciplina eletiva Formação Integrada para a Sustentabilidade (chamada de “o FIS”), foco desta análise. Em sua obra-referência, uma espécie de manual pedagógico da disciplina, é dito que o FIS emerge em 2009 como “uma possível resposta no campo educacional para algumas das maiores inquietações do nosso tempo” (GVCES, 2016). Define-se como algo “mais que um curso ou disciplina” (GVCES, 2016, p.10), um processo transdisciplinar que facilita o surgimento de um “sujeito mais consciente de si e de sua interdependência e complexidade, e mais ativo e autônomo na sua relação consigo mesmo, com os outros e com a realidade” (GVCES, 2016, p.10), trabalhando principalmente sobre as formas de percepção dos alunos.

A sustentabilidade é entendida como “uma forma de fazer” que enfatiza uma “visão sistêmica”, coletivista (e.g., “responsável para com os outros”) e “que não se baseia em conquistas e fórmulas do passado”. Membros da equipe do FIS, que colaboram nos processos de ensino-aprendizagem dentro e fora de sala de aula, acreditam que a disciplina é uma iniciativa importante para a viabilidade do desenvolvimento sustentável. Além disso, orgulham-se de que esse processo “envolve muitas outras coisas além de uma pura transmissão de conhecimento”.

A sustentabilidade é uma forma de fazer que leva em conta não apenas as necessidades individuais e imediatas, mas parte de uma visão sistêmica, inclusiva e responsável para com os outros. Uma forma de fazer que não se baseia em conquistas e fórmulas do passado, mas compreende a realidade em toda sua complexidade e busca soluções inovadoras para lidar com os desafios atuais. (GVCES, 2016, p.10)

O FIS é fundamental para que o desenvolvimento sustentável seja viável. Se o pensamento humano não for ampliado, dificilmente nós vamos conseguir chegar numa situação, num contexto de desenvolvimento sustentável. Fazer educação e para a sustentabilidade envolve muitas outras coisas além de uma pura transmissão de conhecimento. Foi um mergulho principalmente nas questões de mudança, sobre o que provocava uma mudança do ser, uma transformação de atitude, que tivesse um resultado legítimo numa nova atitude para a sustentabilidade. (Fala de integrante da equipe do FIS, in: GVces, 2014a).

Apesar de o GVces se constituir como um centro organizador e irradiador de praticamente tudo que diga respeito à sustentabilidade na FGV-EAESP, a forma de conceber e praticar a sustentabilidade não é consensual entre os docentes. Existem pelo menos duas perspectivas em disputa. Para um dos docentes entrevistados, a maioria dos professores tem uma visão da sustentabilidade como algo que ele chama de “recursivo”, isto é, “associado às cadeias de

¹⁰ Essa evolução é aplicável mais precisamente ao curso de administração de empresas. No curso de administração pública, “desenvolvimento sustentável” é uma disciplina obrigatória para todos os alunos e aparece já para as fases iniciais.

valor globais, prevenção de riscos aos negócios e a uma busca pela diminuição de custos de produção”. A sustentabilidade nessa perspectiva é instrumental e estaria relativamente alinhada com a maximização da lucratividade do modelo de negócios mais convencional, o chamado *business as usual*. Os “recursivos” se preocupam principalmente com “prevenir os *blames*, que são aquelas situações nas quais as empresas são criticadas e acusadas de cometer infrações” (Docente 2, 18/08/16).

Já o segundo grupo se identifica com uma abordagem que um dos docentes entrevistados define como “mais crítica acerca do fenômeno”. Ao contrário do primeiro grupo que, segundo ele, “quando ensinam sustentabilidade, vão até a página dois, no máximo”, os “mais críticos” se engajam em atividades tais como a Formação Integrada para a Sustentabilidade (FIS). Estas atividades “favorecem a reflexividade e alcançam o aprofundamento necessário” (Docente 2, 18/08/2016). Tal divergência é descrita pelo coordenador do GVces, como uma “guerra civil no mundo da sustentabilidade”: para ele, de um lado estão “aqueles que acreditam que basta não poluir e fazer as coisas certas que as coisas vão melhorar”; de outro, “aqueles que acreditam em intervenções mais precisas e urgentes”¹¹. Há então indícios importantes sobre divergências entre os docentes da FGV-EAESP quanto aos sentidos da “sustentabilidade empresarial”: uma possibilidade de entender a SE apenas como mais uma ferramenta de gestão de risco aos negócios ou como algo capaz de “transformar a sociedade”.

A emergência de uma “educação para a sustentabilidade” na FGV-EAESP não se explica totalmente pelas relações estabelecidas no interior da escola de negócios. A análise dos documentos do GVces sobre o FIS revela ainda que há três fatores externos à FGV que condicionam esse fenômeno: 1) as relações da FGV com seus parceiros empresariais (e.g., Itaú, Santander, Natura, Votorantim, Braskem); 2) movimentos internacionais encabeçados pela ONU, especialmente o *Principles for Responsible Management Education* (PRME), que surgiu como um desdobramento do *Pacto Global* em 2006; 3) uma comunidade acadêmica internacional voltada para o aprimoramento da chamada “educação para o desenvolvimento sustentável”, que se baseia em teorias de autores tais como Peter Senge, Edgar Morin, Paulo Freire e Fritjof Capra, além de aportes teóricos mais amplos tais como a Teoria U e a Transdisciplinaridade (AGUIAR *et al.*, 2016; VASCONCELOS *et al.*, 2013).

Sobre o grau de influência das empresas especificamente no FIS, verifica-se que a atuação dos parceiros empresariais é significativa. Isso fica nítido pela compreensão da relação entre um dos principais bancos privados do país e o FIS: o Itaú, uma das três empresas mais reconhecidas pela sua atuação sustentável segundo o *Guia Exame de Sustentabilidade*¹², aparece como parceira nos documentos de quase todas as edições do curso. Ainda que tal parceria seja predominantemente financeira, segundo os relatos dos entrevistados membros do GVces,

11 Fala em aula do FIS. Registro feito na observação participante em 18/08/2016.

12 O banco Itaú foi premiado como a melhor empresa em 2013, além de vários destaques nas categorias de avaliação e no seu segmento de atuação.

contratos de patrocínio implicam numa preocupação constante por alinhamento entre os interesses das empresas parceiras e as práticas pedagógicas para a formação de futuros gestores adeptos da gestão sustentável.

O FIS se assenta também em um movimento de escala internacional, o PRME, que inicialmente foi composto por “sessenta reitores de universidades e representantes oficiais das principais escolas de negócios e instituições acadêmicas” (PRME CHAPTER BRAZIL, 2017). O PRME consiste em seis princípios para o ensino da chamada “gestão responsável” das empresas, alinhada com a sustentabilidade. O primeiro princípio se refere a uma mudança de propósito das Instituições de Ensino Superior (IES) em direção ao fomento do desenvolvimento sustentável. O segundo trata da necessidade de que as IES incorporem os valores pregados pelo Pacto Global da ONU. O terceiro princípio do PRME é voltado à inovação no uso de metodologias de ensino para criar “líderes responsáveis”. O quarto estimula a realização de pesquisas sobre “sustentabilidade empresarial”. O quinto incentiva a formação de parcerias entre empresas e IES. Por fim, o sexto ressalta que as IES devem dialogar com toda a sociedade. Pelos princípios, fica patente que a ambição e alcance universalista do FIS e do GVces, a “vontade de transformar a sociedade”, não é uma meta isolada de um centro da FGV e de suas empresas parceiras, mas sim algo cuidadosamente alinhado com um movimento empresarial de amplo alcance e orquestrado pela ONU.

Além de alinhado com as empresas parceiras e com as Nações Unidas, cursos como o FIS são muito influenciados pelas ações de uma comunidade acadêmica internacional interessada na “educação para a sustentabilidade”. Segundo uma pesquisa feita por membros do GVces - Aguiar *et al.* (2016) - essa linha de trabalho reivindica uma quebra do paradigma vigente e a adoção de um novo vinculado ao desenvolvimento sustentável, transformando todo o modelo educacional atual (incluindo aqui a formação de gestores). Esse novo paradigma envolveria uma valorização da transdisciplinaridade e um maior engajamento dos docentes nos processos de ensino-aprendizagem.

Estratégia, táticas de transmissão cultural e a “turma da sustentabilidade”

Os condicionantes discutidos até aqui permitem uma primeira compreensão sobre a “genuína vontade de transformar a sociedade” do GVces por meio de uma “educação para a sustentabilidade”. Trata-se de uma aproximação inicial com a estratégia empregada pelos agentes que participam da socialização institucional. Mas como essa estratégia pode ser delineada? Quais táticas são mobilizadas? O que se espera do aluno que passa por disciplinas tais como o FIS?

Trabalhando principalmente sobre as formas de percepção dos alunos, o objetivo do FIS é fazer com que “saia daqui um sujeito, um ser humano que ele deve ser: integral”, como diz o coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCES, 2015). A noção de um ser humano “integral”, como sugere o líder do GVces, é desenvolvida no FIS por uma divisão entre o

treino pragmático ou de eficiência gerencial, de um lado, e a conformação de subjetividades, de outro. A díade pedagógica nuclear - o Projeto-Referência (PR) e o Projeto de Si Mesmo (PSM) – retrata isso: o PR é um trabalho coletivo desenvolvido por alunos e membros da equipe do GVces a respeito de temas relacionados à gestão sustentável que variam a cada semestre, com influência indireta dos parceiros empresariais (e.g., Itaú, Natura) e apresentado aos estudantes como um “desafio a ser superado”. Já o PSM “propicia ao aprendente um maior contato consigo mesmo e a descoberta de novas dimensões de sua interioridade, visando a emergência de sujeitos mais autônomos e conscientes” (GVCES, 2016, p.51).

A estratégia pedagógica do FIS parece clara: a formação de gestores sensíveis à causa da sustentabilidade e críticos à forma convencional de gerenciar as organizações (e.g., modelo *business as usual*), capazes de desenvolver projetos de alta relevância empresarial e de refletirem sobre si mesmos. Essa estratégia é operacionalizada por um conjunto de táticas heterodoxas de ensino gerencial. Por meio da observação participante, dos documentos, das fotos e textos publicados nas *fan pages* do FIS e do GVces, pode-se confirmar o caráter heterodoxo do curso: aulas em trilhas em meio à natureza, na praia, em feiras de orgânicos, no parque Ibirapuera em São Paulo, com direito a práticas orientais inspiradas no Yoga e na meditação¹³. No entanto, essa linha de trabalho pouco usual não descarta ações mais tradicionais das escolas de negócios, tais como as visitas a empresas parceiras (e.g., Itaú e Twitter).

A gente ficou numa praia, no único fiorde tropical do mundo (...) em uma casa a dez metros da água do mar, em que não tinha eletricidade, era tudo à base do lampião, não tinha fogão, citronela para espantar os mosquitos, era tecnologia rústica (...) sem nada e com tudo. (Fala de uma aluna do FIS. In: GVCES, 2016, p.159)

Figura 1 – Um membro do GVces conduz uma dinâmica inspirada no Yoga com os alunos do FIS nas instalações de uma fazenda



Fonte: extraída da *Fan page* do GVces no Facebook, 18/10/2016

¹³ É interessante lembrar que algumas empresas recorrem a táticas semelhantes para capacitar seus funcionários.

É possível verificar que, mais do que um processo de aprendizagem gerencial, o FIS se mostra como um ambiente de reformulação cognitiva. Nas entrevistas e nas análises de documentos, ficou claro que o Projeto de Si Mesmo (PSM), que se insere na dimensão de desenvolvimento da subjetividade, possui um valor maior do que o Projeto-Referência (PR), mais associado ao aprendizado de técnicas aplicadas e gerenciais. Os alunos narram transformações em suas vidas pessoais que não exatamente dizem respeito ao aprendizado de conteúdos instrumentais sobre gestão sustentável. Falam claramente em “desenvolvimento pessoal”, embora seja mais difícil para eles colocar em palavras o que o FIS significou para suas vidas: “O FIS é um desenvolvimento individual. É uma coisa que com certeza vou levar para o resto da minha vida, mas não tem uma resposta mais objetiva...” (FISer 2, 14/01/2017).

O FIS se revela como um determinado modo de socialização institucional, de aprendizado dos códigos fundamentais da “gestão sustentável”. Na Formação Integrada para a Sustentabilidade, não se abordam diretamente temas da gestão sustentável: “o FIS não te dá teoria, não te diz o que são as empresas sustentáveis” (FISer 2, 14/01/2017). Trata-se de um processo de incorporação de novas categorias de pensamento, o que por vezes fica explícito na fala dos alunos: “O FIS me ensinou um novo jeito de pensar” (FISer 3, 16/01/2017). Tal “novo jeito de pensar” implica, dentre outras coisas, uma percepção de que as empresas podem ser positivas para a sociedade uma vez que adotem a sustentabilidade:

Antes, eu pensava só em trabalhar no governo, mas depois das disciplinas de sustentabilidade, eu comecei a pensar em trabalhar nas empresas, porque eu vi que era um ator importante pro interesse público. Quebrou um preconceito que eu tinha com empresas. (FISer 1, 10/01/2017).

A observação participante em uma aula do FIS permitiu constatar ainda melhor como ocorre o processo de ensino-aprendizagem. Pôde-se presenciar um exemplo de uma educação gerencial heterodoxa, dentro da mais tradicional e respeitada escola de negócios do país. Os alunos são estimulados a fazer dinâmicas corporais e debatem temas pouco tradicionais ao espaço empresarial, tais como o conceito de “biologia-cultural”¹⁴ de Humberto Maturana. Segundo todos os FISers entrevistados, os métodos de ensino do FIS são muito diferentes daqueles empregados pelas demais disciplinas da FGV-EAESP, que seguem predominantemente o modelo mais convencional de aulas expositivas. Pode-se afirmar que essa heterodoxia condiz com a própria posição desse modelo alternativo de gestão (i.e., o sustentável) em relação ao modo dominante (i.e., o *management* convencional).

¹⁴ Em linhas gerais, o conceito de biologia-cultural propõe que o desenvolvimento humano ocorre a partir de bases genéticas e das dinâmicas de trocas sociais e culturais. Um maior aprofundamento pode ser encontrado no livro deste autor, intitulado “Habitar humano em seis ensaios de biologia-cultural”, lançado no Brasil pela Palas Athena em 2009.

Quadro 1 – Como funciona uma aula do FIS?

A sala estava ainda ocupada pela turma da disciplina do horário anterior ao FIS, mas já havia membros da equipe do GVces no corredor. Dentre eles, a que contatei por e-mail, quem me recebeu calorosamente e me apresentou aos outros três, todos responsáveis por guiar dinâmicas nas aulas. Além deles, lá estava também um convidado, dono de uma empresa especializada em *softwares* de Recursos Humanos (RH) e um dos principais seguidores de Humberto Maturana no Brasil. Ao entrar na sala onde ocorreria a aula do FIS, me chamou a atenção a decoração: a sala era tematizada com o *slogan* de publicidade “Bem Estar Bem” da Natura Cosméticos, com produtos expostos em aquários e com as paredes decoradas com a marca, *slogan* e temas da empresa de cosméticos. Não poderia haver uma sala mais sugestiva para o FIS: simplesmente uma das empresas mais reconhecidas por práticas sustentáveis do Brasil. Enquanto me ambientava, percebi a chegada do fundador e coordenador do GVces e que no FIS tem o papel de *coach*.

A aula estava prestes a começar. Por isso, perguntei a um dos membros do GVces, quem havia me dito que começaria as dinâmicas da aula, onde eu poderia me sentar, se poderia observar e fazer registros escritos. Ele me pediu para participar tal como os outros alunos da aula (cerca de 20): “para ficar mais natural”. Aceitei o pedido. A sala foi organizada em círculo, o que facilitou a minha observação dos alunos, que se vestiam de forma casual, ao contrário de alguns trajados mais formalmente (e.g., com ternos ou blazers) que vi no percurso até a sala do FIS. No início da aula, antes da apresentação do convidado, o coordenador do GVces deu as boas-vindas a todos e destacou a minha presença como um “pesquisador da sociologia fascinado pelo FIS”. Em seguida, um membro do GVces convidou todos para uma dinâmica corporal. Particpei da dinâmica com uma aluna à minha esquerda. A dinâmica servia para se conectar com o colega, entendido como “o outro” e estimular a chamada interdependência. Consistia em deslizar lentamente os dedos pelas vértebras do colega, promovendo relaxamento mútuo.

Em seguida, o professor convidado começou a sua exposição. Trouxe o conceito de “biologia-cultural”, derivada da obra de Maturana. A ideia central é a de que os organismos são fechados e que não podemos mudar ninguém, mas sim repercutir uns nos outros a partir dos contatos que estabelecemos. O tema do projeto referência do semestre 2016.2 do FIS era “diversidade e equidade”. Alguns alunos discordaram claramente das posições dele, que tendia a associar as diferenças sociais a algo de ordem biológica e que as mudanças viriam “no fluxo das coisas” e de “forma natural”. Ao longo da aula, além de Humberto Maturana e da teoria U, a sociologia foi mencionada, talvez pelo estímulo da minha presença, como uma disciplina importante para entender porque que as pessoas se tornam desiguais. Contudo, a sociologia também faria parte do “modelo mental a ser ultrapassado”, como disse um dos integrantes do GVces. Como mediadores do debate, os membros do GVces sempre recorriam a falas amenizadoras. As falas dos educadores se dão no sentido do que chamaram de “despertar da consciência”, de “quebra de paradigma”, diretamente inspirado em Fritjof Capra, citado por um deles, que, inclusive, mostrou um livro do famoso físico e o recomendou a todos os presentes. Ficou claro que o processo educativo é conduzido por convidados, membros do GVces e com a supervisão da maior liderança pedagógica da FGV no assunto, o coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV.

Fonte: Registro de uma observação participante, 18/08/2016

Segundo um docente entrevistado, a ênfase em sustentabilidade é escolhida por “alunos que só sabem que não gostam muito das outras, apesar de também existirem aqueles que já são ativistas ou que se interessam pelo terceiro setor”. Estes indicativos apontam para um grupo de jovens que são atraídos pela sustentabilidade por não se adequarem plenamente a opções mais convencionais, tais como as ênfases do curso nas áreas de finanças ou em marketing, e que possuem um sentimento de “verdadeiro peixe fora d’água”. O FIS contribui para o fortalecimento de solidariedade entre os “peixes fora d’água”, os adeptos da sustentabilidade na escola. Ser um “FISer” implica em fazer parte da “turma da sustentabilidade” não só durante a disciplina, mas também depois dela, nas redes sociais e eventos ligados ao assunto, um indicador de capital social importante para as disputas simbólicas que enfrentam mais acirradamente no espaço empresarial.

Da GV de uma forma geral, me sentia um verdadeiro peixe fora d'água. Na minha sala de aula, tinha eu e mais dois que pensavam de uma forma similar à minha, que trazia essa preocupação social, ambiental... Isso de uma turma de 50. Mas todo mundo sempre me respeitou muito, nunca me menosprezaram, mas eu era uma contra 49 na sala (FISer 6, 25/08/2017).

Eu passei a ter novos amigos depois da eletiva FIS. Muitos deles que já tinham feito o FIS, e outros que eu indiquei e fizeram o FIS depois de mim. Então eu acho que o FIS tem muito essa da indicação. Hoje eu vejo até que meus colegas da GV depois de formada, que perde bastante contato, a maioria das pessoas que eu conversei, são pessoas que integrariam uma rede ou uma turma da sustentabilidade (FISer 8, 22/08/2017).

A procura pelo que os FISers chamam de “caminho da sustentabilidade” não pode ser desvinculada do passado incorporado de cada um dos agentes. As narrativas falam de um contato mais precoce ou mais tardio com os preceitos da sustentabilidade, o que divide os FISers em dois grupos. De um lado, aqueles que relatam experiências associadas à sustentabilidade quando bem jovens – “Eu acho que a semente da sustentabilidade foi plantada na minha infância” (FISer 10, 31/08/2017) – ou até mesmo pela história de vida dos pais e avós – “olha, a minha família ela tem uma base meio religiosa e católica, a gente sempre fez muito trabalho social, voluntariado, terceiro setor de uma forma geral. Então eu sempre fui criada nesse ambiente.” (FISer 6, 25/08/2017). De outro, estão os FISers que narram o surgimento do interesse pelo assunto como intimamente relacionado às experiências na FGV ou diretamente vinculadas ao próprio FIS:

Eu já tinha uma vontade de ter um trabalho diferente, né? Mas estudando finanças e controladoria, eu prestei todos os processos seletivos de bancos, consultorias, e tal, e aí quando eu comecei a estagiar no sexto semestre, foi quando eu me candidatei para participar dessa eletiva que é a formação integrada para a sustentabilidade. E a minha motivação para me inscrever nada mais foi do que a recomendação dos meus colegas da empresa júnior, que eu fazia parte, que já tinham feito a eletiva e que falaram que era muito bom. Até então eu não sabia assim, ah eu quero entrar no mundo da sustentabilidade, eu não tinha nenhuma sensibilidade com relação ao tema, não conhecia nada, mas eu fui porque colegas que já tinham se formado falaram que tinham feito a eletiva e eu queria saber o que era aquilo. E aí foi que mudou tudo assim na minha carreira (FISer 8, 22/08/2017).

Seja de forma mais precoce ou mais tardia, o modo como narram o surgimento do interesse pelo tema geralmente envolve o papel decisivo de outros indivíduos significativos já convertidos, como diz a FISer 8, que fala na recomendação dos colegas da empresa júnior. Estes agentes influenciadores podem ser familiares, amigos ou professores. Além do contato com esses indivíduos portadores de disposições afinadas com uma valorização dos chamados princípios sustentáveis de conduta, os entrevistados também narram eventos marcantes, pontos de ruptura como diria Lahire (2008), sendo o próprio FIS o principal deles.

Meu primo é engenheiro florestal e desde sempre, desde os 18, ele já tinha uma coisa muita próxima com a natureza e as questões familiares dele permitiam que ele tivesse mais independência. Com 16 anos, ele já fez um mochilão pra Bahia, foi abrindo trilha assim, sozinho e acampando. Aí ele é uma pessoa que eu considero muito, praticamente um ídolo pra mim. Os papos com ele são ótimos! A gente é muito amigo, além de primo, e ele foi me passando esse sentimento, por uma conexão com o trabalho com um propósito. Ele exerce isso. É uma coisa que ele faz por paixão, mas pros colegas dele isso significa: vamo ficar aqui e ganhar a grana. E eu fui lá e conheci o trabalho dele, faz uns três anos que eu fui lá, mas enfim, ele é um cara que me introduziu a sustentabilidade (FISer 4, 24/08/2017).

O FIS foi algo excepcional, sendo bem resumido, foi de longe um dos cursos mais interessantes da minha vida. Me transformou mesmo (FISer 9, 25/08/2017).

O processo de conversão dos FISers na direção de tornar-se um adepto da sustentabilidade também é marcado por uma transformação do sentido do trabalho em suas vidas. Se antes de serem “sustentáveis” conferiam um caráter instrumental ao trabalho, isso muda com a conversão para a sustentabilidade: o sentido de trabalhar passa a ser o de agir em direção a um propósito, a um ideal. É justamente essa noção de trabalho como propósito mais amplo da vida (fortemente inspirado pelas ideias de Otto Scharmer e sua Teoria U, um dos fundamentos teóricos do FIS) que se associa e dá sustentação à oposição que os “sustentáveis” fazem aos convencionais. Em outras palavras, é o esquema cognitivo *Trabalho = Propósito de vida* que ajuda a compreender a tendência da SE em criticar o *business as usual*: a crença compartilhada por esse grupo sugere que as empresas não objetivariam apenas ganhos materiais, visando uma instrumentalidade, tendo uma racionalidade estritamente econômica, mas sim um propósito maior de contribuir com a vida em um sentido amplo (e.g., com a natureza e com a sociedade).

Pra mim, carreira tem que ser sobre sua contribuição pro mundo. Não tem sentido pra mim que não seja, ainda mais se a gente dedica tanto tempo da nossa vida pra isso! Tem muita gente que não enxerga dessa forma. Eles pensam apenas em gerar renda pra poder sobreviver no mundo e fazer todas as coisas que fazem sentido praquela pessoa em si (FISer 8, 22/08/2017).

Entre os FISers, o uso da palavra “sustentabilidade” tem ressonância com o sentido de uma “genuína vontade de transformar a sociedade”, explícita na missão do GVces. Somado a isso, as falas dos ex-alunos enfatizam um modo crítico (em relação ao *management* mais convencional) e sistêmico (i.e., percepção mais ampla do que o foco na dimensão financeira, por exemplo) de conduzir a vida pessoal e profissional. Nesse sentido, a palavra “impacto” é usada pelos FISers para definir “uma forma de fazer” que seria sustentável: trata-se de ter o “maior número possível de impacto positivo”, como diz a FISer 10 (31/08/2017).

Eu diria que sustentabilidade é pensamento crítico. Traduz muito do que eu penso porque, até pelos meus colegas e tal, pensar alguma coisa pela sustentabilidade é você analisar criticamente porque estamos fazendo o que estamos fazendo. E aí analisar

as implicações disso pra todas as pessoas que estão envolvidas. Seja o território, seja a natureza, seja as minorias, sei lá. Olhar uma situação com o viés de complexidade. (FISer 8, 22/08/2017)

Lógico que tem monte de conceitos e definições... E aí você vai falar que é a habilidade de você suprir as necessidades sem afetar as necessidades de gerações futuras. Esse tipo de coisa de tripé... Tem até gente que fala de “quadripé”, sei lá... Eu acho que para mim o que mais pega é impacto! Sustentabilidade é tentar causar o menor número possível de impacto negativo e o maior número possível de impacto positivo. Então, acho que para mim, sua vida gira em torno de impacto. É mais impacto positivo (FISer 10, 31/08/2017).

Sustentabilidade me faz lembrar de justiça, de equidade, de diminuir as desigualdades. São valores de inclusão, distribuição de renda... É saber qual o impacto que você causa (FISer 1, 10/01/2017).

O desejo de transformação da sociedade é canalizado, sendo o FIS um processo intermediário, para uma forma alternativa de gerenciar as organizações. Mais do que isso, como disse um dos alunos entrevistados, que os gestores sejam capazes de “carregar muito essa bandeira de fazer sustentabilidade”. Este é um processo muito importante para entender a disseminação dos preceitos da SE no Brasil. A conformação dos adeptos se relaciona com a tipificação de um agente institucional peculiar (BERGER e LUCKMANN, 2014), um determinado “indivíduo programado” (BOURDIEU, 2007): o gestor que acredita na sustentabilidade. Ao mesmo tempo, contribui para a própria existência da SE como instituição e para uma nova oposição no espaço empresarial: a “turma da sustentabilidade” que milita contra os adeptos do *business as usual*.

Eu percebi que ao meu lado, eu comecei a carregar muito essa bandeira de fazer sustentabilidade. Tanto que na hora de escolher qual que era a área de concentração e tal, eu percebia muitos dos meus colegas, muitas pessoas que estavam ao meu lado que estavam perdidas, que não se identificavam com nenhuma das áreas, que não só não se identificavam, mas também não descobriam o que gostavam, desde o começo da faculdade... Muitas pessoas começaram a entrar na sustentabilidade meio que seguindo o fluxo. Eu acho que está começando. Da minha sala de 40 alunos, 10 entraram para a sustentabilidade. (FISer 2, 16/01/2017)

A militância da “turma da sustentabilidade” se direciona particularmente contra aqueles que conferem centralidade à racionalidade econômica nas organizações. As batalhas simbólicas ocorrem nas aulas, nos corredores, nos espaços de convivência porque, para os “sustentáveis”, “ainda tem um pensamento no curso de que o importante é o que dá dinheiro. O pensamento de muitas aulas é voltado pra isso” (FISer 2, 16/01/2017). Há uma denegação parcial da racionalidade econômica - as empresas não visam apenas lucrar, elas visam contribuir com a sociedade e com o meio ambiente - que é mesclada a uma crítica sobre o sentido do trabalho para os gestores. Trata-se de uma disputa pela definição sobre o que significa ser um profissional, um gestor, um

manager, o propósito das empresas. Em outras palavras, tentam atacar, ao menos parcialmente, o monopólio simbólico do *business as usual*.

A GV sempre foi elitista, hoje menos, mas sempre foi. Então desde o primeiro dia de aula, os professores já falavam que você vai sair daqui e você vai ganhar 30 mil por mês, que em não sei quantos anos você vai virar milionário, porque tem aquela lógica de quem trabalha com fundos de investimento, tem alguns professores que tem essa formação muito maluca, de *mainstream*, de ego, de carreira profissional ser baseada em cima do sucesso financeiro, sabe? Pra mim, o meu objetivo não é ganhar “x” mil por mês. Meu objetivo é ter uma carreira que faça uma diferença no mundo. (FISer 7, 30/08/2017).

Considerações finais

Este trabalho apresentou uma análise sobre o processo de transmissão cultural da SE na principal escola de negócios do país. Na FGV-EAESP, a institucionalização da sustentabilidade se torna mais visível com a criação do GVces em 2003. A partir disso, a sustentabilidade começou a ser disciplinarizada, com o GVces sendo o centro irradiador de toda e qualquer iniciativa externa ou interna à escola vinculada ao assunto. O FIS, criado em 2009, se constitui como a principal iniciativa de transmissão cultural da SE na FGV-EAESP.

O processo de construção de uma “educação para a sustentabilidade” na FGV-EAESP foi e é marcado por embates entre os diversos tipos de agentes que participam da escola de negócios. Entre os docentes, os “recursivos” rivalizam com os “críticos”. Por homologia, entre os discentes, a “turma da sustentabilidade”, composta por muitos alunos que se sentem tais como “peixes fora d’água”, tem se consolidado em oposição aos “convencionais”, os quais se ancoram no pensamento econômico *mainstream* da maioria dos professores. O surgimento de uma proposta pedagógica como o FIS decorre não só destes embates no interior da escola, mas também de três outros fatores influenciadores: 1) as relações da FGV com seus parceiros empresariais; 2) prescrições normativas da ONU tais como os *Principles for Responsible Management Education* (PRME); 3) as produções de uma comunidade acadêmica internacional voltada para a “educação para o desenvolvimento sustentável”.

Em termos de caracterização da estratégia do FIS, a “genuína vontade de transformar a sociedade” sintetiza muitas das aspirações dos idealizadores e membros do GVces. O objetivo pode ser definido como o de formar gestores sensíveis à causa da sustentabilidade e críticos da forma convencional de gerenciar as organizações, mas que tenham o pragmatismo necessário (para terem relevância empresarial) combinado ao senso de reflexividade sobre si mesmos. As táticas empregadas para criar esse futuro gestor correspondem às inspirações heterodoxas derivadas da Teoria U e da Transdisciplinaridade, mescladas a certas apropriações de filosofias orientais.

A análise revelou ainda o processo de conformação de um tipo de agente que representa a cada vez mais avançada instituição da “sustentabilidade empresarial”. Espera-se que esses

gestores que aderem à causa, cada vez mais solidários entre si em “turmas da sustentabilidade”, pensem, sintam e ajam não só no espaço empresarial, mas também em outros âmbitos de suas vidas, direcionados pelo mantra do desenvolvimento sustentável. Em suas arenas de lutas, esse grupo tem como maior desafio de militância lutar contra os que sobrevalorizam a racionalidade econômica, que se reveste, por exemplo, na crença de que as empresas não objetivam nada diferente do que maximizar seus lucros.

Na institucionalização da SE, o “líder sustentável” precisa ser construído para garantir que as chamadas “ações sustentáveis” ocorram nas empresas. Aos poucos, essas práticas, algumas derivadas de ações anteriores (e.g., filantropia empresarial, responsabilidade social e conservação ambiental) e outras mais recentes (e.g., implementação do valor da sustentabilidade na estratégia dos negócios, gestão sustentável da cadeia produtiva), tornam-se mais previsíveis e objetivas, juntamente com os contornos desse tipo distinto de líder. É um processo que envolve a justificação da transição do modelo *business as usual* para um outro e apresentado como novo: a “gestão sustentável”, a “sustentabilidade empresarial”. A FGV-EAESP, como principal escola de negócios do país, tem um papel de destaque nesse sentido.

Por fim, é importante ponderar que a institucionalização da SE no Brasil ainda é um processo muito recente. Contudo, análises como a do presente trabalho demonstram que a institucionalização tem avançado no sentido de um tipo de agente esperado, o adepto da gestão sustentável, que tem um *ethos* distinto daquele esperado de gestores que seguem o *management* convencional. Abre-se, assim, toda uma agenda de pesquisa aos interessados no assunto a fim de mapear esse novo tipo de gerente que tem ganhado força no espaço empresarial.

Referências

- AGUIAR, Ana Carolina Pires; CARREIRA, Fernanda; GÓES, Vicente Lourenço de; MONZONI NETO, Mario Prestes. Formação Integrada para Sustentabilidade: impactos e caminhos para transformação. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**. v. 7, n. 3, p. 161-176, 2016.
- ALCADIPANI, Rafael; BERTERO, Carlos Osmar. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. **RAE**, v. 52, n. 3, p. 284-299, 2012.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 36 ed., 2014.
- BILAND, Émile. Les cultures d’institution. In: LAGROYE, Jacques; OFFERLÉ, Michel (Dir.). **Sociologie de l’institution**. Paris: Belin, 2010, p. 177-192.
- BOTTA, Elisa Nogueira Novaes. **Passos em falso?** Os processos de formação do espaço das consultorias em sustentabilidade no Brasil. Tese (doutorado em Engenharia da Produção da Universidade Federal de São Carlos) – São Carlos, São Paulo, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- DEZALAY, Yves. MADSEN, Mikael Rask. Espaços de poderes nacionais, espaços de poderes internacionais. In: CANEDO, Leticia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA Jr, Afrânio (Orgs.). **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 23-52.

- ENGELMANN, Fabiano. O espaço jurídico e as condições de uso do capital internacional. In: CANEDO, Leticia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA Jr, Afrânio (Orgs.). **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 130-153.
- FOURCADE, Marion; KHURANA, Rakesh. From social control to financial economics: the linked ecologies of economics and business in Twentieth Century America. **Theory and Society**, v. 42, n. 2, p. 121-159, 2013.
- FREYMOND, Nicolas. La “redécouverte” des institutions par les sociologues – paradoxes et oppositions dans le renouvellement de l’analyse institutionnelle. In: LAGROYE, Jacques; OFFERLÉ, Michel (Dir.). **Sociologie de l’institution**. Paris: Belin, 2010, p. 33-53.
- GVCES. **Obra Livro FIS – Catarse (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AUHljSN1ihY>. 2014a. Acesso em: 20 jan. 2017.
- _____. **Formação Integrada para a Sustentabilidade: FIS**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OJsMszsfenM>. 2015. Acesso em: 03 out. 2017.
- _____. **FIS - Guia de Fundamentos e práticas – versão 1.0**. Disponível em: <http://www.eletivafis.com.br/formacao-integrada-para-a-sustentabilidade-guia-de-fundamentos-e-praticas-versao-1-0?locale=pt-br>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- _____. **O que, como, por que (seção de site institucional)**. 2017. Disponível em: <http://www.gvces.com.br/o-que-como-por-que?locale=pt-br>. Acesso em: 03 out. 2017.
- JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 90-113.
- LAGROYE, Jacques; OFFERLÉ, Michel. Introduction générale: pour une sociologie des institutions. In: LAGROYE, Jacques ; OFFERLÉ, Michel (Dir.). **Sociologie de l’institution**. Paris: Belin, 2010, p. 11-29.
- LAHIRE, Bernard. De la théorie de l’habitus à une sociologie psychologique. In: LAHIRE, Bernard (Org). **Le travail sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques**. Paris: La Découverte, 1999, p. 121-152
- _____. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2008 (versão eletrônica).
- PRME CHAPTER BRAZIL. **Site institucional**. Disponível em: <http://prmebrazil.com.br/>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- SARTORE, Marina de Souza. Da filantropia ao investimento socialmente responsável: novas distinções. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 451-464, 2012.
- SEIDL, Ernesto. Elites e instituições: pistas para investigação. In: GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos (Org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas**. São Luís: EDUFMA, 2016, p. 97-125.
- VASCONCELOS, Katia Cyrlene de Araujo; SILVA JUNIOR, Annor Da; SILVA, Priscilla de Oliveira Martins da. Educação gerencial para atuação em ambientes de negócios sustentáveis: desafios e tendências de uma escola de negócios brasileira. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 45-75, 2013.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 11. Ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

Recebido em: 16/01/2018

Aceito em: 22/02/2018

**INFRAESTRUTURAS POROSAS:
vivendo através do consumo no Programa Minha Casa Minha Vida¹**

***POROUS INFRASTRUCTURES:
living through consumption in Brazil's public housing program***

Moisés Kopper*

Resumo

No Brasil e sua economia política da mobilidade, a casa tornou-se uma infraestrutura experimental através da qual cidadania e consumo se sobrepõem na performance de um Estado democrático e promotor de inclusão social e econômica. Este artigo baseia-se em pesquisa etnográfica conduzida entre 2012 e 2015 em um condomínio fechado na cidade de Porto Alegre/RS, parte do Programa Minha Casa Minha Vida, a maior política habitacional brasileira. Economistas, sociólogos e antropólogos chamaram a atenção para a “financeirização” dos pobres, suas “vidas interconectadas”, suas “economias de compartilhamento”, e seu “capital moral”, chegando mesmo a desenvolver novas metodologias como “diários financeiros” para entender suas realidades cotidianas. Aqui, dou continuidade a esta literatura ao mergulhar nos trabalhos e expectativas de pessoas concretas, na medida em que se deslocam de assentamentos informais para ambientes urbanos de classe média. Nessa economia da esperança, a plasticidade de vida coalesce com uma economia do crédito para deslançar novos projetos subjetivos e coletivos, tornados visíveis por meio de suas práticas financeiras. O artigo destrincha essa economia política da casa própria através de três topografias – de mercado, da autonomia, do progresso – mostrando como a casa tornou-se o nódulo articulador de políticas participativas e economias de consumo que reconfiguram o espaço do político na vida econômica.

Palavras-Chave: Consumo. Política pública. Materialidade. Infraestrutura.

Abstract

In Brazil's post-neoliberal government of upward mobility and public policies, infrastructures are the symbiosis of experimental forms of government, political action, and practices of consumption. This article draws from ethnographic research conducted between 2012 and 2015 in one condominium of the *Minha Casa Minha Vida* policy—Brazil's largest public housing program. Economists, sociologists and anthropologists have called attention to the “financialization” of the poor; their “interconnected” lives; their “economies of sharing”; and their “moral capital”, even developing new methodologies such as “financial diaries” to grasp their ordinary realities. Here, I draw from this body of literature to delve into people's travails and expectations as they move from peri-urban illegal settlements to middle-class urban environments. In this economy of hope, I argue, people's plasticity of life coalesces with a booming credit economy to unleash new personal projects and collective becomings, rendered visible when coping with money. The article unravels the political economy of the house by exploring three topographies—market, autonomy, progress—and interrogating the house as the binding figure of participatory governance and consumption-led economies, thus reconfiguring the site of the political in economic life.

Keywords: Consumption. Public policy. Materiality. Infrastructure.

1 Uma versão modificada deste artigo foi apresentada no 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, Brasília, 2017, no Grupo de Trabalho “Sociologia Econômica – Pluralismo de enfoques e inovação metodológica”. O projeto de pesquisa que serve de base ao artigo contou com o apoio da Fapesp, sob processo nº. 2016/16265-1.

* Doutor em antropologia social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil. Atualmente, realiza pós-doutorado junto ao Max-Planck-Institute for the Study of Societies/Alemanha. E-mail: moiseskopper@gmail.com.

Introdução

Em 2012, o Coeficiente de Gini, indicador clássico de mensuração da desigualdade de renda, caiu para o menor patamar desde 1960 (PAES DE BARROS, FOGUEL, AND ULYSSEA, 2007). Políticas públicas setoriais desempenharam papel preponderante na trajetória de redução das desigualdades de renda no Brasil (ARRETCHE, 2015). Com a estabilidade inflacionária do Plano Real, o aumento real do salário mínimo, a expansão do crédito e dos programas de transferência condicionada de renda, economistas, jornalistas, políticos e marqueteiros celebraram a ascensão econômica de milhões de brasileiros e seu descolamento da pobreza em direção a uma “nova classe média”, definida na releitura de estatísticas nacionais e tornada alvo de intervenções governamentais e de mercado (NERI, 2008; SALATA, 2016; SOUSA and LAMOUNIER, 2010; SOUZA, 2010; XAVIER SOBRINHO, 2011).

Como demonstrei em outras oportunidades (KOPPER, 2014, 2015A, 2016A, p.1-2; 2016B; KOPPER and DAMO, 2018), a gramática da “nova classe média” constituiu a linguagem hegemônica a partir da qual se discutiu os avanços e percalços da mobilidade ascendente na década de 2000. Críticos dessa tese apontaram para as limitações do conceito de classe puramente baseado em renda e distinções econômicas, argumentando por uma noção inspirada em preceitos marxistas (BARTELT, 2013; CHAUI, 2013; POCHMANN, 2012, 2014) e weberianos (SALATA, 2013; 2016; SCALON, 2011; SCALON and SALATA, 2012; SOUZA, 2010) de classe.

Neste artigo, não estou interessado na genealogia das controvérsias científicas e intervenções difusas realizadas em nome desta suposta nova classe econômica. Antes, argumento que as transformações socioeconômicas dos últimos quinze anos produziram uma população de beneficiários-consumidores, cuja mobilidade ascendente esteve associada à implantação de políticas redistributivas (FERGUSON, 2015), e que traz novos elementos para repensar a ideia de classe e mobilidade no Brasil. Sugiro que entender as subjetividades políticas e econômicas emergentes nesses arranjos é fundamental para auferir os rumos de políticas públicas, seus impactos de longo prazo, e os coletivos ambivalentes que florescem em meio às novas experiências de classe e de estratificação.

A pesquisa etnográfica que serve de aporte a esta análise foi conduzida entre 2012 e 2015 em um condomínio fechado na cidade de Porto Alegre/RS, parte do Programa Minha Casa Minha Vida, a maior política habitacional brasileira². Estruturado em torno da concessão de um bem específico – a casa própria e os objetos que a povoam –, o horizonte da mobilidade ascendente propiciado pelo acesso à política habitacional aponta para a presença ubíqua de infraestruturas como vetores de desejos. Artefatos são, aqui, menos veículos semióticos

² A pesquisa empírica incluiu a realização de observação participante de longo prazo junto a beneficiários de um complexo modelo construído em Porto Alegre, pontuada por entrevistas com beneficiários, executores locais da política, agentes de mercado e de estado, comerciantes e arquitetos. A pesquisa também incluiu a realização de um *survey* sociodemográfico com 160 famílias em 2015 e 2017 com o propósito de traçar as mudanças e continuidades nas disposições políticas e econômicas desses beneficiários no tempo.

da cultura, que materialidades porosas através das quais devires circulam, são agenciados, e ganham vida. Por meio da política e da poética das infraestruturas (LARKIN, 2013), é possível documentar e cartografar os sentidos de classe *in-the-making*. Artefatos são fundamentais, ainda, para compreender como dinâmicas políticas e econômicas de governo se encontram e informam a gestação de devires subjetivos e coletivos. De modo particular no caso de políticas habitacionais, a casa—sua simbologia, imaginário, construção, apropriação e consumo—faz convergir esses diferentes registros e realidades em contínuas operações de valorização e tradução (VATIN, 2013).

No Brasil recente da mobilidade e das políticas públicas, a relação simbiótica entre os fluxos de coisas e os devires das pessoas depende da participação destas na sociedade de consumo e na economia do crédito. Em junho de 2013, o governo federal lançou o Programa Minha Casa Melhor, uma linha de crédito pré-aprovada de R\$ 5 mil, concedida a juros reduzidos de 5% ao ano, que estabelece categorias de bens de consumo e valores máximos afixados para a compra de eletrodomésticos e móveis para os novos apartamentos (ver tabela 1)³. Como veremos, muitas pessoas utilizaram-se desse instrumento de crédito no custeio das despesas da mudança e o acoplaram a outras formas de pagamento, negociando e tergiversando seus limites financeiros na busca por autonomia, escolha e progresso.

Economistas, sociólogos e antropólogos chamaram a atenção para a “financeirização” dos pobres (MÜLLER, 2014), suas “vidas interconectadas” (ZELIZER, 2011), suas “economias de compartilhamento” (YACCOUB, 2015), e seu “capital moral” (WILKIS, 2013), chegando mesmo a desenvolver novas metodologias como “diários financeiros” (COLLINS, et al. 2009; MORDUCH and SCHNEIDER, 2017; OSSANDÓN, et al. 2017) para entender suas realidades cotidianas. Aqui, dou continuidade a esta literatura ao mergulhar nos trabalhos e expectativas de pessoas concretas, na medida em que refazem suas vidas domésticas através do acesso ao consumo. Uma arqueologia das práticas e instrumentos financeiros de gestão do espaço e seus materiais permite visibilizar os padrões de relações que atravessam a casa e a configuram como o epicentro de uma temporalidade da esperança. Nesse processo, busco ainda restituir a dimensão política e de governo subjacente a esses instrumentos, em geral pouco debatida nesses estudos.

Como escreveu Clara Han (2011), as relações cotidianas das pessoas com os novos objetos adquiridos pelo *boom* dos instrumentos de crédito materializam disputas sobre os horizontes do possível, visto como o indeterminado das relações vividas no presente. O consumo torna-se, portanto, uma balança entre a demarcação de status e distinção (BOURDIEU, 1984; LIVINGSTON, 2009) e a performance de “gestures of care” e “[affective] relations in the hope of rendering something new in them” (HAN, 2011. p.9). Traçar o movimento, a saturação, a porosidade e os registros financeiros dessas infraestruturas habitacionais, ajuda a entender

³ O Programa durou cerca de um ano e meio e foi interrompido no início de 2015, devido à falta de recursos para custear os financiamentos. Até ali, o governo contabilizou R\$ 2,92 bilhões em empréstimos—muito abaixo da previsão inicial, de R\$ 18,7 bilhões—, para 640mil famílias. De início, o governo havia repassado R\$ 8 bi para a CEF, dos quais R\$ 5 bi para custos administrativos e capitalização do banco e R\$ 3 bi para financiamentos.

as redes mais amplas de dependências – vizinhos (novos e antigos), lideranças comunitárias, instrumentos de crédito e de *policymaking* – em meio às quais devires humanos, espaciais e materiais são orquestrados.

O artigo está dividido em três seções empíricas e um comentário analítico que serve de conclusão. As primeiras acompanham os caminhos da aquisição, fluxo e transformação de materiais associados à casa própria em três cenas etnográficas, aqui chamadas de topografias. Ao apropriar-me de um conceito tradicionalmente empregado pela geografia, busco recuperar a simbiose espacial e material em meio às quais práticas de governo e instrumentos de mercado coalescem e dão forma a experiências de transformação subjetiva (FERGUSON, 2004; WEIGEL, 2009). Circulando pelos espaços íntimos e públicos dessa amálgama, mostro, nessas seções, como aspirações, imaginários de classe média, dignidade e respeitabilidade são incrustados na arquitetura dos apartamentos através da apropriação e consumo desses artefatos.

Na última parte, analiso algumas das implicações teóricas dessas topografias, ilustrando como esses beneficiários costuraram uma terceira via para o dilema da voz (política) e da saída (mercado) discutido por Hirschman (1970) ao construir espaços público-privados de consumo, autonomia e escolha que refazem o papel do político na vida econômica. Por meio da inclusão na sociedade de consumo, novas ansiedades e expectativas de classe são desenhadas em torno do crédito e da temporalidade aspiracional da dívida (MURPHY, 2014). Materialidades tornam-se, assim, nexos processuais, malhas porosas e janelas empíricas para explorar realidades políticas, econômicas, interpessoais e afetivas em fluxo.

Topografias de Mercado

Em agosto de 2014, inúmeras famílias beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida correram para uma das maiores lojas de eletrodomésticos do Brasil. Militantes pela casa própria, elas haviam se organizado em 2009 para fundar o Conselho de Desenvolvimento do Partenon (CODESPA), uma associação que pressionou a prefeitura para comprar uma área de terras no bairro Partenon, em Porto Alegre, e ali construir 540 unidades habitacionais. Graças às conexões político-partidárias do movimento e à participação assídua de centenas de famílias nessas reuniões mensais, o projeto vingou e, em setembro de 2014, 160 delas puderam mudar-se para o recém-inaugurado Residencial Bento Gonçalves. Semanas antes da mudança, Seu Ilmo Silva, gerente daquele estabelecimento, fora até uma das reuniões da associação para falar do cartão Minha Casa Melhor e propor uma parceria: abriria sua loja, após o expediente regular, exclusivamente para os membros do movimento.

Em todo o Brasil, empresas de varejo passaram a se interessar em vender seus produtos e serviços para as “classes populares” brasileiras, as maiores beneficiadas com as recentes políticas de aumento da renda e de mobilidade econômica (KOPPER, 2015b). Para potencializar sua entrada nesse universo e recriar as fronteiras desse mercado, recorreram aos institutos de pesquisa

de mercado que, desde 2001, se especializaram na “nova classe média” brasileira. Em 2012, por exemplo, a *Movelsul Brasil* – maior feira de exposição de móveis da América Latina, realizada anualmente na cidade de Bento Gonçalves – passou a usar um serviço de consultoria de mercado com o objetivo de redirecionar seu escopo para esse segmento da população. Segundo Vanessa Machado, coordenadora de marketing com quem conversei em abril de 2014, a pesquisa foi levada a cabo pelo Instituto Data Popular e explorou o comportamento do consumidor brasileiro no que se refere à compra de móveis. “Em 2013, as empresas de móveis populares foram as que mais cresceram no setor, enquanto que as fabricantes de planejados enfrentaram dificuldades para não fechar o ano no vermelho”, completou. A feira, que gera volume anual de R\$ 1 bilhão em negócios nacionais e internacionais, consolidou um modelo de negócios operacionalizado por grandes magazines como as lojas de seu Ilmo e por consumidores populares que, segundo a pesquisa teria apontado, enfatizam a decoração com tons claros, mobília moderna e móveis pré-moldados.

“Essas pessoas precisam aprender a administrar o dinheiro. Precisam aprender a consumir, e nós estamos aqui para ajudar, entendemos que esse é um projeto social”, começou Seu Ilmo, gerente da loja onde muitos membros do CODESPA compraram seus móveis, em conversa pessoal, alguns dias depois. Ao longo dos últimos dois anos, Silva viu vários clientes oriundos do PMCMV chegarem à sua loja. Baseando-se nessas experiências, ele entendia que as pessoas deveriam aprender a ajustar seus desejos e expectativas aos orçamentos domésticos e às condições e limites físicos de suas novas unidades.

Em sua perspectiva, os beneficiários da casa própria haviam recebido uma oportunidade única para repensar suas vidas através das novas condições materiais deflagradas pela política pública. A compra de objetos, associada à possibilidade de decorar autonomamente um espaço doravante próprio, seria condutora de uma plasticidade material alinhavada aos *travails* das pessoas em construir um novo *self*. Tratava-se de um passo crucial no exercício controlado da cidadania. Através de inclusão econômica, o *uncanny* transfigurar-se-ia no *homely*; o objetivo último de Bachelard (1958), a casa como topografia do *self* e do íntimo, seria finalmente realizado através da marquetização e configuração de um lar adequado, educando pessoas sobre como viver renovadamente para além da pobreza.

“Nós sempre tivemos interesse em atender a esse público”, Silva continuou. “É claro que alguns planos, como esse [PMCMV] que o governo lançou no mercado trazem um volume maior de vendas”. Ao oferecer diferentes linhas de produtos—com variados padrões de acabamento, cores, formatos e linhas—e dispô-los lado a lado, Silva desencadeava um não-planejado *efeito aspiracional* em seu público. Na elaboração de seu *mix de produtos*, Silva estava preocupado em manter uma linha de baixo custo, que atendia investidores visando construir empreendimentos para o que chamou de “classe popular”. “Eu vejo que há uma preocupação saudável do governo, que é fazer a pessoa querer vislumbrar um produto acima das condições financeiras. Automaticamente, depois disso ele vai mobiliar essa casa, ele vai ter um produto condizente

com aquele padrão”. Para Silva, era preciso estar atento às novas circunstâncias de consumo propiciadas pela democratização do acesso à bens e tecnologia nessa faixa de renda, a TV não seria mais de tubo, e a máquina de lavar ter-se-ia tornado uma das prioridades no orçamento doméstico. Seu Ilmo instruiu, então, seus vendedores a ensinarem uma visão holista da casa própria aos novos consumidores:

Nós precisamos clarificar a importância de ter um ambiente doméstico mais confortável. Ao invés da pessoa chegar aqui e dizer: ‘ah, eu quero a maior televisão de 50 polegadas que tu tem; não, quem sabe tu não compra uma TV menor, de 32 polegadas, que vai te dar a possibilidade de gastar o resto do crédito em um beliche pra acomodar os filhos, por exemplo. As pessoas sabem que tem um limite de crédito pra cada item, mas ainda assim elas vêm aqui e me perguntam, ‘posso pagar a diferença?’. Claro que eu ia adorar vender uma máquina de lavar de R\$ 2500, mas eu não posso. O limite que o governo estipulou é R\$ 1000! O que a gente tenta é fazer a pessoa imaginar o ambiente da cozinha: tu vai ter uma pia, tu vai ter uma mesa prum jantar em família, tu vai ter uma sala com um sofá. Mas não dá para colocar um sofá de sete lugares; tem que ser um de dois, talvez mais uma poltrona.

Ao colocar os cidadãos-consumidores no radar econômico da política habitacional, seu Ilmo os ensinava a como fazer uso apropriado do dinheiro—que se tornou um operador para pedagogizar a entrada em uma nova vida, pontuada por novas responsabilidades, prioridades, deveres e direitos. Através dessas práticas, Seu Ilmo operava como um *designer* ativo de casas e sujeitos, performando-os, isto é, “casando” e “subjeticando” os microcosmos que ele ajudava a construir. Seu trabalho não cessava com a venda de bens; ao contrário, estendia-se até a própria imaginação do ambiente doméstico e os modos considerados adequados para sua ocupação. Nesse processo, seu papel assemelhava-se ao de outras figuras envolvidas na produção de *desiring citizens*, como líderes comunitários, autoridades municipais, ou mesmo assistentes sociais, todos engajados em entregar “dignidade e inclusão aos pobres”. “Eu fiquei sensibilizado desde o primeiro dia que eu vi a organização do CODESPA na batalha por um futuro melhor”, revelou naquela conversa. Apesar disso, seu raciocínio estava profundamente amarrado numa linguagem econômica, já que a construção de um lar demandaria que as pessoas retornassem continuamente à sua loja para a compra de outros bens e obtenção de novos créditos além daquele concedido pelo cartão Minha Casa Melhor.

Enquanto falava de suas experiências ordinárias com beneficiários do PMCMV, Ilmo fez diversas referências aos critérios de corte por categoria de bem de consumo da política de crédito (ver tabela a seguir). Os limites financeiros estipulados pelas diretrizes do programa Minha Casa Melhor operavam, na prática, em colaboração com as fronteiras morais de pessoas como Dona Maria. Naquela mesma noite de sábado de 2014, enquanto escolhia seus móveis na loja de Seu Ilmo, ela revelou: “Eu quero coisa simples. Não sou rica, se eu fosse rica eu me esbaldava”. Em seu conjunto, as categorias de bens criadas pelo instrumento de crédito reproduziam conceitos que orientavam indicadores macroeconômicos em pesquisas de domicílios, como a PNAD e o

Critério Brasil. Ao adquirir produtos em cada uma dessas categorias, os consumidores poderiam ter a certeza de que haviam sido incluídos na sociedade de consumo por meio da criação de um lar adequado à família nuclear da unidade doméstica. Ao replicar, em uma linguagem monetária, as divisões e hierarquias morais que converteram *desiring citizens* em alvos de intervenções habitacionais, o programa Minha Casa Melhor traduzia uma pedagogia de consumo embebida no *design* dos instrumentos de crédito e materializada na voz de gerentes de loja como Seu Ilmo.

Tabela 1 – Itens do Programa Minha Casa Melhor por Faixa de Preço

| ITEM | PREÇO MÁXIMO DE VENDA |
|--|-----------------------|
| Guarda-Roupa | Até R\$ 700 |
| Cama de casal/beliche, com ou sem colchão, ou cama box de casal | Até R\$ 500 |
| Cama de solteiro/berço com selo INMETRO, com ou sem colchão, ou cama box de solteiro | Até R\$ 400 |
| Mesa com cadeiras | Até R\$ 400 |
| Sofá | Até R\$ 600 |
| Estante ou rack | Até R\$ 350 |
| Móveis para cozinha | Até R\$ 600 |
| Refrigerador | Até R\$ 1090 |
| Fogão | Até R\$ 599 |
| Micro-ondas | Até R\$ 350 |
| Lavadora de Roupas Automática | Até R\$ 1100 |
| TV Digital | Até R\$ 1400 |
| Computador ou notebook, com capacidade de acesso à internet | Até R\$ 1150 |
| Tablet, tela igual ou superior a 7", 8GB, câmera, wifi, cartão SD | Até R\$ 800 |

Fonte: Caixa Econômica Federal. Esquematização: Autor

“Pegamos duas televisões, um sofá, um computador pro nosso filho, uma cama de casal pra nós, dois colchões de solteiro pra eles, o fogãozinho e o computador”, comentou o casal branco, de meia idade, Moacir e Melissa, enquanto terminavam de negociar o valor de seus bens na mesa de Seu Ilmo. “Nós fizemos um acerto com o gerente, ele foi bem acessível, aí fechou tudo, deu R\$ 4.969”, a esposa seguiu. “Nada foi *jogado*”, ela continuou, referindo-se à prática de flexibilizar os limites estipulados através de arranjos em que eram discriminados apenas parte dos valores pagos pelos bens. “Só a TV que nós pegamos duas e passou do limite, mas colocaram em outra nota fiscal e ficou tranquilo. O sonho dos gurus é ter TV no quarto; agora ta realizado”.

O casal vinha planejando a aquisição de móveis segundo as diretrizes do cartão Minha Casa Melhor há muito tempo. “A prioridade eram os meninos”, Melissa estabeleceu. Para ela, a aquisição do computador significava a porta de entrada para a internet, para a ampliação dos estudos e para a construção da privacidade dos filhos. Um deles lhe prometera que ensinaria a mãe a “mexer” no laptop. “Quinze anos de aluguel. Quinze anos de luta. Correndo de uma casa pra outra, sendo despejado, nós sofremos, passamos fome. E hoje eu tenho o meu canto”. Moacir trabalhava de vigilante e Melissa fazia as vezes de doméstica para complementar a renda do

casal. “Agora quem sabe eu não preciso mais trabalhar de domingo a domingo”.

Em meio ao desejo de erguer a família da pobreza, tiveram o auxílio dos pais, que doaram presentes para a nova casa e estavam até mais felizes que eles, disse Moacir. “Infelizmente”, Melissa deu sequência, “não estão aqui para nos ver entrar”: a mãe falecera há três meses e o pai agonizava com câncer terminal. “O sonho dela era ver nós no apartamento. Mas ela ta com nós, ela vai acompanhar a nossa entrada”, ela lamentou aos prantos. “Minha filha”, dissera-lhe o pai em leito de morte, “eu tô chegando ao fim, mas eu não morro até ver tu entrar no teu apartamento”.

Sorrindo, Moacir recapitulou a sucessão de fatos, esperanças perdidas e reanimadas, lutas e reuniões que marcaram os últimos cinco anos em que se tornara um militante pela casa própria: “Todos os dias da semana, do mês, a gente olhava aquele papelzinho da inscrição. De mudança em mudança se perdia móvel, se perdia isso, mas o papel tava lá, ‘esse é o meu número, ta chegando aí! Vai chegar!’, completou. Para os filhos, um dos quais sofria de epilepsia e precisava de cuidado médico constante, Melissa ensinou a importância de guardar dinheiro e ser agradecido por todos os benefícios:

O meu filho chorava, o pequeno, o de dez anos que tava junto, ‘mãe, nós vamos conseguir?’. E eu brincando com ele pra ele saber que o dinheiro não vem de qualquer lata, não vem de qualquer coisa. Eu disse ‘filho, se nós não vamos ser sorteados, não vai ter apartamento. Aí eu chorava e disse, ‘viu por que às vezes a mãe pede filho, vamos economizar, vamos tentar trocar uma bolachinha por uma bolacha mais saudável, não só a bolachinha, vamos comer um pão, tudo poupar pra ter condições... E ele quer correr o mundo, ele quer fazer aula de inglês...

Melissa esperava arduamente ter sua humanidade restituída. Via na abertura de desejos dos filhos uma porta para reencontrar-se consigo própria. A aquisição da casa simbolizava essa caminhada de longo prazo que temperava suas expectativas e mantinha seus desejos vivos. “Meu sonho, acima de tudo, é ver os meus filhos se dando bem... O *meu* desejo, pessoalmente, é voltar a estudar, que eu larguei os estudos por falta de dinheiro. Tomara que o apartamento traga isso de volta”, ela concluiu com o olhar longe.

Insatisfeitas com os limites por categoria de bem impostos pelo Minha Casa Melhor, outras pessoas passaram a procurar Seu Ilmo para negociarem canais alternativos de aquisição de objetos de maior valor. “Isso aqui é um absurdo! Não da pra comprar nada com esse dinheiro!”, uma senhora negra com semblante fechado vociferou em direção aos *racks* com preços proibitivos que se enfileiravam um do lado da outro. A exceção era o menor e mais frágil deles, rejeitado pela senhora: “Querem empurrar isso goela abaixo porque somos pobres”, queixou-se. Ela se sentiu lesada em seu direito à livre escolha no espaço do mercado, possibilitado pela política de inclusão econômica que a convertera em uma cidadã com voz. Como marcadores de status, os objetos eram desenhados para performar limites de classe em uma sociedade pontuada por amplas desigualdades socioeconômicas (KOPPER, 2014; 2015a). Como condutores de mobilidade, a

compra de eletrodomésticos e móveis de qualidade superior ao limite estipulado pelo governo sinalizava a busca das pessoas por produtos de maior durabilidade (que as demarcavam como consumidores conscientes) e o desejo por ascensão econômica — simultaneamente instigado e freado pelo Estado ao converter as “classes populares” em consumidores.

Nesses casos, Seu Ilmo buscava inicialmente reafirmar os critérios da CEF, embora na prática oferecesse possibilidades que combinavam múltiplas fontes de crédito: o cartão do governo, cartões de crédito de bancos e a própria linha de crédito comercializada pela loja. Como as tentativas das pessoas em “pagar a diferença” mostravam, a gramática moral e econômica do beneficiário colocava em jogo uma miríade de modalidades de dinheiro, cruzadas durante a negociação de bens e opções de pagamento. O cartão de crédito instrumentado pelo governo operava como um meio relacional de troca, muitas vezes percebido como um dom, um presente, um benefício, ou uma graça: exatamente porque suas parcelas mensais diminutas e espraiadas em 48 prestações permitiam que o empréstimo fosse despercebido como tal no cotidiano.

Como Viviana Zelizer convincentemente mostrou quanto ao *earmarked money* (1994), economias domésticas funcionam desencadeando circuitos de comércio dentro do capitalismo (ZELIZER, 2005a), conectando agentes através do fluxo de dinheiro, da produção social e do significado e troca de bens. A cadeia de consumo da casa coloca no centro dos debates os complexos entrelaçamentos entre intimidade e economia (ZELIZER, 2005b) que florescem na textura do trabalho relacional das pessoas (ZELIZER, 2011), num processo constante de habitar o mundo. Em linha com sua obra, argumento que, como crédito que emerge do governo, o cartão Minha Casa Melhor esteve sujeito a diversas apropriações e marcações de sentido que enfatizaram a autonomia das pessoas como consumidoras da casa. Nesse processo, como veremos na próxima seção, elas colocaram em marcha imagens da casa e do ambiente doméstico, usando conjuntos específicos de transações e comprando tipos particulares de bens. Ao empregá-los no cotidiano de suas novas vidas, esses objetos se tornaram materialidades políticas, isto é, instrumentos que, adquiridos na circulação e interação com o crédito governamental, narram histórias individuais e coletivas de mobilidade e de sucesso.

Topografias da Autonomia

Dia 4 de outubro [de 2014], um dia antes das eleições. Correria. Não trouxe quase nada, era muito úmido e não deu pra aproveitar muita coisa. Trouxe geladeira, cama e guarda-roupa, máquina de lavar e minha cama, e esses sofás. O resto estragou tudo. Era muito saco. Saco de roupa, era caixa com coisas da cozinha. Era um terror. No domingo de manhã quando eu acordei, olhei, não reconheci o lugar. Meu Deus, onde que eu to? Abri a porta. Vim pra sala. Me sentei. Fiquei olhando. Ah, Meu Deus, eu não acredito. Aí caiu a ficha que eu não ia precisar fazer o que eu fazia lá onde eu morava quando chovia. Era um Deus nos acuda. Não acredito, sem goteira, sem correria, é meu! Tava vazio, tinha pouca coisa, mas pra mim era lindo, mesmo vazio. Sei que ainda tem dez anos pela frente pra que realmente seja meu. Mas to pagando direitinho, tenho a certeza de que é meu. Daqui eu não saio daqui ninguém me tira [risos].

Delci sempre morou em Porto Alegre. Aos 19 anos, quando casou, mudou-se para perto do asfalto, na Avenida Ipiranga, retornando em seguida ao Morro da Cruz, onde permaneceu por 17 anos, em um terreno da família. Casada e com dois filhos, ela encontrava-se desempregada na época de nossa conversa, em janeiro de 2015. Delci participou da maior parte das reuniões do CODESPA, desde a realização do primeiro seminário “Do Morro para o Asfalto”, em 2009. Antes disso, frequentou por cinco anos uma associação de luta pela moradia que, como disse, “não deu em nada”. “Eu não vi na liderança aquela coisa de vai dar certo, vamos se unir, organizar, as coisas eram perdidas, não tinha reunião, teu nome não tava na lista”, comentou, sugerindo que eram essas diferenças na arquitetura da participação que mantiveram sua esperança acesa na militância. Por várias vezes, Delci fez planos de comprar uma casa, mas esbarrava nas complicações financeiras decorrentes do aluguel e do desemprego. “Não sobra dinheiro pra comprar, não sobra”. Como outras mulheres do condomínio, ela via no apartamento o ponto de chegada de uma caminhada que passava pela busca incessante da casa própria e pela construção de um legado para as gerações vindouras: “Vocês não sabem o quanto eu to feliz. É o sonho de uma vida. Me casei de 19 pra 20, to com 40, não pensava que eu ia conseguir ter algo meu, a gente não vai viver a vida inteira e eu queria ter algo pra deixar pros meus filhos”, desabafou.

Para mobiliar a casa nova, Delci utilizou o cartão do governo, o Minha Casa Melhor, e comprou os móveis na loja de Seu Ilmo, através da parceria do CODESPA. Antes disso, teve um problema de cadastro na CEF, comum a outras pessoas com as quais conversei; ela teve de se deslocar até uma agência bancária para que o crédito fosse liberado em cerca de dez dias úteis. “Não usei todo o limite. Comprei o que eu necessitava. Uma dívida é uma dívida”, sentenciou. Desde a infância, Delci considerou-se como o polo racional de sua família: “Comigo sempre é na ponta do lápis, eu sempre tomei as rédeas de tudo, desde que morava com a mãe”, explicou.

“Tu tem a prestação da casa, água, luz, despesas de comida, roupa... Quando eu vim eu achei que seria menos despesa, mas sabia que poderia correr esse risco”, continuou Delci. Em seu planejamento doméstico, ela havia encontrado um meio de calcular os gastos e planejar os investimentos no apartamento. “Isso influenciou no modo como a gente administra o dinheiro”, confessou a dona de casa, que já tratava de acomodar a nova despesa, o pagamento do IPTU. “Eu penso em comprar algo, mas eu não posso porque vai vir essa conta, senão não vai dar. Quando o meu marido recebe eu já tiro o dinheiro da prestação, do condomínio, da água e da luz, o resto eu tiro depois. Antes não era assim porque não tinha condomínio e prestação”, arrematou.

Delci comprou rack e televisão para a sala, mesa com cadeiras para a cozinha e mobiliou o quarto do filho. Ela tomara a decisão de privilegiar o filho – que precisava de um computador – dispensando, naquele momento, a compra de uma secadora de roupas. “É um adolescente, eles querem ter as coisas deles”, argumentou, enquanto demonstrava como esses bens serviam para a construção da individualidade do rapaz, que agora tinha seu quarto próprio. Quem a convenceu de que precisava comprar objetos para o apartamento todo fora seu marido. “R\$ 120 fixos não é uma prestação alta, ele decidiu comprar o que a gente precisa”, sugeriu.

Uma das questões centrais no processo de mudança de endereço, o aumento das despesas financeiras decorrentes da transferência deixou de se afigurar como um problema. “Agora é água no meu nome, luz no meu nome, tudo no meu nome! Agora eu tenho comprovante de renda!”, os olhos arregalados brilhavam. “Antes era gato, nada se pagava. Dá pra levar, mas é muito mais gasto”, completou. Ela procedeu a um cálculo de sua nova agenda de pagamentos: a) prestação da Caixa Econômica, R\$ 25; b) taxa de condomínio, R\$ 143; c) taxa social de água, R\$ 19; d) taxa social de luz, em torno de R\$ 25; e) prestação do cartão Minha Casa Melhor, R\$ 120. Ao todo, a nova conta somava cerca de R\$ 335, que Delci aceitava pagar sem titubear. “É como se antes a gente não existia! Onde tu mora? Eu moro naquele beco ali. Até para buscar emprego, eles te veem com outros olhos”, exclamou.

Apesar das melhorias, Delci foi rápida em afirmar que nem tudo mudou. Ela seguia levando seus filhos para o antigo colégio e consultava no mesmo posto de saúde. Em sua crítica pragmática do PMCMV, a mudança de endereço incitou, sobretudo, uma transformação subjetiva, mas não resolveu os problemas de infraestrutura que não eram previstos pela política pública. “Falta uma creche, falta um posto de saúde, falta infraestrutura. Agora vai superlotar os daqui que vem todo mundo pra cá”, raciocinou. Em compensação, o acesso a supermercados e a transporte público estava mais fácil.

Apesar da alegria em planejar o espaço doméstico, Delci não ficou satisfeita com a qualidade dos móveis recebidos. “A bancada da cozinha eu fui abrir e saí com a porta na mão. O guarda-roupas do meu filho tu abria uma gaveta e não abria a outra”. Ela atribuiu esses problemas a falhas na montagem, razão pela qual entrou em contato, por telefone, com a loja de Seu Ilmo, relatando o inconveniente. “Eles vão aí, a senhora não sai daí. *Uma hora vão chegar na tua casa*”, teriam lhe dito. Três semanas haviam se passado e nenhum montador aparecera. Delci permaneceu dias no apartamento até que finalmente decidiu conversar pessoalmente com Seu Ilmo, na loja. “Foi aí que as coisas aconteceram”, concluiu.

Delci também teve problemas com a qualidade do apartamento. Alguns dias após a mudança, uma chuva de grandes proporções criou poças de água no chão de um dos quartos. Ela entrou em contato com a construtora, que demorou um mês, entre idas e vindas, para resolver a situação. “Sou dura na queda, insisti bastante. Quando vão resolver? Não interessa como, eu to pagando, é meu dever, eu to cumprindo. Também tenho o direito de cobrar, porque se eu não pagar vão me cobrar, não vão? Então também tenho que cobrar”, teria dito aos técnicos da empresa. Uma vez o problema do vazamento resolvido, começara o seguinte: choques nas janelas, resolvido em dois dias. Finalmente, o piso passou a apresentar rachaduras e soltou em certos pontos do quarto. Delci deixou novo papel no setor de acompanhamento da construtora e aguardou contato. “Ninguém apareceu. Os rapazes vieram ver o piso e disseram que não podiam fazer nada. Que essa parte tinha sido finalizada pela outra construtora, que a Caixa tinha que autorizar. Disseram pra entregar outro papelzinho. Eu digo, outro?”. De modo geral, Delci avaliou que a cobrança era problemática e abordada pelos técnicos da CEF

e da construtora “na defensiva”. “Fiquei sabendo que tem o 0800, o serviço de qualidade. Liguei e falei tudo que tinha acontecido. Eles queriam trocar só a parte estragada e iriam me deixar com pisos de cores diferentes. Não aceitei. Deveria ter mais agilidade, tudo é muito complicado”, queixou-se.

Delci, entretanto, seguia tecendo projetos para apropriar-se da casa e convertê-la no projeto sonhado, em meio às tratativas com a empresa na busca por fazer valer seus recém descobertos direitos como cidadã-consumidora. “Ainda quero comprar um sofá novo, pintar a sala, algumas coisas que dá pra fazer. Nada que mexa com a estrutura que ta ótima, mas algo que deixe a minha cara, uma cortina diferente nos quartos, os boxes do banheiro, nada de mais”, declarou. Quando pedi que deixasse uma mensagem final para um futuro documentário, não teve dúvidas: “Pra gente é um resgate da dignidade. Tu sabe que tem um lugar pra tu ir, que não é insalubre, é limpo, seguro, bom pra te criar teus filhos. É o sonho da maioria dos brasileiros. Chega uma hora que tu fala, meu Deus pra onde eu vou? Eu vou deixar esse apartamento pros meus bebês”, confessou. Pela primeira vez, Delci considerava-se entre os afortunados brasileiros a ter sua casa própria, passando da imaginação do sonho à imaginação da realidade.

Topografias do Progresso

Perto dali residia Ana Paula, uma mulher negra, de meia idade, que há muito tempo atrás, ainda no início dos anos 1990, residira em apartamento. O imóvel fora comprado com o dinheiro do seguro de vida de seu pai, ex-funcionário da extinta CRT [Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações]. “Fiz um mau negócio”, ela comentou, “eu tinha um contrato de gaveta que a Caixa não reconhecia. Perdi o apartamento, só não fiquei na rua porque eu retornei à casa da minha mãe pro meu quarto de solteira, com uma filha de 19 anos”. Sua mãe morava na Vila São José, no bairro Partenon. Por longos anos, Ana Paula pensou em realizar investimentos na casa, mas não tinha espaço para guardar seus pertences. Juntou algum dinheiro enquanto aguardava a certeza de que, através do CODESPA, o sonho da casa própria se materializaria. Em 2010, porém, com a festa de 15 anos da filha, o pouco dinheiro economizado foi consumado no evento.

Ana Paula sempre trabalhou como telefonista em *call centers*, incluindo-se finais de semana e feriados. “É horrível. Foi assim que eu criei minha filha, que sempre estudou em escola particular. Foi tudo dividido entre eu e o pai dela”, prosseguiu com a narrativa. Enquanto acompanhava e batalhava pelo desenvolvimento da filha, Ana Paula buscou informações para aprimorar sua própria educação; primeiramente, sobre um curso de recursos humanos na Ulbra. “Sempre fui fascinada, mas era impossível de pagar. Não tinha EAD, não tinha dinheiro, sem perspectiva nenhuma de vida, nada na minha vida acontecia. Eu saía de um *call center* pra outro e pagava o colégio da minha filha”, confessou. “Quando eu tiver oportunidade vou fazer esse curso. Vamos pensar no progresso”, ela teria dito para si mesma.

Em 2010, a chance de iniciar um curso de graduação em recursos humanos à distância, na Unilasvelva, concretizou-se. Ana Paula tinha aulas presenciais a cada segunda-feira e formou-se alguns anos mais tarde. “Hoje a graduação é um ensino médio”, ela então raciocinara. “Vou fazer uma pós. Fiquei entre psicologia organizacional e gestão de pessoas com ênfase em *couch*, que é o que eu faço. Eu pensei: a psicologia ta voltada da porta da empresa pra dentro, já a gestão é um *mercado* que tu faz toda hora”. As dificuldades, entretanto, se assomaram e em janeiro de 2015 Ana Paula já considerava trancar o curso, devido à falta de oportunidades de estágio na área para pessoas sem experiência profissional. Aliado a isso, Ana Paula estava desempregada e pretendia recomeçar em outro *call center*. “Vou retroceder pra buscar no curto prazo, mas meu currículo está em todo lugar”, sugeriu.

A situação de incertezas econômicas influenciou sua opinião sobre a nova vida no residencial Bento Gonçalves. “Sou muito ativa, não me atiro, sempre penso no amanhã. Fiquei muito depressiva, tinha tardes que eu passava num choro só, horrível, por estar em casa sem perspectiva. Ninguém te liga, nem para dizer que é engano”, comentou em tom de desabafo. Sua filha estava iniciando o curso de graduação em psicologia enquanto tratava de arrumar espaço para o primeiro emprego de recepcionista. “Esse mês é ela quem vai pagar as contas”, revelou. Em sua narrativa, Ana Paula constatava um descompasso entre sua qualificação curricular e a alta rotatividade em empregos subdimensionados, que aceitava para dar conta das despesas no residencial. “Quando me mudei, estava sem dinheiro, sem renda mensal. Foi bom, eu tava feliz, mas foi frustrante. Eu queria fazer outras coisas, pintar essa parede. Isso tornou-se supérfluo porque entre fazer o mercado e a parede tu vai fazer um mercado”, constatou. Apesar disso, todas as suas contas, à exceção do IPTU, estavam em dia.

As dificuldades financeiras não impediram que Ana Paula usasse o cartão Minha Casa Melhor para a aquisição de novos pertences para o apartamento. Com ele, comprou um sofá, uma televisão e um *rack* para a sala; um micro-ondas e móveis para a cozinha; uma cama para a filha, roupeiro, colchão e um jogo de armários, além de uma máquina de lavar roupas. Da casa antiga, trouxe apenas um roupeiro, uma mesa com cadeiras, uma cômoda e um livreiro. De sua mãe, ganhou de presente uma geladeira, comprada pela internet, e um fogão usado.

Em sua experiência com diferentes lojas, ela constatou diferenças de tratamento por conta da utilização do cartão. “As pessoas já te olham não muito bem, acham que tu é totalmente miserável, que tu é leiga, não tem estudo nenhum, não te respeitam, te discriminam”, queixou-se. Em uma delas, Ana Paula foi deparada com uma planilha de objetos e custos, que chamou de “cesta básica de eletrodomésticos e móveis” (ver p. 7). “É um xerox dos xerox da Caixa. Até concordo que tem que ter uma ordem porque a gente sabe que tem pessoas lunáticas. Mas o que eu desejei e almejei eu comprei”, afirmou. Um dos principais bens procurados por Ana Paula foi a máquina de lavar roupas. Primeiramente, foi até as lojas CR Mentz, onde lhe ofereceram “marcas inferiores” e olharam-na como “pobre e favelada, que desceu do morro e ta no asfalto”. Ela disse que queria levar uma Brastemp ou Eletrolux: “eu conheço o que é bom, não sou uma

pessoa ignorante que não sou informada”. “Nesse cartão não passa”, disseram-lhe. “Então eu não vou levar. Atravessei a rua, fui no Magazine Luiza, fui muito bem atendida e comprei a marca que eu queria”, arrematou.

Enquanto terminava de formatar e criar seu ambiente doméstico – planejando a colocação de grades e a compra de utensílios como porta-sabonetes –, Ana Paula seguia à procura de um emprego na sua área de formação, para poder usufruir plenamente dos benefícios da nova residência. “A gente tem que pensar no progresso, na vida. Vou me tornar uma gestora de RH”, esbravejou com o olhar cintilante. Para ela, um sentido de imanência e de valor moral à vida era forjado à medida que tecia projetos futuros que alinhavam sua realização profissional à construção de um sentido de continuidade intergeracional, um legado que seria passado à filha: “Quero deixar esse apartamento para a minha filha, minha única herdeira. Não penso em vender, mas em dez anos posso alugar, fazer renda. Minha filha pode morar aqui, ou eu fico e ela sai, ela tem a sua autonomia. É isso que eu penso”, concluiu.

Considerações Finais: vozes críticas e coletivos transientes

Em *Exit, Voice and Loyalty* (1970), o economista e pensador político Albert Hirschman analisa as estratégias antagônicas através das quais atores sociais respondem a situações adversas e procuram exercer influência. Ele estabelece uma distinção entre saída, que envolve remover-se totalmente de uma situação, e voz, que implica mudar a situação a partir de dentro por meio de críticas e demandas. Enquanto a saída segue dinâmicas de mercado convencionais, voz é, em suas palavras, ação política por excelência, já que sinaliza a adoção de táticas que deslocam os pilares de uma dada configuração. Lealdade, por sua vez, seria o mecanismo que regula o uso de voz ou saída; quanto mais forte a lealdade, maior a preocupação do indivíduo pelo bem-estar coletivo para além de sua própria participação e, portanto, maiores as chances de eficácia da voz sobre a saída.

Entre os beneficiários da casa própria que encontrei em Porto Alegre, tornar-se parte da sociedade de consumo via acesso a política habitacional significava, antes de tudo, construir um canal de transformação do sujeito. Materializada numa temporalidade da espera e do endividamento, a sinergia das pessoas com os artefatos revelava a casa, sua decoração e administração, como o site político, econômico e social, por excelência, para a recriação do *self* e o governo da vida social. Nos processos de uso e apropriação da arquitetura, novos devires, em estado bruto, eram lapidados, expandindo as fronteiras de imaginação de futuros e das chances em vida.

As camadas sociotécnicas formadas pelo consumo de objetos, instrumentos de crédito e artes de existência, sedimentaram novos horizontes – imbricados – do econômico e do político, complicando a caracterização de Hirschman. Na interação de escalas que produz a nova vida em condomínio – pontuada por pagamentos de financiamentos e taxas, convivências coletivas e

projetos de ascensão social – um excedente simbólico foi produzido: a autonomia como escolha. É nesse espaço construído – e coletivamente sancionado – que a passagem para a casa própria e o consumo de seus objetos se consolidou. Vista como o resultado de uma escolha que envolve sacrifícios concretos e diários, a mudança foi justificada pelos ganhos de propriedade e autonomia na transformação dos objetos que passaram a povoar os novos ambientes da vida privada. O consumo e propriedade desses bens tornou-se, então, a base sobre a qual transformações, usos criativos, cuidado e manutenção coalesceram, expondo a transformação do próprio sujeito. Como um permanente *work in progress*, a casa se torna um nexos processual, uma malha porosa e uma janela empírica para explorar realidades políticas, econômicas, interpessoais e afetivas em fluxo.

Através do consumo, os beneficiários da casa própria esculpiram novos alicerces para o exercício de sua própria voz. Reconfigurado no interior de projetos de mobilidade ascendente, o apartamento seguidamente é apresentado como um legado intergeracional e um ativo de instanciação do futuro, em que novos sentidos de propriedade e herança aparecem associados à experiência de classe. Aqui, a voz como ativo político é exercida em instâncias materiais que possibilitam o controle, planejamento e execução do futuro, revelando que o projeto de mobilidade se desdobra em uma espiral que busca abarcar também gerações vindouras. O apartamento torna-se, assim, o *locus* para a educação dos filhos e a organização da vida financeira. Quartos individualizados e computadores garantem que o direito à voz nunca seja esquecido. Como um lugar de imaginação e prospecção, o apartamento permite também recalibrar as aspirações em direção a empregos melhores e projetos de educação.

O campo de autonomia e escolha aberto pelo consumo na esfera individual dos apartamentos e suas materialidades cristaliza-se, ainda, na invenção de figuras híbridas, legais e coletivas, de cidadãos-consumidores. Insatisfações quanto aos limites impostos pelo cartão de crédito governamental, à qualidade construtiva dos apartamentos, das opções e materiais empregados nos móveis, do atendimento de lojas, encontraram canais para sua visibilização crítica através de subjetividades em busca de seus direitos e devires. Através da temporalidade controlada do consumo e acesso a bens e serviços, essas pessoas forjaram canais para o exercício de sua cidadania e pertencimento econômico. Buscando caminhos para a respeitabilidade, para um senso de normalidade e para o reconhecimento social de suas transformações subjetivas por meio do mercado, elas deslocaram e realinharam os espaços de politização da vida social, recombinao suas vozes críticas em coletivos transientes e refazendo, no processo, as fronteiras da lealdade.

Nesse processo, suas vozes engendraram alguma sorte de *accountability* política e econômica, que era também o substrato de uma transformação subjetiva, e o fundamento de uma busca constante pelo lugar e estatuto do privado nas novas configurações abertas pela política pública e suas instâncias de mercado. Ao atravessarem as unidades domésticas (que são, também, unidades de governo), os devires, sonhos e expectativas críticas encapsulados nas materialidades

transientes dos objetos de consumo encontraram sua base de lealdade no coletivo imaginado do condomínio. Como uma realidade em permanente disputa e construção, entretanto, essa lealdade efêmera era tencionada pela busca do lugar do individual e do progresso, conferindo às pessoas o poder para o exercício de uma cidadania econômica com alguma influência nas teias locais da política e do mercado em que o espaço da autonomia subjetiva era articulado. Na casa, então, realizava-se uma dinâmica constante de integração e disjunção (DOUGLAS, 1991); uma relação porosa entre os espaços familiares dos apartamentos e os espaços públicos e econômicos do político.

Referências

- ARRETCHE, Marta. **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.
- BACHELARD, Gaston. **The poetics of space**. Boston: Beacon Press Books, 1958.
- BARTELT, Dawid Danilo. **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Distinction**: a social critique of the judgment of taste. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- CHAUÍ, Marilena. “Uma nova classe trabalhadora.” In: **Lula e Dilma**: dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013, p.123-134.
- COLLINS, Daryl; MORDUCH, Jonathan; RUTHERFORD, Stuart ; RUTHVEN, Orlanda (Eds.). **Portfolios of the poor**: how the world’s poor live on \$2 a day. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2009.
- DOUGLAS, Mary. “The idea of a home: A kind of space”. **Social Research**, 58 (1) ed, p. 287–307, 1991.
- FERGUSON, James. “Power topographies” In: VINCENT, J; NUJENT, D. **A companion to the anthropology of politics**. Oxford; Malden; Victoria: Blackwell Publishing, p. 382-399, 2004.
- _____. **Give a man a fish**: reflections on the new politics of distribution. Durham; London: Duke University Press, 2015.
- HAN, Clara. “Symptoms of another life: time, possibility, and domestic relations in Chile’s credit economy”. **Cultural Anthropology**, Ed. 26(1), p. 7–32, 2011.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Exit, voice, and loyalty**: responses to decline in firms, organizations and States. Cambridge; London: Harvard University Press, 1970.
- KOPPER, Moisés. “La invención de la nueva clase media brasileña: de la antropología de los números a las políticas de movilidad social”. In: ADAMOVSKY, E; VISACOVSKY, S; VARGAS, P. (Ed.). **Clases medias**: novos enfoques desde la sociología, la historia y la antropología. Buenos Aires: Ariel, 2014.
- _____. “Designing Brazil’s new middle class: economic science and welfare policies in the making of a social category.” **Urbanities**, 5(2), p. 20-31, 2015a.
- _____. “Vestígios de um ‘novo Brasil’: a configuração do mercado de pesquisas para a ‘base da pirâmide.’”. In: YACCOUB, H. **Consumo Popular no Brasil**: contribuições da antropologia e sociologia. Rio de Janeiro: Mundo do Marketing, 2015b, p. 63-98.
- _____. **Arquiteturas da esperança**: uma etnografia da mobilidade econômica no Brasil contemporâneo.” Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2016a.

- _____. “‘Minha casa, minha vida’: experts, sentidos de classe e a invenção do ‘mercado’ da casa própria no Brasil contemporâneo.” **Horizontes Antropológicos**, 45 (22), p.185–215, 2016b.
- _____.; Damo, Arlei Sander. 2018. “A Emergência e Evanescente da Nova Classe Média Brasileira”. **Horizontes Antropológicos**, 50, pp. 335-376.
- LARKIN, Brian. “The Politics and Poetics of Infrastructure.” **Annual Review of Anthropology**, 42 (September), 2013.
- LIVINGSTON, Julie. “Suicide, risk, and investment in the heart of the African Miracle”. **Cultural Anthropology**, 24(4), p. 652–80, 2009.
- MORDUCH, Jonathan; SCHNEIDER, Rachel. **The financial diaries: how american families cope in a world of uncertainty**. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- MÜLLER, Lúcia. “Negotiating debts and gifts: financialization policies and the economic experiences of low-income social groups in Brazil”, **Vibrant** 11(1), p. 191–221, 2014.
- MURPHY, Edward. “Life in debt: times of care and violence in neoliberal Chile”. **American Anthropologist**, 116(1), 2014.
- NERI, Marcelo Cortes. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: CPS/FGV. Disponível em: < http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf>. Acesso em: 10/02/ 2017.
- OSSANDÓN, José; ARIZTÍA, Tomás; BARROS, Macarena; PERALTA, Camila. “Dossiê: finanças e sociedade contabilidad en los márgenes accounting in the margin.” **Civitas**,17(1), p.1–26, 2017.
- Paes de Barros, Ricardo, Miguel Nathan Foguel, and Gabriel Ulyseia. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2017.
- POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SALATA, André. “Notas Sobre a Tese Da Nova Classe Média Brasileira.” **Observatório Das Metrôpoles**, 2013.
- Salata, André. **A classe média brasileira: posição social e identidade de classe**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- SCALON, Celi. “Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate.” **Contemporânea**, 1, p.49–68, 2011.
- _____.; SALATA, André. “Uma nova classe média no Brasil da última década? o debate a partir da perspectiva sociológica”. **Revista Sociedade e Estado**, 27(2), p. 387- 407, 2012.
- SOUSA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolivar. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro; Brasília: Elsevier; Confederação Nacional da Indústria, 2010.
- SOUZA, Jessé. 2010. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2nd ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- VATIN, François. **Évaluer et Valoriser: une sociologie économique de la mesure**. Paris: Presses Universitaires du Mirail, 2013.
- WEIGEL, Sigrid. “On the ‘Topographical Turn’: Concepts of Space in Cultural Studies and Kulturwissenschaften. A Cartographic Feud.” **European Review**, 17(1), p.187- 201, 2009.
- Wilkis, Ariel. **Las sospechas del dinero: moral y economía en la vida popular**. Buenos Aires: Paidós, 2013.
- XAVIER SOBRINHO, Guilherme G.de F. “A ‘classe C’ e sua alardeada ascensão: nova? classe? média?” **Indicadores Econômicos FEE** 38(4), p. 67- 80, 2011.
- YACCOUB, Hilaine. “Lições da favela: as economias de compartilhamento de bens e serviços na barreira do Vasco/RJ.” Universidade Federal Fluminense, 2015.

ZELIZER, Viviana A. **The social meaning of money**: pin money, paychecks, poor relief, and other currencies. Princeton: Princeton University Press, 1994.

_____. "Circuits Within Capitalism.pdf." In: NEE, V; SWEDBERG. **The Economic Sociology of Capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 2005a.

_____. **The Purchase of Intimacy**. Princeton: Princeton University Press, 2005b.

_____. 2011. **Economic Lives**: How Culture Shapes the Economy. Princeton: Princeton University Press, 2011.

Recebido em: 16/01/2018

Aceito em: 31/03/2018

**CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO
EM DUAS NOVAS REGIÕES AUTOMOBILÍSTICAS:
Sul Fluminense e Camaçari (BA)**

***DEVELOPMENT CONFIGURATIONS
IN TWO AUTOMOTIVE REGIONS:
Sul Fluminense and Camaçari (BA)***

João Assis Dulci*

Resumo

A partir da década de 1990, o Brasil assistiu a uma nova onda de instalações industriais estrangeiras em seu território. Com base em protocolos de atração, isenções e demais incentivos fiscais e locacionais, uma nova geografia do setor automotivo se desenhou no Brasil. Se num primeiro momento percebeu-se uma desconcentração industrial, no médio prazo, quando estados e municípios esgotaram suas capacidades de renúncia, e os benefícios infraestruturais voltaram a ter relevância na escolha das montadoras, as opções pela localização final de novas indústrias passaram a se repetir. No entanto, algumas das regiões beneficiadas pelo aporte de novas indústrias já abrigavam importantes parques industriais, o que nos leva a refletir sobre a real participação da indústria automotiva no desenvolvimento regional. Este trabalho visa, portanto, compreender a importância da indústria automotiva para o desenvolvimento de duas regiões que, até a década de 1990, não abrigavam plantas automobilísticas: o Sul Fluminense e Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador. A partir de dados do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, busca-se mensurar a parcela de investimentos, renda e empregos que a referida matriz produtiva carrou para cada região, de modo a responder à questão sobre sua importância como vetor de desenvolvimento regional, jogando luz sobre os desdobramentos desse processo.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Indústria automobilística. Sul Fluminense. Camaçari (BA).

Abstract

Since the 1990's, Brazil has watched a new influx of foreign plants in its territory. Based on specific protocols to attract industries, and also on tax exemptions and tax breaks, a new automotive industry geography has been designed in Brazil. Although in the beginning an industrial deconcentration was perceived, as years passed, states and municipalities exhausted its tax break capacities and, by consequence, infrastructural benefits were brought to light again as the most relevant attractive factors by the automotive plants. So, the implementation locations began to repeat. However, some so called green-fields already allocate important industrial clusters, which bring us to rethink about the automobile industrial participation on regional development. This paper aims, therefore, to understand the role that automotive industry began to play in regional development, specifically in two regions which did not observed automotive industries implementation until the 1990's: Sul Fluminense (Southern Rio de Janeiro State) and Camaçari, in the Região Metropolitana de Salvador (Salvador Metropolitan Region). Using Ministério do Trabalho e Emprego (Labor and Employment Ministry) and Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Development, Industry and Trade Ministry), we measured the portion of the investments which the automotive industry brought to each region, looking to respond to the issue about the current automotive industry importance as regional development carrier, enlightening the unfolding process.

Keywords: Regional development. Automotive industry. Sul Fluminense. Camaçari (BA).

* Professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora/Brasil. Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ/Brasil. E-mail: joaodulci@gmail.com

Introdução

A indústria automotiva brasileira data do início do século XX, consolidando *clusters* na década de 1950 e tendo gozado de um período de reserva de mercado, com interrupções, até o processo de abertura do mercado brasileiro, nas décadas de 1980 e 1990. A partir dos anos 1990, em razão de um combinado de processos políticos e econômicos, o Brasil recebeu uma onda de investimentos para implementação de novas plantas do setor automobilístico. As condições básicas para o aporte das mesmas foram a reestruturação produtiva e a reespecialização industrial de países do centro para os países semiperiféricos, que ocupam as funções de novos mercados consumidores potenciais, plataformas exportadoras e *greenfields* em suas várias configurações (RADOSEVIC; ROZEIK, 2005). A expansão industrial em direção ao Leste europeu, ao México e à América do Sul fez com que se exportassem milhares de empregos para “novas” regiões automotivas (VAN TULDER; RUIGROK, 1998; COVARRUBIAS, 1998; DRUCK, 1999; GUADARRAMA; OLIVEIRA, 2001; VEGA, 2004; RADOSEVIC; ROZEIK, 2005).

A consolidação do Mercosul, as Câmaras Setoriais, o Novo Regime Automotivo e a abertura dos mercados, bem como o aumento do crédito ao consumo, a flexibilização das leis trabalhistas e os salários mais baixos do que aqueles dos países centrais foram motivos básicos para que o Brasil conseguisse atrair indústrias em competição com seus vizinhos do cone sul (ARBIX, 2006; CARDOSO, 2006). Depois da década de 1990, de fraco crescimento econômico e persistência do desemprego em patamares elevados, observou-se nos anos 2000 uma retomada do crescimento, com estabilidade monetária e aumento do número de pessoas ocupadas (tanto nos mercados formal, quanto informal) e de renda. Diante do maior poder aquisitivo e da elevação do bem-estar geral da população, e impulsionado por inúmeros incentivos fiscais, o setor automotivo foi um dos mais beneficiados pela conjuntura favorável. Porém, nos últimos anos, a trajetória ascendente da economia brasileira refreou, e os mais recentes dados sobre Produto Interno Bruto e dívida pública mostram uma situação crítica¹.

Busca-se neste trabalho, portanto, responder se a indústria automotiva, mesmo diante de suas reconfigurações e reestruturações, dos inúmeros incentivos recebidos, e a despeito da crise por que passa a economia brasileira, ainda é vetor relevante para as regiões e estados que as abrigam, e tentar mensurar o tamanho de sua importância a partir de dados relacionados ao mercado de trabalho e aos investimentos proporcionados por tal matriz produtiva, como indicadores de desenvolvimento regional. O debate se constrói como atualização de algumas visões da sociologia do trabalho brasileira dos anos 1990, que lançaram olhares de desconfiança, muitas vezes com razão, sobre o modelo adotado pelo país àquele momento para atração industrial e de investimentos diretos estrangeiros (ARBIX, 2000; COMIN, 2001; RAMALHO, 2006).

¹ Em 2014, o PIB brasileiro teve crescimento de 0,5%, que antecedeu decréscimos de 3,8% e 3,6%, em 2015 e 2016, respectivamente, de acordo com os dados mais atuais (IBGE, 2017). A dívida líquida do setor público aumentou de 30,0% do PIB em janeiro de 2014, para 51,8%, em janeiro de 2018, ultrapassando os 73% se considerarmos a dívida bruta (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

Elegemos duas regiões: o município de Camaçari, na Bahia, e a microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, VPF, que representam bem os momentos de abertura do mercado brasileiro, uma vez que receberam o aporte de novas plantas do setor automobilístico na conjuntura de abertura dos mercados e de atração industrial do fim do século XX e de transformação do regime de acumulação do país, em consonância com as transformações da regulação capitalista levadas a cabo pelos países centrais. Além disso, são regiões com um passado industrial, correspondendo a *greenfields* setoriais (DULCI, 2015) em termos da matriz automotiva, mas a *brownfields* em termos de tradição industrial pregressa. Por fim, embora ambas as regiões sejam bastante representativas de uma conjuntura específica de atração industrial, no que se assemelham, guardam particularidades em suas trajetórias anterior e posterior à instalação das primeiras plantas de automotores, conforme mostram os dados deste trabalho. O marco temporal aqui definido é de 2007, ano em que conseguimos analisar o comportamento dos dados utilizados antes da crise internacional de 2008/2009, isolando parcialmente seus impactos, até o período mais recente de disponibilidade de informações (2015 para os dados sobre mercado de trabalho e 2017 para os dados sobre investimentos consolidados).

Adiantamos que, como num efeito de ondas², a relevância de uma indústria de grande porte, como as indústrias automotivas o são, é mais importante para seu entorno e para municípios e microrregiões contíguas do que para escalas maiores, em função da razoável diversidade produtiva dos estados em estudo e do Brasil. Além disso, a relevância da produção de veículos e seus componentes tende a “carrear” maior grau de desenvolvimento em proporção inversa à diversidade produtiva regional, quando se teria um número mais diversificado de investimentos em uma mesma região³. Por fim, o formato do regime de acumulação e das relações de trabalho em uma dada região se mostra ligada à configuração do desenvolvimento regional no momento da atração das indústrias, sendo seu desdobramento uma consequência importante dessa configuração⁴. A hipótese a ser testada aqui é a de que a indústria automobilística ainda é vetor relevante para o desenvolvimento regional em *greenfields* setoriais, embora o seja menos importante em escalas maiores ou em ambientes de maior diversidade produtiva, mesmo levando-se em conta as novas configurações organizacionais, mais enxutas de acordo com as características do processo de reestruturação produtiva, das quais as plantas em questão são representativas.

O conceito de desenvolvimento, aqui adotado em sua face regional, se sustenta em teorias de desenvolvimento de meados do século XX. Define-se como remoção de obstáculos ao crescimento econômico (PINTO, 1963; SUNKEL; PAZ, 1974) e superação do atraso

2 Sobre o tema e a analogia aqui adotada, ver Myrdal (1960).

3 Aqui, fazemos referência à leitura de Celso Furtado sobre desenvolvimento e expansão capitalistas, em que o autor afirma a necessidade de maior liquidez com redução de incertezas nos investimentos industriais. Com isso, uma maior diversidade de investimentos se faz relevante para que os efeitos críticos em um determinado setor não afetem toda uma cadeia, ou toda uma economia (FURTADO, 2003).

4 Fizemos o esforço de demonstrar essa hipótese em Dulci, 2015.

(GERSCHENKRON, 1962; AMSDEM, 2001), a partir da matriz industrial (KHOTARI, 1989), posicionado num *continuum* em relação ao polo oposto, o subdesenvolvimento (SUNKEL; PAZ, 1974). Essas dimensões são transplantadas para escalas subnacionais em termos de atraso relativo de uma região, ou de estados, em comparação a outros, entendendo haver espaços intermediários de desenvolvimento (SUNKEL; PAZ, 1974; DULCI, 1999, 2015; FURTADO, 2003) e incorporando a dimensão espacial nos processos aqui referidos (FRIEDMAN, 1967). Ganha contornos de *desenvolvimento regional* quando gera efeitos propulsores para a qualificação de fatores como serviços públicos, recursos humanos, poupança e investimento, o que pode gerar progresso rápido e contínuo em um determinado local (MYRDAL, 1960), admitindo-se que o desenvolvimento regional pode ser propulsionado por grandes indústrias multinacionais, não apenas por médias e pequenas, como no debate sobre distritos de cunho *marshalliano* (FERNÁNDEZ et al., 2008).

Para operacionalizar essa interpretação, definimos variáveis relacionadas ao mercado de trabalho regional, bem como investimentos relativos à indústria automotiva, como indicadores de desenvolvimento regional nos moldes das teorias aqui incorporadas. Ou seja, um maior volume de investimentos, principalmente os relacionados à indústria em questão, representa inversões, crescimento e superação dos obstáculos para a consolidação da matriz produtiva nas regiões. Um eventual aumento no número de empregos significa transbordamentos dos processos de instalação das indústrias e a expansão das mesmas, e a renda dos trabalhadores, além de um indicador indireto de bem-estar e de crescimento econômico, também reflete nas economias regionais, que se postam, assim, de forma distinta, quando comparadas entre si e a outras mesorregiões⁵.

A trajetória recente da indústria automotiva

As indústrias automobilísticas brasileiras derivam de duas conjunturas que compreendem dois arranjos institucionais e regulatórios distintos. O primeiro reflete a forma de inserção do Brasil, com base em um modelo desenvolvimentista, no compromisso fordista internacional, bem como na montagem de um compromisso fordista incompleto (“fordismo periférico”, conforme nomenclatura de Lipietz (1989)). A atuação do governo federal brasileiro na arbitragem dos investimentos se deu em situação de pouca autonomia, o que resultou em concentrações industriais regionais e aguçamento das desigualdades interfederativas (FURTADO, 2003).

O segundo arranjo, ou segunda conjuntura, se marca pelo avanço liberal e desmanche do “compromisso”, num movimento de intensificação da transnacionalização de empregos e plantas automotivas. Países outrora semiperiféricos (caso de Japão, Coreia do Sul e os “Tigres Asiáticos”), países centrais reconstruídos no pós-Guerra e casos bem-sucedidos de social-democracia, como

⁵ Sobre esse ponto, comparamos as duas regiões em tela com o Grande ABC Paulista, em trabalho de 2016 (DULCI, 2016).

Alemanha, França e Suécia, avançaram sobre mercados tradicionais do setor, principalmente a partir dos processos de reestruturação produtiva em sua indústria automobilística (BOYER; FREYSSENET, 2003).

Os Estados Unidos foram, provavelmente, o país mais atingido por esses avanços, a partir da década de 1970. A gradual perda de competitividade dos automóveis norte-americanos acelerou-se com os dois choques do petróleo, que elevaram os preços dos combustíveis fósseis (BOYER, 1990), tornando os veículos caracteristicamente de alto consumo de gasolina e diesel daquele país extremamente custosos para seus donos. Além disso, a evolução tecnológica em termos de competitividade industrial e as inovações com relação a métodos e organização fabril impuseram uma posição defensiva às tradicionais montadoras de Michigan (BOYER; FREYSSENET, 2003). A inserção gradativa de montadoras estrangeiras em solo norte-americano impeliu a competição por novas regiões do globo. A esse processo soma-se o fim da cortina de ferro (VAN TULDER; RUIGROK, 1998; RADOSEVIC; ROZEIK, 2005), questões de política imigratória e de reestruturação produtiva nas plantas centro e norte-mexicanas (COVARRUBIAS, 1998; DRUCK, 1999; VEGA, 2004) e a exploração de mercado consumidor potencialmente expansível para o continente sul-americano, o que gerou uma concentração subcontinental de plantas no Brasil, também associada a mudanças corporativas das multinacionais abrigadas nos países do cone sul (CICCOLELLA, 1992; NOVICK, 2001; CARDOSO, 2006). Em todos esses processos, no entanto, buscava-se o aumento dos lucros através de redução de gastos e aumento da eficiência produtiva, configuração facilitada pelo desenvolvimento de tecnologias informacionais, em processos de compressão de tempo e espaço (CASTELLS, 2007; HARVEY, 2008), instrumentos fundamentais para as transformações do regime de acumulação global (HARVEY, 2011)⁶.

A partir dos processos de reestruturação, as multinacionais do setor automotivo gestaram configurações produtivas que foram exportadas para diversos países, no espírito de ocupação de novos espaços de produção, os chamados *greenfields* (VAN TULDER; RUIGROK, 1998; RADOSEVIC; ROZEIK, 2005) e de redução de mão de obra, ou dos custos das mesmas. Se no Leste-Europeu e no norte do México configuram-se mais claramente casos de *greenfields* stricto sensu, o Brasil constitui-se num modelo híbrido, em que internamente se reproduz a dualidade *brownfield* x *greenfield*, embora não fique evidente que algumas das regiões escolhidas pelas multinacionais do setor sejam exatamente *greenfields*⁷. É preciso descer mais um degrau na escala, mirando as dimensões meso e microrregional, para demonstrar, como no caso do Vale do Paraíba Fluminense, que o município de Volta Redonda representa um *brownfield* diante de

6 Não se pretende aqui um esforço no sentido de esgotar o desmanche do compromisso fordista. Para entender tanto o desmanche nos termos regulacionistas, ou pela via marxista, ver Sassen (1988); Lipietz (1989); Boyer (1990; 1994); Harvey (1992, 2005, 2008, 2011); Dreifuss (1996); Boltanski e Chiapello (2009), dentre outros.

7 Trata-se de uma questão escalar, combinada a uma questão conceitual (DULCI, 2015). Friedman, em texto de 1967, definia *greenfield* a partir de um prisma de planejamento regional, como um ponto ótimo locacional para instalação de uma empresa. Scott Martin e João Paulo Veiga (2002) definem como “[...] regiões, em geral interio-

Resende e Porto Real, *greenfields*. Por isso, adotamos a noção de *greenfield* em termos setoriais de produção, denominando tanto o sul do estado do Rio de Janeiro, quanto Camaçari, na Bahia, “*greenfields* setoriais” (DULCI, 2015), uma vez que a tradição industrial de ambas as regiões data das décadas de 1940 e 1970, respectivamente. Esse ponto é relevante por se relacionar com a maior dependência que o desenvolvimento do Vale do Paraíba Fluminense passa a ter da matriz automobilística, principalmente com o declínio da siderurgia na região, a partir dos anos 1990. Tal fenômeno foi fundamental para a configuração salarial quando da instalação da Volks em Resende. Já em Camaçari, a presença dos setores químico e petroquímico forçaram a Ford a equiparar os ingressos de seus trabalhadores às empresas daqueles setores, mais altos quando comparados aos da região fluminense.

Podemos afirmar que a década de 1990 representou uma nova onda de investimentos estrangeiros no Brasil. Isso se deu basicamente pela conjunção de fatores relevantes, já fartamente apontados pela literatura especializada. As Câmaras Setoriais (mormente a Câmara Setorial da Indústria Automotiva⁸), a consolidação do Mercosul como mercado consumidor ampliado, a infraestrutura industrial, viária e portuária brasileira, superior em comparação àquelas de nossos vizinhos sul-americanos, e as medidas de internalização dos investimentos especificamente automotivos representada pelo Novo Regime Automotivo foram as grandes motivações para novos investimentos (CARDOSO, 2006). A “guerra fiscal”⁹, definidora de uma postura do governo federal distante das disputas e reificadora de desigualdades, e os inúmeros incentivos diretos e indiretos, públicos e privados, foram os elementos que deram destino à instalação das plantas industriais (COMIN, 2001; NABUCO et al., 2002; ARBIX, 2006, etc.).

Os casos e o método de análise comparativa

Os casos aqui estudados inserem-se na expansão da esteira produtiva global, em fins de século XX. A comparação, além do exposto na introdução, também se justifica por se tratar de duas regiões com um passado industrial em matrizes diferentes da automobilística, o que permite “isolar” os investimentos automotivos dos demais setores produtivos e comparar seu comportamento com os demais, identificando em que medida a indústria automotiva se torna protagonista ou não do desenvolvimento regional. Além disso, são regiões que representam o

ranas, sem (ou com pouca) tradição na indústria manufatureira, em especial na indústria automobilística” (p.19); para Olga Firkowski, seriam regiões cujas características principais são “inexistência de tradição industrial; fraca atuação sindical; baixos salários e governos interessados em atrair investimentos estrangeiros, o que, no Brasil, se manifestou no intenso processo de concessão de incentivos fiscais e financeiros, denominados ‘guerra fiscal’” (FIRKOWSKI, 2010, p. 76); Marco Aurélio Santana aponta a pouca tradição industrial e “baixa ou nenhuma densidade sindical” (SANTANA, 2010); e Kulfas et al. definem *greenfields* como o processo de implantação de uma fábrica, totalmente nova, com a tecnologia mais atual possível, em detrimento da estratégia de reestruturação produtiva de uma planta já existente (KULFAS et al., 2002).

⁸ Sobre o tema, ver: Martin (1996); Oliveira; Comin (1999); Arbix (2000); Leite (2000), dentre vários outros.

⁹ Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver Dulci, 2002.

contexto de abertura dos mercados descrito acima, que buscou atrair plantas automobilísticas a partir de protocolos reproduzidos. Buscamos aqui analisar duas trajetórias, traçando como parâmetros comparativos, quando possível, o comportamento do emprego e dos investimentos nos estados nos quais as regiões se inserem, bem como no Brasil. O marco temporal escolhido encerra ainda um período de expansão do emprego e do mercado consumidor, incluindo o consumo de automóveis; e o período crítico mais recente. Ademais, temos uma boa medida da realidade nacional anterior à crise mundial de 2008/2009 e seus desdobramentos. Tal crise teve efeitos sobre diversos setores produtivos no Brasil, o que se percebe em alguns dos dados aqui levantados.

O Polo Industrial de Camaçari é resultado dos esforços para a redução da desigualdade de desenvolvimento regional no Brasil, a partir da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB) e de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (MENDES, 2006; ANDRADE, 2009). Inicialmente pensado como um polo de refino de petróleo da Petrobras (à época chamava-se Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC), paulatinamente atraiu indústrias do setor químico (como borrachas e plásticos). Mais recentemente, iniciativas do setor farmacêutico e de química avançada foram observadas no polo, que acabou por receber, na virada do século, a planta da Ford Motors do Brasil (DULCI, 2015).

A trajetória do desenvolvimento, fortemente concentrado na Região Metropolitana de Salvador, se deu com surtos de desarranjo urbano e crescente hiato na estratificação social. A estratificação urbana da região reforça esse ponto. Altos funcionários das indústrias do Polo Petroquímico de Camaçari habitam em Salvador, enquanto os operários do chão das fábricas residem em Camaçari, Lauro de Freitas, Dias D’Ávila e Candeias, mais fortemente. O município de Camaçari divide-se em três grandes regiões: o centro, onde se concentram os camaçarienses, o Polo Industrial e o litoral, onde situam-se condomínios de luxo (CASTRO, 1988; PESSOTTI, 2010; DULCI, 2015).

A história da instalação da planta referente ao Projeto Amazon¹⁰, da Ford Motors, na Bahia, iniciou-se a partir de questionamentos feitos pelo então governador eleito do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, aos incentivos oferecidos pela gestão anterior, de Antônio Brito. A Ford suspendeu a construção da fábrica naquele estado. Com a reabertura da disputa, a montadora recebeu a oferta de incentivos, financiamentos, isenções e doação de terreno por parte do governo da Bahia, em negociações capitaneadas por proeminentes políticos locais, que asseguraram a aprovação da emenda ao Novo Regime Automotivo, nomeada “especial para o Norte, Nordeste

¹⁰ Amazon é o nome do projeto de implantação de uma planta Ford, no Brasil, no formato de condomínio industrial para fabricar alguns modelos de automóveis adaptados das plataformas mundiais da montadora. À época, os modelos Ka e Fiesta eram os carros-chefe do projeto (LUKACS, 2005).

e Centro-oeste”, facilitando a decisão da montadora¹¹. A Ford de Camaçari tem capacidade de produção de 250 mil veículos/ano, e já foi identificada como a fábrica de maior produtividade da montadora no mundo.

Já o Vale do Paraíba Fluminense, microrregião composta pelos municípios de Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Resende, Quatis, Rio Claro e Volta Redonda, abriga disparidades de desenvolvimento entre os municípios. Apesar disso, percebe-se um enorme fluxo de pessoas e relações que permitem identificar a região como um corpo integrado (IBGE, 2008). Apoiando-nos na tipologia proposta por Anssi Paasi (2000), afirmamos que o Vale do Paraíba Fluminense é uma região resultante de um processo de acumulação de capital, em decorrência da produção desigual dos lugares, mas sem uma prévia demarcação de fronteiras, o que se mostra muito claro pelos processos históricos que têm a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional como propulsora. Também pode ser dita como uma região “historicamente construída” por inúmeros tipos de relações e um espaço de conformação de práticas sociais, institucionalizadas através de um processo pelo qual uma unidade territorial se torna uma entidade estabelecida na estrutura espacial e pode, portanto, ser identificada em termos de práticas institucionalizadas e consciência social nas esferas política, econômica, cultural e administrativa, sendo continuamente reproduzidas nessas práticas (PAASI, 2000)¹².

A história produtiva do Vale do Paraíba Fluminense foi muito marcada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Sua instalação, na década de 1940, resultou na emancipação do distrito de Volta Redonda. Em 1993, com a privatização da CSN, profundas transformações ocorreram na região. A inserção regional na esteira automobilística mundial se deu num dos primeiros esforços da “guerra fiscal”, em meados dos anos 1990, quando do anúncio das intenções da Volkswagen de implantar uma fábrica de ônibus e caminhões no Brasil. O estado do Rio de Janeiro, através de uma força tarefa, e a prefeitura de Resende empenharam-se em protocolos de atração industrial, incentivos, isenções, construção de subestações de energia e infraestrutura viária para consolidar seus esforços (LIMA, 2005, RAMALHO, 2005, SANTANA, 2010, dentre outros). Pouco depois de iniciadas as operações no formato de consórcio modular da Volks Caminhões e Ônibus, em Resende, o Rio de Janeiro lançou-se na disputa por mais uma planta para a região: a PSA Peugeot-Citroën, que seria sediada pelo então distrito industrial de Porto

11 Em dezembro de 2009, uma decisão judicial condenou a Ford a pagar R\$134 milhões (em valores de 1999), por considerar que a empresa norte-americana desrespeitou o contrato firmado com o governo gaúcho. A Decisão foi contestada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que considerou a decisão como apartada de um processo mais amplo sobre o mesmo tema. No início de 2014 a decisão foi ratificada pela Justiça, com uma indenização fixada em 160 milhões de Reais (<http://tjs.jusbrasil.com.br/noticias/100537209/por-nao-instalar-fabrica-no-rs-ford-e-condenada-a-ressarcir-o-estado-em-mais-de-r-160-milhoes>).

12 O mesmo não se pode dizer da Região Metropolitana de Salvador, motivo pelo qual comparamos um município (Camaçari) a uma região (Vale do Paraíba Fluminense). Isso se deve à presença na RMS não só a capital, Salvador, com economia fortemente calcada em serviços voltados para hotelaria e turismo, mas também vários municípios de seu entorno, que funcionam como um prosseguimento da capital. Em função dessa aguda polarização, optamos por analisar o município de Camaçari de forma isolada.

Real (SANTANA, 2010)¹³, que resultou emancipado depois de algumas rodadas de negociações políticas, lideradas por empresários locais, tornando-se o município de maior PIB per capita do estado fluminense¹⁴.

As duas fábricas possuem trajetórias desiguais em relação ao seu potencial sucesso na região. Em função de políticas públicas voltadas para desenvolvimento tecnológico do óleo diesel brasileiro¹⁵, a Volks Caminhões e Ônibus observou queda acentuada em sua produção e em seu número de vendas por alguns anos ao longo da primeira década deste século. A PSA, também em função de oscilações estratégicas, anunciou e adiou por algumas vezes a ampliação de sua produção. No entanto, no cômputo geral, pode-se dizer não só que são fábricas consolidadas, como que tiveram efeito na geração de externalidades positivas para o Vale do Paraíba Fluminense, o que se materializa na atração de outras três novas montadoras (DULCI, 2015; 2016). Apesar do relativo sucesso corporativo, os números em relação à realidade recente dos trabalhadores não demonstram a mesma sintonia, como veremos mais adiante.

Os dados

Quando observamos a variação geral do emprego formal no Brasil, nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro, no Vale do Paraíba Fluminense e em Camaçari, podemos perceber que as curvas apresentam comportamento semelhante (gráfico 1). A trajetória é crescente até os anos de 2013 e 2014, quando inicia uma tendência de queda (RAIS/MTE, 2007-2015). Se observarmos as linhas do VPF e do estado do Rio de Janeiro, podemos afirmar que o acréscimo de empregos formais no estado fluminense é menos intenso do que na microrregião. Fenômeno diverso ocorre quando comparamos Bahia e Camaçari. As oscilações são mais frequentes no município, ao passo que o estado apresenta uma trajetória relativamente mais robusta no sentido de incremento de empregos formais, tomando o ano de 2007 como base¹⁶. A média nacional apresenta aumento relativo de empregos formais maior do que o estado do

13 Identificamos em outro trabalho que, no caso do Vale do Paraíba Fluminense, percebe-se uma transposição da dualidade *greenfield x brownfield* para o nível microrregional, uma vez que as duas montadoras pioneiras do sul do estado recusavam quase explicitamente a contratação de mão de obra oriunda ou relacionada à CSN e seu passado sindical, ainda muito recente na região (DULCI, 2015). Ao longo da década de 2000 e 2010, mais duas montadoras instalaram-se na região, atraindo também fábricas de pneumáticos, produtos químicos, bem como fomentando a integração com um dos braços siderúrgicos da CSN, em Barra Mansa, o que fortalece nossa convicção quanto à forte integração produtiva, material e social do Vale do Paraíba Fluminense e de grande parte do Sul Fluminense.

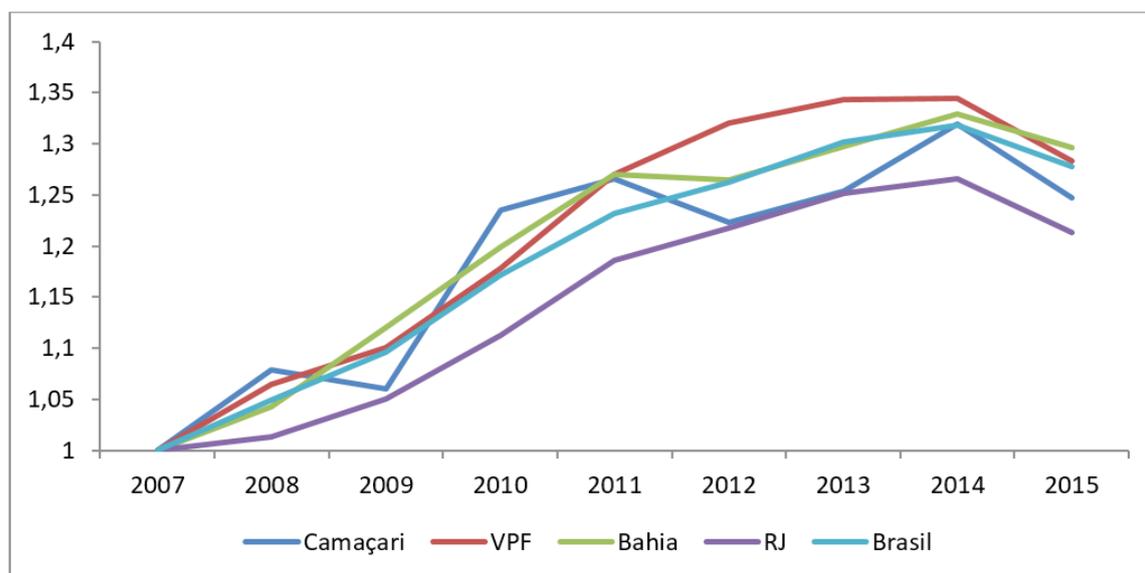
14 Sobre o processo de negociações para emancipação do município, ver Lima, 2005.

15 A resolução 315, de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente previa a redução de material particulado no óleo diesel consumido no Brasil a partir de 2016. No entanto, uma resolução complementar, de número 403/2008 antecipou para 2012 a implementação dos óleos do tipo S-10 e S-50, o que obrigou a alterações nos processos produtivos, impactando na redução de linhas de crédito para modelos com a tecnologia anterior e consequente redução nas vendas (CONAMA, 2002; 2008).

16 É preciso considerar aqui o efeito da elasticidade de um município em comparação a um estado, o que não invalida as análises propostas.

Rio de Janeiro, mas menor que a microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, o estado da Bahia e Camaçari, até 2012. A partir de 2012, a tendência é de incrementos menores nos casos baianos em análise.

Gráfico 1 - Variação percentual do número de empregos formais. Vale do Paraíba Fluminense, Camaçari, Bahia, Rio de Janeiro e Brasil, 2007-2015, (2007=100)¹⁷.



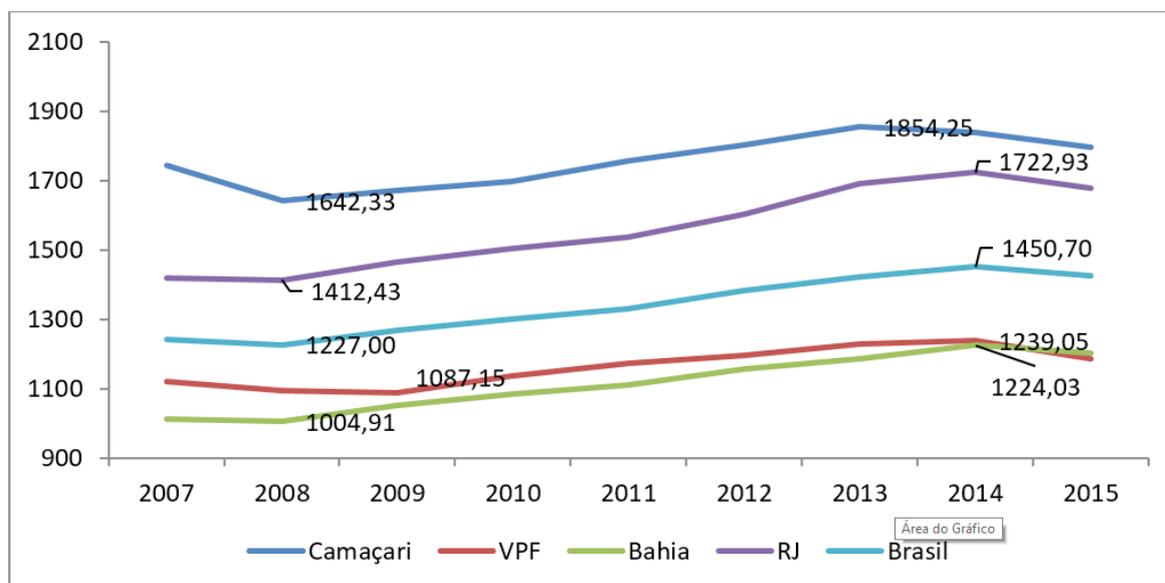
Fonte: RAIS/MTE, 2007-2015.

Ao mirarmos os rendimentos médios mensais de cada caso, temos que os ingressos de Camaçari são maiores do que nas demais comparações (gráfico 2). Os rendimentos do estado da Bahia e do Vale do Paraíba Fluminense são menores. Esse fenômeno se explica em muito pela presença das indústrias químicas e petroquímicas no Polo Industrial de Camaçari, que levaram, inclusive, a Ford Motors do Brasil a uma tentativa de equiparar seus salários para atrair mão de obra. Já no Vale do Paraíba Fluminense, a trajetória dos rendimentos acompanha o contexto negativo dos anos 1990, tendo-se “fixado” em patamares menores (DULCI, 2015; 2016). Utilizamos também as médias regionais dos rendimentos mensais de todos os vínculos formais das regiões selecionadas, de modo a termos parâmetros para compararmos com a indústria automobilística¹⁸. Se a microrregião do Vale do Paraíba Fluminense observa rendimentos médios mensais que variam de R\$1.090,00 (2009) a R\$1.230,00 (2014), aproximadamente, os empregos relacionados à matriz automobilística variam de R\$2.080,00 (2007) a R\$2.188,00 (2014).

17 Fixa-se aqui a análise tomando o ano de 2007 como ano inicial (2007 equivalente a 100%). Com isso, os números variam sempre em relação ao ano de 2007.

18 Excluem-se os estados da Bahia e do Rio de Janeiro desta análise, uma vez que os empregos relacionados à indústria automotiva concentram-se quase que totalmente nas regiões de Camaçari (Bahia) e do Vale do Paraíba Fluminense (Rio de Janeiro).

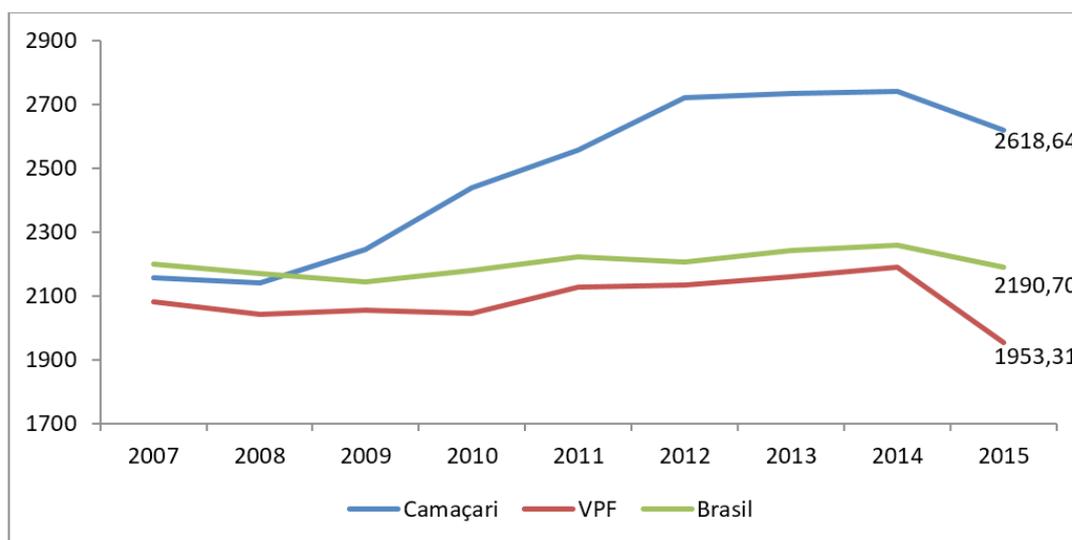
Gráfico 2 - Rendimentos médios mensais dos empregos formais. Vale do Paraíba Fluminense, Camaçari, Bahia, Rio de Janeiro e Brasil, 2007-2015. Valores deflacionados pelo IPCA (2007=100).



Fonte: RAIS/MTE, 2007-2015.

Chama atenção, no entanto, o declínio observado em 2015, que se deve ao agudo período crítico da economia brasileira (gráfico 3). A queda dos rendimentos, na verdade, foi a primeira a ser observada no período crítico por que passamos. Isso se deve, mormente, ao elevado grau de formalização do setor industrial automotivo, bem como à capacidade de negociação sindical das perdas salariais com a inflação. Aparentemente, essa capacidade se esgota com o risco iminente do desemprego. Em Camaçari, a ascensão da curva de rendimentos médios nos setores ligados à matriz automobilística refreou-se nos anos de 2013 e 2014, apresentando também queda em 2015. Fenômeno semelhante ocorre com a média nacional dos rendimentos relacionados à produção de automóveis e autopeças. A média camaçariense ainda é maior em quase R\$400,00 do que a nacional, e em quase R\$700,00, se comparada ao caso fluminense.

Gráfico 3 - Rendimentos médios mensais dos empregos formais relacionados à produção automotiva. Vale do Paraíba Fluminense, Camaçari e Brasil, 2007-2015. Valores deflacionados pelo IPCA (2007=100)¹⁹.



Fonte: RAIS/MTE, 2007-2015.

Com relação à criação de empregos (gráfico 4), tomando 2007 como referência, os incrementos são extremamente oscilantes na microrregião do Vale do Paraíba Fluminense. Isso se deve em parte às alterações tecnológicas na produção de caminhões, com alterações nas linhas de crédito para seus compradores, bem como à relutância da PSA Peugeot-Citroën em ampliar sua capacidade produtiva (DULCI, 2015). Ao mesmo tempo, os aumentos numéricos de empregos acompanham as instalações de novas plantas de automóveis e de pneumáticos na região.

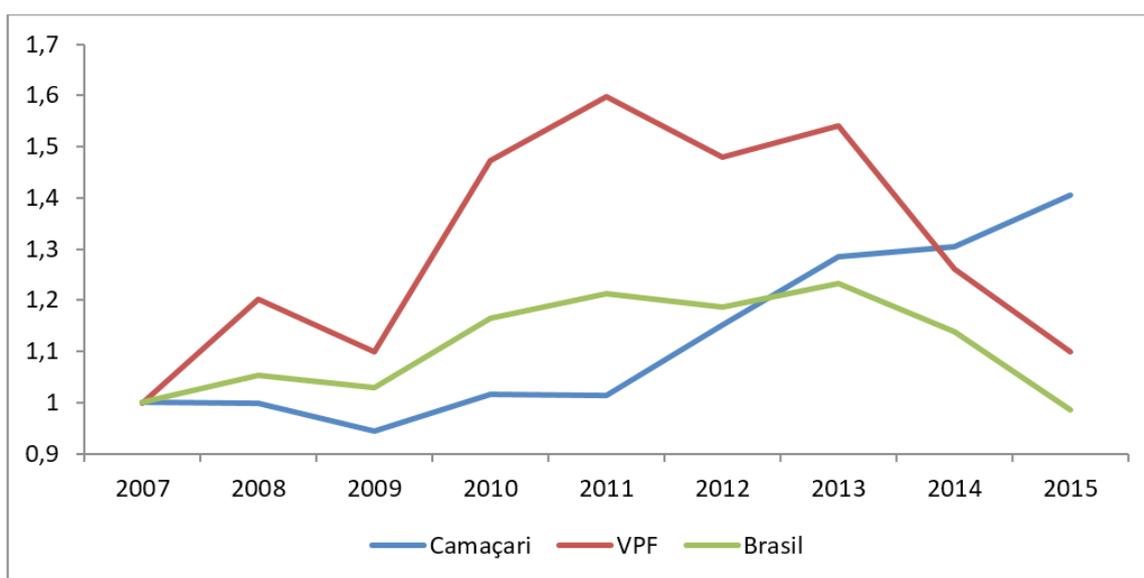
É importante ressaltar que o incremento de praticamente 60% nos empregos ligados à matriz automobilística no VPF em 2011, em relação à 2007, segue a tendência do aumento na produção de automóveis no Brasil, bem como da expansão das iniciativas de fomento levadas a cabo pelo governo federal e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social²⁰.

¹⁹ Para o mapeamento da cadeia automotiva brasileira, elegemos as seguintes classes de produção: Fabricação de pneumáticos e de câmaras de ar; Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários; Fabricação de caminhões e ônibus; Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores; Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores; Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores; Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores; Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores; Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias; Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente (Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0). Não estão contemplados os setores de vendas, ou recondicionamento, embora estejam inseridos na análise os grupos da indústria autopartista. Isso porque o primeiro grupo faz parte da cadeia de comércio, ao passo que o segundo contempla negócios muito pequenos e pouco elásticos à produção de automóveis novos. Por lidarmos com regiões cujos números agregados são muito distintos, optamos pela análise de dados proporcionais. Em alguns momentos, trataremos dos números absolutos. O mapeamento segue modelo de Torres e Cário, 2013.

²⁰ Em 2013, 3,7 milhões de veículos foram produzidos ante 3,1 milhões em 2014 e 2,4 milhões em 2015. Os licenciamentos seguem a mesma tendência declinante (ANFAVEA, 2017).

No entanto, nem a extensão recente dos incentivos parece ter sido suficiente para a manutenção do nível de emprego no Brasil. No Vale do Paraíba Fluminense, o nível de empregos formais aproxima-se do patamar de 2007. A média nacional também retraiu. Só Camaçari apresenta ainda uma trajetória ascendente, o que se explica por investimentos de fábricas de pneumáticos no Polo Industrial, além da transferência de setores das plantas da Ford do estado de São Paulo para a Bahia.

Gráfico 4 - Variação percentual do número de empregos formais relacionados à produção automotiva. Vale do Paraíba Fluminense, Camaçari e Brasil, 2007-2015 (2007=100)

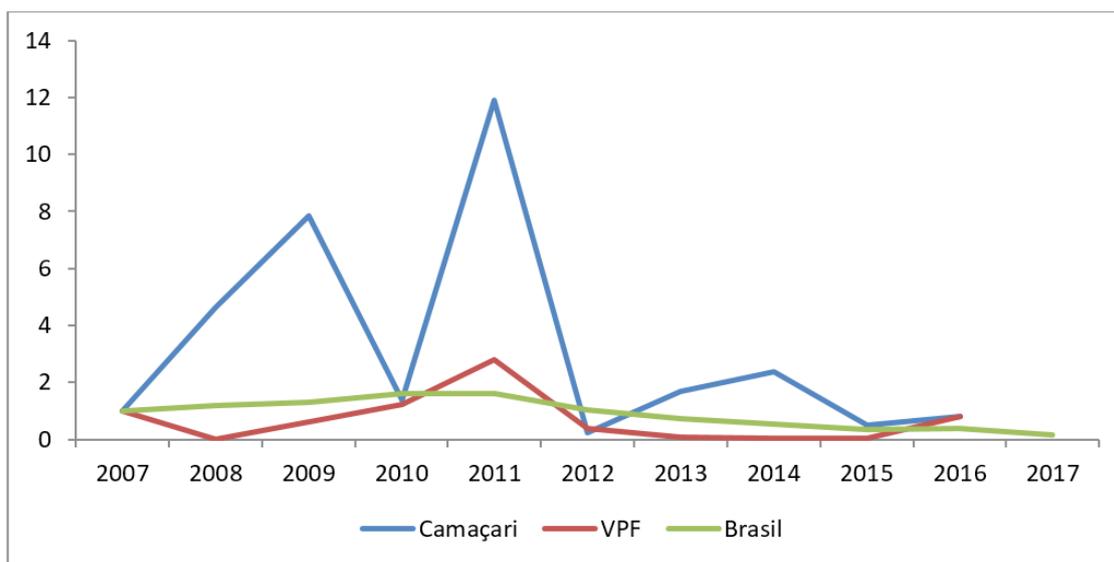


Fonte: RAIS/MTE, 2007-2015.

De modo a tentarmos avançar nas respostas à pergunta que se pôs neste trabalho, investigamos os investimentos anunciados por empresas ligadas à matriz automotiva, conforme a mapeamos aqui, compilados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, desde 2007 até o presente. Foram 23 iniciativas na Bahia e 12 no Rio de Janeiro. Elas totalizam US\$2,5 bilhões em Camaçari e US\$6,9 bilhões no Vale do Paraíba Fluminense. No entanto, como se percebe no gráfico 5, em relação ao ano de 2007, Camaçari teve grandes saltos nos anos de 2009 e 2011²¹, ao passo que VPF teve uma trajetória mais suave e constante de investimentos. A média nacional de investimentos relacionados ao setor automobilístico vem declinando, o que parece corroborar a observação de que os incentivos oferecidos pelo governo federal não foram utilizados em investimentos, mas numa perspectiva de reestruturação do tipo defensiva²².

21 Os “saltos” geralmente referem-se à instalação de novas plantas industriais, o que mobiliza mais recursos.

22 Sobre o conceito, ver Ferraz et al., 1996.

Gráfico 5 - Variação percentual do volume de investimentos anunciados na produção automotiva, Vale do Paraíba Fluminense, Camaçari e Brasil, 2007-2015 (2007=100)

Fonte: RENAI/MDIC, 2007-2017.

Na tabela 1, apresentamos, na primeira coluna, a proporção dos investimentos do setor automobilístico de cada região em relação aos investimentos de mesma natureza em todo estado, e desses em relação ao total do país. Na segunda coluna, o percentual de investimentos no setor automobilístico em relação ao total de investimentos de cada região, de maneira a deixar clara a contribuição da cadeia automotiva no desenvolvimento recente de cada local. Na terceira coluna, por fim, o percentual de investimentos em cada região comparado ao total dos estados, e desses com relação ao Brasil. Os investimentos automotivos em Camaçari e no Vale do Paraíba Fluminense representam quase a totalidade da matriz produtiva em seus estados. Os investimentos automotivos em VPF representam 86,5% do total de investimentos na região, o que reforça a importância da matriz produtiva ali. Totalizam também 5% do total de investimentos no estado²³. Já em Camaçari, as indústrias ligadas ao setor automobilístico foram responsáveis por 34,3% do total de investimentos. Embora seja um percentual bastante menor do que o do Vale do Paraíba Fluminense, o Polo Industrial de Camaçari é bastante mais diversificado do que no sul do estado do Rio de Janeiro, abrigando mais de 90 empresas, dentre elas uma refinaria da Petrobras e empresas a ela relacionadas. Por fim, os investimentos automotivos em Camaçari representam 5,9% do total de investimentos anunciados para o estado da Bahia.

Tabela 1 - Percentual de investimentos automotivos comparados por escala territorial e por

²³ É fundamental ressaltar aqui que, com os grandes eventos esportivos que o estado do Rio de Janeiro sediou, ele foi a unidade da federação que mais recebeu novos investimentos, mesmo se comparado a São Paulo (RENAI/MDIC, 2004-2017).

total de investimentos, Vale do Paraíba Fluminense, Camaçari, Bahia, Rio de Janeiro e Brasil, 2007-2017

| | Percentual de investimentos automotivos em comparação com os investimentos automotivos da escala territorial superior | Percentual de investimentos automotivos em comparação com o total de investimentos na região | Percentual de investimentos automotivos em comparação com o total de investimentos automotivos da escala territorial superior |
|----------------|---|--|---|
| VPF | 92,3% | 86,3% | 5,0% |
| Camaçari | 96,4% | 34,3% | 5,9% |
| Bahia | 3,2% | 6,1% | 0,1% |
| Rio de Janeiro | 9,3% | 5,4% | 0,4% |
| Brasil | 100,0% | 4,7% | - |

Fonte: RENAI/MDIC, 2007-2017.

Na tabela 2, temos os dados fornecidos pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores para os anos em análise. Em termos de número de empregos, nota-se uma redução até os patamares do ano de 2007, tendo o pico sido atingido em 2013, com 156.970 empregados (ANFAVEA, 2017).

Tabela 2 - Número de empregos das indústrias automobilísticas brasileiras, 2007-2016²⁴

| Ano | Autoveículos | Máquinas agrícolas e rodoviárias | Total |
|------|--------------|----------------------------------|---------|
| 2007 | 104.274 | 16.064 | 120.338 |
| 2008 | 109.848 | 16.929 | 126.777 |
| 2009 | 109.043 | 15.435 | 124.478 |
| 2010 | 117.654 | 18.470 | 136.124 |
| 2011 | 124.647 | 19.987 | 144.634 |
| 2012 | 132.096 | 19.560 | 151.656 |
| 2013 | 135.343 | 21.627 | 156.970 |
| 2014 | 125.977 | 18.531 | 144.508 |
| 2015 | 114.336 | 15.440 | 129.776 |
| 2016 | 104.412 | 16.766 | 121.178 |

Fonte: ANFAVEA, 2017.

²⁴ Os dados de produção e vendas, segundo a mesma fonte, também seguem trajetória negativa (ANFAVEA, 2017).

Considerações finais

Com este trabalho, propusemos responder à pergunta sobre a relevância da indústria automobilística nas economias regionais nas quais se insere, diante de um cenário de transformação do regime de acumulação e das mudanças espacial e configuracional das indústrias. Com os dados levantados, demonstramos que as médias salariais do setor automotivo são maiores do que as médias salariais regionais, bem como, que o volume de investimentos anunciados pelas indústrias relacionadas à produção de veículos, instaladas e ainda por se instalar, representa uma grande fatia dos investimentos em cada região, e mesmo um percentual relevante dos investimentos de cada estado em análise. O momento crítico, porém, não permite afirmações definitivas. A indústria automobilística nacional, que parecia ter passado ileso pela grave crise internacional iniciada em 2008, apresenta indicadores negativos nos últimos anos. Sua reação é a usual: demissão de funcionários, principalmente dos menos qualificados, e redução de produção em função do decréscimo das vendas, reforçando o que já havíamos verificado em outro trabalho (DULCI, 2016).

A despeito dos grandes incentivos fiscais recebidos pelas produtoras de veículos automotores, a rotina de retração do chão de fábrica segue seu curso, principalmente em regiões tradicionais, como o Grande ABC Paulista, e mesmo em “novas” regiões automotivas, como o Vale do Paraíba Fluminense. Em Camaçari, os efeitos nocivos da atual conjuntura parecem não ter tido tanto impacto ainda, embora os últimos dados não sejam conclusivos sobre uma eventual inversão de trajetória. Assim como se demonstra a ampla relevância da indústria automobilística no cenário produtivo regional, compreende-se que os impactos de uma crise no setor tendem a reverberar com maior força. A aparente “dependência” em relação ao setor em regiões como o Vale do Paraíba Fluminense (um misto de desenvolvimento “ancorado pelo Estado” com desenvolvimento privado de formato “plataforma-satélite” (MARKUSEN, 1995)), pode resultar em períodos críticos e em esvaziamentos de tipo vicioso (MYRDAL, 1960). Uma maior diversidade produtiva, como a observada em Camaçari, tende a processos críticos menos agudos, já que crises em um determinado setor não necessariamente atingem outros (FURTADO, 2003), uma vez que compõem cadeias globais de valor distintas. O exemplo do setor siderúrgico pode ser lembrado, quando enfrentou sérias dificuldades em 2009 e nos anos seguintes, contrastando com a tranquilidade com que o setor automotivo ultrapassou aquele período.

Dada a importância da indústria automotiva em economias microrregionais, apontamos para suas consequências em termos salariais e de desenvolvimento (utilizando o volume de novos investimentos como indicador), alterando, inclusive, perfis produtivos regionais: no Vale do Paraíba Fluminense, a forte dependência da região à siderurgia parece ter migrado para o setor automobilístico, pelo menos em termos de novos investimentos e de expansão da região, conforme nos mostram os dados. Esse ponto possui relação com o debate aqui proposto sobre

brownfields e *greenfields* setoriais. A região fluminense passava por um contexto de declínio do setor siderúrgico, o que motivou as plantas automobilísticas a se afastarem da tradição local, inclusive no recrutamento de mão de obra (SANTANA, 2010), criando um *greenfield* dentro de uma região de *brownfield*. Efeito contrário teve a tradição industrial e sindical no caso baiano, ajudando a elevar o nível salarial dos empregados da Ford e demais indústrias relacionadas. No entanto, a formação de uma nova dependência a uma matriz que foi importante para a recuperação da região sul fluminense pode vir a ter efeito reverso, conforme o contexto oscilante aponta, mesmo que indiretamente.

A hipótese aqui proposta parece fazer sentido, quando consideramos que, mesmo com plantas enxutas e pouco empregadoras em comparação às fábricas dos anos 1970 e 1980, a indústria automobilística possui peso relevante para o desenvolvimento regional, seja num *brownfield* siderúrgico, seja num polo industrial com mais de noventa empresas. O esforço analítico segue, naturalmente, no sentido de reanalisar os dados aqui apresentados num futuro próximo, a saber se o país conseguirá sair da presente crise econômico-política, ou se submergirá nela, abrindo espaço para a opção de saída (HIRSCHMAN, 1973) das corporações para países vizinhos em situações mais estáveis, anulando, portanto, vantagens comparativas das quais o Brasil se valeu para a atração industrial nos últimos vinte anos.

Referências

- AMSDEN, A. H. **The rise of “the rest”: challenges to the west from late-industrializing economies**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- ANDRADE, M.C.B. O uso do território no contexto da reestruturação produtiva: o caso do pólo industrial de Camaçari., Encontro de Geógrafos Latino Americanos, 12., 2009, Montevideo. **Anais del XII Encuentro de Geógrafos de América Latina - Resúmenes**. Montevideo: Easy Plan-ners, v. 1, 2009.
- ANFAVEA, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. **Anuário 2017**. São Paulo, 2017.
- ARBIX, G. **Guerra fiscal e competição intermunicipal por novos investimentos no setor automotivo brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2000.
- _____. Guerra fiscal, espaço público e indústria automobilística no Brasil. In: CARDOSO, A.; COVARRUBIAS, A. **A indústria automobilística nas Américas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- BRASIL. Banco Central do Brasil, **Notas Econômico-financeiras para a Imprensa**, Finanças Públicas, 2018.
- _____. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução número 315**, 2002.
- _____. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução número 403**, 2008.
- _____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Rede Nacional de Informações sobre o Investimento: RENAI**, vários anos.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Registros Administrativos**. RAIS, vários anos.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BOYER, R. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.
- _____. As alternativas ao fordismo – dos anos 80 ao século XXI. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. **As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Ed. Celta, 1994.
- _____; FREYSSINET, M. **Los modelos productivos**. Madrid: Editorial Fundamentos, 2003.

- CARDOSO, A. A nova face da indústria automobilística brasileira ou a tese da convergência revisitada. In: CARDOSO, A.; COVARRUBIAS, A. **A indústria automobilística nas Américas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 2007.
- CASTRO, N. A. Novo operariado, novas condições de vida e trabalho nas fronteiras do moderno capitalismo industrial brasileiro. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, Olinda, **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte: ABEP, v.2. p. 437-482, 1988.
- CICOLELLA, Pablo José. **Reestructuración industrial y transformaciones territoriales**: consideraciones teóricas y aproximaciones generales a la experiencia argentina. Universidad de Buenos Aires, Instituto de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras, 1992. Disponível em <http://ww2.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geografia/territ4.htm>. (acessado em 19/05/2017).
- _____. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Resolução número 315, 2002.
- _____. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Resolução número 403, 2008.
- COMIN, A. “Reestruturação do Complexo Automotivo Brasileiro (Das câmaras setoriais ao novo regime automotivo).” In: OLIVEIRA, Francisco de & COMIN, Alvaro A. **Os Cavaleiros do Antiapocalipse (Trabalho e política na indústria automobilística)**. São Paulo, Cebrap/Entrelinhas 243, 1999.
- _____. “Verdades e mentiras sobre a onda recente de penetração estrangeira no Brasil”. **Indicadores Econômicos FEE 28, no. 4, 161-182, 2001**.
- COVARRUBIAS, A. Subsistema de empleo em México y Brasil: un modelo analítico y dos estudios de caso en la industria automotriz. **Revista latino-americana de estudos do trabalho**, São Paulo, ano 4, n.8, p.29-58, 1998.
- _____. Divergências convergentes na transformação das práticas de emprego – Estudos de caso da indústria automobilística no México e no Brasil. In: CARDOSO, Adalberto; COVARRUBIAS, Alex: **A indústria automobilística nas Américas**: a reconfiguração estratégica e social dos atores produtivos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DRUCK, M. G. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- DULCI, J.A. **Desenvolvimento regional e mercado de trabalho em perspectiva comparada**: Vale do Paraíba Fluminense e Camaçari (BA). 2015. 332 fl. Tese (Doutorado em Sociologia), IESP/UERJ, Rio de Janeiro: 2015.
- _____. Novas e antigas regiões automotivas em tempos de crise: Sul Fluminense, Camaçari e Grande ABC Paulista. In: **40º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 2016, Caxambu. Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs, 2016. p. 1-27.
- DULCI, O. S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Vol. 37. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. o.18, p. 95-107, Curitiba, 2002.
- FERRAZ, J.C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. **Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1996.
- FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. **Repensando el desarrollo regional**. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008.
- FIRKOWSKI, O. L. C. F. Considerações sobre as escalas espaciais de análise da indústria no Brasil. *Revista da ANPEGE*, v. 2, n. 02, p. 67-79, 2010.
- FRIEDMAN, J. A general theory of polarized development, In: **The ford foundation**: urban and regional advisory program in Chile. Santiago: The Ford Foundation, 1967.
- FURTADO, C. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- GERSCHENKRON, A. **Economic backwardness in historical perspectives**: a book of essays. New York: Frederick A. Praeger Publishers, 1962.

- HIRSCHMAN, A. O. **Saída, voz e lealdade**: reações ao declínio de firmas, organizações e estados. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.
- _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: 2008.
- _____. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais. **Produto Interno Bruto**, 2017.
- JUSBRASIL. Por não instalar fábrica no RS, Ford é condenada a ressarcir o Estado em mais de R\$ 160 milhões. **Portal Jusbrasil**, (s/d). Disponível em <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/noticias/100537209/por-nao-instalar-fabrica-no-rs-ford-e-condenada-a-ressarcir-o-estado-em-mais-de-r-160-milhoes>>. Acesso em 15 nov. 2011.
- KOTHARI, R. **Rethinking Development: In Search Of Humane Alternatives**. Nova Iorque: New York Press, 1989.
- KULFAS, M.; PORTA, E.; RAMOS, A. **Inversión extranjera y empresas transnacionales en la economía argentina**, Buenos Aires, Serie Estudios y Perspectivas, n. 10, ECLAC, 2002.
- LEITE, M. P. **Desenvolvimento econômico local e descentralização na América Latina**: a experiência da Câmara regional do Grande ABC no Brasil. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2000.
- LIJPHART, A. Comparative politics and the comparative method. **American political science review**. v. 65, n. 03, p. 682-693, (s/l), 1971.
- LIMA, R. **Açúcar, Coca-Cola e automóveis**: ação político-empresarial na construção de um “município modelo” em Porto Real (RJ). 2005.181 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- LIPIETZ, A. O fordismo periférico. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 2, n.10, 1989.
- LUKACS, L. P. **Evolução dos sistemas de produção**: Ford Amazon na Bahia. 2005. 102 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- MARKUSEN, A. Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. **Nova economia**. v. 5, n. 2, p. 9-44, 1995.
- MARTIN, S. As câmaras setoriais e o mesocorporativismo. **Lua Nova**, v. 37, p. 139-170, 1996.
- MARTIN, S. B.; VEIGA, J. P. **Globalização dos mercados, localização produtiva e relações in-terfirmas**: o caso das montadoras alemãs nos EUA nos anos 1990. In: NABUCO, M.; NEVES, M.; CARVALHO NETO, A. Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MENDES, V. M. O. **A problemática do desenvolvimento em Salvador**: Análise dos planos e práticas da segunda metade do século XX (1950-2000). 2006. 274 f. Tese (Doutorado em Planejamento urbano e regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Minas Gerais: Editora Saga, 1960.
- NABUCO, M.; NEVES, M.; CARVALHO NETO, A. **Indústria automotiva**: a nova geografia do setor produtivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- NOVICK, M. Nuevas reglas de juego en la Argentina, competitividad y actores sindicales In: TOLEDO, . **Enrique de la Garza (ORG.). Los Sindicatos frente a los procesos de transición política**. Buenos Aires: CILA/CLACSO/Asdi, 2001.
- OLIVEIRA, F.; COMIN, A. Apocalypse Now: o ‘Coração das Trevas’ do neoliberalismo. **Os Cavaleiros do Anti-Apocalipse. Trabalho e Política na Indústria Automobilística**. São Paulo, Entrelivros/Cebrap, 1999.
- OLIVERA, G. Implicaciones económico-territoriales del auge exportador mexicano. **Estudios Demográficos y urbanos**, p. 375-413, 2001.

- PAASI, A. Re-constructing regions and regional identity. In: **Nethur Lecture**, Nijmegen, 2000.
- PESSOTI, B. C.; PESSOTI, G. C. A economia baiana e o desenvolvimento industrial: uma análise do período 1978-2010. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, v. 28, n. 22, dez. 2010.
- PINTO, L. A. C. **Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- RADOSEVIC, S.; ROZEIK, A. Foreign direct investment and restructuring in the automotive industry in Central and East Europe. **Working Paper**. n. 53. Londres: University College London, 2005.
- RAMALHO, J. R. Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, 2005.
- _____. “Novas fábricas, velhas práticas: relações trabalhistas e sindicais na indústria automobilística brasileira.” **Caderno CRH** 17. n. 41, 2006.
- SANTANA, M. A. Ruptura geracional induzida e estratégias de gestão: a experiência nas montadoras do sul fluminense. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 111, 2010.
- SASSEN, Saskia: **The mobility of capital and labour**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- SUNKEL, O.; PAZ, P. **O subdesenvolvimento latino-americano e a teoria do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forum, 1974.
- TORRES, R.L.; CÁRIO, S.A.F. **O mito da industrialização como desenvolvimento: O comando do excedente na cadeia mercantil da indústria automobilística brasileira (s/i)**, 2013.
- VAN TULDER, R.; RUIGROK, W. European cross-national production networks in the auto industry: Eastern Europe as the low end of European car complex. **Berkeley roundtable on the international economy**. 1998.
- VEGA, M. C. El desarrollo de la industria de la maquila en México. Problemas del Desarrollo. **Revista Latinoamericana de Economía**. v. 35, n. 138, 2004.

Recebido em: 16/01/2018

Aceito em: 31/03/2018

**PODER CORPORATIVO E AÇÃO ECONÔMICA:
reflexões a partir da mineração de ferro¹**

**CORPORATE POWER AND ECONOMIC ACTION:
*considerations on iron ore mining***

Rodrigo Salles Pereira dos Santos *

Bruno Milanez **

Resumo

O trabalho discute a noção de poder corporativo a partir da comparação de três contextos mineradores em Minas Gerais, entre 2010 e 2015. A discussão teórica mobiliza criticamente os usos da categoria na geografia econômica (centrada no modelo de Redes Globais de Produção) e na sociologia econômica, destacando problemas teóricos e analíticos. Assim, defende uma perspectiva tridimensional (Lukes, 2005), capaz de integrar as formas externa (aberta e fechada) e interna de seu exercício; e um enquadramento relacional e positivo do poder, do qual emergem efeitos restritivos e extensivos em situações de interação entre agentes econômicos e não econômicos. A comparação dos casos da Anglo American/ Conceição do Mato Dentro (CMD), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)/ Congonhas e Vale/ Itabira utilizou predominantemente a observação direta e entrevistas semiestruturadas, permitindo verificar que: i. em Congonhas, a expansão em um contexto *brownfield* impulsionou formas de contestação que desafiaram institucionalmente (1ª dimensão) a CSN; ii. o impedimento à ascensão como questão pública (2ª dimensão) dos conflitos configurou a ação econômica nas condições *greenfield* de CMD, restringindo o exercício das formas institucional e coletiva de poder; e iii. o fim de ciclo mineral em Itabira permitiu a extensão do poder corporativo a uma dimensão interna, mobilizando subjetivamente (3ª dimensão) a adesão individual e coletiva e produzindo um regime de consenso desfavorável à contestação.

Palavras-chave: Ação econômica. Poder corporativo. Corporação transnacional (CTN). Mineração de ferro.

Abstract

In this paper, we discuss the concept of corporate power, drawing on the comparison of three mining sites in Minas Gerais (Brazil), between 2010 and 2015. The theoretical discussion scrutinizes the way the notion has been used in economic geography, namely by the proponents of the Global Production Networks (GPN) framework, and in sociology, highlighting theoretical and analytical issues. We argue for a three-dimensional perspective (Lukes, 2005), in order to integrate both the external (open and closed) and the internal modes of exercising power. In parallel, we stand for a relational and positive framework of power, from which both restrictive and extensive effects arise in interactions between economic and non-economic actors. Comparison of the (1) Anglo American / Conceição do Mato Dentro (CMD), (2) Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) / Congonhas, and (3) Vale / Itabira cases predominantly has relied on direct observation and semi-structured interviews. The results

¹ Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio à pesquisa que deu origem ao trabalho; e aos comentários e sugestões dos pareceristas anônimos.

* Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia & Antropologia (PP-GSA), Universidade Federal do Rio de Janeiro/Brasil. Doutor em Ciências Humanas pela UFRJ/Brasil. E-mail: santosrodrigosp@gmail.com

** Professor do Departamento de Engenharia de Produção e Mecânica e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Juiz de Fora/Brasil. Doutor em Política Ambiental pela Lincoln University/ Nova Zelândia. E-mail: bruno.milanez@ufff.edu.br

have shown that: (1) in Congonhas, growth of extraction in a brownfield site boosted social contestation modes that have challenged CSN on an institutional level (1st dimension); (2) economic action in a greenfield setting (CMD) has prevented the conflicts to ascend as a public issue (2nd dimension), and restricted the exercise of institutional and collective forms of power; and (3) the end of the mining cycle in Itabira has allowed the internalization of corporate power, by mobilizing (3rd dimension) individual and collective acceptance, and has produced a consensus regime to the detriment of contestation.

Keywords: Economic action. Corporate power. Transnational corporation (TNC). Iron ore mining.

Introdução

Este artigo pretende realizar uma contribuição pontual ao debate sobre ação econômica e sua construção social, enquadrando-a em contextos multiagente. Essa contribuição diz respeito às condições de efetivação de decisões empresariais e aos recursos e formas específicas de influência mobilizados predominantemente por agentes econômicos, em contextos de interação com agentes políticos e sociais.

O trabalho propõe uma discussão teórica acerca dos conceitos de poder e poder corporativo, mobilizando o enquadramento das Redes Globais de Produção (RGPs) e um conjunto não exaustivo de contribuições-chave para a temática na teoria social e política contemporâneas. O artigo emprega um modelo teórico-metodológico tridimensional (BACHRACH, BARATZ, 1962; CRENSON, 1971; GAVENTA, 1982; LUKES, 2005) para a investigação do poder como eixo da efetivação da ação econômica.

Empiricamente, o trabalho apresenta os resultados parciais de uma investigação comparativa sobre municípios e corporações mineradoras de ferro em Minas Gerais, abarcando contextos de atividade econômica declinante (Itabira), em expansão (Congonhas) e em implantação (Conceição do Mato Dentro). De um lado, a comparação adota um enfoque sincrônico e uma tipificação segundo diferentes posições no ciclo de extração mineral, tendendo a privilegiar as diferenças entre os casos. De outro, focaliza as modalidades da ação econômica e do poder corporativo exercido pelas companhias mineradoras em situações de interação.²

A pesquisa mobilizou técnicas de observação direta, com a participação dos autores em eventos públicos e reuniões comunitárias; assim como entrevistas com roteiro semiestruturado com agentes políticos (representantes do Executivo, do Legislativo e do Ministério Público) e sociais (sindicatos, associações de moradores, movimentos sociais, ONGs, fundações e Igreja Católica)³, abrangendo registros em áudio, posteriormente transcritos: quinze em Congonhas, onze em Itabira e oito em Conceição do Mato Dentro, entre 2012 e 2015.

O texto se encontra estruturado em duas seções principais, além desta Introdução e das Considerações finais. Na segunda seção, as noções de poder e poder corporativo em RGPs são

2 A análise mobiliza os padrões de ação economicamente relevante (WEBER, 2003) e as formas coletiva e institucional do poder (HENDERSON *et al.*, 2011) de maneira complementar, renunciando a uma apresentação simétrica dos diferentes agentes não econômicos nos casos investigados.

3 Todos os contatos realizados com representantes das empresas mineradoras não resultaram em entrevistas.

avaliadas criticamente à luz das contribuições já clássicas a esses temas no âmbito da sociologia e da ciência política. A terceira seção apresenta os estudos de caso. As considerações finais recuperam e resumem os resultados da discussão, além de apontar algumas lacunas do debate e futuros desdobramentos.

Enquadrando teoricamente as noções de poder e poder corporativo em RGPs

Essa seção tem como objetivos a apresentação e discussão crítica dos conceitos de poder e de poder corporativo empregados pela abordagem das Redes Globais de Produção (RGPs), a incorporação da discussão contemporânea sobre o tema no âmbito da teoria sociológica e política e, finalmente, a definição de um enquadramento teórico sintético para a investigação do tema do poder em contextos multiagente. A seção parte do pressuposto de que a “categoria conceitual” poder e suas “formas” específicas (HENDERSON *et al.*, 2011, pp. 157-158) permanecem subdesenvolvidas na literatura das RGPs, apesar de esforços pontuais de aprofundamento (LEVY, 2008; RUTHERFORD, HOLMES, 2008).

Embora o conceito não seja explicitamente formulado, o poder nas RGPs remete à “capacidade de influenciar decisões e alocações de recursos [...] decisiva e consistentemente em seus próprios interesses” (HENDERSON *et al.*, 2011, p. 157). Nesses termos, seu uso se alinha ao debate contemporâneo das ciências sociais, onde poder pode ser definido como “a capacidade de produzir ou contribuir para resultados que afetem significativamente [...] outros” (LUKES, 1996, p. 580).

Entretanto, nessa literatura, o poder corporativo tende a ser atribuído arbitrariamente à firma líder de uma RGP em contextos em que predominam os agentes econômicos. Não obstante, suas concepções de poder coletivo e institucional introduzem uma perspectiva multiagência. Assim, Henderson *et al.* (2011) atribuem capacidades desiguais de influência a “agentes coletivos” ou sociais (como sindicatos, associações patronais, ONGs, etc.) e a agentes políticos (Estados, organismos multilaterais, etc.) sobre decisões econômicas.

Mais amplamente, o modelo pressupõe que a atividade econômica é desempenhada em contextos interativos caracterizados por agentes diversificados (econômicos, políticos e sociais) dotados de capacidades assimétricas de influência recíproca. A despeito dessa abertura a uma interpretação sociológica dos sistemas transnacionais de produção, dois argumentos críticos principais podem ser formulados quanto à concepção do poder em RGPs.

O primeiro questiona seu componente acionalista. Assim, o poder é concebido como capacidade ou atributo do agente – individual ou coletivo. Mais importante, esse acionalismo é acentuado em razão da indiferença com sua dinâmica; consequentemente, recursos específicos de poder e suas formas de mobilização são negligenciados.

A segunda alegação diz respeito ao seu elemento interacionista, que prescindir de fatores cognitivos e estruturais⁴ relacionados à inscrição em e à mediação do poder por objetos, instituições e outros fenômenos não redutíveis ao contexto. Desse modo, Clegg e Haugaard (2009, p.3) argumentam que o debate sobre a noção de poder em ciências sociais vem enfatizando “percepções mais sistêmicas, menos específicas quanto ao agente, que veem o poder como constitutivo da [própria] realidade [...]”.

Ademais, as debilidades acionalista e interacionista – recursos e formas do e estruturas de poder, respectivamente – repercutem ainda em uma terceira crítica, relativa à negligência do tema da legitimidade. Dessa forma, a abordagem tanto contorna as formas polares de exercício do poder como autoridade e como coerção, como negligencia suas expressões particulares como consenso, hegemonia, dominação e violência. Assim, acredita-se que uma formulação explícita do conceito no âmbito das RGP e sua aproximação ao debate nas ciências sociais tende a proporcionar maior apuro conceitual com ênfase nas relações multiagente.

Tomando como base essa representação do campo, esse artigo reforça a filiação prévia à matriz do conflito (RAMALHO *et al.*, 2013). Dessa forma, o argumento segue o influente mapeamento conceitual de Lukes (2005) do tema do poder na ciência política, mobilizando três concepções específicas.

A primeira dimensão de poder enfoca a influência de um agente sobre outro(s) como ‘poder sobre’, apreendendo o conflito observável como uma espécie de “teste experimental de imputações de poder” (LUKES, 2005, p. 19) a determinados agentes. Nesse sentido, duas objeções-chave podem ser feitas. Em primeiro lugar, o conflito estaria restrito à tomada de decisão política, sendo essa caracterizada por preferências definidas e livre acesso aos diferentes grupos de interesse. Por sua vez, essa concepção privilegia o exercício do poder, em detrimento de sua posse e dos recursos a ela associados. Desse modo, seu “foco sobre o comportamento [dos agentes]” (LUKES, 2005, p. 19) negligencia o enorme potencial de conflito inerente às fases prévias à tomada de decisão.

Assim, a segunda dimensão do poder acresce ao seu exercício observável um elemento específico relacionado à capacidade dos agentes de antepor obstáculos à emergência de questões como problemas públicos (LUKES, 2005). A contribuição seminal de Bachrach e Baratz (1962) pode ser sintetizada no argumento de que os recursos e formas do poder compreendem não apenas a influência de um agente sobre outro(s), mas também a obstrução de sua capacidade para a ação, definida como mobilização de viés.

Lukes (2005), no entanto, questiona o fato de ambas as concepções compartilharem um enfoque centrado no “conflito observável”. De modo similar, argumenta que ambas as perspectivas se apoiam ainda em uma noção subjetiva de interesse, visto como “conscientemente articulado e observável” (LUKES, 2005, p. 24).

4 A categoria enraizamento (HENDERSON *et al.*, 2011) foi excluída da discussão apresentada, embora valorize fatores institucionais que matizam o interacionismo do modelo.

Nesses termos, o autor defende sua própria concepção de poder, apresentada como uma terceira dimensão. Assim, Lukes (2005) sustenta que o poder pode ser acumulado e mobilizado tanto em situações de presença quanto de “ausência de conflito observável efetivo”. Consequentemente, situações de “conflito latente” se fundamentam, para o autor, na possibilidade de um agente conceder legitimidade à ação de outro a despeito de seus interesses objetivos. Dessa forma, a contradição potencial entre interesses subjetivos e objetivos dos agentes e, por conseguinte, “a possibilidade de consenso falso ou manipulado” (LUKES, 2005, p. 28) emergem como elementos-chave desta dimensão do poder.

Adotando a posição apresentada, entende-se que investigações empíricas sobre o poder tendem a se beneficiar grandemente da adoção de uma perspectiva tridimensional, capaz de captar as diferentes dimensões nas quais agentes operam e garantem sua influência sobre os demais. Entretanto, tendo em conta que a concepção tridimensional envolve um enquadramento específico à ação social de tipo político, é necessário ampliar sua aplicação a contextos interativos multiagente. Essa possibilidade é oferecida pelos trabalhos de Crenson (1971) e Gaventa (1982).

Crenson (1971) apresenta os resultados de uma investigação sobre as condições políticas de emergência do problema público da poluição do ar e, dentre outros métodos de pesquisa, mobiliza dois estudos de caso de cidades industriais (Gary e East Chicago, Indiana) nos EUA. Sua investigação aponta para a importância dos chamados “não tomadores de decisão”, agentes cujo poder reside na “capacidade de evitar a consideração de alguns tipos de problemas” (CRENSON, 1971, p. 21).

O trabalho de Gaventa (1982), por sua vez, oferece uma contribuição ainda mais importante, articulando formas e, principalmente, recursos para o exercício do poder a ‘não eventos’. Para o autor, o não evento “envolve adaptações psicológicas à condição de não ter poder” (GAVENTA, 1982, p. 16) experimentada em interações repetidas com agentes poderosos, e especialmente acentuada para grupos desprivilegiados ou vulneráveis. Em síntese, o trabalho apresenta um conjunto de contribuições específicas ao entendimento das fontes e formas do poder. Gaventa (1982) demonstrou a natureza unitária e cumulativa do poder, assim como, diferentemente de Lukes (2005), enfatizou o caráter mutuamente reforçador das três dimensões do poder, apoiando-se na “transferibilidade de seus componentes” (GAVENTA, 1982, p. 252).

Diante dessas possibilidades analíticas, o objetivo da próxima seção é articular a abordagem das três dimensões do poder e os domínios estático (recursos) e dinâmico (exercício) do poder corporativo em três estudos de caso: i. a CSN em Congonhas; ii. a Anglo American em Conceição do Mato Dentro; e iii. a Vale em Itabira. A discussão enfatiza as características dos municípios e das corporações e estratégias em questão, relacionando-os aos agentes políticos e sociais em escala local e aos recursos e formas de exercício do poder corporativo.

Discutindo o poder corporativo em três contextos

1. Congonhas e a CSN⁵

Congonhas (MG) se localiza no Quadrilátero Ferrífero (QF) e reúne algumas das principais operações extrativas da região, sediando a sétima maior mina de ferro no Brasil: Casa de Pedra (MINÉRIOS & MINERALES, 2016). A mina entrou em operação em 1913, tendo sido nacionalizada sob o controle da recém-criada Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (CSN), em 1941.

A CSN é uma das maiores siderúrgicas em operação no Brasil, tendo respondido por 12,7% da produção nacional em 2015 (CSN, 2016, p. 31). O período de *boom* das commodities (2003-2011) foi decisivo para sua focalização, tendo impulsionado uma convergência das estratégias de investimento e de mercado da corporação para o nodo extrativo de sua rede. Um dos principais movimentos nesse sentido foi a tentativa de conversão da mina Casa de Pedra em eixo da rede de produção da CSN, que atingia a capacidade de extração de 55 Mtpa. em 2013. A ‘aposta’ residia no aumento progressivo dessa capacidade: para 70 Mt pa. em 2014, 89 Mtpa. em 2015 e, posteriormente, 100 Mtpa (ALERIGI JR., 2012).

Entretanto, essa pretensão foi desafiada de modo consistente em escala local entre 2007 e 2012⁶. Questões relevantes, como a alteração paisagística e a poluição atmosférica passaram a pautar as relações entre mineradoras e os agentes políticos e sociais. Não obstante, o principal tema mobilizado remetia à pressão sobre os recursos hídricos induzida pelo projeto de expansão (SANTOS, 2015a). A disputa material e simbólica assumiu então característica institucionalizada, se centrando na Serra Casa de Pedra, que abriga 29 pontos de captação de água e responde por cerca de 60% do abastecimento público municipal (MPMG, 2011).

É nesses termos que um conflito observável em âmbito legislativo constituiu uma espécie de “teste experimental” (LUKES, 2005, p. 19) dos recursos e formas de mobilização do poder para os agentes envolvidos. Assim, o flanco da Serra voltado à área urbana tornou-se objeto de tombamento por meio de legislação municipal em 2007 (CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS, 2007).

No entanto, a disputa evoluiu imediatamente para a definição de seus limites, atualizando o debate legislativo sob o Projeto de Lei nº 027/2008, de iniciativa popular, que versava sobre a delimitação do polígono de tombamento. A CSN, então, contestou o projeto, alegando sua fragilidade técnica, “e contratou uma empresa de consultoria para fazer o levantamento da área” (MPMG, 2011).

5 A discussão da seção se baseia em Ramalho *et al.* (2013) e Santos (2015a).

6 Apesar dos esforços combinados de agentes políticos relevantes nos governos municipal, estadual e federal, interessados na elevação da arrecadação municipal, na redistribuição territorial dos *royalties* e na sustentação de uma estratégia de crescimento centrada nas commodities; tais interesses convergiam com os da CSN e demais mineradoras em Congonhas em um coalizão pró-mineral.

Em 2010, a Câmara Municipal realizou audiência pública para discutir os limites do tombamento (RAMALHO *et al.*, 2013). Além disso, a oposição entre a corporação e grupos de interesse se adensava a partir do ingresso de novos agentes, complexificando o desafio. Assim, a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Congonhas, órgão do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), “instaurou inquérito civil público e requisitou a realização de vistoria e elaboração de um laudo por peritos da Central de Apoio Técnico do Ministério Público” (MPMG, 2011).

Ainda, agentes sociais afetados ou interessados diretamente, tais como a comunidade do Pires e o Grupo Rede Congonhas passaram a atuar na esfera pública de modo a exercer poder coletivo (HENDERSON *et al.*, 2011), mobilizando diretamente o tema do potencial desabastecimento hídrico.

Em paralelo, a ação da 1ª Promotoria de Congonhas, a partir de 2008, parece ter conformado as condições-chave para a combinação, ainda que pontual e intermitente, das formas institucional e coletiva de exercício do poder. O nível da Coordenadoria Regional do MPMG⁷ tornou-se estratégico nas principais ações de contestação às atividades minerárias e a seus agentes em Congonhas. Essa diretriz é ilustrada na emissão do Parecer de Recomendação da Preservação do Morro do Engenho, na Serra Casa de Pedra, encaminhado à Câmara Municipal de Congonhas em 2009 (MPMG, 2011). O documento defendia a “necessidade da delimitação do perímetro de tombamento do monumento Serra da Casa de Pedra dentro dos limites propostos no Projeto de Lei de iniciativa popular nº 027/2008” (MPMG, 2011).

Contrariando o parecer, entretanto, a disputa foi resolvida com a aprovação de 85% da área de tombamento proposta no PL nº 027/2008, incorporando, dessa forma, uma emenda que liberava 15% do perímetro do flanco urbano da Serra para estudos geológicos (CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS, 2012) e para a expansão da CSN. Sua aprovação e sanção pelo Poder Executivo municipal, em 28 de dezembro de 2012, demonstram que a corporação, embora desafiada consistentemente, pôde mobilizar recursos adicionais exógenos à deliberação pública de tipo pluralista e que, portanto, escapam à concepção da primeira dimensão do poder (LUKES, 2005).

Não obstante, o emprego desses recursos foi necessário exatamente pelas características mais difusas do acúmulo e do exercício do poder em Congonhas. Apesar de seu ingresso longo, a CSN não é a única mineradora atuando no município⁸, embora seja a mais importante no que concerne às reservas e volume extraído. Nesse sentido, embora os processos de formação socioeconômica de *company towns* como Gary (CRENSEN, 1971), Middlesboro (GAVENTA, 1982) e Volta Redonda (LIMA, 2014), cidade de origem da CSN, possuam semelhanças com o de Congonhas, sua atual morfologia é bastante distinta das de cidades-empresa contemporâneas, como Itabira.

7 O intercâmbio entre a 1ª Promotoria e a Coordenadoria Regional tendia a evitar que pressões em escala local afetassem as ações de desafio às mineradoras.

8 Além dela e sua subsidiária Congonhas Minérios, a corporação compartilha esse espaço econômico com a Ferrous Resources do Brasil Ltda., a Ferro Mais Mineração Ltda. e a Vale S.A.

Nessas condições, populações desprivilegiadas e grupos de interesse dotados de recursos-chave e hábeis em mobilizá-los fizeram convergir concepções institucionais e não institucionais de agência, com vistas a contrabalançar o poder corporativo. Em um setor caracterizado pelo imperativo da substituição de reservas (BRIDGE, 2008), formas de desafio consistente ao poder corporativo expressas como contestação às pretensões de ampliação de direitos de propriedade não necessariamente precisam atingir seus objetivos (a conservação da Serra e de seus recursos hídricos) para afetar negativamente a corporação. Nesse caso, a conjunção do ciclo de contestação e do fim do período de preços elevados do minério de ferro impôs severas restrições à estratégia corporativa da CSN.

2. Conceição do Mato Dentro e a Anglo American⁹

Conceição do Mato Dentro (MG) é um município de pequeno porte localizado a 160 km de Belo Horizonte, na região da Serra do Espinhaço. A chegada da MMX Mineração e Metálicos S.A. (MMX) em 2006 marcou seu processo de transformação socioeconômica. Após a transferência de seus ativos para a Anglo American Participações em Mineração Ltda. (Anglo American), em 2008, essa transformação se acelerou, com a expansão das operações da mina (MINÉRIOS & MINERALES, 2016).

A Anglo American foi fundada na África do Sul (1917) para atuar na exploração de ouro e diamantes, tendo chegado ao Brasil em 1973 (ANGLO AMERICAN, 2013). Nos anos 2000, respondendo à elevação drástica da demanda, a corporação aprofundou a diversificação de seu portfólio de investimentos com a aquisição do Projeto Minas-Rio (PMR)¹⁰. Mais complexo do que previsto, esse movimento induziu o agravamento sistemático dos resultados¹¹ da corporação a partir de 2012, momento que marcou o início do período após o *boom* (SANTOS, 2015b).

O exercício de poder por parte da MMX e da Anglo American esteve fortemente associado a aspectos econômicos e ideológicos. Previsões habituais de geração de trabalho e renda converteram-se em um léxico persuasivo para os agentes políticos, destituídos de experiência prévia com agentes do setor. Nesses termos, observou-se um processo de alinhamento cognitivo entre agentes econômicos e políticos em torno do discurso do crescimento econômico (RIBEIRO, 2008),

Dessa forma, ações institucionais orientadas à simplificação e redução dos custos associados à desapropriação de áreas necessárias ao PMR passaram a ser implementadas. Enquanto o PMR era incluído no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (TOMAZ, 2011), o Governo do Estado de Minas Gerais declarava a utilidade

⁹ A discussão dessa seção se baseia em Milanez e Santos (no prelo) e Santos e Milanez (2015c).

¹⁰ O PMR compreende a mina (26 Mtpa.), um mineroduto e um porto (100 Mtpa.).

¹¹ O desempenho do PMR impactou negativamente a subsidiária brasileira (que teve três presidentes em 13 meses) e o grupo como um todo. O projeto, após atraso de cinco anos, precisou de investimentos adicionais de cerca de US\$ 4 bilhões (AGOSTINI, 2009; ANTONIOLI, 2014).

pública das propriedades necessárias para a implantação do projeto (BECKER, PEREIRA, 2011).

Essa convergência de interesses foi reforçada¹² pelo uso da tática da “porta-giratória”, isto é, pela mobilidade de profissionais de empresas privadas para cargos públicos (ARELLANO-YANGUAS, 2016). Em 2013, a Anglo American contratou como Gerente de Licenciamento o funcionário que, até o ano anterior, era Superintendente de Regularização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e um dos responsáveis pelo processo de licenciamento do PMR (CIMOS, 2013).

Não obstante, o processo de licenciamento ambiental do PMR sintetizou, em alguma medida, os recursos e formas de exercício do poder corporativo no município. Assim, foi por meio desse conjunto institucionalizado de procedimentos que, sucessivamente, MMX e Anglo American canalizaram e selecionaram demandas específicas passíveis de reconhecimento como problemas públicos, enquanto excluía outras como não problemas (CRENSON, 1971).

Dessa forma, a definição da população atingida representou uma fonte importante de conflito. A definição de três “núcleos populacionais” na Área de Influência Direta do Projeto no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) contratado pela MMX (BRANDT MEIO AMBIENTE, 2007) levou a forte questionamento dos movimentos locais (SISEMA, 2008). Embora o novo estudo tenha identificado 22 comunidades afetadas (DIVERSUS AMBIENTE E CULTURA, 2014), muitas permaneceram excluídas (GESTA/UFMG, 2014).

A fragmentação do licenciamento do PMR assumiu natureza modelar. Apesar de consistir em um sistema interligado, suas infraestruturas foram licenciadas independentemente: mina e porto pelos governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente, e mineroduto pelo Governo Federal. Essa tática facilitou consideravelmente o licenciamento, uma vez que ocultou os impactos cumulativos e enfraqueceu a potencial articulação dos movimentos sociais críticos (BARCELOS, 2013).

A tática permitiu à corporação transitar entre as fronteiras da alegabilidade e da ilegalidade, postergando o enfrentamento das questões críticas. Desse modo, a Anglo American conseguiu mantê-las sob a condição de não problemas públicos que demandam soluções imediatas, exercendo seu poder corporativo sobre os demais agentes como mobilização de viés, no sentido atribuído por Bachrach e Baratz (1962).

Ademais, táticas divisivas dos grupos de interesse potencialmente críticos ao PMR tornaram-se um elemento-chave desde o início das operações da MMX. Assim, enquanto um movimento de contestação social se estruturava nas áreas rurais do município a partir de experiências concretas com a corporação e suas subcontratadas no acesso a e na aquisição de terras (ATINGIDO A, 2014), a corporação mobilizava um discurso de geração, direta e indireta, de empregos e renda em sua área urbana. A polarização de interesses já existente se apoiou

¹² Ademais, práticas ilegais, como a corrupção de funcionários governamentais, têm sido registradas nas relações de empresas do setor, incluindo a MMX, com agentes políticos envolvidos no processo de licenciamento ambiental no estado de Minas Gerais (G1, 2014).

na deficiência dos meios de comunicação disponíveis e na construção de uma interpretação ‘monopólica’ (GAVENTA, 1982, pp. 105-106) dos impactos do PMR.

Paralelamente às táticas de mobilização de viés e gestão antecipatória da emergência de temas potencialmente ‘perigosos’, o exercício do poder corporativo da Anglo American incorporou ainda práticas de violência física e simbólica. Assim, foram empregadas táticas de “encurralamento” dos residentes rurais resistentes aos acordos de aquisição de terras (ATINGIDO A, 2014). Tais práticas se combinaram a formas de intimidação e ameaça e ao uso de violência perpetradas diretamente por funcionários da Anglo American, assim como indiretamente, por indivíduos e empresas a ela relacionados (ALMG, 2013; ATINGIDO B, 2014).

3. Itabira e a Vale¹³

Itabira (MG) é uma cidade de médio porte também localizada no Quadrilátero Ferrífero. Suas reservas de minério de ferro se tornaram conhecidas mundialmente em 1910, quando os direitos de lavra foram adquiridos pela firma britânica Brazilian Hematite Syndicate (BHS), mais tarde Itabira Iron Ore Company (IIOC). Durante a 2ª Guerra Mundial emergiria um cenário oportuno ao aproveitamento das jazidas, com a assinatura dos Acordos de Washington em 1942 por Brasil, EUA e Reino Unido. Os acordos previam financiamento e apoio técnico para implementação da infraestrutura de exploração e logística, transferência dos ativos da IIOC ao governo brasileiro e fornecimento do minério aos Aliados (TRINER, 2011).

Os acordos deram origem à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em 1942 e a um padrão operacional tipicamente exportador na extração de ferro no Brasil (SILVA, 2004; TRINER, 2011; VALE, 2012). A CVRD foi privatizada em 1997 e mudou sua denominação comercial para Vale S.A. em 2007. Em 2015, a corporação era a oitava maior mineradora do mundo em relação à capitalização de mercado (PwC, 2016) e a maior produtora de minério de ferro (Vale, 2016).

No que diz respeito à força de trabalho, o Sindicato Metabase de Itabira e Região é o representante de quase 5.500 trabalhadores ativos e aposentados na região (DIÁRIO DE ITABIRA, 2015b). A história desse sindicato tem sido caracterizada pelo caráter episódico do desafio aberto à Vale, sendo sua constituição atribuída à estratégia de relações de trabalho da então CVRD, voltada à necessidade de controle dos trabalhadores na localidade, que emergiu após a primeira greve em 1945 (MINAYO, 2004).

Desde então, ações de desafio ao poder corporativo no município parecem emergir apenas em situações de crise aguda. Assim, uma segunda mobilização aconteceu na transição para os anos 1990, motivada por perdas salariais em um contexto inflacionário (DIÁRIO DE ITABIRA, 2015b) e pelas expectativas de redução da força de trabalho relacionadas ao processo de privatização (CARVALHO, 2014). A terceira greve ocorreria em 2008; a retração na demanda

13 A seção se apoia em Santos e Milanez (2015b).

derivada da crise econômica mundial motivou a proposta de suspensão de todos os contratos por seis meses e provocou a demissão de 1,5 mil trabalhadores em Itabira (SANTOS, MILANEZ, 2015b). Uma nova onda de contestação ocorreu em 2015, quando a Vale planejava demitir um número significativo de seus trabalhadores na cidade (DIÁRIO DE ITABIRA, 2015a).

A descrição desses episódios evoca um questionamento acerca da natureza da aquiescência dos trabalhadores de Itabira, nos termos propostos por Gaventa (1982). Assim, a opinião de um trabalhador da corporação ligado à Oposição Sindical tende a reforçar uma interpretação da ação coletiva em termos de relativa impotência diante do poder corporativo: “Por Itabira ser uma cidade monoindustrial, né?! É só a Vale que predomina. [...] Hoje outras mineradoras tão crescendo, né?! Naquele período, não. Era só a Vale mesmo e se saísse da Vale era... lavar carro, né?!” (TRABALHADOR 1, 2015).

Como o entrevistado deixa entrever, a dependência dos empregos e “a ameaça de perdê-los” (GAVENTA, 1982, p. 87), assim como da ‘desclassificação social’ daí derivada, constitui um elemento crítico da aceitação individual das condições de vida e trabalho conformadas pela mineradora.

No entanto, a morfologia da *company town* (LIMA, 2014) condiciona as relações também em sua dimensão coletiva. Assim, um padrão de “dependência social e econômica” (GAVENTA, 1982, p. 161) complementar pode ser identificado no mercado de trabalho local¹⁴. Entre 2010 e 2015, a Indústria Extrativa Mineral (IEM) foi responsável por 28-37% dos empregos formais disponíveis em Itabira¹⁵ (MTE, 2017). Se a dinâmica da ação coletiva de tipo sindical e do desafio ao poder corporativo é episódica, ela responde, em certa medida, à configuração social e econômica dependente que constitui uma das características da cidade-empresa.

Desse modo, como aponta Gaventa (1982), a presença de um agente econômico que exerceu ação criadora e/ou transformadora – no caso de Itabira – sobre uma dada estrutura socioeconômica, induz “resposta[s] adaptativa[s]” (GAVENTA, 1982, p. 16) dos agentes individuais e coletivos às condições de destituição relativa de poder e às situações repetidas de fracasso em erigir desafios consistentes ao poder corporativo. A capacidade de definir o acesso ao trabalho e, conseqüentemente, à “inscrição na estrutura social” (CASTEL, 1998, p. 34) na cidade mineradora aumentam consideravelmente o poder corporativo da Vale: “[...] as pessoas [...] foram criadas com um nível [...] de dominação tão grande... Elas dizem: ‘Mexer com a Vale não... meu filho um dia pode trabalhar lá.’ [...] Por isso a cidade não grita” (TRABALHADOR 1, 2015).

14 Um padrão correspondente é observável no que respeita à formação das receitas públicas. As receitas estadual e municipal são fortemente dependentes do desempenho econômico da IEM, particularmente devido ao pagamento de *royalties*. Em 2016, a Vale e suas subsidiárias foram responsáveis por 66% dos € 222,7 milhões arrecadados pelo estado (DNPM, 2016). Em Itabira, em 2014, os *royalties* recebidos, € 19,4 milhões, equivaleram a 11% da receita municipal total.

15 Esses dados se referem exclusivamente aos trabalhadores diretos de empresas da IEM, em detrimento dos indiretos, classificados no setor de serviços.

Essa possibilidade se acentua no contexto de um *brownfield* minerador cujas reservas vêm se esgotando; a mina principal, Cauê, inaugurada em 1942, já foi exaurida, as minas do Meio e cava de Conceição têm previsão de exaustão para 2022 e 2025, respectivamente (SANTOS, MILANEZ, 2015b). Nesses termos, a corporação tem sido hábil em mobilizar receio e esperanças individuais e coletivas em escala local.

O principal recurso mobilizado pela corporação articula a tecnologia para processamento de itabiritos de baixo teor – que prorrogaria a “vida útil” das operações extrativas no município (SANTOS, MILANEZ, 2015b). Isso geraria uma representação discursiva da relação entre cidade e empresa como simbiose e da mineração como “sustentável” temporalmente. Desse modo, agentes coletivos potencialmente desafiadores têm aderido às práticas discursivas mobilizadas pelo agente econômico matricial para descrever sua estratégia de investimento corrente.

Em um plano mais geral, a ausência do desafio ao poder corporativo repousa na concentração de recursos de poder e na possibilidade de exercício unitário do poder corporativo (GAVENTA, 1982) pela Vale. Nesse sentido, focalizar a temática do ambiente permite uma interpretação interativa do exercício do poder por parte da corporação. Sendo a IEM frequentemente responsável por conflitos e impactos socioambientais e a Vale partícipe de alguns dos mais importantes deles no Brasil, é necessário enfocar suas operações em Itabira dessa perspectiva.

A emergência da questão ambiental como problema público em Itabira se assemelha à trajetória do tema na descrição de Crenson (1971) para a cidade de Gary. A ausência de qualquer legislação ambiental em vigor nos anos 1940 e a definição de procedimentos para estudos de impacto ambiental (EIA) pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) apenas em 1986 fizeram do ambiente um “não problema” em Itabira por cerca de quarenta anos.

Não obstante, em meados dos anos 1980, a temática do ambiente começou a ser mobilizada de modo mais incisivo. Assim, em 1984, foi estabelecido o Conselho Municipal de Proteção Ambiental (CODEMA); em 1986, foi instituída uma primeira ação civil pública contra a corporação; e uma segunda apareceria em 1992 (SOUZA, SOUZA e SILVA, 2002).

Entretanto, confirmando a reduzida propensão à contestação por parte dos agentes políticos e sociais de Itabira, as pressões emergentes tinham origem extra-local, sendo lideradas pela FEAM e voltadas à adequação dos agentes econômicos do setor em todo o QF (SANTOS, MILANEZ, 2015b). Como na questão do trabalho, o processo de privatização proporcionou um contexto oportuno para a evolução do desafio ao poder corporativo da Vale. Assim, o Governo do Estado de Minas Gerais exigiu que a Vale apresentasse seu EIA em 1994. A corporação só obteria sua Licença Ambiental Corretiva (LOC) em 2000, que foi condicionada a 54 iniciativas de controle operacional, reabilitação de áreas e compensação ambiental (VALE, 2012).

O processo de adequação ambiental da Vale teria provocado uma mudança efetiva em suas operações, como sugere a maior parte das entrevistas realizadas. No entanto, a despeito do “consenso” aparente, alguns poucos entrevistados se posicionaram de modo diverso quanto ao

cumprimento das condicionantes da LOC por parte da Vale. De fato, ainda havia disputas pouco aparentes acerca da questão.

Uma avaliação geral das posições em torno da questão do cumprimento das condicionantes da LOC aponta a existência de obstáculos consideráveis à formulação de críticas dirigidas diretamente à corporação. Dessa forma, no âmbito da discussão ambiental, os recursos disponíveis e as formas de exercício do poder por parte da corporação tendem a combinar a adesão ideológica (ou o não desafio) à capacidade de sustentar uma representação do problema da adequação ambiental como “solucionada”, em detrimento dos escassos discursos discordantes.

Considerações finais

A discussão proposta a partir da comparação (Quadro 1) entre os três casos investigados levanta um conjunto de argumentos que possui potencial tanto para enriquecer a discussão sobre o poder nas ciências sociais, quanto para “sociologizar” o debate sobre sistemas transnacionais de produção e sua expressão na literatura das RGPs.

Em Congonhas, as pretensões de expansão da atividade econômica em um contexto *brownfield* impulsionaram uma forma de desafio à CSN que combinou recursos institucionais e não institucionais e mobilizou agentes diversos de forma articulada nos planos legislativo e extralegislativo. O próprio exercício do poder corporativo pela CSN demonstrou a incompletude da visão unidimensional, mobilizando recursos exógenos à competição política diante da constância do desafio.

Diferentemente, o caso de Conceição do Mato Dentro demonstrou a centralidade da dimensão institucional, com foco no licenciamento ambiental, no processo de seleção e adiamento de problemas e da exclusão de questões como “não problemas”, corroborando a relevância de uma interpretação em termos da segunda dimensão do poder. Em um contexto *greenfield*, a Anglo American mobilizou recursos extrainstitucionais e construiu uma interpretação controlada e “monopólica” dos impactos do PMR, cuja pretensão de autoridade se efetivou e contribuiu para restringir o exercício das formas institucional e coletiva de poder.

Finalmente, a combinação entre a condição de *company town* e o fim de ciclo mineral em Itabira permitiram à Vale exercer uma modalidade unitária de poder corporativo, tanto condicionando a (não) emergência de problemas públicos (segunda dimensão do poder) – em particular, o ambiental –, quanto estendendo sua influência a uma dimensão interna, capaz de mobilizar subjetivamente a adesão de agentes individuais e coletivos (terceira dimensão) no município. A adesão em questão remete à combinação contraditória entre concessão de legitimidade a agentes poderosos e oposição aos interesses objetivos de uma coletividade. Nesses termos, a Vale foi bem sucedida em sustentar um regime de consenso manipulado (LUKES, 2005) desfavorável à contestação, predominantemente episódica e/ou derivada de fontes extralocais.

De modo geral, os três casos tematizam a relevância de um entendimento do poder que articula fontes (recursos) e formas (exercício), sem subsumi-los, e sem recair em interpretações centradas em atributos e/ou agentes – poderosos e sem poder. Nesses termos, o poder é entendido de modo propriamente relacional, demandando a mobilização efetiva de recursos em contextos interativos. Desse modo, em situações fundamentalmente assimétricas e povoadas por agentes diversificados, o emprego da matriz do conflito ou do “poder sobre” (CLEGG, HAUGAARD, 2009) permitiu uma compreensão relacional dos contextos socioeconômicos em questão.

Ademais, os casos ilustraram certas deficiências de abordagens interacionistas, que caracterizam em parte o modelo das RGPs, demandando complementos importantes de aportes cognitivo e estruturalista. Dessa maneira, a discussão proposta permitiu combinar os domínios da legitimidade e da ilegitimidade das fontes e formas de poder, integrando as modalidades de contestação consistente e impedida e do consenso manipulado (Lukes, 2005) em uma compreensão da natureza persistente e cumulativa das relações e posições de poder.

No campo das ciências sociais, a investigação de contextos empíricos do tipo apresentado coloca em questão a necessidade de formulações teóricas mais complexas e essencialmente multiagente, como as apresentadas por Crenson (1971) e Gaventa (1982). Espera-se ter contribuído para uma análise desse gênero.

Adicionalmente, variáveis contextuais como o intervencionismo estatal – na conformação de Congonhas e Itabira – e a morfologia socioeconômica na “origem” – monocorporativa ou não – e no “destino” também se mostraram explicativas das trajetórias territoriais investigadas. Assim, a interpretação dos casos a partir das noções de *brownfield* (Congonhas e Itabira) e de *greenfield* (Conceição do Mato Dentro) – vinculadas, em sua origem, às condições de recuperação ambiental de áreas industriais degradadas (planejamento urbano) e à estratégia corporativa (administração), respectivamente – evidenciou a diversidade de formas da dependência de recursos por parte das mineradoras. Nessa dimensão, as relações entre agentes econômicos e não econômicos nos três casos se diferenciaram em função de sua interação diacrônica e das estruturas socioeconômicas nas quais se inseriam, conformando as condições do exercício do poder corporativo no sentido: i. do controle da propriedade da terra e da exclusão de reivindicações concorrentes, em Conceição do Mato Dentro; do enfrentamento aos movimentos sociais e da demanda pela preservação dos recursos hídricos, em Congonhas; e da “monopolização” das oportunidades de trabalho e mobilidade social, em Itabira.

No que respeita à abordagem das RGPs e à discussão dos sistemas transnacionais de produção, acredita-se que a formulação tridimensional do poder e sua aplicação às fontes e formas do poder corporativo possam fundamentar uma discussão sociológica das relações entre agentes econômicos e não econômicos – hoje, tipicamente enquadrada como “coordenação” e limitada à eficiência da rede e da ação econômica.

Quanto à especificidade das RGPs minerais (BRIDGE, 2008; SANTOS, MILANEZ, 2015a), admite-se que sua natureza contestável se vincule a três fatores-chave: i. à dimensão não

renovável e ao volume de extração dos bens minerais, com efeitos de incompatibilidade frente às demandas por terra e por água, principalmente; ii. à natureza da atividade (capital intensiva) e do produto (bem de produção), impactando as condições de ativismo sindical e do consumidor; e iii. ao padrão de dependência econômica local e sua natureza estratégica, induzindo ativismo estatal voltado à diversificação e ao nacionalismo de recursos, respectivamente. Desse modo, as formas corporativa, coletiva e institucional do poder na IEM diferem, em traços gerais, dos padrões exibidos em outras atividades. Não obstante, investigações comparativas intersetoriais a esse respeito têm sido pouco exploradas.

Especificamente, a discussão apresentada ainda demanda a incorporação de aportes específicos sobre o tema do poder corporativo na sociologia econômica, assim como não foi capaz, nesse momento, de tratar das formas institucional e coletiva do poder de maneira comparável. Dessa forma, a perspectiva da inclusão desses tópicos e da ampliação da discussão para os processos relacionados ao valor e ao enraizamento permanecem como temas-chave para investigação futura.

Quadro 1 – Síntese comparada dos resultados

| Dimensões | CSN / Congonhas | AA / CMD | Vale / Itabira |
|--------------------------|---|--|--|
| contexto | -pluricorporativo - <i>brownfield</i> em expansão | -monocorporativo - <i>greenfield</i> | -monocorporativo (<i>company town</i>) - <i>brownfield</i> em fim de ciclo |
| Foco | -abastecimento hídrico -mina x serra | -aquisição de terra -mina x formas de reprodução social rurais | -empregos -impactos ambientais -mina x formas de reprodução mineradoras |
| natureza / escala | -desafio consistente em escala local | -desafio insipiente restrito à esfera rural | -regime de consenso, com desafio de tipo episódico e extralocal |
| Plano | predomínio institucional (Legislativo e MP) extrainstitucional | predomínio extrainstitucional institucional (Executivo) | predomínio extrainstitucional institucional (MP) |
| Tipos | -predomínio dos tipos institucional e coletivo -subordinação do tipo corporativo | -predomínio do tipo corporativo, em coalizão com institucional -subordinação do tipo coletivo | -hegemonia do tipo corporativo, com consentimento do tipo institucional - virtual ausência do tipo coletivo |

| | | | |
|-------------------|--|--|---|
| recursos | -legislativos (leis, AP) -jurídicos (inquérito civil público, AP, ACPs, TACs) -não institucionais (ocupações, captura corporativa) | -discursivos (crescimento) -institucionais (terra) -não tomada de decisão (contenção dos conflitos fundiários/ implante) | -discursivos -não institucionais (exercício unitário do poder) -institucional-jurídicas (ACPs, LOC) |
| resultados | -efetivação tardia dos objetivos da CSN, com resultados econômicos negativos e redução do poder corporativo | -efetivação dos objetivos da AA, com resultados econômicos negativos e manutenção do poder corporativo | -efetivação dos objetivos da Vale, com resultados econômicos positivos e reforço do poder corporativo |
| explicação | -acúmulo e exercício do poder difusos -conjunção do ciclo de contestação com fim do <i>boom</i> | -poder centralizado -ineficácia da implantação do PMR -fim do <i>boom</i> | -poder extremamente centralizado -adaptação individual e coletiva a situações repetidas de fracasso |

Fonte: elaboração dos autores.

Referências

- AGOSTINI, Renata. No papel parecia fácil. **Revista Exame**, 12 nov. 2009. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/956/noticias/papel-parecia-facil-511296> >. Acesso em: 29 jul. 2016.
- ALERIGI JR., Alberto. MG volta a discutir mina da CSN na próxima semana. **Reuters Brasil**, 01 fev. 2012. Disponível em: < <http://br.reuters.com/article/idBRSPE81007C20120201> >. Acesso em: 10 out. 2017.
- ALMG. **Transcrição da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**. GERAIS, A. L. D. M. Belo Horizonte 2013.
- ANGLO AMERICAN. **Annual report 2012**. Anglo American plc. London. 2013
- ANTONIOLI, Silvia. Anglo American embarca 1º carregamento de minério de ferro do projeto Minas-Rio. **Reuters**, 27 out. 2014. Disponível em: < <http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN0IG0ZS20141027> >. Acesso em: 29 jul. 2016.
- ARELLANO-YANGUAS, Javier. Mining policies in Humala's Peru. In: HASLAM, P. A. e HEIDRICH, P. (Ed.). **The political economy of natural resources and development: from neoliberalism to resource nationalism**. New York: Routledge, 2016, p.173-190.
- ATINGIDO A. **Entrevista com Atingido pelo Projeto Minas-Rio**. MILANEZ, B. e SANTOS, R. S. P. D. Belo Horizonte, 2014.
- ATINGIDO B. **Entrevista com Atingido pelo Projeto Minas-Rio**. MILANEZ, B. Conceição do Mato Dentro, 2014.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Two faces of power. **American Political Science Review**, v. 56, n. 4, p. 947-952, 1962.
- BARCELOS, Eduardo. **O projeto Minas Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Pesquisa Socio Econômica, 2013.

- BECKER, Luzia Costa; PEREIRA, Denise Castro. O projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro. In: FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUEZ, M. A. R. S., *et al* (Ed.). **Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial**. V. 1 Grandes Minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011, p.229-258.
- BRANDT MEIO AMBIENTE. **Estudo de impacto ambiental**: lavra a céu aberto para produção de 56 milhões de toneladas por ano, tratamento de minério de ferro e infra-estrutura de produção. Brandt Meio Ambiente. Nova Lima, 2007.
- BRIDGE, Gavin. Global production networks and the extractive sector: governing resource-based development. **Journal of Economic Geography**, v. 8, n. 3, p. 389-419, 2008.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS. **Lei n. 2.694, de 2 de maio de 2007. Dispõe sobre o tombamento do conjunto paisagístico da serra “Casa de Pedra” e dá outras providências**. CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS. Congonhas. 2694, 2007.
- _____. **Lei n. 3.224, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre o espaço territorial tombado, denominado Conjunto de Serras Casa de Pedra**. CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS. Congonhas. 3224, 2012.
- CARVALHO, Laura Nazaré de. Análise da ação dos sindicatos dos trabalhadores da mineradora Vale SA na região Sudeste brasileira. **Textos e Debates**, v. 1, n. 23, p. 91-114, 2014.
- CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Vozes: Petrópolis, 1998.
- CIMOS. **Ata da 8a. Reunião Pública da Reasa, 18 de fevereiro de 2013**. Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais, Ministério Público de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.
- CLEGG, Stewart R.; HAUGAARD, Mark. Introduction: why power is the central concept of the social sciences. In: CLEGG, S. R. e HAUGAARD, M. (Ed.). **The Sage Handbook of Power**. London: Sage, 2009, p.1-24.
- CRENSON, Matthew A. **The Un-politics of Air Pollution: a study of non-decision-making in the cities**. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1971.
- CSN. **Form 20-F**. NYSE. New York, 314 p. 2016
- DIÁRIO DE ITABIRA. Metabase faz protesto na porta da Câmara. **Diário de Itabira**, Itabira, 2015a.
- _____. Sete Décadas de Conquistas Históricas. **Diário de Itabira**, Itabira, p.1-8, 2015b.
- DIVERSUS AMBIENTE E CULTURA. **Estudo de definição sobre comunidades/famílias a serem reassentadas**. Mimeo. Belo Horizonte, 2014.
- DNPM. **Maiores arrecadadores CFEM**: Departamento Nacional de Produção Mineral. 2016.
- G1. MP denuncia secretário estadual de Meio Ambiente da gestão Anastasia. **G1 Minas Gerais**, 05 jun. 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/06/mp-denuncia-secretario-estadual-de-meio-ambiente-da-gestao-anastasia.html> >. Acesso em: 02 ago. 2016.
- GAVENTA, John. **Power and powerlessness: quiescence and rebellion in an Appalachian valley**. Urbana: University of Illinois Press, 1982.
- GESTA/UFMG. GESTA/UFMG. A uma semana das eleições, Anglo manda e governo de Minas obedece. **Grupo em Estudos e Temáticas Ambientais, Universidade Federal de Minas Gerais**, 30 set. 2014. Disponível em: < <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/a-uma-semana-das-eleicoes-anglo-manda-e-governo-de-minas-obedece/> >. Acesso em: 28 jna. 2015.
- HENDERSON, Jeffrey et al. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 15, p. 143-140, 2011.
- LEVY, David. Political contestation in Global Production Networks. **Academy of Management Review**, v. 33, n. 4, p. 943-963, 2008.

- LIMA, Raphael Jonathas da Costa CSN e Volta Redonda: uma relação histórica de dependência e controle. **Política & Sociedade**, v. 12, n. 25, p. 41-64, 2014.
- LUKES, Steven. Poder. In: OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 580-582.
- _____. **Power: a radical view**. 2nd. Basingstoke, 2005.
- MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. L'exploitation minière, la stratégie d'entreprise et la flexibilisation de la réglementation environnementale au Brésil: le cas du Projet Minas-Rio. **Brésil(s)**, no prelo.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **De Ferro e Flexíveis**: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- MINÉRIOS & MINERALES. **Ranking por Substância** - Produção Anual em Toneladas (ROM) 2015. **Minérios & Minerales**. São Paulo. XL: p. 14-18, 2016.
- MPMG. MPE recomenda proteção da Serra Casa de Pedra, em Congonhas. **Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, 09 mai. 2011. Disponível em: < <http://www-antigo.mpmg.mp.br/portal/public/noticia/index/id/24769> >. Acesso em: 10 out. 2017.
- MTE. **Relação Anual de Informações Sociais**: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. 2017.
- PWC. **Mine 2016**: slower, lower, weaker... but not defeated. PricewaterhouseCoopers, Canada. Toronto. 2016.
- RAMALHO, José Ricardo; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; LIMA, Raphael Jonathas da Costa Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. **Sociologia & Antropologia**, v. 3, n. 5, p. 175-200, 2013.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 80, p. 109-125, 2008.
- RUTHERFORD, Tod; HOLMES, John. 'The flea on the tail of the dog': power in global production networks and the restructuring of Canadian automotive clusters. **Journal of Economic Geography**, v. 8, n. 4, p. 519-544, 2008.
- SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Da Estratégia Corporativa à Ação Economicamente Relevante: a CSN e a contestação social na mineração de ferro. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 12, n. 24, p. 143-166, 2015a.
- _____. Mineração e a conjuntura do pós-boom das commodities. **Audiência Pública da Comissão Especial - PL 37/11**, Brasília, 2015b. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/poemas/files/2015/09/Santos-2015-Minera-C3%A7%C3%A3o-e-a-Conjuntura-do-P%C3%B3s-Boom-das-Commodities.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2017.
- SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; MILANEZ, Bruno. The Global Production Network for iron ore: Materiality, corporate strategies, and social contestation in Brazil. **The Extractive Industries and Society**, v. 2, n. 4, p. 756-765, 2015a.
- _____. Redes Globais de Produção (RGPS) e Conflito Socioambiental: a Vale S.A. e o Complexo Minerário de Itabira. In: **VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, Goiânia. Anais SINGA. p. 2093-2108.
- _____. A RGP da Anglo American e Conflitos Socioambientais na Mineração de Ferro: valor, poder e enraizamento no Projeto Minas-Rio. In: **39º Encontro da ANPOCS**, Caxambu. Anais ANPOCS.
- SILVA, Marta Zorzal. **A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro**. Vitória: EDUFES, 2004.
- SISEMA. **Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A - Parecer único SISEMA no. 001/2008**. Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais. Diamantina, 2008.
- SOUZA, M. R. G. de; SOUZA E SILVA, M. G. S. Itabira - vulnerabilidade ambiental: impactos e riscos socioambientais advindos da mineração em área urbana. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)**, Ouro Preto. Anais, p. 1-17, 2002.

TOMAZ, Rafael. Projeto Minas-Rio foi incluído no programa REIDI. **Diário do Comércio**, 08 jan. 2011. Disponível em: < <http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?id=48024> >. Acesso em: 02 ago. 2016.

TRABALHADOR 1. **Entrevista com integrante da Oposição Sindical**. MILANEZ, B. e SANTOS, R. S. P. D. Itabira, 2015.

TRINER, Gail D. **Mining and the state in Brazilian development**. London: Pickering & Chatto, 2011.

VALE. **Vale: nossa história**. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2012. 420 p.

_____. **Vale**. 2016. Disponível em: < <http://www.vale.com> >. Acesso em: 22 Feb 2017.

WEBER, Max. **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Editora Moraes, 2003.

Recebido em: 16/01/2018

Aceito em: 31/03/2018

Artigos

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS: uma luta em construção

PUBLIC POLICIES FOR MAROONS COMMUNITIES: a building in fight

André Ricardo Fonsêca da Silva*

Resumo

O presente artigo trata da construção de políticas públicas para comunidades quilombolas, dialogando com a história dos africanos, a partir da travessia do Atlântico, com o interesse do capital no modo de produção escravocrata, que fora muito usado no Brasil na época da colonização portuguesa. Além disso, analisa as políticas públicas específicas construídas no contexto brasileiro para os quilombolas, dando ênfase ao Programa Brasil Quilombola. Para o desenvolvimento da pesquisa fizemos uso da abordagem qualitativa; concomitantemente, foi feito uso da historiografia para entendermos a ressemantização da palavra quilombola. Além disso, utilizamos o método histórico para reconstruirmos a história do artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988. Fizemos também consultas a dados primários e secundários de órgãos públicos. Concluiu-se que a regularização fundiária definitiva junto com a concretização de políticas públicas específicas são o caminho para construção da cidadania quilombola, pois permitirá que haja uma segurança jurídica para os quilombolas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Quilombolas. Cidadania. Escravidão.

Abstract

This article deals with the construction of public policies for maroons communities, talking history of Africans from across the Atlantic, with the interests of capital in the slave mode of production, which had been widely used in Brazil at the time of Portuguese colonization. It analyzes the specific public policies built in the Brazilian context for the Maroons, with emphasis on Brazil Maroon Program. For the development of research made use of a qualitative approach, simultaneously it was made use of history to understand the resemantization the maroon word. In addition, we use the history method to reconstruct the history of Article 68 ADCT of the Federal Constitution of 1988. We also made visits to primary and secondary data from government agencies. It was concluded that the definitive regularization along with the implementation of specific public policies are the way to build the maroon citizenship, as it will allow that there is a legal certainty for the Maroons.

Keywords: Public Policy. Maroons. Citizenship. Slavery.

Introdução

O comércio europeu de negros iniciou-se antes da descoberta do Brasil, como uma espécie de subproduto da exploração marítima da costa ocidental africana. E, aproximadamente nessa época, começou a colonização das ilhas atlânticas descobertas por Portugal, vindo a

* Professor Adjunto da graduação e pós-graduação da UNIPÊ e da ESA-PB. Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). E-mail: professor.andrefonseca@gmail.com.

ser utilizado no Brasil o modelo parecido com o aplicado nas Ilhas da Madeira e dos Açores, conjugando monocultura açucareira e mão de obra escrava.

Nesse sentido, o sistema escravista entrou na sociedade brasileira no período colonial. Porém, apesar de detalhes históricos contados por autores coloniais, como Gaspar Barleu (1974) e Rocha Pita, há uma escassez documental em relação a um movimento que marcou a história de lutas contra a exploração mercantilista dos negros escravos: os quilombolas.

Assim, os quilombos, além de serem locais de refúgio na época da escravidão, também se tornaram a única forma de resistência dos ex-escravos após a Lei Áurea, pois não foi elaborada uma política pública pós-abolicionista, que concedesse um apoio socioeconômico aos negros.

O estilo de vida quilombola, não focado na produção excedentário-econômica, mas sim num estilo de vida mais comunitário (herança dos princípios usados na África e que fora reproduzido nas diásporas forçadas dos negros para o Brasil), vai de encontro à sociedade individualista brasileira inserida no modo de produção capitalista. Entretanto, mesmo no contexto desta sociedade capitalista brasileira, algumas políticas públicas focadas para os quilombolas têm sido construídas.

Dessa feita, para que possamos entender algumas políticas construídas no contexto brasileiro para os quilombolas, foi necessário retratar os significados da palavra quilombola por meio da historiografia deste conceito, seguindo o método historiográfico proposto por Walter Benjamin (1991), de forma a compreender o quanto o alcance desta palavra foi se modificando com o desenvolvimento da história brasileira. Além disso, por meio do método histórico demonstramos as discussões que envolveram a construção do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal Brasileira de 1988. Por último, analisamos as políticas públicas focadas para os quilombolas e suas limitações, destacando o Programa Brasil Quilombola.

Evolução conceitual da palavra quilombola

Etimologicamente, a palavra quilombo (*kilombo – quimbundo*) significa acampamento guerreiro na floresta. Essa expressão é originária dos povos *bantus*, que habitam na região de Angola. Para Simonsen (1970), inicialmente, era utilizada para designar um lugar de pouso ou também cemitério. A seguir, passou também a ser utilizada como locais de acampamento ou descanso de comerciantes de cera, escravos e também de outros produtos que eram do interesse dos colonizadores.

No Brasil, quilombo passou a ter outra conotação. Em 1740, surge a primeira conceituação brasileira de quilombo, tendo em vista uma resposta do rei de Portugal a uma consulta feita pelo Conselho Ultramarino. Na ocasião, foi conceituado como sendo “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (ALMEIDA, 2002, p. 47), ou seja, transmitia a necessidade de

isolamento geográfico para caracterizar quilombolas, além de uma ideia de resistência frente à opressão que os negros escravos sofriam. Em todo o Brasil, outras normas surgiram retratando este mesmo conceito dado ao Conselho Ultramarino, por exemplo, o artigo 12 da Lei 236/1847 da Assembleia Provincial do Maranhão e também a Lei 157/1848 do Rio Grande do Sul.

A nossa primeira Lei de Terras, que foi de 1850, manteve o conservadorismo fundiário do Brasil, pois estipulou que toda e qualquer aquisição de terras devolutas seria efetuada por meio da compra, o que já discriminou o escravo, porque o valor cobrado era inacessível ao recém-liberto, além também de os africanos e seus descendentes não poderem ter acesso à terra, pois não eram considerados brasileiros. Assim, já ficava demonstrada a vedação do escravo liberto em ter acesso à propriedade. Nesse contexto, podemos observar que a Lei Áurea (Lei 3353/1888) apenas extinguiu formalmente a escravidão no Brasil, não tendo sido elaborado um planejamento para aplicação de uma política compensatória aos negros, que permitisse o acesso desta população à terra.

Após esta época, a palavra quilombo só foi aparecer na Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 68 do ADCT, onde está expresso: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Entretanto, a utilização da expressão remanescentes das comunidades quilombolas pela Constituinte de 1988 fez renovar uma discussão teórica sobre o que poderia ser entendido por comunidades quilombolas. Assim, cabe levantar esta discussão através da historiografia sobre quilombolas no Brasil, pois, assim, podemos vislumbrar a ressemantização do termo quilombola.

Autores da época colonial como Gaspar van Barleu (1974) definiu quilombo como cativos fujões, que são nocivos à sociedade da época e que foram incapazes de se adaptar aos costumes civilizados. Além disso, justificou a utilização das forças repressoras para destruir os quilombos.

Já na época imperial da história brasileira podemos perceber uma certa ressemantização. Na legislação daquele período só eram necessários três escravos fugitivos, independentemente de serem formados em ranchos definitivos, para que houvesse a caracterização de quilombo. Os autores que retrataram a história do Império do Brasil deram ênfase à história do Quilombo de Palmares. Assim, Heinrich Handelmann (1982) defendeu a necessidade da destruição de Palmares, por constituir uma ameaça às intenções da Europa na América. Além disso, fez uma leitura sociológica do quilombo, considerando-o como uma microsociedade alternativa ao regime escravista.

Agostinho Perdigão M. Malheiro, em 1866, tratou o movimento quilombola sob um viés sociológico, dizendo que a fuga é inerente à escravidão, além de retratar as relações mercantis dos quilombolas com a sociedade escravista (MALHEIRO, 1976).

Francisco Varnhagen, conhecido como Visconde de Porto Seguro, defendeu que destruir os quilombos e apreender escravos era um negócio vantajoso e também uma forma de civilizá-los (VARNHAGEN, 1962).

Porém, na época da República, podemos vislumbrar um grande volume de ressemantizações no termo quilombola. Desta forma, Arruti (2008) divide estas ressemantizações em três principais: resistência cultural, resistência política e resistência negra, em que a resistência cultural deve-se ao fato do quilombola ser visto com uma forma de produção de uma cultura negra no Brasil. Percebe-se isto claramente em Nina Rodrigues (1905), que identificou o quilombo como um projeto restauracionista, no qual os quilombolas queriam restaurar a África no Brasil.

No mesmo sentido, Arthur Ramos (1934) descreveu o negro sob um viés étnico e racial, desprezando a percepção social como trabalhador escravizado. Já os quilombos, entendeu como reação da cultura negra em aceitar novos traços culturais.

Gilberto Freyre (1936) defendeu a superioridade racial e também cultural do colonizador. Descreveu a sociedade escravocrata como se houvesse uma harmonia entre os escravos e os escravizadores, além de ter qualificado Palmares como uma forma “parassocialista” de cultura e economia.

Ernesto Ennes (1938) destacou a necessidade de destruição de Palmares. Considerava o quilombo como uma volta às raízes africanas e defendia o castigo pedagógico ao negro que fugia. Neste sentido, Mário Martins de Freitas (1954) admitiu que o fenômeno quilombola era consequência de ausência de bons governos, vindo a defender a destruição de Palmares, que ele chamava de reino negro.

Já uma segunda perspectiva de ressemantização se deu com a ideia de quilombo como resistência política. Assim, Benjamin Péret (2002), em 1955, foi o primeiro a identificar a luta entre duas classes distintas, tendo proposto a destruição da escravidão através da luta dos escravizados, caso tivessem se juntado com as outras classes oprimidas. A busca da liberdade era o desejo em comum dos quilombolas. Na mesma seara, Clóvis Moura (1959) tratou o quilombo como uma forma fundamental de resistência numa sociedade dialética entre trabalhadores escravizados e escravizadores, o que, junto com Péret (2002), provocou uma mudança abrupta no sentido da palavra, pois não aceitaram mais quilombo como uma visão culturalista e sim como uma forma de resistência do trabalhador escravizado.

Diferentemente, Édison Carneiro (1964) retomou a ideia culturalista, pois retratou o quilombo como uma reafirmação da cultura africana, ou seja, uma resistência cultural.

Emília Viotti da Costa (1966), em plena Ditadura Militar no Brasil, ressaltou o caráter escravista na história do Brasil, mostrou a importância da escravidão para geração de riquezas e a violência contra o escravo como instrumento de mediação de uma sociedade cujo trabalhador escravizado era explorado pelos escravizadores.

Luiz Luna (1968) lembrou que os escravos, diferentemente dos índios, não se submeteram ao cativo, por isso, retratou a luta do trabalhador escravizado mal tratado no cativo. Enquanto Décio Freitas (1973) confirmou a ideia de quilombo como uma expressão da luta de classes entre o trabalhador escravizado e o proprietário.

Robert Conrad (1978) defendeu que os quilombos aceleraram o fim do cativo do trabalhador escravizado, ou seja, o cativo como protagonista da própria abolição. Em outro sentido, Abdias do Nascimento (1980) expressa que o quilombo não expressa escravo fugido e sim uma reunião fraterna e livre, que vive em comunhão existencial. Defende uma revolução pacífica dos negros, de forma que recupere as tradições comunitárias africanas.

A terceira perspectiva de ressemantização, que se deu por influência do movimento negro, foi a que passou a entender quilombo como uma expressão da resistência negra, pois somou a perspectiva cultural com a perspectiva política.

Neste contexto, Kátia Mattoso (1982) trouxe à tona novamente as ideias defendidas por Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Gilberto Freyre de que os quilombos são provenientes da resistência cultural que o africano teve à cultura da sociedade escravocrata brasileira. Da mesma forma, João José Reis (1986) retomou em parte a visão cultural de quilombo, pois deu destaque à resistência social e também à cultura africana.

Diferentemente, Mário Maestri (1986) identificou a resistência do escravo como uma luta de classes e o quilombo como meio para se alcançar a liberdade.

Assim, influenciados pela grande produção acadêmica de 1988, devido à comemoração dos cem anos de abolição no Brasil, tivemos autores como Carlos Magno Guimarães (1988), que defendeu que o quilombo não se define por meio do local e sim do elemento humano que o integra e também Alaôr Eduardo Scisínio (1988), para quem o quilombo foi uma forma de luta do trabalhador escravizado contra a escravidão.

Desta forma, os anos de 1980 e 1990 foram marcados pelos paradigmas que intercalaram a perspectiva culturalista e a influência do marxismo. Neste período, há a renovação da discussão uma vez que há uma desistência em buscar as “sobrevivências africanas”.

Neste ínterim, o conceito de quilombola aparece no artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988. Além disso, a problemática quilombola adquiriu nova força no cenário nacional com a expedição do Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, através do qual foi regulamentado, sob o pálio de critérios de autoatribuição, o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos de que trata o Art. 68 dos ADCT. Portanto, para continuarmos, é salutar a explicação do processo de criação do artigo 68 na época da Constituinte de 1988.

A construção do artigo 68 dos ADCT

Inicialmente, é importante destacar que não houve registro de emendas populares para subsidiar a feitura do artigo 68 dos ADCT. Inclusive, Fiabani (2008) destaca que a ausência do movimento negro se deveu à questão fundiária não ter entrado nas discussões deste movimento na época da Constituinte de 1988.

Porém, Souza (2013) contesta esta tese, demonstrando que houve duas sugestões que impactaram a construção da política para o quilombola. Uma delas foi consequência do ciclo de debates do Centro de Estudos Afro-brasileiros, já a outra proposta foi da parlamentar Benedita da Silva, ambas em 1987.

A instalação da Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 se deu em 1º de fevereiro de 1987. E para que possamos, por meio do método histórico¹, entender a construção do referido artigo, é preciso descrever em quais condições o mesmo fora elaborado. Para isso, faz-se necessário destacar que os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte foram divididos em oito comissões temáticas que, por sua vez, subdividiram cada comissão em três subcomissões. Desta feita, a construção da política relativa ao negro se deu na Comissão da Ordem Social, localizando-se mais especificamente na Subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias.

Dois meses após a instalação da Assembleia Nacional Constituinte já houve a discussão sobre o tema quilombola, com as propostas do Centro de Estudos Afro-brasileiros (Sugestão nº 2.886, publicada no Diário Oficial de 09 de maio de 1987) e também de Benedita da Silva (Sugestão nº 9.015, publicada no Diário Oficial de 29 de maio de 1987).

No anteprojeto do relator da Subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias, o tema quilombola foi tratado no artigo 7º, com a redação: “O Estado garantirá o título de propriedade definitiva das terras ocupadas pelas comunidades negras remanescentes dos Quilombos”. E esta redação seguiu sem alteração para análise da Comissão da Ordem Social. Ao chegar à comissão, teve um substitutivo do relator, modificando o seu texto para: “fica declarada a propriedade definitiva das terras ocupadas pelas comunidades negras remanescentes dos quilombos, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Posteriormente, foi acrescentado ao final desta redação o seguinte: “Ficam tombadas essas terras bem como todos os documentos referentes à história dos quilombos no Brasil”. Logo após, a Comissão de Sistematização, a quem coube sistematizar os dispositivos aprovados pelas Comissões Temáticas, elaborou o projeto de constituição e o artigo sobre quilombolas ficou no possível artigo 490 do esboço de Constituição Federal. Este foi o momento em que o projeto de artigo sobre quilombola foi mais atacado. Nesta ocasião, os contrários ao artigo 490 alegaram, por exemplo, que caso fosse aprovado este artigo, seria a criação de um *apartheid* no ordenamento brasileiro, ou seja, seria discriminatório (projeto apresentado pelo parlamentar Eliel Rodrigues do estado do Pará). Mas, após

1 No caso em tela, fizemos, por meio de pesquisas no site da Câmara dos Deputados, uma análise dos anais e diários da Assembleia Nacional da Constituinte de 1988 no que se refere à construção do artigo 68 do ADCT.

essas discussões, a comissão, certamente também influenciada pelo centenário da abolição no Brasil, resolveu acatar o dispositivo relativo ao direito de propriedade dos quilombolas, porém o deslocando para o ADCT, e foi retirada a parte relacionada ao tombamento para o corpo constitucional. Surgindo, assim, o artigo 68 do ADCT com o seguinte texto: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”

Logo, aparece a dúvida: por que houve o deslocamento do direito de propriedade quilombola para o ADCT? Isto devido ao ADCT ser o local para que constem normas que após serem implementadas tenham a sua eficácia exaurida (normas que já atingiram a produção dos seus efeitos) e também para normas que tiveram a função de serem utilizadas na transição entre a Constituição de 1967 e a de 1988.

Para Leite (2000), a razão desta localização no texto constitucional se deveu pelo fato de muitos parlamentares imaginarem que terras quilombolas eram casos raros, tais como o caso do Quilombo de Palmares.

No mesmo sentido, Fiabani (2008) ressalta que os parlamentares pensaram que apenas restavam poucas comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, o que não necessitaria manter no corpo constitucional permanente logo após ser resolvido o problema fundiário dos quilombolas. Inclusive, retrata que a historiografia da época vislumbrava apenas o conceito de quilombo antigo, considerando quilombolas como comunidades de cativos fugidos. A noção de quilombos contemporâneos (comunidades negras em geral agrupadas num território) fora criada apenas em 1990.

As políticas públicas focadas nos quilombolas

As políticas públicas focadas nos quilombolas são norteadas por ações afirmativas específicas e somente a partir dos anos 2000 começaram a ser aplicadas no Brasil, por meio da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), Programa Brasil Quilombola e também da criação da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR).

Contudo, ainda existem muitos empecilhos para a efetivação de direitos quilombolas, tais como a burocracia institucional, a falta de recursos humanos especializados (por exemplo, antropólogos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)), localizados em comunidades tradicionais, acesso a informações pela população quilombola, dificuldade de infraestrutura, serviços públicos basilares de baixa qualidade, terras quilombolas em litígio de posse com latifundiários ou até mesmo com o interesse do governo, entre outros.

Mas, vamos iniciar esta parte falando das evoluções que a população quilombola teve a partir do início do século XXI. Uma das mais importantes foi a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em março de 2003, que teve status de ministério,

sendo um órgão que presta assessoramento ao Presidente da República, com o fulcro de coordenar políticas para proteção dos direitos dos indivíduos e grupos raciais e étnicos, principalmente a população negra, que fora vítima de discriminação e também de diversas formas de intolerância. Esta secretaria também articulava e promovia, junto com outros ministérios, iniciativas com o objetivo de mitigar a desigualdade racial.

Vale destacar que em outubro de 2015, com as reformas ministeriais, houve a absorção da SEPPIR a outras secretarias – das Mulheres e dos Direitos Humanos – formando o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, o que veio a enfraquecer a luta da categoria quilombola.

Outro marco histórico na construção de políticas públicas para os quilombolas deu-se em novembro de 2003, por meio do Decreto Federal 4886/2003, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), cujo objetivo central é a redução das desigualdades étnicas no contexto brasileiro, mormente a população negra, por meio de programas e projetos a serem executados a longo, médio e curto prazo. Estão previstos nesta política nacional os seguintes princípios de gestão: a) transversalidade, em que há a participação de vários órgãos na execução e gestão das ações para combater as desigualdades raciais; b) gestão descentralizada, em que se busca articular os entes federativos; c) gestão democrática, por meio do diálogo com a sociedade civil participante da luta quilombola.

Em março de 2004, foi criado o Programa Brasil Quilombola (PBQ), já em 2007, o Decreto Federal 6.261/2007, que trata da agenda social no âmbito do PBQ. Este trata de ações de um comitê gestor envolvendo 11 ministérios sob a coordenação da SEPPIR. Este Programa tem 04 eixos temáticos: a) acesso à terra; b) infraestrutura e qualidade de vida; c) desenvolvimento local e inclusão produtiva; d) direitos e cidadania.

Em 2007, foi criada mais uma política para a concretização dos direitos quilombolas, através do Decreto Federal 6.040. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais tem foco na promoção do desenvolvimento sustentável com ênfase na garantia de direitos territoriais, sociais, ambientais, culturais e econômico, buscando a valorização da identidade dos povos.

Também em 2007 houve o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola (PAC Quilombola) com a finalidade de melhorar o acesso à educação, saúde, infraestrutura, por meio de edificação de estradas, abastecimento de água e também a regularização fundiária.

Há também a Portaria 98/2007 da Fundação Cultural Palmares, que regulamenta o procedimento de certificação das comunidades quilombolas, além da Instrução Normativa 57/2009 do INCRA que, por sua vez, prevê o procedimento para identificação, delimitação, demarcação, desintrusão e titulação das terras quilombolas.

Outra legislação que repercute para os quilombolas é a Lei 12.288/2010, que se refere ao Estatuto da Igualdade Racial.

Dialogando com o Programa Brasil Quilombola

Cabe iniciar este tópico ressaltando que as ações em relação ao tema quilombola só adentraram para o plano plurianual² em 2004-2007 e isto se deu devido à construção do PBQ, em 2004, que tem por finalidade a efetividade de políticas públicas para as comunidades quilombolas no âmbito do território brasileiro.

No plano plurianual de 2012-2015, a questão quilombola também se fez presente através da rubrica “enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial”. E esta inclusão no Plano Plurianual é de suma importância por permitir a previsão de parcela orçamentária para ações, monitoramento e avaliações de políticas para as comunidades quilombolas.

Vale ressaltar que a efetivação do PBQ também dialoga com o Programa Brasil sem Misérias à medida que, conforme Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas, 2013, do SEPPPIR, 74,73% das famílias quilombolas estão abaixo da linha da extrema pobreza.

É interessante ser feito um estudo sobre o nível de execução do Programa Brasil Quilombola sob o olhar dos 4 eixos temáticos deste programa. O primeiro eixo, acesso à terra, é aquele que se preocupa com a execução e também monitoramento dos procedimentos relacionados à regularização das terras onde estão imersas as comunidades quilombolas, ou seja, acompanhamento do processo, desde a certificação como comunidade quilombola, até a devida titulação. Inclusive, a concretização do direito fundamental da comunidade quilombola à terra coletiva é extremamente burocrática. Ocorre uma contradição para comunidades que têm, em geral, um baixo grau educacional e ao mesmo tempo têm dificuldades no acesso ao judiciário por meio da Defensoria Pública, haja vista que tem um déficit de defensores públicos. Além disso, a regularização fundiária envolve diálogo com vários setores públicos, pois o desenvolvimento da política agrária no Brasil está a cargo do Ministério de Desenvolvimento Agrário, através do INCRA, havendo também o acompanhamento da SEPPPIR e da Fundação Cultural Palmares (FCP).

Há uma baixa quantidade de certificações concedidas para as comunidades quilombolas se comparado com as comunidades existentes. De acordo com o Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas da SEPPPIR (2013), foram certificadas pela FCP, até 2013, apenas 2040 comunidades quilombolas. Já quando se fala em titulação, o número ainda é mais modesto, pois, até 2013, apenas 207 comunidades quilombolas tinham sido tituladas pelo INCRA.

Isso demonstra que apesar de a titulação dos territórios quilombolas ser a base para a existência dos outros três eixos do PBQ – já que ele consolida o passo fundamental da comunidade ser reconhecida juridicamente como tal e ser concedido o seu direito de acesso à terra para que haja a continuidade da sua cultura e identidade – ainda é o eixo onde há a efetivação mais baixa das políticas públicas para os quilombolas.

³ O Plano Plurianual é um plano de médio prazo (previsto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988) que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal ao longo de um período de quatro anos.

Já no segundo eixo, infraestrutura e qualidade de vida, busca-se materializar obras de infraestrutura para as comunidades quilombolas, tais como eletricidade, saneamento, habitação e comunicação. Além disso, neste eixo foca-se também a efetivação de políticas sociais, como educação, saúde e assistência social.

No setor de eletricidade, podemos destacar o Programa Luz para Todos (PLPT), que é um dos programas afeitos aos quilombolas, foi criado pelo Governo Federal visando levar energia elétrica para a população do meio rural, seja ela com ou sem recursos financeiros, de forma gratuita.

O PLPT foi lançado em novembro de 2003 com o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país. A meta era levar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008, tendo sido atingida em maio de 2009. Em 2012, segundo dados da SEPPIR (Relatórios de gestão da SEPPIR 2012 e 2013), 26.345 domicílios em comunidades quilombolas foram alcançados pelo PLPT.

Já em relação ao saneamento nas comunidades quilombolas, percebe-se que os recursos investidos em comunidades quilombolas ainda são baixos, se comparados com a quantidade de comunidades já certificadas e em processo de certificação.

O órgão federal competente, no que se refere ao saneamento de comunidades quilombolas, é a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e segundo a SEPPIR (2013), no PPA 2012-2015 há o objetivo de implantar obras de saneamento em 375 comunidades quilombolas, o que é uma pretensão muito abaixo do esperado para um Plano Plurianual que planeja os recursos para 04 anos.

Junto a isto, há um programa, o “Água para todos”, que foca na construção de cisternas para recolhimento de água de chuvas no semiárido. Este programa conta com a gestão e execução da FUNASA, MDS e Ministério da Integração Nacional (MIN).

A política de habitação para os quilombolas busca ser concretizada por meio de um programa que é bastante amplo – não sendo específico para as comunidades quilombolas – que é o Programa Nacional de Habitação Rural, que integra o Programa Minha Casa Minha Vida, que serve para auxiliar comunidades indígenas, quilombolas e de trabalhadores rurais, tais como agricultores e pescadores. Porém, devido à burocracia, para se receber esses recursos específicos, esse programa vem alcançando poucas famílias quilombolas. Segundo dados da Caixa Econômica Federal, até 2014, tinham sido beneficiadas apenas 1700 famílias quilombolas.

Além disso, o número de unidades habitacionais ainda é muito baixo em comunidades quilombolas, o que demonstra a necessidade de ser construída uma política habitacional específica para os quilombolas, que inclusive respeite a sua cultura e a sua identidade (SEPPIR, 2013).

Outra discussão importante relaciona-se à questão da ampliação das comunicações para os quilombolas, por exemplo, através da inclusão digital. Assim, cabem algumas considerações. Entendemos que a inclusão digital também pode ser um propiciador da melhoria das condições

de vida dos indivíduos, possibilitando uma redução das desigualdades sociais. Porém, para que haja esta inclusão, precisa necessariamente se ter uma melhoria educacional dos quilombolas, que permita que os indivíduos tenham capacidade para serem cidadãos ativos na sociedade informacional.⁴

Há autores, como Assumpção e Mori (2006), que defendem que a inclusão digital é propiciadora da inclusão social, o que melhoraria as condições de comunidades antes isoladas. Contudo, na verdade, a inclusão digital ainda não promoveu esta inclusão social, e sim uma acentuação das desigualdades sociais, ou seja, está aumentando o abismo entre ricos e pobres, pois apenas o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) não foi suficiente para melhorar as condições de vida das classes mais pobres.

Temos que lembrar que a falta de acesso às informações disponibilizadas pelas TICs aumenta o fosso (*gap*) entre os cidadãos que tiveram acesso à informação e aqueles que foram excluídos deste acesso. Desta forma, a exclusão digital afeta diretamente a inclusão social, ou seja, falar em inclusão digital é falar em cidadania, em igualdade entre os indivíduos.

Neste sentido, há a necessidade do desenvolvimento da capacidade cognitiva para que os indivíduos possam processar as informações de forma que sejam estimuladores da melhoria de vida dos indivíduos, ou seja, sejam cidadãos ativos e críticos na sociedade em redes.

Como lembra Pinheiro (2007), a inclusão digital não deve ser entendida apenas como acesso às TICs, à rede, a jogos. Além disso, o indivíduo não deve se restringir a somente localizar a informação, deve sim ser capaz de entender a informação, avaliá-la e usá-la, proporcionando o autoaprendizado.

Já Silva Filho (2003) ressalta que a inclusão digital envolve três pilares, que são as TICs, a renda e a educação. Isto porque mesmo que haja o acesso à renda, faz-se necessário o pilar da educação, pois apenas o acesso à renda e às TICs não será propiciador de uma boa funcionalidade da informação.

Portanto, apenas conceder acesso a baixo custo de computadores às pessoas não é inclusão digital, é necessário também ensiná-los a utilizar estas ferramentas digitais de forma eficaz, maximizando as informações acessadas e sendo um sujeito crítico ativo destas informações colhidas nas TICs.

O terceiro eixo do PBQ é a inclusão produtiva e desenvolvimento local. Neste, objetiva-se o estímulo ao desenvolvimento produtivo local e geração da independência econômica das comunidades quilombolas, respeitando-se a sua cultura e recursos naturais envolvidos nos seus territórios.

Um programa que se relaciona a este eixo é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), servindo para financiar projetos individuais ou coletivos,

⁴ Essa melhoria educacional que defendemos não é a defesa da teoria do capital humano, pois entendemos que não é por meio da educação que haverá a capacitação para o trabalho, e sim que a melhoria educacional provocará uma maior socialização de informações importantes nessa nova perspectiva de sociedade - a cibersociedade.

que possibilitem a geração de renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais. Será considerado crédito coletivo quando formalizado por grupo de produtores para finalidades coletivas.

O agricultor terá que transcorrer alguns passos para ter acesso a este programa, em que o primeiro passo é um diálogo com a família em relação à identificação da carência do crédito, se será para custear a safra ou atividade agroindustrial ou para que haja investimentos para aquisição de máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

Posteriormente, após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), como a Emater, para obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o INCRA ou a Unidade Técnica Estadual (UTE).

Cabe salientar que o agricultor deverá estar com o Cadastro de Pessoa Física (CPF) regularizado e livre de dívidas. As condições de acesso ao Crédito PRONAF, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho. Porém, há alguns empecilhos para a concretização do PRONAF em comunidades quilombolas. Inicialmente, cabe lembrar a dificuldade de acesso às informações relacionadas a este programa. Seria interessante haver a participação governamental e também da sociedade civil no sentido de estimular a divulgação e capacitar esta população (onde existe uma alta de taxa de analfabetismo) para entender o programa. Outro grande problema relaciona-se à documentação, pois muitos destes quilombolas não tiveram acesso aos seus documentos básicos, tais como identidade (RG) e CPF.

Assim, precisa haver a desconstrução destes obstáculos e a construção de pontes que interliguem o acesso ao PRONAF. Desta feita, precisa o INCRA ir até essas comunidades quilombolas para facilitar a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

O quarto eixo do PBQ é direitos e cidadania, em que se procura estimular a participação dos variados órgãos públicos e também da sociedade civil organizada de forma a se ter a presença e voz ativa dos representantes das comunidades quilombolas nos conselhos locais, regionais ou nacionais de políticas públicas focadas nas comunidades quilombolas, fomentando a construção de políticas públicas para os quilombolas de forma participativa, principalmente, com a participação ativa dos quilombolas. É no contexto deste eixo, por meio da efetivação das políticas sociais de educação, saúde e assistência social, que haveria o fortalecimento dos direitos e da cidadania quilombola.

Considerações Finais

Trabalhar com os quilombolas é entender a diversidade étnica da população brasileira, é promover um diálogo entre o passado de luta com uma sociedade escravocrata, mas também é saber que ainda há uma luta fervilhando contra uma sociedade individualista gestada no seio do capitalismo, onde o modo de vida e cultura quilombola conflita com os interesses hegemônicos (tais como, os interesses de latifundiários), cuja burocracia na titulação ratifica mais ainda a história de opressão aos negros.

Entendemos que os direitos não serão completamente efetivados para os quilombolas se eles próprios não tiverem organizados e forem capazes de entender estes direitos, pois a conquista e efetivação dos direitos se dão por meio das lutas sociais, e estas dependem da capacidade da comunidade ter voz ativa perante uma sociedade que é preconceituosa e discriminatória, muito marcada pela “cultura branca”.

No que se refere às políticas públicas focadas na população quilombola, destacamos que programas como o PBQ, que tem por objetivo concretizar políticas públicas específicas para estas comunidades, não vem alcançando as peculiaridades de cada comunidade.

Neste sentido, urge a concretização do direito fundamental à terra (política mais ampla e basilar para todas as comunidades quilombolas), pois as relações que os quilombolas têm com as terras de habitação e/ou cultivo são cruciais para a construção da própria cidadania quilombola. Assim, defendemos que, a partir da introdução do artigo 68 do ADCT à Constituição Federal de 1988, foi assegurado o direito à terra para os quilombolas. Portanto, a regularização fundiária definitiva é o caminho para construção da cidadania desse grupo, pois permitirá que haja uma segurança jurídica para os quilombolas, caso seja pensada concomitantemente com políticas públicas específicas para esta população.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV; ABA, 2002.
- ARRUTI, José Maurício Andion. Quilombos. In: _____. **Raça: perspectivas antropológicas**. ABA, Ed. Unicamp, EDUFBA, 2008.
- ASSUMPÇÃO, Rodrigo; MORI, Cristina. **Inclusão digital: discursos, práticas e um longo caminho a percorrer**. 2006. Disponível em: <<http://www.inclusaodigital.gov.br/noticia/inclusao-digitaldiscursos-praticas-e-um-longo-caminho-a-percorrer>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- BARLEU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1974.
- BENJAMIN, Walter; TIEDEMANN, Rolf; SCHWEPPENHAUSER, Hermann. **Gesammelte Schriften**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.
- CARNEIRO, Édison. **Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difel, 1966.
- ENNES, Ernesto. **As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história**. São Paulo: CEN, 1938.
- FIABINI, Adelmir. **Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil 1988-2008**. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2008.
- FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. Porto Alegre: Movimento, 1973.
- FREITAS, Mário Martins de. **Reino negro de Palmares**. Rio de Janeiro: Americana, 1954.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. **Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Ícone, 1988.
- HANDELMANN, Heinrich. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1982.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos do Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, 2000. n. 2, Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Lisboa, p. 333-354
- LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão**. Rio de Janeiro: Leitura S. A, 1968.
- MAESTRI, Mário. **Breve história da escravidão**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas** São Paulo: Zumbi, 1959.
- NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.
- PÉRET, Benjamin. **O quilombo dos Palmares?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Observatório da inclusão digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão**. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. In: VIII ENANCIB. **Anais...** Salvador: 2007.
- RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
- REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: CEN, 1905.
- SCISINIO, Alaôr Eduardo. **Escravidão e a saga de Manuel Congo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988.
- SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPPPIR. **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas 2013**. Disponível em: <<http://www.sepppir.gov.br/arquivos-pdf/guia-pbq>> Acesso em: 09 ago. 2015.
- SILVA FILHO, Antonio Mendes da. Os três pilares da inclusão digital. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 3, n. 24, Maio 2003.
- SIMONSEN, Mário Henrique. **Legitimidade da Monarquia no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1970.
- SOUZA, Rodrigo Gonçalves de. **Luta por reconhecimento e processo legislativo: a participação das comunidades remanescentes de quilombos na formação do art. 68 do ADCT**. 2013. 265 f. Dissertação (Mestrado em Direito)— Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

Recebido em 10/02/2016

Aceito em 31/12/2016

MEMÓRIA ETNOTERRITORIAL EM ECLOSÕES DE QUILOMBOS NA AMAZÔNIA CENTRAL

ETNOTERRITORIAL MEMORY IN EMERGENCY MAROONS IN CENTRAL AMAZON

João Marinho da Rocha*
Renan Albuquerque**

Resumo

O objetivo foi refletir sobre mecanismos criados e acionados em processos de luta por reconhecimento no território quilombo na Amazônia Central. Considerou-se a memória étnica e territorial a partir de narrativas de lideranças quilombolas sobre o contexto de luta por reconhecimento. Notou-se vinculação entre memória étnica e territorial para a construção de identidades e territorialidades no Andirá. Como em demais locais da Amazônia, tais memórias foram positivadas e politizadas, adequando-se a interesses de indivíduos autodeclarados.

Palavras-chave: Memória étnica. Memória territorial. Emergência quilombola. Amazônia.

Abstract

The aim was to encourage reflection on mechanisms created and driven by people in struggle for recognition process in the territory quilombo in the Central Amazon. The article pays attention to the ethnic and territorial memory from quilombo leaders of narratives about the struggle for recognition of context. Analyzes show strong link between ethnic and territorial memory for the construction of specific identities and territoriality. It demonstrates that as in other parts of the Amazon, such memories were positivities and politicized, adapting to the current interests of social subjects self now being understood as subjects of rights.

Keywords: Ethnic memory. Territorial memory. Quilombo urgency. Amazon.

Introdução

Buscou-se compreender processos e formas de conhecimentos criados e efetivados por pessoas do rio Andirá, quilombo Matupiri, município de Barreirinha, estado do Amazonas, divisa com o Pará, na Amazônia Central. Elas passaram a acionar a autodeclaração étnica como remanescentes quilombolas e assim foram reconhecidas em 2013 pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura. A Fundação Palmares, via Portaria Nº 176, de 24 de outubro de 2013, registrou no Livro de Cadastro Geral nº 16 e certificou, segundo o processo em

* Professor de História da Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins (UEA/CESP). Doutorando do Programa de pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA/UFAM/ICSEZ).

** Professor Adjunto III da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Pós-doutorado em Antropologia pela PUC-SP (2017). E-mail: renanalbuquerque@hotmail.com.

tramitação junto à Fundação, que as comunidades de Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Santa Tereza do Matupiri e Trindade se definiam por histórico de vida como remanescentes de quilombo¹.

O foco para se compreender como o grupo étnico do rio Andirá se compôs no âmbito de sua identificação ocorreu a partir de inferências acerca da presença da memória territorial e simbólica (POLLAK, 1992; ARRUTI, 2006; DELGADO, 2003) nos processos de emergência étnica quilombola no rio Andirá. Atrelada a lembranças construídas sobre o cativo, pretendeu-se supor que memorialidades se entrecruzaram em função de cotidianos comuns e incidiram na dinâmica formativa do processo de autodeclaração. Durante esse processo de emergência, comunidades quilombolas do Andirá aos poucos passaram a semantizar imaterialidades por novos vieses e práticas socioculturais e atribuir variados sentidos e significados à ancestralidade requerida.

Além de indicarem elementos diacríticos que os remeteram a experiências de mundos do trabalho escravo na Amazônia, no Andirá a construção da memória do cativo, baseada em memórias coletivas, tendeu a perpassar por sistematizações e seleções de elementos materializados via atividades cotidianas e especialmente nas festas (GUERREIRO e ROCHA, 2013). Esforços em compreender como o Matupiri se concebe/concebeu, se autoidentifica/autoidentificou quilombola, tenderam a passar antes de tudo pela percepção de dinâmicas e formas de conhecimentos das pessoas acionadas no percurso. Uma das entradas para o desafio se fez pelo viés das manifestações socioculturais, segundo análise de festas populares ali organizadas. As possibilidades, entendidas enquanto atos ou práticas socioculturais auxiliares da caracterização de historicidades relacionadas a comunidades amazônicas (ID., *op. cit.*), puderam ser identificadas porque representam espaços simbólicos de materialização da memória coletiva do cativo, a qual indica associações à escravidão na Amazônia.

Eventos e atividades realizados em manifestações socioculturais que ajudaram a materializar a ancestralidade quilombola foram, por exemplo, i) festas de santo, ii) danças populares, iii) comidas típicas, iv) trabalhos tradicionais na agricultura familiar e v) artesanato. Também costumes laborais relacionados a protagonismos masculinos, a saber, no cultivo de grãos, fomentaram igualmente a constituição de um corpo organizado de pessoas em torno da questão da autodeclaração, concretizando auxílios de órgãos estatais no processo. Além disso, chamaram atenção papéis desempenhados em função da influência da memória oral em processos de constituição da identidade étnico-racial quilombola no rio Andirá.

A partir de observação sobre o despertar para a condição de “indivíduos de direitos” (MATTOS, 2006), estudou-se em que medida pessoas negras, residentes históricas do local, acessavam memórias do passado e isso as auxiliava na sustentação da luta por reconhecimento como remanescentes quilombolas. As memórias impulsionaram desempenhos importantes na construção de caminhos e estratégias que levaram comunitários a “dizerem-se e serem” (BRANDÃO, *et al.*, 2010) quilombolas no Andirá. Estratégias, por exemplo, de percepção sobre

1 Ver: Diário Oficial da União. Seção 1. Nº 208, sexta-feira, 25 de outubro de 2013.

a autodeclaração das pessoas do quilombo, foram marcadas por levantamento de reminiscências de velhos em cinco comunidades: São Pedro, Trindade, Boa Fé, Ituquara e Santa Tereza. Foram utilizadas as reminiscências com referência a implicações significativas de histórias coletivas (MATTOS, 2006), tendo em vista valorar e fortalecer a tradição oral das narrativas, as quais remeteram a passados de escravidão negra na Amazônia. Nesse passado, foi legitimada a luta e, por conseguinte, a titulação de terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2008).

A memória do cativo auxiliou na descrição de modos de ser e viver no território. A partir dela, projetaram-se considerações acerca de movimentos em torno da reorganização da vida das comunidades, que passaram a legitimar pontos específicos de representações imateriais, como a feitura de festas populares com a presença de danças de teor anímico, como a do gambá, a da onça-te-pegá, a do jaçanã e da garcinha. São correlações entre gentes e bichos que basearam indicações de sentidos multifacetados e perspectivistas às festas de santo.

Considerando o exposto, ressalta-se que estudos iniciados em 2013² junto a comunitários (mulheres lideranças da federação quilombola, lideranças comunitárias, agricultores, pescadores, professores, alunos) pautaram sistemáticas metodológicas. A História Oral (MEIHY, 2005; MEIHY & HOLANDA, 2011) embasou a proposta em razão da abordagem constituir-se de um conjunto de procedimentos, os quais sejam: i) estabelecimento de perfil do grupo dos entrevistáveis, ii) gravação em áudio ou vídeo e iii) transcrição de entrevistas, bem como iv) tratamento do produto escrito, v) autorização para uso por meio de carta de cessão de direitos e, por fim, vi) armazenamento e análise da documentação oral produzida (MEIHY, 2005). O procedimento de análise de conteúdo foi resguardado a duas categorias: i) ideias de conhecimento e ii) pertencimento a territórios tradicionalmente ocupados.

Análises indicam que memórias de cativo e concepções relacionadas a afetos territoriais auxiliaram no Andirá como suporte para organizar manifestações folclóricas, as quais passaram a ser ritualizadas nas comunidades em datas específicas e, com isso, constituíram-se em vivências de fortalecimento de memórias coletivas (ORTIZ, 2006) sobre experiências de escravidão no século XIX. Daí, notou-se que a partir de lembranças e realidades compartilhadas se poderiam acessar direitos coletivos e exigir tratamento como grupo étnico diferenciado no rio Andirá.

Memória e etnicidade

A existência humana em suas dimensões cultural e étnica decorre de memórias existentes sobre o passado articulada ao presente, o que pode ser entendido como dimensão de ancestralidade e necessariamente corresponde a tempo vivido e orientado por lembranças. Cabe destacar que tanto lembrança quanto esquecimento são constituintes da memória. Em se tratando de grupos tradicionais remanescentes de quilombos do Baixo Amazonas, a história

2 Três relatórios de pesquisas de Iniciação Científica (1 em 2013/2014 e 2 em 2014/2015); dois Trabalhos de conclusão de curso (artigos 2014 e 2015). Dois Projetos de Iniciação Científica em andamento (2015/2016), um projeto de mestrado (2015) e um de doutorado (2014) – ambos também em andamento.

oficial na região amazônica lhes resguardou a dimensão do esquecimento. Foram projetados espaços de invisibilidade a esses grupos sociais, o que implica negativamente no reconhecimento pela sociedade como um grupo étnico remanescente da escravidão.

Recuperar o passado individual e coletivo, por meio da memória como metodologia de análise, configura-se como um dos caminhos possíveis para a redescoberta dos processos de desenraizamento social e cultural, e, por conseguinte, para a redefinição dos projetos que articulam passado, presente e futuro (SILVA, 2001, p. 102).

A memória oferece suporte para lembranças de histórias de vida. Densamente povoada, é constituída por fatos marcantes e emocionalmente significativos, como a vida de uma comunidade ou de uma vila, ambas crivadas pela conjuntura de momentos sociais importantes. Os caminhos históricos, nesse sentido, possuem significados porque são repletos de acontecimentos constituídos de relacionamentos interpessoais entre aqueles que foram submetidos à condição de escravos. A memória, porquanto, oferece elementos para a compreensão da vida e contempla diferentes momentos repletos de simbolismo, seja na dimensão de conflitos, seja pela realização de cerimônias e rituais. Trata-se de um cotidiano, assim, repleto de sons de gentes, pássaros, peixes, animais de presa, predadores, casas e embarcações que indicam chegadas e partidas. Situações reveladas pela memória quando se recordam momentos do dia a dia não registrados em documentos escritos, mas que foram guardados na memória de quem viveu e interpretou tais sons.

Relatos do cotidiano revelam lugares e relações com eles, o que expressa amplo significado para grupos étnicos, seja em função de dimensões sagradas, seja em decorrência de acontecimentos sociais que marcaram atos de resistência ou fuga. Esses atos dificilmente são registrados por fontes oficiais, mas a coletividade não deixa de constituir significados coletivos a lugares e fatos (SILVA, 2001). Do cotidiano, são reveladas festas, produções, consumos, pescarias, caçadas, limpeza de roçado, atividades de plantio, procissões, arraiais, festas religiosas e trocas de produtos, entre demais atividades. São situações que pouco ganham registros, mas que são pautadas por memórias de realizadores e frequentadores.

A memória não parece possuir característica de individualidade somente. Ela pode depender de relacionamentos com família, classe social, escola, igreja, profissão; enfim, com grupos de convívio e grupos de referência peculiares a indivíduos (BOSI, 1994). Recorrer à memória corresponde à pressuposto fundamental para a constituição de histórias, principalmente das que envolvem acontecimentos relativos a povos tradicionais na Amazônia. “A história que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (BOSI, 2003, p. 15).

Entender a memória como experimento de nostalgia vem a ser exercício menos profícuo que promover a constituição de passados em razão de presentes dependendo de referências materiais e imateriais que possam causar estímulos a essa ação. Uma referência material são

objetos biográficos “(...) que envelhecem com os possuidores e possuem sentido e afeto (o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo, o mapa mundi dos viajantes...)” (ID., *op. cit.*, p. 26). Concernente a imaterialidades, na Amazônia, entre povos tradicionais, tais referências correspondem a árvores, terreiros, rios, igarapés, estradas, ramais, campos de futebol, comidas, festas dos santos, danças e crenças.

Pessoas que se entregam a essa sistemática de rememoração não praticam atos meramente objetivos. A memória, nesse âmbito, é trabalho que envolve subjetividade evocada dentro de uma relação simultânea entre presente-passado-presente. Memorialidades concernentes a contextos do bioma Amazônia correspondem, por suposto, a documentos de identidade, já que se atribuem significados, a partir delas, a existências de grupos étnicos. É uma relação social, dinâmica, confluyente no tempo e espaço. Ela se enraíza e se desenraíza em decorrência de que

[...] lembranças são frutos de uma atividade de reconstrução do vivido. Esse trabalho da memória conta com o suporte de imagens e ideias, valores e afetos vinculados a grupos sociais junto aos quais o memorialista experimenta algum sentimento de pertença. [...] Ainda assim, o apoio coletivo à memória é mais vigoroso quando envolve a presença sensível de antigos companheiros e suas marcas no entorno. A materialidade como que incrementa a presença do grupo em pensamento. A convivência entre antigos companheiros nutre a comunicação entre visões de mundo que se limitam, se conformam e se interpenetram (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 367).

As condições de enraizamento são vistas como meio pelo qual a memória se nutre e encontra mais condições de reprodução, em que os detalhes da vida e dos fatos vividos podem ser revisitados, rememorados com precisão, fortalecendo o sentimento de pertencimento, consagrando a existência histórica pelos elementos constituintes do processo de enraizamento, considerando heranças do passado, ritualizadas pelas orientações dos mais velhos sobre um ensinamento a respeito da vida e natureza, pela rememoração da terra cultivada pelos ancestrais, da casa por eles habitada.

Em outros termos, a participação da pessoa enraizada está assentada em meios onde recebe os princípios da vida moral, intelectual e espiritual que irão formar sua existência. Participação que pode vir do nascimento, da casa, da vizinhança, do trabalho, da cidade (FROCHTENGARTEN, 2005). A narrativa do passado não é, portanto, ato espontâneo porque decorre da lembrança de situações que afetaram grupos étnicos de modo a proporcionar o seu registro na memória de longa duração, o que corresponde a situações de grande impacto emocional, pois assim a memória torna-se capaz de registrá-los e armazená-lo para a vida.

A presença negra: da formação de quilombos às emergências quilombolas

A escravidão negra na Amazônia esteve envolvida em discussão historiográfica que tendeu a enfatizar o quantitativo de escravos trazidos para o bioma, que foi reduzido frente

a contingentes que aportaram em regiões Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil, e, portanto, “insignificante”, no comparativo geral. A insistência na temática auxiliou em dinâmicas de apaziguamento e interatividade acerca da integração do negro durante a colonização, deslocando debates sobre processos e complexidades da Amazônia dos séculos XIX e XX.

Quando se trata de escravidão na Amazônia, o mais comum é iniciar com uma ressalva. A maioria dos trabalhos assegura que o uso da escravidão negra foi pouco significativo na economia da amazônica do século XVII e primeira metade do século XVIII [...] agregando-se ainda a existência de uma abundante população indígena passível de engajamento na produção através de formas de trabalho compulsório (SAMPAIO, 2011, p. 15).

Sobre a “opção” historiográfica pelo reducionismo das questões negras na região amazônica, Sampaio (ID., 1997) identifica dois movimentos: o primeiro se atém às proporções numéricas de negros e, como isso, projetam-se impactos menores na economia regional, não tendo, por isso, assertiva relevância na discussão historiográfica sobre mão de obra. Integram esse movimento Pereira (1942) e Reis (1989), entre demais. Pela ótica, “os africanos não conheciam a região e nem a floresta e, por isso, [os colonos] preferiam os índios” (REIS, 1989, p. 134). Tais questões quantitativas, puramente econômicas, atreladas a anseios comparativos da *plantation* no Nordeste com o cativeiro fora dessa região, acabaram ensejando entendimentos que desconsideravam a sociocultura implicada na presença negra na Amazônia, ora verdadeiramente relevante, em especial no estado do Amazonas.

O segundo movimento historiográfico, pelo contrário, mostra realidades diferenciadas, ajudando a jogar por terra décadas de silenciamento sobre a presença africana no bioma do Norte. Fazem parte dele estudos de Marin (1999), Funes (1995), Bezerra Neto (2001 e 2009), Chambouleyron (2004 e 2006) e Acevedo e Castro (2004 e 2006), dentre outros. Os textos apontam caminhos para se notar o mundo da escravidão não apenas na perspectiva dos números evidenciados em baixas entradas de escravos quando comparadas a demais áreas monocultoras do país. Propõe-se (FUNES *apud* REIS e GOMES, 1996, pp. 440-47) que o escravo africano tenha encontrado na Amazônia meios de superar adversidades e adaptar-se à sociocultura nativa, tornando o cotidiano e a convivência suportável.

A mão de obra negra, mesmo em reduzida quantidade numérica se comparada a demais áreas de *plantation*, como se destaca por assertiva de Reis e Gomes (1996), além de ter sido fundamental para a economia da região definiu a construção posterior de comunidades rurais do leste amazonense, que em nenhum momento passaram a se identificar como negras ou inseridas na identidade afro-indígena ou afro-amazônica (ORTIZ, 2006). No entanto, modos de vida, usos e relações materiais e imateriais, além de manifestas expressões psicofísicas afro-ameríndias, bem como traduções comportamentais fincadas em animismos (de bois e pássaros), indicam esterilidade referente à discussão sobre a quantidade de negros na região amazônica. O que se atesta qualitativamente

é que foram criadas na Amazônia “florestas culturais”, que eram de fato espaços de domínio dos negros. Essas florestas, ainda no século XIX, concorriam fortemente para a formação de identidades e territorialidades específicas, mesmo à revelia de controles estatais locais.

Funes (1995), ao falar sobre o oeste paraense, afirma que os rios Curuá, Erepecuru e Trombetas acabaram também sendo os rios “dos pretos e das pretas”. Eram pontos de refúgio para quem percorria as margens do rio Amazonas, fugindo do trabalho forçado em fazendas de gado e lavouras de cacau de Santarém/PA, Óbidos/PA e Alenquer/PA na segunda metade do século XIX. As pessoas dos rios das pretas e dos pretos buscavam, em contatos com os nativos, os povos indígenas, caminhos alternativos para a construção de múltiplos espaços de liberdade e identidade, amocambando-se em lagos distantes ou acima de cachoeiras.

A presença de índios escondidos junto a contingentes de negros fugidos é descrita com frequência, em relatórios de chefes das províncias do Pará e do Amazonas do final do século XIX, formando comunidades interétnicas que dialogavam em razão de interesses comuns e histórias coletivas semelhantes (REIS e GOMES, ID., *op. cit.*). As comunidades remanescentes do rio Andirá tanto guardam na memória quanto materializam em seus modos de vida e suas sociabilidades as características ameríndias que compuseram processos históricos e identitários naquelas margens.

Exemplos podem ser destacados a partir da quantidade de casamentos interétnicos, entre negros e indígenas Sateré-Mawé, sem falar no folclore (brincadeira do jaçanã, da garcinha e do gambá) e em outras manifestações socioculturais híbridas (pastorinhas, bois-bumbás trinca-terra e coati), no sentido apresentado por Burke (2003). Essas manifestações constam nas cinco comunidades formadoras do Quilombo do Matupiri, nosso campo de estudo. Esse quilombo foi consolidado em razão de fugas estratégicas contra os espaços da escravidão, sendo que houve contextos e tempos propícios para as mesmas acontecerem.

O tempo privilegiado estava associado às “águas bravas” e às festas de santos. No primeiro caso, explica-se a oportunidade de fuga porque se elevava consideravelmente a possibilidade de locomoção por cabeceiras de rios, aproveitando-se de furos e paranás; no segundo, pela possibilidade de maiores contatos com outras pessoas em similar condição subalterna e que buscavam igualmente a construção de ambientes livres.

Tempo de festa, tempo de cheia, tempo da castanha – é esse o tempo da fuga. Os escravos buscavam o rio, à noite, em canoas, tomavam os furos, os igarapés, passando de um lago a outro. Pelos paranás varavam de um lado a outro do rio. Adentravam pelo Amazonas, subiam para a cabeceira de seus afluentes da margem esquerda, onde se estabeleciam acima das primeiras corredeiras e cachoeiras, as “águas bravas” (FUNES, 1996, p. 474).

Em resumo, cabe ponderar, resgatando o disposto anteriormente, que no bioma não faz sentido interpretar a presença negra pelo viés da quantidade numérica. Implica dizer, nessa linha interpretativa, que interessam mais os múltiplos significados e a profundidade da presença

negra na região, principalmente considerando como se articularam territórios e universos simbólicos concernentes a liberdades e imaginários específicos. Foi nesse sentido, portanto, que se pretendeu seguir.

Apontamentos para a visibilidade da presença negra na Amazônia

Interessou refletir nos tópicos que seguem acerca de compreensões sobre a questão negra na Amazônia, buscando sublinhar processos qualitativos. Foram almejadas análises relacionadas a memórias orais amazônicas – como as que falam do Matupiri e se ligam a um contexto nacional de reivindicação por território e identidade quilombola nessa região, localizada no município de Barreirinha, extremo leste no Amazonas, na fronteira com o estado do Pará. Além de serem grupos fortemente atingidos em situações de experimentos de desenvolvimento regional no bioma, ainda hoje possuem histórico de enfrentamento a situações adversas ao longo do século XX (SILVA, 2004).

Procurou-se apontar potencialidades de utilização da memória territorial ancorada a recordações ancestrais por parte de pessoas do quilombo do Matupiri, para especificar lugares de memória ligados à terra tradicionalmente ocupada (ALMEIDA, 2008b). Tais memórias são utilizadas para promover ligações desejadas, como a memória étnica do cativo, e com isso positivar identidades que podem viabilizar processos atuais de emergência étnica quilombola. Sobre o tema, destacam-se subjetividades relacionadas a memórias orais presentes em comunidades negras rurais do Baixo Amazonas. Nesse aspecto, merecem atenção estudos de Furnes (1995) e Reis e Gomes (1996), que lançam luz à problemática no contexto dos municípios de Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Curuá e Santarém, no estado do Pará.

Os estudos apresentam diálogos produtivos entre arquivos cartoriais e paroquiais (confessionais), com múltiplas narrativas sobre modos de vida e formas de conhecimento. Para o âmbito do Amazonas, Sampaio (2011) analisa a escravidão negra no século XIX, com destaque para a cidade de Manaus. Engendram-se também dados de Siqueira (2012) e Farias Júnior (2003), em larga medida associados a pressupostos do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)³, que gerou resultados sobre comunidades do rio dos Pretos, em Novo Airão/AM, no Quilombo do Tambor. Nessas localidades, foram analisados processos sociais de reivindicação da identidade coletiva enquanto pessoas remanescentes de quilombo e frente a situações de conflito, ocasionadas pela implantação de uma unidade de conservação (UC) de proteção integral, o Parque Nacional do Jaú (Parna do Jaú).

Levantamentos substantivos sobre temática negra na Amazônia (FURNES, 1995; ACEVEDO e CASTRO, 1998, 2004; GOMES, 1999, 2005; FARIAS JÚNIOR, 2003) indicam

3 O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) tem como objetivo dar ensejo à auto cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Com o material produzido, tem-se não apenas conhecimento sobre o processo de ocupação de regiões, mas sobretudo nota-se ênfase em fortalecimentos de movimentos sociais. Para mais informações ver <http://novacartografiasocial.com/apresentação>.

caminhos que levam à superação de discussões acerca de quantitativos de escravos negros na região – estas tais por muito tempo impediram a avaliação de ricos processos construídos pela população afrodescendente. O suposto se deu especialmente a partir do século XIX, quando o Estado articulou de fato a entrada de mão de obra via Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, até comunidades negras rurais que reivindicavam sua identidade coletiva e territorialidade específica quilombola.

As comunidades referidas, atualmente, integraram-se em dinâmicas de luta por reconhecimento e, na conjuntura contemporânea, após observância de modos de vida, práticas socioculturais, processos e formas de conhecimentos dessas comunidades, nota-se que há pressupostos estabelecidos da relação delas com passados comuns, que são as experiências de seus avós e bisavós com a escravidão. Experiências que, longe de serem individualizadas, atravessaram gerações e se atualizaram hoje segundo múltiplas articulações da existência dos agentes sociais. Portanto, no presente, a autodeclaração de um grupo e a reivindicação de uma identidade étnica convergem para uma territorialidade que se materializa concretamente. Não é a origem geográfica que está em jogo; a problemática abrange a concepção primordial dos entes outrora escravizados.

Almeida (2008a) afirma que as famílias quilombolas do Matupiri, para assim serem reconhecidas, criaram mecanismos diversos de autoconsciência cultural e simbólica. A partir disso, buscaram se organizar, extrapolando muitos dos mecanismos tradicionalmente utilizados, a exemplo de sindicatos e cooperativas. Chegaram, porquanto, a evidenciar nessas buscas afirmativas identitárias fatores étnicos, religiosos, ambientais e de gênero. Compreenderam e declararam que sua identidade, como quilombolas do Andirá, não tinha significado pelo tamanho e número de membros em dado território, mas pela experiência vivida e segundo versões compartilhadas de trajetórias comuns e da continuidade enquanto grupo.

A emergência quilombola no rio Andirá

Em passados escravistas, executar fugas dentro da imensidão amazônica nunca significava ir diretamente para um quilombo e nele sentir-se em liberdade plena. Pessoas negras podiam circular pelos rios, se juntar, tanto com demais afrodescendentes libertos ou indígenas. Mas não se tratava de união objetiva e automática. O termo quilombo consistia exatamente de territórios onde se conseguiam desenvolver práticas cotidianas de resistência, sobretudo em razão da manutenção e reprodução dos modos de vida. A atividade era característica de dinâmicas de consolidação de espaços afetivos de liberdade (O'DWYER, 2002).

A partir da Constituição Brasileira de 1988, o termo quilombo, antes de uso quase restrito a historiadores e referido ao nosso passado como nação, adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que

estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro (ID., 2007, p. 43).

Assim como no século XIX, também hoje na Amazônia memórias de velhos fazem emergir lembranças relacionadas a crenças, atitudes, valores e ideologias no seio de comunidades de afrodescendentes com características típicas de espaços de liberdade e resistência. Nos casos já identificados no bioma, a retomada de histórias de formação social e o reconhecimento das origens africanas deu-se em concomitância a autodeclaração. Trata-se de uma articulação em torno de conjunturas de memórias étnicas e territoriais, mediante as quais se criam e acionam mecanismos legais, de Direito, referentes às áreas tradicionalmente ocupadas.

São territórios até então demarcados por práticas de uso comum, organizados em meio a áreas de uso coletivo, a lugares de cultivo de roça, a lagos e cabeceiras de rios patrimoniais, a imaginários cultuados por pais, avós, bisavós etc. Para a consolidação desses territórios, levantamento, identificação e descrição de afetividades, domínios, notificações sobre usos e simbologias locais, bem como registros subjetivos das coisas do entorno, fazem parte dos processos de construção de histórias que referenciam as comunidades remanescentes.

[...] Nós tivemos uma oficina de quatro dias. Nessa oficina, teve a oficina do mapeamento das áreas. Cada comunidade fez o seu mapa. Foi batido o GPS de todas as comunidades. Então, através desses mapeamentos e desse GPS foi que se chegou à conclusão de nós sermos reconhecidos (MARIA DE LOURDES, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO QUILOMBOLA DO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA, DEZEMBRO DE 2015).

Os procedimentos levados ao quilombo por agentes externos e efetivados em respeitoso diálogo com os saberes locais, pautados numa memória étnica, que conhece o território, muito influenciaram na dinâmica legal para o reconhecimento. Aliás, além do reconhecimento jurídico, há o reconhecimento como ente moral. Trata-se de uma luta não apenas por ganhos materiais, mas também pela cidadania (O'DWYER, 2002).

No movimento de mapear territórios a partir das memórias, evidenciam-se debates em torno de valores e significados da tradição, que necessariamente se fazem na articulação de semelhanças entre manifestações socioculturais envolvendo o passado e o presente. Para Almeida (2008b), o tradicional aparece vinculado a reivindicações atuais de diferentes movimentos sociais, o que afasta a preocupação com as origens e o isolamento cultural. Alerta-se, portanto, para a necessidade de analisar questões inerentes a conceitos como “tradição” e “identidade” à luz de Honneth (2003) e Kohlhepp (2002). Tanto porque eles reasentam associações desses conceitos a costume e hábito, apresentados por Weber (2004) e postos como atrelados a dinâmicas de invenção construídas a partir de situações sociais presentes.

Por esse entendimento, o tradicional, antes de aparecer como referência histórica remota, como aliás sempre o tomaram pesquisas estritamente históricas sobre a questão da presença negra na Amazônia, surge como reivindicação contemporânea e expectativa de direito involucrada em formas de autodefinição coletiva. Tradição, nesse contexto de reivindicação étnica, como a que ocorreu/ocorre no rio Andirá, nada tem a ver com permanências físicas e mais se atém a processos reais e agentes sociais que transformam dialeticamente suas práticas, indicando a existência de comunidades dinâmicas, orientadas por princípios em constantes transformações (ALMEIDA, 2008a).

Nessa percepção das situações sociais dos povos e comunidades tradicionais está a singularidade das lutas sociais na Amazônia, que vêm se apropriando e articulando a questões externas a elas apresentadas. O diferencial deste momento são as conjunturas relacionadas à capacidade que as comunidades passam a ter de positivar memórias, revivê-las de modo eficiente, tornando-se capazes de acessar direitos historicamente construídos e em verdade institucionalizados no presente, a exemplo da demarcação das territorialidades. Sobre esse contexto de reconhecimento de identidades e territorialidades específicas, construídas socialmente nas duas últimas décadas do século XX no país, são enumerados grupos sociais que se mobilizaram em torno da causa do reconhecimento territorial. Podem ser citados:

No início da década de 90 foram às chamadas “quebradeiras de coco babaçu” e os “quilombolas” que se colocaram na cena política constituída, consolidaram seus movimentos e articularam estratégias de defesa de seus territórios, juntamente com outros povos e comunidades tradicionais, tais como “castanheiros” e “ribeirinhos” [...] Além destes começaram a se consolidar no último lustro as denominadas “comunidades de fundos de pasto” e dos “faxinais”. Estes movimentos, tomados em seu conjunto, reivindicam o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais (ALMEIDA, 2002, p. 83).

As comunidades negras passaram a se articular em torno de elementos que as unissem na busca de acessar direitos. Para isso, acionaram entidades estatais. A questão legal se consolidou quando o decreto 4.887, de 20/11/2003, regulamentou o registro de remanescentes mediante autoidentificação da própria comunidade. Pelo documento, as comunidades, por sua vez, passaram a ser compreendidas como grupos étnicos segundo critérios de autoatribuição. Partindo-se da constitutiva legal, nos cinco primeiros anos da década passada, as comunidades negras formadoras de Santa Tereza do Matupiri, em Barreirinha/AM, iniciaram diálogos com entes externos mediante experiências de outras partes do país, especialmente do oeste paraense.

A luta por reconhecimento começou em 2005, quando teve a primeira pesquisa aqui dentro da comunidade. Veio uma professora, uma pesquisadora por nome Ana Felícia. Ela veio pesquisar aqui porque ela viu no histórico que existia negro no Amazonas, e aonde ela foi indicada, foi no Andirá. Ai, ela chegou aqui, conversou com o pessoal que foi contando que a gente tinha sangue de negro, porque o nosso princípio tinha vindo da África. Aí foi que começou a ter o levantamento da procura dos negros, né.

Aí, chegou à conclusão que hoje nós somos reconhecidos. Essa luta foi muito grande, tá sendo até hoje muito grande essa luta (MARIA DE LOURDES, AGRICULTORA, 53 ANOS, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE BARREIRINHA, DEZEMBRO DE 2015).

Além das ideias de pertencimento e reivindicação de ancestralidade para a população negra no rio Andirá, narrativas de Lourdes indicam compreensões para a existência de pessoas de fora da comunidade (ARRUTI, 2006) no processo de fomento à tomada de consciência daquelas comunidades afrodescendentes. Ao que parece, agentes exógenos contribuíram e indicaram possibilidades para se acionarem dinâmicas de luta por reconhecimento e as ofereceram a remanescentes quilombolas. Por conseguinte, os próprios tradicionais reestabeleceram, por meio de suas memórias, tempos e espaços que remontavam a territórios ancestrais, de antepassados, bem como aqueles atualmente reivindicados. Sobre esses mesmos territórios, olhados e apropriados de maneira diferenciada por coletivos passados e atuais, é bom ressaltar que

[...] nas sociedades tradicionais prevaleceria uma construção de territórios baseada em *áreas* ou *zonas* e nas sociedades modernas predominaria a construção de territórios onde o elemento dominante seriam as *redes* ou a geometria dos pontos e linhas. A preponderância da dimensão mais subjetiva e/ou simbólica de apropriação do espaço nas sociedades tradicionais cede lugar, nas sociedades modernas, à dimensão mais objetiva ou funcional de dominação do espaço (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 43).

Pelo aporte teórico em destaque, entende-se como complicada a tarefa de identificar, compreender e explicar em que medida são articulados exatamente variados elementos e se potencializam memórias étnicas e afetos dominiais acerca da região ocupada historicamente em Barreirinha/AM, assegurando a força política necessária a ser utilizada à serviço dos interesses dos reivindicantes. Todavia, como de fato se deu no caso de Santa Tereza do Matupiri/AM, comunidades quilombolas do Andirá, a partir de diálogos com agentes não locais e em consonância a contextos nacionais e regionais de luta por reconhecimento, conseguiram fomentar processos de estruturação da luta por domínios territoriais.

[...] nós fundamos uma federação pra fazer o mapeamento todinho dessa área aqui. Passamos três meses fazendo isso pra gente adquirir os conhecimentos que as pessoas antigas tinham (...) Depois, fizemos o resumo, onde tiramos as partes principais, e apresentamos (MARIA CREMILDA, 59 ANOS, PRIMEIRA PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO QUILOMBOLA, DEZEMBRO DE 2015).

Essa tentativa das lideranças comunitárias recém constituídas de buscar (re) construir territórios atuais e simbolismos relacionados a imaginários coletivos, por meio de uma memória de origem comum, relacionou-se a lembranças do cativo pautadas em narrativas de velhos e velhas das comunidades, tornados guardiões de memorialidades referentes à escravidão na Amazônia. O processo de construção dessas memórias do cativo no Andirá partiu, portanto,

de dada situação social dos reivindicantes enquanto grupo étnico que, a partir de então, ligou-se a passados em mundos de trabalho pautados na escravidão. Foram, por isso, rememoradas condições de conflito e necessidades do presente, as quais deram suporte a processos de construção coletiva de identidades e territorialidades quilombolas no Matupiri.

No percurso por reconhecimento perante o Estado, remanescentes quilombolas potencializam suas lutas “por meio da recuperação de narrativas de pais e avós, mas desenvolvendo novas interpretações. Nisso, práticas culturais do tempo do cativo foram transformadas em capital simbólico para a afirmação da identidade quilombola” (MATTOS, 2003, p. 53). A narrativa que segue retoma essa perspectiva, sobretudo por ter sido apresentada por um morador da comunidade. Ele destaca, entre suas experiências, a fidedignidade de um relato sobre ações ocorridas para a autodeclaração.

Pra mim ser quilombola é uma honra muito grande, né. Porque a gente verifica que na história os escravos, os antecedentes dessas pessoas que hoje vivem aqui, foram pessoas que contribuíram muito para a construção do nosso Brasil e a gente também hoje se orgulha disso, né: de a gente ser descendente dessas pessoas que contribuíram e hoje também estamos contribuindo pra isso. É um orgulho muito grande pra gente ser dessa raça, né. A gente poder contribuir também pra a melhoria não só da nossa comunidade, mas também do Brasil e do município (JEOVAN DA SILVA PEDRENO, 43 ANOS, QUILOMBOLA, JANEIRO DE 2016).

É sublinhada uma situação representativa da condição identitária dos quilombolas do Andirá, a partir da qual expressões de conhecimentos ocorrem na medida em que discursos se fortalecem e ganham concretude. A narrativa de campo ora sublinhada indica que a autodeclaração dessa pessoa, em particular, contribuiu para a ocorrência de processos coletivos de regulação após ações de engajamento, sendo positivada fortemente em razão de uma intenção comum e mútua – e não apenas individual. Essa intenção corroborou com planos de libertação de uma história do cativo, ponderada em razão de fluxos de informação educacional, como se nota na sequência da fala.

[...] A educação em relação à cultura afrodescendente ela ainda tá um pouco longe do que se espera, mas aos poucos vamos tentando introduzir algumas coisas. A gente vai introduzindo aos poucos esse conhecimento que nós sabemos também que eles não vão aprender de um dia para outro, né. Então nos vamos introduzindo essa cultura para eles, haja vista que eles já estavam acostumados em outro ritmo, outros costumes. Então, a partir do que foi decidido, que a comunidade deveria ser reconhecida como quilombola, então houve uma preocupação de que as pessoas deveriam aprender também essa cultura quilombola. Então, a partir daí, houve um processo de trabalho pra gente tentar resgatar a cultura e repassar pra nossas crianças (JEOVAN DA SILVA PEDRENO, 43 ANOS, QUILOMBOLA, JANEIRO DE 2016).

Planejamentos escolares, observa-se, estiveram no centro dos debates relacionados à libertação de corpos e mentes a partir de uma história do cativo na Amazônia, que não vem de

hoje e é claramente exemplificada na citação. Uma libertação clivada de violências e transgressões em momentos pretéritos, que sublinharam objeções referenciais em planos educativos, os quais tiveram de ser refeitos a partir de alusões a uma nova história. Essa necessidade de se refazer o passado, como se destacou, ou seja, de se recontar o vivido a partir de outros referenciais, de referenciais nativos, foi uma urgência aos quilombolas do Andirá. Urgência que também pareceu se cristalizar mediante a ação de tornar viva uma memória que marcou a vida de muitos negros fugidos de fazendas escravistas, formadores antigos de consciências coletivas para o presente.

Quanto à memória étnica e territorial em processos de emergência de quilombos do rio Andirá/Amazônia, atualmente as pessoas da região que não são negras autodeclaradas começaram a se remeter aos quilombolas de um modo imparcial, menos cerimonioso, com razoável normalidade e em tom de sobriedade. Humanizaram o tratamento aos quilombolas, aos pares por assim dizer. Isso aponta para uma naturalização da condição das pessoas negras autodeclaradas, o que é um amplo avanço. Antes, receber titulação de identidade, qualquer que fosse por parte do Estado, era ato de privilégio, até mesmo discriminatório. A própria população do entorno, sempre desconfiada com processos legais e burocráticos de governo, via com controvérsias a atividade. Hoje, a mudança é perceptível, para adultos e crianças.

Eu dou aula pra criança de segundo ano, que tem idade de oito anos. Eu converso com eles. Eles dizem assim: que pra eles foi bom, porque numa parte eles ficaram mais respeitados; antes, eles eram muito discriminados. Quando saíam pra jogar bola, quando saíam pra estudar, eles eram assim olhados com um olhar tão diferente, né, como se eles não fossem pessoas como qualquer outras. E hoje, depois desse reconhecimento, em todos os lugares que eles estão, eles são reconhecidos como quilombolas. Às vezes, não sei se por gracinha ou porque acharão bonito, né, tem pessoas que ainda falam “ah, fulano é quilombola!” Uns dizem, “são federal”, aí dizem, “ainda não somos federais, mas um dia vamos ser” (JANETE SANTOS, 39 ANOS, PROFESSORA DA COMUNIDADE, JANEIRO DE 2016).

Considerações

O texto almejou promover reflexão acerca dos diversos mecanismos criados e acionados por coletivos amazônicos em processos de luta por reconhecimento étnico e territorial como remanescentes de quilombo no rio Andirá, Barreirinha/AM. Buscou-se atentar para papéis referentes às lembranças sociais e históricas nesse percurso. Foram cotejadas memórias orais de lideranças quilombolas sobre o contexto da luta por reconhecimento e pesquisas realizadas em outras partes da Amazônia acerca da temática negra. Análises apontaram vinculação entre memória étnica e territorial para a construção de identidades e territorialidades específicas no Andirá. Sublinhou-se por reflexão que, como nas demais partes da Amazônia, tais memórias foram positivadas e politizadas, adequando-se a interesses atuais de afrodescendentes, estes agora autodeclarados pessoas de direitos, vinculadas a pressupostos de tradicionalismos.

Nessa trajetória, percebeu-se como negros do Andirá construíram histórias em função de memórias politizadas e cotidianamente materializadas no estabelecimento de uma identidade

étnica diferenciada, exigente de uma postura crítica de mundo, organizada com especificidade. Essa postura engloba novas formas de acesso e uso de recursos territoriais e simbolismos; e especialmente uma atenção especial à cultura que se materializa em imaginários, pautados segundo novas relações com o passado e o presente.

Referências

- ACEVEDO, Rosa e CASTRO, Edna. **Negros do Trombeta**: guardiões das matas e rios. Belém: Ed. Cejup/UFPA-NAEA, 1998.
- _____. **No caminho das pedras do abacatal**: experiência social de grupos negros no Pará. Belém: NAEA/UFPA, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. – 2.ª ed, Manaus: PPGSCA/Ufam, 2008a.
- _____. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 /Fundação Universidade do Amazonas, 2008b.
- _____. Os quilombos e as novas etnias. In: Eliane Cantarino O’Dwyer (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV e ABA, 2002.
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru, SP: EDUSC, 2006.
- BRANDÃO, André; DA DALT, Salete; GOUVEIA, Victor Hugo. **Comunidades quilombolas no Brasil**: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais. Niterói: EDUFF, 2010.
- BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora UNISSINOS, 2003.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa**: tempo, memória e identidades. História Oral, 6, 2003, p. 9-25.
- BOSI, Ecléa. **O Tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editora, 2003.
- _____. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FARIAS JÚNIOR, Emanuel de Almeida. **Do rio dos pretos ao quilombo do Tambor**. Manaus: UEA Edições, 2003.
- FUNES, Eurípedes A. Nasci nas matas, nunca tive senhor. História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FROCHTENGARTEN, Fernando. **A memória oral no mundo contemporâneo**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000300027&script=sci_arttext. Acesso em: julho de 06/10/15.
- GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (século XVII E XIX). São Paulo: UNESP, Ed. Polis, 2005.
- GOMES, Flávio. “Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira”. In: GOMES, Flávio (Org). **Nas terras do Cabo Norte**: fronteiras, colonização e escravidão da Guiana Brasileira (Séculos XVIII-XIX). Belém, Editora Universitária/UFPA, 1999.
- GUERREIRO, Ana Pantoja, ROCHA, J. M. **Cultura e Identidade quilombola no Matupiri**. Relatório de Pesquisa. Programa de Apoio à Iniciação Científica-PAIC/UEA/FAPEAM (2013-2014).
- HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Etc., espaço, tempo e crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**. 15 de Agosto de 2007, nº 2 (4), vol. 1.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003.

- KOHLHEPP, Gerard. “Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira.” **Estudos Avançados** - USP, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.
- MATTOS, Hebe. “Remanescentes das comunidades dos quilombos”: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 104-111. Dezembro/fevereiro 2005-2006.
- _____. **Terras de Quilombo**: cittyoyenneté, mémoire de la captivité et identité noire dans le Brésil contemporain. Cahiers du Brésil Contemporain, Paris, n. 53/54, 2013.
- MARIN, R. E. A. O lago dos Espelhos: antropologia do saber local, da cultura nacional, dos movimentos étnicos. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. abril, p. 194-196, 1999.
- MEIHY, José Carlos Sabe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Vértice, 2005.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- PEREIRA, Nunes Manoel. Ensaio de etnologia amazônica. **Detalhes**. Manaus: Imprensa Pública, 1942.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992, p. 200-212.
- REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. São Paulo: Itatiaia Editora, 1989.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SAMPAIO, Patrícia M. (org.). **O fim do silêncio**: presença negra na Amazônia. Belém: Açai / CNPq, 2011. 298 p.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A cultura na esteira do tempo**, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n3/a13v15n3.pdf>. Acesso em: 15/07/2014
- SILVA, Marilene Corrêa. **O país do Amazonas**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/Uninorte, 2004.
- SIQUEIRA, João. **Tambor dos pretos**: processos sociais e diferenciação étnica no rio Jaú, Amazonas. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense (UFF). Programa de pós-graduação em antropologia, 2012.
- WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel. (Org.). WEBER, Max. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2004 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

Recebido em 08/06/2016

Aceito em 11/10/2017

COMUNIDADES QUILOMBOLAS SOB A PERSPECTIVA DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

QUILOMBOLAS COMMUNITIES FROM THE PERSPECTIVE OF DEMOGRAPHIC TRANSITION

André Augusto Brandão*

Nilton Cesar dos Santos**

Amanda Lacerda Jorge***

Resumo

Este artigo objetiva discutir a configuração demográfica atual das comunidades quilombolas brasileiras em relação ao perfil da transição demográfica verificado para o conjunto da população nacional nas últimas décadas. Os dados que utilizamos para a composição deste estudo derivam dos censos demográficos nacionais e de uma pesquisa realizada em 2011 que coletou informações populacionais e socioeconômicas no conjunto das 9.191 famílias que habitavam as 169 comunidades quilombolas que até 2010 haviam obtido o título definitivo de propriedade de seus territórios. Com a análise comparada dos dados, foi possível identificar em que variáveis a população quilombola se afasta ou se aproxima do perfil demográfico nacional. Na conclusão mostramos que, se por um lado esta população específica ainda não completou o seu processo de transição demográfica, começa a apresentar fortes tendências nesta direção.

Palavras-chave: Quilombolas. Populações tradicionais. Transição demográfica. Perfil demográfico.

Abstract

This paper discusses the current demographic configuration of the quilombolas communities in relation to the profile of the demographic transition seen for the whole Brazilian population in recent decades. The data used for the composition of this study are from Brazilian Institute of Geography and Statistics and from a survey of 9.191 families of 169 residents quilombolas communities from 55 counties from 14 Brazilian states. With the comparative analysis of the data, it was possible to identify which variables the quilombola population moves away or approaches the national demographic profile. In conclusion we show that, if in one hand this specific population has not yet completed its demographic transition process, begins to exhibit strong tendencies in this direction.

Key words: Quilombolas. Traditional populations. Demographic transition. Demographic profile.

Introdução

Este artigo objetiva discutir a configuração demográfica das comunidades quilombolas brasileiras em relação ao perfil atual da população em geral, considerando que este último é

* Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)/ Brasil, doutor em Ciências Sociais pela UERJ/Brasil. E-mail: andre_brandao@id.uff.br.

** Doutor em Política Social pela UFF/Brasil e estatístico da Eletrobrás. E-mail: nilton.santos@eletrobras.com.

*** Doutora em Política Social pela UFF/Brasil e pesquisadora da DATAUFF. E-mail: amandalacerda@id.uff.br.

– pelo menos em tese – o resultado de um processo de transição demográfica em andamento no conjunto do país. Para tanto, faremos inicialmente uma breve caracterização do grupo social quilombola, que desde 1988 se tornou alvo da agenda do Estado brasileiro. Em seguida, apontaremos os elementos teóricos gerais que informam o debate sobre a transição demográfica, bem como nos apoiaremos na literatura especializada para mostrar o caminho que o país trilhou neste terreno. Somente após esta demarcação apresentaremos os dados demográficos nacionais e aqueles relativos especificamente à população quilombola.

Os dados secundários nacionais foram recolhidos principalmente nos censos demográficos. Já os dados referentes à população quilombola, derivam de pesquisa de base censitária, realizada em 2011, junto às 169 comunidades quilombolas que haviam, até 2010, recebido o título definitivo de propriedade coletiva de seu território. Nesta pesquisa, desenvolvida pelo Núcleo de Avaliação de Políticas Sociais da Universidade Federal Fluminense (DATAUFF), o objetivo era mapear o perfil socioeconômico das comunidades, sua configuração no campo da segurança alimentar e as características do acesso destas aos programas sociais (DATAUFF, 2012). Os dados coletados possibilitaram a produção de um banco de dados com informações demográficas robustas. Efetivamente, foram aplicados questionários socioeconômicos em 9.191 famílias quilombolas existentes nestas 169 comunidades, que estavam espalhadas por 55 municípios de 14 estados da federação.

Vale ressaltar que, para o conjunto da população, é possível estabelecer séries de dados. Já para as comunidades quilombolas, este procedimento não é possível, pois temos somente os resultados obtidos com a pesquisa de 2011, que representam a configuração demográfica do grupo naquele ano.

O debate acerca da caracterização das comunidades quilombolas?

Segundo informações da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Fundação Cultural Palmares (FCP) havia emitido até 2012, a certificação como “Quilombola” para 2.040 comunidades, 63,0% destas situadas no Nordeste do país (SEPPIR, 2012).

É importante frisar que as comunidades quilombolas têm ingresso na agenda das políticas públicas brasileiras a partir de 1988, mais especificamente quando estas são citadas na constituição federal e ganham com isto alguma visibilidade. Tais referências constitucionais aos quilombolas aparecem em dois momentos. No próprio corpo da Constituição, o parágrafo 5º do artigo 216 (“§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”) possui preocupação vinculada à preservação do patrimônio cultural nacional e dos bens materiais e imateriais que dizem respeito à identidade e memória dos grupos que formaram a sociedade brasileira. Já especificamente no Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias¹ (ADCT), o artigo 68 define: “Aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos definitivos”.

Após estas referências, ocorre de forma lenta e progressiva um movimento de incorporação deste segmento populacional à agenda do Estado nacional brasileiro. Em 1995 a primeira comunidade quilombola recebe a titulação de seu território². Mas somente em 2004 é criado um programa de corte social de base federal, diretamente voltado para este grupo.

Será o artigo 68 do ADCT que atrairá mais atenção no campo político, uma vez que se referia à propriedade da terra, elemento de redistribuição econômica altamente disputado e escasso em nossa sociedade. Na medida em que estas comunidades quilombolas se caracterizam pela organização em torno de uma identidade étnica diferenciada e da dependência de seus territórios para a viabilização de sua reprodução física, social, econômica e cultural, a potencial garantia da propriedade definitiva destes levará à construção, ainda nos anos 1990, de um movimento social quilombola com articulação nacional.

Não foi até o momento construído um mapeamento mais detalhado dos debates que antecederam a redação do Artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias da Carta Constitucional de 1988. De qualquer forma, importa frisar que naquele dispositivo constitucional se nomeava e se atribuíam direitos a um heterogêneo conjunto de comunidades de predominância negra que, salvo raras exceções, ainda não se pensavam como “remanescentes das comunidades de quilombos”.

É possível supor que a definição e a “imagem” do que seria o quilombo, subjacente ao texto constitucional e ao próprio senso comum nacional no momento, ligava tais comunidades a ocorrências de fugas de escravos e formação a partir daí de comunidades isoladas que resistiam a ações de recaptura. Para a grande maioria dos brasileiros, naquele ano de 1988 a representação do termo “quilombo” estava ainda ancorada em Zumbi dos Palmares – tratava-se, portanto, muito mais de uma representação do que de uma leitura empírica da realidade destas populações.

Desta forma, no processo de operacionalização do Artigo 68, a dificuldade de produção do direito de propriedade da terra para os “remanescentes das comunidades de quilombos” ficou transparente por conta de dois aspectos: a) as comunidades negras rurais (e depois também urbanas), que poderiam ser caracterizadas como “quilombolas” não se mostravam homogêneas entre si; e b) estas não constituíam algo como resquícios arqueológicos que poderiam ser submetidos a um conjunto maior ou menor de testes e medições que teriam a propriedade de diagnosticar uma “verdade” específica acerca de suas origens.

1 O Ato das disposições Constitucionais Transitórias, conhecido como ADCT, agrupa matérias que, na perspectiva dos legisladores, não foram suficientemente discutidas e assim aguardam ainda novos aprofundamentos, modificações ou complementações legais. Deriva disto o uso do termo “transitório”.

2 Trata-se da comunidade de Boa Visto no município de Oriximiná, estado do Pará.

Do difícil diálogo entre os agentes estatais e da forte e progressiva pressão do movimento negro e do movimento quilombola que se expandia, resultou em crescente alteração na forma de interpretação do termo “remanescentes das comunidades de quilombos”. Cientistas sociais situados nas universidades brasileiras, construindo um discurso especializado, trabalharam no sentido de estabelecer uma interpretação capaz de alargar a compreensão do artigo 68 do ADCT. Lançando mão do texto seminal “Os grupos étnicos e suas fronteiras”, de Fredrik Barth (2000), a Associação Brasileira de Antropologia divulgou em outubro de 1994 o “Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais”, no qual define um significado para a nomeação contida no texto constitucional: “‘Remanescente de quilombo’, é utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico” (ABA, 1994).

Desenhar as comunidades “quilombolas” por essa perspectiva, produziu elementos que colaboraram para visibilizar novos formatos possíveis para a classificação destes grupos frente ao Estado brasileiro. Ao receber este discurso, parte das comunidades anteriormente caracterizadas como negras rurais, passaram a acionar a identidade “quilombola”, que até há pouco tempo elas próprias desconheciam.

Desde então, o campo das ciências sociais, com destaque para os antropólogos, se refere aos quilombolas a partir da noção de “etnicidade” (BARTH, 2000). Nesta versão, grupos étnicos emergiriam dos processos de diferenciação construídos a partir das interações. No contexto destas, são elaboradas classificações e autotomadas que definem fronteiras sociais e simbólicas. A categoria “quilombola” é desencaxada de uma chave histórica (como resquícios do período escravista), ou biologicamente definida (através de elementos fenotípicos), para ser reconhecida a partir de um processo de mobilização étnica. Assim, os quilombolas deveriam ser tomados como entidades sociais que emergem da diferença subjetivamente produzida nas relações com grupos externos.

Mais especificamente, segundo Barth (2000) as “fronteiras étnicas” se formam no contato com o outro, que é de fundamental importância para a autodefinição dos grupos a partir de diferenças que surgem quando se estabelece tal relação. A interação seria a responsável por trazer informação e incorporação de elementos que vão se integrar a vida do grupo. É importante notar que para Barth (2000), os elementos que caracterizam o grupo étnico serão definidos pelo próprio, ou seja, são aqueles que os componentes identificam como significativos. Nesta perspectiva teórica, os grupos étnicos levam em consideração – pela impossibilidade mesmo de ignorar – a forma como os que lhes são externos o “categorizam”. Assim, a sua própria autodefinição somente ganha sentido na medida em que se relaciona com as definições externas. A nova “leitura” das comunidades que se auto referenciavam como quilombolas apontava que independente da forma como estas foram construídas, o importante seria a existência de uma continuada reprodução material e cultural do grupo.

Tal formato de interpretação somente se tornará dominante nas práticas do Estado a partir de 2003. É a partir deste momento, portanto, que a legislação começa a interpretar de forma diferenciada o que seriam os quilombolas. Nesta direção, o decreto número 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º considera:

Remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Parágrafo 1º. Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade.

Parágrafo 2º. São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social e cultural.³

No que tange às políticas sociais voltadas para esta população específica, em 2004 o Governo Federal lançou, através da Secretaria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial, o Programa Brasil Quilombola. No desenho deste Programa, fica claro que outros órgãos componentes do Estado também investiram em justificações que interpretam de forma diferencial o conceito de remanescente de quilombo.

Assim, o Programa Brasil Quilombola os caracteriza como um “grupo étnico” que teria sua singularidade demarcada por uma “ancestralidade comum”, por “formas de organização política e social” e ainda por “elementos linguísticos e religiosos” (SEPPIR, 2004, p. 10). Nesta perspectiva, a especificidade dos quilombolas seria dada por um conjunto de práticas sociais e econômicas que envolveriam o uso comum da terra. Tais práticas atestariam a proximidade entre os quilombos do passado e os quilombos atualmente encontrados no país.

Mas quais as características socioeconômicas destas comunidades quilombolas? Pesquisas realizadas a partir de 2006 e sintetizadas em Brandão, Dalt e Gouveia (2010), apontam que tais comunidades atualmente possuem, apesar de uma ampla diversidade, alguns elementos comuns. Um destes é a prevalência da localização em áreas rurais, embora encontremos também algumas poucas em espaços urbanos no Brasil. Por conta disto a imensa maioria dos responsáveis pelos domicílios trabalha em atividades agrícolas, principalmente na qualidade de agricultores de subsistência – embora sejam encontrados também trabalhadores rurais autônomos e assalariados rurais. Estas atividades de subsistência são desenvolvidas em geral com base no núcleo familiar, o que produz situações recorrentes de vinculação ao trabalho agrícola por parte de crianças e adolescentes nas comunidades.

³ O Decreto 4.887/2003 é alvo de uma ação direta de inconstitucionalidade, movida em 2004 pelo então Partido da Frente Liberal (atualmente, Democratas). O processo foi incluído em 2018 no STF, sendo validade a constitucionalidade do referido Decreto.

De fato, as comunidades quilombolas compõem o pequeno campesinato, que sobrevive da produção descapitalizada e em pequena escala de insumos agrícolas que são consumidos pelo núcleo familiar e comercializados de forma esporádica quando há excedente e quando existe mercado de consumo. Neste sentido, a renda das famílias tende a ser muito baixa e a insegurança alimentar é elevada.

No geral os quilombolas apresentam índices baixos de escolaridade. Especificamente entre os responsáveis pelos domicílios há uma elevada parcela de indivíduos que chegam somente a quatro anos completos de estudos. Por fim, a infraestrutura das comunidades quilombolas está muito aquém do ideal, sendo quase inexistente a presença de redes de coleta e esgoto e de fornecimento de água.

O que é a chamada “transição demográfica”?

A chamada teoria da transição demográfica está baseada na relação entre crescimento populacional e desenvolvimento socioeconômico e já vem sendo discutida desde as primeiras décadas do século XX (THOMPSON, 1929; LANDRY, 1934; ALVES, 2002). Tal perspectiva foi diretamente influenciada pelas mudanças na dinâmica do crescimento da população europeia, advindas das alterações observadas nas taxas de natalidade e de mortalidade. Este conjunto de alterações teria produzido elementos importantes para a continuidade e o aprofundamento do desenvolvimento econômico e do processo de modernização destas sociedades.

Mas porque transição? A teoria aponta para a passagem de uma sociedade pré-industrial (de base social rural) caracterizada por taxas de natalidade e mortalidade elevadas, para uma sociedade industrial (com base social urbana), caracterizada por taxas de natalidade e de mortalidade mais reduzidas. Essa transição entre perfis de ordenamento social e por decorrência de arranjos demográficos, promoveria momentos de desajustes entre as taxas de natalidade e de mortalidade, gerando períodos de instabilidade demográfica. Além disto, tal movimento de redução de ambas as taxas produziria uma aceleração no crescimento da população, que voltaria a ter seu ritmo equilibrado, em um momento posterior, quando então as taxas de natalidade fossem reduzidas (ALVES, 2002; SOARES, 2000).

A literatura identifica diferentes fases no processo de transição demográfica. Teríamos de início o período pré-transição, que é definido pelo baixo crescimento vegetativo da população e por uma estrutura etária jovem. Estariam nesta fase as sociedades que apresentam altas taxas de natalidade e mortalidade em paralelo.

Já no cerne da transição, a primeira fase seria marcada pelo incremento do ritmo de crescimento demográfico, pois há queda na mortalidade, mas não se alteram as taxas de natalidade. A segunda fase configura diminuição do crescimento populacional, resultado da diminuição da natalidade (ainda que a mortalidade continue em queda). Com isso há tendência ao envelhecimento da população. Ainda que se mantenha – como resultado da fase anterior –

um período de alta presença de população em idade ativa, este contingente tende a diminuir em seguida (ALVES, 2002).

Construída a partir da experiência dos países desenvolvidos, restava ainda debater o quanto tal perspectiva teórica poderia ser generalizável para países pobres e não-desenvolvidos do ponto de vista socioeconômico. É claro que dinâmicas locais – tanto de fundo econômico, quanto vinculadas a opções de políticas públicas – podem ter maiores ou menores impactos sobre os processos demográficos. Para além de situações imponderáveis como guerras, catástrofes climáticas, fluxos migratórios etc.

O caso brasileiro parece apontar para um caminho de transição próximo aos moldes indicados pela teoria, apesar de algumas diferenças regionais visíveis. Passamos agora a trabalhar com estes dados nacionais e, em paralelo, mostrar como a configuração demográfica das comunidades quilombolas em 2011 se relaciona com o contexto mais amplo.

A transição demográfica no Brasil e as comunidades quilombolas

Começamos com a taxa de fecundidade total, que expressa o número médio de nascidos vivos por mulher ao final de seu período reprodutivo. Não temos este dado para as comunidades quilombolas. No entanto, foi possível calcular o número médio de filhos por família nesta população específica.

Quadro 1 – Taxa de fecundidade total - Brasil 1950-2010 e número médio de filhos por famílias nas comunidades quilombolas tituladas – 2011

| | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 | Comunidades quilombolas 2011* |
|--|------|------|------|------|------|------|------|-------------------------------------|
| Taxa de fecundidade total no Brasil | 6,2 | 6,3 | 5,8 | 4,4 | 2,9 | 2,4 | 1,9 | 2,1 |

Fonte: Cálculos a partir de IBGE - Censos demográficos nacionais de 1950 a 2010 e Banco de dados do DATAUFF.

* Número médio de filhos por família nas comunidades quilombolas tituladas (2011).

O que vemos no caso nacional é uma brusca diminuição da natalidade no período entre 1970 e 2010. É significativo verificar que as 9.191 famílias quilombolas investigadas em 2011 apresentavam número de filhos por família baixo. Apesar das diferenças entre a definição da taxa de fecundidade total e o simples cálculo do número de filhos por família, devemos ressaltar que a população quilombola alvo desta investigação é predominantemente rural (das 169 comunidades pesquisadas,

somente 2 são urbanas), o que nos faria – em tese – esperar um número mais elevado nesta variável. Neste sentido, o número médio de filhos encontrados nas famílias pode estar representando ou uma diminuição da natalidade (que não podemos precisar em que momento começou a ocorrer), ou uma elevada mortalidade infantil (o que nos parece menos provável, na medida em que este indicador tem apresentado progressiva melhora no país ao longo das últimas décadas).

Na Tabela 1 são apresentados dados referentes à idade da população que marcam a trajetória demográfica ao longo da segunda metade do século XX. Para as comunidades quilombolas são apresentados dados coletados em 2011.

Tabela 1 – Indicadores de estrutura etária - Brasil 1950-2010 e comunidades quilombolas tituladas – 2011

| Variáveis | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 | Comunidades quilombolas 2011 |
|----------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|------------------------------|
| Idade mediana | 18 anos | 18 anos | 19 anos | 20 anos | 22 anos | 25 anos | 27 anos | 20 anos |
| Menor de 15 anos (%) | 41,8 | 42,6 | 41,7 | 38,2 | 34,8 | 29,6 | 24,1 | 38,6 |
| De 15 a 59 anos (%) | 53,9 | 52,6 | 53,1 | 55,7 | 58,0 | 61,8 | 65,1 | 53,7 |
| 60 anos e mais (%) | 4,3 | 4,8 | 5,2 | 6,1 | 7,3 | 8,6 | 10,8 | 7,7 |

Fonte: Cálculos a partir de IBGE - Censos demográficos nacionais de 1950 a 2010 e Banco de dados do DATAUFF.

Como vemos, em nível mais geral e considerando o conjunto da população, o Brasil parece ter vivido desde 1950 um processo semelhante ao que podemos caracterizar como uma transição demográfica. A idade mediana apresentou elevação significativa de 9 anos, a população de crianças e jovens diminuiu relativamente e, com o aumento da expectativa de vida ao nascer (que evoluiu de 45,5 anos em 1950 para 73,5 anos em 2010 – Vasconcelos e Gomes, 2012) ocorreu progressivo incremento do quantitativo de pessoas com 60 anos e mais. Ainda sob o impacto da alta natalidade anterior (que identificamos no Quadro 1), verificamos também o incremento da população em idade ativa.

Nestas variáveis, as 9.191 famílias encontradas nas comunidades quilombolas tituladas que foram pesquisadas em 2011 apresentam uma configuração um pouco diferenciada, que remete ao Brasil dos anos 1970 e 1980. Vejamos. De início a idade mediana de 20 anos corresponde àquela alcançada no país em 1980. Como o número médio de filhos por família em 2011 era baixo (como mostra o Quadro 1), é possível levantar a hipótese de que há ainda sobre a idade mediana o peso da natalidade elevada anterior. O mesmo se verifica no percentual de pessoas em idade ativa (de 15 a 59 anos). Nas comunidades, o índice encontrado em 2011 é semelhante ao existente no Brasil na década de 1970. Já o percentual de idosos, embora quase 3

pontos percentuais menor que o encontrado no conjunto do país em 2010, é um pouco superior àquele verificado em 1990.

A Tabela 2 apresenta indicadores que reputamos ter peso fundamental para o debate que estamos traçando aqui. O primeiro constitui o Índice de Envelhecimento, que representa a proporção de pessoas de 60 e mais anos de idade para cada 100 pessoas menores de 15 anos. O segundo é a Razão de Dependência Total, que expressa a proporção de menores de 15 anos e de pessoas de 60 anos e mais em relação à população entre 15 e 59 anos. Assim, este indicador possibilita identificar o peso das faixas etárias que – pelo menos em teoria – não deveriam ser economicamente ativas, sobre aquela caracterizada como em idade ativa. É possível desdobrar a Razão de Dependência Total em dois outros indicadores. O primeiro especificamente relacionado ao peso da população jovem sobre a população em idade ativa (o que equivale a Razão de Dependência Jovem) e o segundo ligado ao peso dos maiores de 60 anos sobre os que possuem entre 15 e 59 anos (trata-se da Razão de Dependência Idoso).

Tabela 2 – Indicadores demográficos – Brasil 1950-2010 e comunidades quilombolas tituladas – 2011

| Indicadores | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 | Comunidades quilombolas 2011 |
|--------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|---------------------------------|
| Índice de envelhecimento (%) | 10,3 | 11,2 | 12,4 | 15,9 | 20,9 | 28,9 | 44,8 | 20,1 |
| Razão de dependência total (%) | 85,5 | 90,0 | 88,3 | 79,5 | 72,5 | 61,7 | 53,6 | 86,4 |
| Razão de dependência jovem (%) | 77,6 | 81,0 | 78,6 | 68,6 | 60,0 | 47,9 | 37,0 | 71,9 |
| Razão de dependência idoso (%) | 8,0 | 9,0 | 9,7 | 10,9 | 12,5 | 13,8 | 16,6 | 14,4 |

Fonte: Cálculos a partir de IBGE - Censos demográficos nacionais de 1950 a 2010 e Banco de dados do DATAUFF.

É preciso analisar os dados contidos na tabela 2 acima com cuidado. Isto porque, entre as comunidades tradicionais em geral (o que inclui os quilombolas), as representações acerca do trabalho e mesmo da chamada idade ativa não são redutíveis àquelas que circulam no contexto mais geral da sociedade brasileira. Assim, os dados extraídos da ampla pesquisa realizada junto às comunidades quilombolas tituladas devem ser tomados como um *proxy* que possibilita comparações hipotéticas, e não como indicadores absolutos. Dito isso, os elementos dispostos na Tabela 2 continuam, sem exceção, a corroborar a perspectiva de que o Brasil atravessa, de fato, um período de transição demográfica. O Índice de Envelhecimento da população quadruplicou no período, o que duplicou a Razão de Dependência Idoso. Já a Razão de Dependência Jovem foi reduzida em 40 pontos percentuais. Na medida em que o contingente populacional jovem é muito maior que o dos idosos, a Razão de Dependência Total decresceu cerca de 30 pontos percentuais no país entre 1950 e

1980.

Para os quilombolas os índices acima acompanham os números expressos na Tabela 1. De início, o índice de envelhecimento da população quilombola pesquisada se aproxima do encontrado para o Brasil nos anos 1990, mas está longe de margear o resultado nacional para 2010. Isto nos leva à hipótese de que a esperança de vida ao nascer entre os quilombolas é menor do que a existente no conjunto do país, o que explica também a Razão de Dependência Idoso menor neste grupo específico. No entanto, também é possível levantar a hipótese de que a regulamentação da previdência especial rural (nos anos 1990) e a progressiva adesão dos quilombolas a este regime de seguridade (JORGE, 2012), possibilitam aos mais idosos ganhos de renda que redundarão em redução relativa das dificuldades materiais, o que poderá ter impactos futuros no índice de envelhecimento.

Como resultado de uma população menor de 15 anos ainda elevada, quando comparada ao conjunto do país, a Razão de Dependência Jovem entre os quilombolas é quase o dobro da nacional, se aproximando do perfil vigente no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. Esta configuração pode ser caudatária de processos de migração rural-urbano desenvolvidos por adultos em idade ativa, uma vez que tais populações ocupam em geral territórios com baixo dinamismo econômico (BRANDÃO, DALT e JORGE, 2015). No entanto, este tipo de dado não foi mapeado na pesquisa de 2011 que oferece a base fundamental para este artigo.

O que os resultados expostos nas Tabelas 1 e 2 indicam é que os quilombolas estão muito longe do final do ciclo de transição demográfica que verificamos no conjunto do país. Por consequência, elementos demográficos que sobredeterminam contextos de vulnerabilidade social se mostram evidentes. A elevada Razão de Dependência Jovem, por exemplo (que caracteriza a situação em que o montante de renda levantada pela família deve ser dividido por maior número de pessoas) está – ao lado de inúmeros fatores – na matriz da pobreza disseminada entre esta população (BRANDÃO, DALT e JORGE, 2015).

Vejamos agora como se apresentam estes mesmos valores desagregados pelas regiões do Brasil.

Tabela 3 – Taxa de fecundidade total – Brasil e Regiões 1970-2010 e número médio de filhos por famílias nas comunidades quilombolas tituladas por Região – 2011

| Taxa de fecundidade total | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 | Comunidades quilombolas 2011* |
|---------------------------|------|------|------|------|------|----------------------------------|
| Brasil | 5,80 | 4,40 | 2,90 | 2,40 | 1,90 | 2,10 |
| Região Norte | 8,15 | 6,40 | 3,99 | 3,16 | 2,47 | 2,30 |
| Região Nordeste | 7,53 | 6,20 | 3,38 | 2,69 | 2,06 | 2,00 |
| Região Sudeste | 4,60 | 3,50 | 2,28 | 2,10 | 1,70 | 1,70 |
| Região Sul | 5,42 | 3,60 | 2,45 | 2,24 | 1,78 | 2,00 |
| Região Centro-Oeste | 6,42 | 4,50 | 2,60 | 2,25 | 1,92 | 1,60 |

Fonte: Cálculos a partir de IBGE - Censos demográficos nacionais de 1970 a 2010 e Banco de dados do DATAUFF.

* Número médio de filhos por família nas comunidades quilombolas tituladas (2011).

A Tabela 3 mostra que a intensa diversidade na fecundidade entre as regiões arrefeceu ao longo destes 40 anos, na medida em que um gradiente que ia de 4,60 a 8,15 filhos em 1970 se viu reduzido a um intervalo entre 1,70 e 2,47 filhos em 2010. Ainda assim, as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam as maiores taxas de fecundidade quando comparadas com o conjunto da população. O Sudeste, intensamente mais urbanizado, segue na frente desta tendência de diminuição da natalidade que seria típica da transição demográfica. No entanto, devemos ressaltar que em 2010 todas as regiões, com exceção da Norte, tiveram suas taxas de fecundidade abaixo do que é considerado o nível de reposição, ou seja 2,1 filhos por mulher.

Entre as 9.191 famílias das comunidades quilombolas pesquisadas, os resultados referentes ao número de filhos nas famílias não seguem de forma linear o comportamento das regiões brasileiras para a taxa de fecundidade. Se, por um lado, a maior média de filhos por família está na região Norte, as regiões Nordeste e Sul apresentam média idêntica. Já as menores médias são encontradas entre as comunidades quilombolas do Centro-Oeste e do Sudeste, respectivamente.

Quadro 2 – Indicadores de estrutura etária – Regiões do Brasil 1970-2010 e comunidades quilombolas tituladas – 2011

| Região | Indicadores | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 | Comunidades quilombolas 2011 |
|----------|---------------|---------|---------|---------|---------|---------|------------------------------|
| NORTE | Idade mediana | 16 anos | 16 anos | 18 anos | 20 anos | 22 anos | 19 anos |
| | Menor que 15 | 47,0% | 46,0% | 43,0% | 37,0% | 31,0% | 39,0% |
| | De 15 a 59 | 49,0% | 50,0% | 53,0% | 57,0% | 61,0% | 54,0% |
| | 60 e mais | 4,0% | 4,0% | 5,0% | 5,0% | 8,0% | 7,0% |
| NORDESTE | Idade mediana | 17 anos | 17 anos | 19 anos | 22 anos | 27 anos | 20 anos |
| | Menor que 15 | 45,0% | 43,0% | 39,0% | 33,0% | 27,0% | 38,0% |
| | De 15 a 59 | 50,0% | 50,0% | 53,0% | 59,0% | 63,0% | 54,0% |
| | 60 e mais | 5,0% | 6,0% | 7,0% | 8,0% | 10,0% | 8,0% |
| SUDESTE | Idade mediana | 20 anos | 22 anos | 25 anos | 27 anos | 32 anos | 22 anos |
| | Menor que 15 | 38,0% | 34,0% | 31,0% | 27,0% | 22,0% | 36,0% |
| | De 15 a 59 | 56,0% | 59,0% | 61,0% | 64,0% | 66,0% | 55,0% |
| | 60 e mais | 6,0% | 6,0% | 8,0% | 9,0% | 12,0% | 9,0% |

| | Idade mediana | 18 anos | 20 anos | 24 anos | 27 anos | 32 anos | 19 anos |
|---------------------------|---------------|------------|------------|------------|------------|------------|---------|
| SUL | Menor que 15 | 43,0% | 36,0% | 32,0% | 27,0% | 22,0% | 38,0% |
| | De 15 a 59 | 53,0% | 58,0% | 60,0% | 63,0% | 66,0% | 56,0% |
| | 60 e mais | 5,0% | 6,0% | 8,0% | 9,0% | 12,0% | 6,0% |
| | Idade mediana | 17 anos | 18 anos | 21 anos | 24 anos | 27 anos | 21 anos |
| CENTRO- -OESTE | Menor que 15 | 45,0% | 41,0% | 35,0% | 30,0% | 24,0% | 38,0% |
| | De 15 a 59 | 52,0% | 55,0% | 60,0% | 63,0% | 67,0% | 51,0% |
| | 60 e mais | 3,0% | 4,0% | 5,0% | 7,0% | 9,0% | 11,0% |

Fonte: Cálculos a partir de IBGE - Censos demográficos nacionais de 1970 a 2010 e Banco de dados do DATAUFF.

Vemos no Quadro 2 acima como a região Norte parece estar em momento da transição demográfica diferente das demais. Um fator que corrobora esta afirmação é a idade mediana de 22 anos nesta região em 2010, que fica 10 anos abaixo da encontrada nas regiões Sul e Sudeste. Estas últimas, por sua vez, ainda apresentam idade mediana 5 anos superior àquela existente no Centro-Oeste e no Nordeste. Ou seja, o processo de envelhecimento da população de fato anda a passos mais largos no eixo Sul-Sudeste.

Exatamente por isso, o percentual de pessoas com menos de 15 anos de idade e com 60 anos e mais obedece à variação semelhante a obtida para a idade mediana. O maior percentual de crianças e adolescentes em 2010 (quase 1/3 da população total) está no Norte do país. Os menores valores relativos estão, mais uma vez, nas regiões Sul e Sudeste. A mesma lógica relativa ao envelhecimento da população se repete no percentual de pessoas com 60 anos e mais, que é maior no Sul-Sudeste e menor no Norte.

A configuração encontrada entre as comunidades quilombolas, relativa a estas variáveis, não reflete de forma linear os contornos verificados em nível nacional. A idade mediana, por exemplo, é muito assemelhada entre as regiões, variando de 19 anos nas regiões Norte e Sul a 22 anos na região Sudeste. Já o percentual de população com 60 anos e mais tende a ser ligeiramente mais baixo entre os quilombolas com exceção somente do Centro-Oeste onde esta relação se inverte.

As diferenças entre os quilombolas e a população nacional voltam a ser elevadas quando verificamos os percentuais de população com menos de 15 anos. A variação vai de 36,0% no Sudeste a 39,0% no Norte (ficando as demais regiões na casa dos 38,0%). Ou seja, apesar de uma configuração atual de poucos filhos por família, podemos supor que a herança de altas taxas de natalidade anteriores gerou uma situação na qual o percentual de crianças e adolescentes é alto e com pouca variação entre as regiões. Assim, mesmo onde o conjunto da população já “envelheceu” mais (como no Sudeste e no Sul), os quilombolas continuam com amplo percentual de população com baixa idade.

Também a presença de população em idade ativa é sempre menor nas comunidades quilombolas do que no conjunto. No entanto, para os dois grupos as variações regionais são discretas (de 61,0% a 67,0% entre as regiões do Brasil e de 51,0% a 56,0% entre os quilombolas nas cinco regiões).

As consequências destas configurações se expressam nos indicadores que compõem o Quadro 3 abaixo.

Quadro 3 – Indicadores demográficos – Regiões do Brasil 1970-2010 e comunidades quilombolas tituladas – 2011

| Região | Indicadores | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 | Comunidades quilombolas 2011 |
|----------|----------------------------|--------|--------|-------|-------|-------|---------------------------------|
| NORTE | Índice de envelhecimento | 8,2% | 8,9% | 10,7% | 14,6% | 24,6% | 18,1% |
| | Razão de dependência total | 102,2% | 100,8% | 89,5% | 74,8% | 62,8% | 86,4% |
| | Razão de dependência jovem | 94,5% | 92,6% | 80,9% | 65,3% | 50,4% | 73,2% |
| | Razão de dependência idoso | 7,7% | 8,2% | 8,7% | 9,5% | 12,4% | 13,2% |
| NORDESTE | Índice de envelhecimento | 11,5% | 14,7% | 18,4% | 25,4% | 38,6% | 20,7% |
| | Razão de dependência total | 99,5% | 98,8% | 87,4% | 70,6% | 58,4% | 83,6% |
| | Razão de dependência jovem | 89,2% | 86,2% | 73,9% | 56,3% | 42,1% | 69,2% |
| | Razão de dependência idoso | 10,3% | 12,6% | 13,6% | 14,3% | 16,3% | 14,3% |
| SUDESTE | Índice de envelhecimento | 14,8% | 18,8% | 25,3% | 34,9% | 54,6% | 25,3% |
| | Razão de dependência total | 78,9% | 68,4% | 64,4% | 56,2% | 50,6% | 83,4% |
| | Razão de dependência jovem | 68,7% | 57,6% | 51,4% | 41,7% | 32,7% | 66,6% |
| | Razão de dependência idoso | 10,2% | 10,8% | 13,0% | 14,5% | 17,8% | 16,9% |
| SUL | Índice de envelhecimento | 11,1% | 16,6% | 24,0% | 33,5% | 55,0% | 15,4% |
| | Razão de dependência total | 89,8% | 72,9% | 65,6% | 58,0% | 51,2% | 78,9% |
| | Razão de dependência jovem | 80,8% | 62,5% | 52,9% | 43,4% | 33,0% | 68,4% |
| | Razão de dependência idoso | 9,0% | 10,4% | 12,7% | 14,5% | 18,2% | 10,5% |

| | | | | | | | |
|-------------------|----------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | Índice de envelhecimento | 7,7% | 10,2% | 14,4% | 22,1% | 36,0% | 28,4% |
| CENTRO- -OESTE | Razão de dependência total | 93,1% | 82,6% | 67,8% | 57,6% | 49,9% | 95,8% |
| | Razão de dependência jovem | 86,4% | 75,0% | 59,2% | 47,1% | 36,7% | 74,6% |
| | Razão de dependência idoso | 6,7% | 7,6% | 8,5% | 10,4% | 13,2% | 21,2% |

Fonte: Cálculos a partir de IBGE - Censos demográficos nacionais de 1970 a 2010 e Banco de dados do DATAUFF.

Mais uma vez o Sul e o Sudeste parecem estar em outro momento da transição demográfica quando comparados às demais regiões. O índice de envelhecimento, por exemplo, é nestas duas primeiras, mais que o dobro do encontrado na região Norte e quase 20 pontos percentuais acima do que vemos nas demais. Por consequência, no eixo Sul-Sudeste a Razão de Dependência Idoso é mais elevada. Quando nos voltamos para a Razão de Dependência Jovem, o resultado da presença de uma população mais envelhecida no Sul-Sudeste aponta para taxas muito mais favoráveis (na casa dos 33,0%) neste indicador, enquanto que a região Norte tem índice na casa dos 50,0% e a região Nordeste na casa dos 42,0%.

Entre a população quilombola investigada, o índice de envelhecimento é maior nas comunidades do Centro-Oeste e do Sudeste, mas sempre muito menor que aquele presente na população em geral. A Razão de Dependência Idoso, curiosamente, fica em índices próximos ao país nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

A resultante do baixo envelhecimento populacional e do ainda elevado percentual de crianças e adolescentes é uma Razão de Dependência Total muito elevada entre os quilombolas, mas com variações entre as comunidades das cinco regiões. Assim, comparando cada conjunto de comunidades com a população regional total, podemos dizer que os quilombolas das regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentavam Razão de Dependência Total semelhante à de suas respectivas regiões em 1970. Já os quilombolas do Sul, neste indicador, se aproximavam da população local em 1980. Enquanto que nas comunidades da região Norte e Nordeste a relação mais forte é com a configuração demográfica de 1991.

Conclusões

Não há uma correspondência forte entre os dados demográficos das 169 comunidades quilombolas pesquisadas e o perfil da transição demográfica nacional. A Razão de Dependência Total elevada (86,4%), encontrada entre os quilombolas, remete à fase inicial do processo de transição demográfica brasileira – quando o peso da Razão de Dependência Jovem e a proporção de jovens com idade inferior a 15 anos também eram elevados. No caso das comunidades quilombolas, a Razão de Dependência Jovem (71,9%) é muito alta, corroborando

as características da população brasileira. Porém, a proporção de jovens com idade inferior a 15 anos (38,6%) e de pessoas que têm 60 anos ou mais (7,7%), encontrada nesse grupo, reflete um dado momento da transição, marcado por uma mudança significativa em direção ao envelhecimento da população. Já a média de 2,1 filhos por família entre este grupo específico, reproduz características observáveis no final do processo de transição brasileiro.

Os resultados para os quilombolas, somente em termos bem gerais e numa perspectiva tendencial, se aproximam daqueles encontrados para o Brasil; caracterizando a região Norte como de envelhecimento mais tardio e a região Sudeste com uma população mais envelhecida e numa fase do processo de transição mais adiantado. Embora, em ambos os casos, as idades ainda reflitam o perfil de uma população jovem.

As Razões de Dependência Total dos Quilombolas têm resultados bastante elevados em todas as regiões, superando os 78,0% e não refletem os mesmos índices vigentes nas regiões brasileiras em 2010. Essas taxas são inerentes a populações em fases iniciais do processo de envelhecimento e que se assemelham às observadas nas décadas de 1970 e 1980 da transição demográfica brasileira.

Nesta direção, o processo de transição demográfica analisado à luz das comunidades quilombolas, reflete um perfil populacional de desenvolvimento tardio. Este possui características observadas no processo de transição brasileiro nas décadas de 1970, 1980 e 1990. A idade mediana de 20 anos verificada nesse grupo, remonta ao início da mudança no perfil de transição da população brasileira. Nessa fase, haveria uma redução nos índices de fecundidade e elevação na esperança de vida ao nascer.

A chamada “janela de oportunidades” ou “bônus demográfico” (ALVES, 2008; CARVALHO e BRITO, 2005), que corresponde ao momento da transição demográfica que o país vivencia atualmente, possibilitaria – em tese – o aproveitamento de uma elevada proporção de população em idade ativa para o desenvolvimento de ações produtivas economicamente estruturantes. Esta etapa do processo de transição tem início quando a proporção da população em idade ativa (de 15 a 59 anos) é igual ou maior que a Razão de Dependência Total. Considerando os dados apresentados aqui, vemos que a “janela de oportunidades” começa a ocorrer na década de 2000 para o Brasil como um todo e para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, e em 2010 para as regiões Nordeste (somente o Norte ainda está ligeiramente aquém deste patamar, com 61,0% de população entre 15 e 59 anos de idade e 62,8% de Razão de Dependência Total).

Para as 169 comunidades quilombolas pesquisadas, esta janela ainda não se abriu, pois nestas, as pessoas em idade ativa correspondem a 53,7% da população, enquanto que a Razão de Dependência Total está na casa dos 86,0%. Quando desagregamos este dado por região, vemos que em nenhuma delas os quilombolas estariam sendo “bonificados”.

A conclusão possível é que o processo de transição desse grupo populacional específico ainda está em andamento. Como vimos, o chamado “bônus demográfico” para este grupo ainda não ocorreu, o que pode ser verificado por suas elevadas Razão de Dependência Total

e baixa proporção de pessoas em idade ativa. Estas comunidades, apresentavam elevados índices de envelhecimento em 2011, contudo todos os demais indicadores apontam para um perfil populacional jovem, onde a componente juvenil da Razão de Dependência ainda é muito superior à componente relativa aos idosos.

Para além da questão relativa à titulação definitiva de suas terras, que tem mobilizado o movimento quilombola e o Estado, o processo de transição demográfica pode ser utilizado para pensar políticas sociais de saúde, educação e acesso a programas de geração de renda que atendam eficientemente a essas comunidades. Além disso, se a chamada “janela de oportunidades” pela qual o Brasil atravessa, for aproveitada para pensar políticas de acesso; as comunidades quilombolas poderão lograr com seus efeitos, visto que seu bônus demográfico chegará mais tardiamente que para a média dos brasileiros.

Referências

- ABA. **Documento do grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais**. Rio de Janeiro: 17/18 de 1994.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais. In: **Boletim Informativo Nuer**, v. 2, nº 2, Florianópolis: NUER/UFSC, 2005.
- _____. (Orgs.) et al. **Cadernos de debates nova cartografia social: territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA edições, 2010.
- ALVES, José E. D. Alves. **A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas; 2002. Disponível em: <http://sociales.cchs.csic.es/jperez/pags/Teorias/Textos/Diniz2002.pdf>. Acesso em: 03/01/2017.
- _____. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008.
- ANDRADE, Lucia. O Papel da Perícia Antropológica no Reconhecimento das Terras de Ocupação Tradicional – O Caso das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Trombetas (Pará). In: **A Perícia Antropológica em Processos Judiciais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.
- ANJOS. José Carlos Gomes dos Anjos. Remanescentes de quilombos: reflexões epistemológicas. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org). **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: Co-edição NUER/ABA, 2005.
- BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BRANDÃO, André.; DA DALT, Salete.; GOUVEIA, Vitor. **Comunidades quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais**. Niterói: EDUFF, 2010.
- _____.; JORGE, Amanda. Lacerda. **Avaliação da situação socioeconômica das comunidades quilombolas já tituladas: crônica de um mau resultado anunciado**. Trabalho apresentado no XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre, Julho de 2015.
- CARVALHO, José. A. Magno de; BRITO, Fausto. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Volume 22 (número 2), p. 351-369, 2005.

DATAUFF. **Relatório Final da Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas**. Niterói, Datauff, 2012.

JORGE, Amanda. Lacerda. **Os caminhos de acesso ao regime de segurados especiais da previdência rural e ao benefício de prestação continuada na comunidade Quilombola da Lapinha-MG**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social. PPGDS-UNIMONTES, 2012.

LANDRY, Adolphe. **La révolution démographique: études e essais sur les problèmes de la population**. Paris: Librairie du Recueil Sirey; 1934.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (orgs.) et al. **Cadernos de debates nova cartografia social: territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA edições, 2010.

SEPPIR. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, 2004.

_____. **Programa Brasil Quilombola: relatório de gestão**. Brasília, 2012.

SOARES, Laura Tavares. R. América Latina: transição epidemiológica ou retrocesso social? **Acta Paulista de Enfermagem**. Volume 13 (número especial parte 1), 2000.

VASCONCELOS, Ana M. Nogales.; GOMES, Marília. M. Forte. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Volume 21, Número 4, 2012.

THOMPSON, Warren Simpson. Population. **American Journal of Sociology**. 34(6), p. 47-69, 1929.

Recebido em 05/01/2017

Aceito em 13/03/2018

**AS DISPUTAS COLONIAIS E NEOCOLONIAIS
EM TORNO DO FUTEBOL:
Portugal e França, dois casos significativos**

***THE COLONIAL AND NEOCOLONIAL DISPUTES
AROUND FOOTBALL:
Portugal and France, two significant cases***

Lucas Martins Santos Melo *

Resumo

Uma das características da diáspora africana é o movimento voluntário de pessoas para novas regiões, onde, geralmente, há uma demanda de mão de obra específica. Sendo o futebol uma das ocupações profissionais mais específicas que existe e dado o crescente número de jogadores africanos atuando nos grandes centros do futebol mundial, decidimos fazer uma breve investigação para aferir essa relação entre diáspora e futebol. Dessa forma, escolhemos dois países que possuem uma extensa comunidade e uma larga tradição de recepcionar imigrantes, dentre outras categorias profissionais, a de jogador de futebol. Referimo-nos aos casos de Portugal e da França, dois países que adotaram o sistema legal dos assimilados, que tiveram um largo conjunto de territórios, principalmente na África, e que usufruem proficuamente dos “pés de obra” das colônias de outrora. Este artigo, elaborado a partir de uma literatura científica sobre o tema e dados quantitativos, tem a intenção de mostrar os usos coloniais e neocoloniais do futebol empreendidos por estes países e traçar uma trajetória histórica correspondente para tal uso.

Palavras-chave: Futebol. Neocolonialismo. Portugal. França.

Abstract

One of the characteristics of the African Diaspora is the voluntary movement of people to new regions, where there is usually a demand for specific labor. As football is one of the most specific occupations in the world, and given the increasing amount of African players working in the major centers of world football, we have decided to make a brief research to assess this relation between Diaspora and football. In this way, we chose two countries that have an extensive community and a long tradition of receiving immigrants, among other professional categories, that of footballers. We refer to the cases of Portugal and France, two countries that have adopted assimilates' legal system, which have had a large set of territories, mainly in Africa, and who have profited from the colonies' labor of the past. This article, based on a scientific literature on the subject and quantitative data, is intended to show the colonial and neocolonial uses of football undertaken by these countries and to draw a corresponding historical trajectory for such use.

Key words: Football (Soccer). Neocolonialism. Portugal. France.

* Mestre em Antropologia Social em 2016 pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: lucasmmelo@gmail.com.

Introdução

Em 2014, realizou-se a XX edição da Copa do Mundo, pródiga em bons jogos, bonitos gols e estádios cheios, na qual presenciamos também exhibições de “amor à pátria” e “defesa das cores nacionais”, inerentes à própria competição. Mas, além do patriotismo das arquibancadas, observou-se nitidamente a presença de estrangeiros nas equipes nacionais, jogadores que passam pelo processo de naturalização com o objetivo de defender uma seleção que não representa a localidade onde nasceu. No entanto, dessa “*nouvelle vague*”, o que mais chama atenção da imprensa é a presença de negros nas equipes europeias e com isso algumas críticas emergiram por parte das respectivas populações quanto a esse fato.

O Mundial de futebol é um momento propício a se pensar sobre as questões do nacionalismo, pois, para o senso comum, já ficou caracterizado como o rótulo identificador de uma nação que aparece quadrienalmente. É o período em que “a imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time de onze pessoas com nome. O indivíduo, mesmo aquele que apenas torce, torna-se o próprio símbolo da sua nação” (HOBSBAWM, 2011, p.171). Isso nos suscitou a pesquisar um pouco mais sobre este assunto, a presença de jogadores negros no futebol das ex-metrópoles, seja nas seleções ou nas ligas profissionais.

Escolhemos como recorte empírico os casos de Portugal e da França, dois países que tiveram um largo conjunto de territórios, principalmente na África, e que usufruem proficuamente, ainda nos dias atuais, dos “pés de obra” das colônias de outrora. Ambos os países mantiveram sob jugo seus territórios ultramarinos entre meados do século XIX até a segunda metade do século XX. No caso português, a ruptura foi traumática resultando na Guerra Colonial, que só findou com a Revolução dos Cravos de 1974 na metrópole e a deposição do governo salazarista.

O futebol foi uma ferramenta muito utilizada para criar laços culturais entre a metrópole e as colônias. Ele se desenvolveu aliado aos empreendimentos tanto estatais como privados, alguns patrocinando o fomento do esporte, dessa maneira também com a intenção de controlar as relações trabalhistas; e também, junto às missões religiosas pelo interior, propagando o tripé: educação, disciplina e atividade física (DOMINGOS, 2006). Nas possessões portuguesas, *a priori*, o esporte foi difundido fortuitamente através dos administradores coloniais, comerciantes, missionários, imigrantes de toda sorte, sendo incorporado paulatinamente às práticas cotidianas da população local. A partir daí é que ele foi usado pelos colonialistas para impor sua posição hegemônica, a serviço das suas intenções. Por exemplo, em Moçambique, o futebol foi apresentado pelos missionários católicos, sendo estruturado para refletir e reforçar o controle colonial (DARBY, 2006).

Não obstante, o próprio futebol pode ser o campo onde são refletidas as ojerizas às metrópoles de outrora. Nesse sentido, observa-se a situação registrada por Vidacs (2004) nos Camarões durante a realização do Mundial de 1998, quando no decorrer de todo o torneio,

a maioria dos camaroneses estava, explicitamente, torcendo contra os franceses¹, seus antigos colonizadores. Muitos pesquisadores, como investigado por esta autora, avaliam os esportes na África como uma área onde os habitantes deste continente podem desafiar o *status quo* da ordem colonial apropriando as formas organizacionais do exterior e aspirando vencer os colonizadores no seu próprio jogo, enquanto que, simultaneamente, produzem novas identidades para si. Mas devido aos penetrantes efeitos da colonização e os contínuos laços neocoloniais que ainda amarram os ex-colonizados aos ex-colonizadores, a relação latente de subordinação se mantém ao passo que são formadas novas distorções.

Este artigo foi elaborado com a intenção de mostrar os usos coloniais e neocoloniais do futebol empreendidos por Portugal e França. Portanto, para melhor compreensão das nossas ideias, primeiro trataremos da situação do futebol durante o período colonial. Neste primeiro tópico, apresentaremos as razões pelas quais as metrópoles utilizaram jogadores oriundos das colônias nas suas seleções metropolitanas e o panorama do futebol nestas localidades. Em seguida, debateremos a conexão entre a metrópole, a colônia e os sujeitos, ou seja, entre o colonizador e o colonizado. Discutiremos como o metropolitano compreendia o colonizado. Qual o estatuto legal dele em Portugal e na França? Em quais momentos isso mudou? E quais os seus desdobramentos? No último tópico, antes das considerações finais, trataremos da situação atual desses “ex-indígenas”, os jogadores africanos das ex-colônias e a migração para o futebol das ex-metrópoles, além de traçarmos um breve histórico dessa situação.

O esporte e o colonialismo

A investigação sobre esporte no período colonialista pelas ciências humanas ainda é recente. Esse campo ainda não possui um lastro teórico-epistemológico quando comparado a outros campos já devidamente estabelecidos. A maior parte das pesquisas que há foi produzida por autores que se debruçaram sobre o caso britânico do uso colonial do esporte como ferramenta do exercício de poder, uma espécie de manutenção da cultura imperialista. De modo a mencionar tais investigadores, destacamos dois: os pesquisadores James Anthony Mangan e Brian Stoddart (apud DOMINGOS, 2006). Mangan cunhou o conceito de teoria de vínculo², que consistiria nos laços culturais criados a partir das práticas esportivas entre colonizador e colonizado. A estrutura de tais laços conduziria a uma melhor aceitação dos valores impostos pelos metropolitanos, o que teria como consequência uma legitimação política. Por sua vez, Stoddart pensa o sistema esportivo colonial como um veículo transmissor de ideias e valores

1 Embora Camarões tenha sido colonizado, inicialmente, pela Alemanha e, após a Primeira Guerra, pela França e Grã-Bretanha, são os franceses que possuem o vínculo mais forte com os camaroneses. Segundo Vidacs (2004), isto se deve, em parte, pelas diferenças nas formas de colonização atreladas ao compromisso na transmissão dos valores culturais franceses aos colonizados, e, no presente, como uma questão de desejo do Estado Francês em manter a primazia da língua francesa na região.

2 Tradução literal de *bond theory*.

que auxiliaram na consolidação do poderio da metrópole sobre a colônia. As atividades físicas foram tomando um espírito disciplinador e socializador, gerando instantes de reprodução da condição social naquele momento.

Ao contrário do que muitos poderiam supor, ao futebol não foi dado o estatuto de esporte-chefe do império britânico porque juntamente com ele também foi disseminado o *rúgbi* (*râguebi*) e o críquete, para citar os que mais se destacaram nesse “aspecto lúdico do colonialismo”. Ele foi disseminado por soldados, professores, comerciantes, mineiros, trabalhadores de ferrovias, e não através de um corpo diplomático, ou algum outro elemento institucionalizado da Coroa.

Depois desse “pontapé inicial”, o esporte foi difundido junto aos grandes empreendimentos públicos e privados que financiavam as práticas esportivas com o intuito de controlar as relações de trabalho. Assim, em Angola, temos o exemplo do Petro Atlético de Luanda, pertencente à Companhia Petrolífera, e o Ferroviário, identificado com a empresa estatal ferroviária. Importante salientar que a difusão dos esportes modernos, como maior exemplo o futebol, ocorreu em um momento de grandes transformações das sociedades africanas, no início do século XX, com alterações drásticas nos sistemas de trabalho, intensos processos de urbanização, controle veemente por parte do Estado sobre o território e os indivíduos, novas práticas nos sistemas familiares e nas hierarquias tradicionais (DOMINGOS, 2006).

Há mais fatos que comprovam a imposição da metrópole sobre a colônia por meio do futebol. Mas o que mais nos chamou a atenção foi o uso de colonizados nas seleções nacionais das metrópoles. Fomos buscar na história como tudo isso começou. Descobrimos que dentre as principais potências coloniais, a que mais cedo se aproveitou do artifício de utilizar um colonizado na seleção da metrópole foi a França, que em 1931 contou com a presença de um negro no mais alto nível internacional. O jogador que abriu as portas foi Raoul Diagne, nascido na Guiana Francesa, de pais senegaleses. Inclusive o seu pai, Blaise Diagne, foi um dos primeiros deputados negros da Assembleia Nacional Francesa representando o território do Senegal. Diagne estreou numa derrota para Tchecoslováquia por 2 a 1, em 15 de fevereiro de 1931 (JACQUES, 2010). Em contraste com a sua rival histórica, a primeira vez que a Inglaterra teve um negro no time principal foi em 1978, quando Viv Anderson, nascido em Nottingham, mas com ascendência jamaicana, entrou em campo na vitória de 1 a 0 contra, curiosamente, a mesma adversária dos franceses, a Tchecoslováquia. (VASILI, 2000).

Opostamente ao que acontece na França, onde ainda persiste um debate público³ sobre a participação de jogadores das ex-colônias na seleção nacional. Em Portugal, ao menos, isto aparenta ser velado ou já *naturalizado*. Essa diferença pode acontecer devido aos distintos “estilos” de serem *imaginados* franceses e portugueses tanto os de além-mar, quanto os da metrópole, e dos recursos de que se utilizaram para isso. O uso de jogadores africanos na *seleção*

3 O debate público na França acontece em torno da ascensão no campo político da Frente Nacional, o partido de extrema direita, simultaneamente, aos sucessos da seleção nacional no cenário internacional entre o fim da década de 1990 e início dos anos 2000, sobre a participação dos jogadores das ex-colônias nessa equipe europeia (Cf. VIDACS, 2004).

*das quinas*⁴, por exemplo, data de 1937, quando Guilherme Espírito Santo, atleta benfiquista, ajudou na vitória do seu selecionado ante a seleção da Espanha por 2 a 1, em pleno solo espanhol. Espírito Santo nasceu em Lisboa de pais angolanos, mas devido a problemas familiares retornou a Luanda e foi criado lá até os 17 anos (TOVAR, 2011). Desde então, Portugal soube aproveitar esse aspecto das suas colônias ultramarinas da África, tratando o esporte como um instrumento a favor do Estado, o que Nolasco (2012) salienta como *o colonialismo ideal*. A instrumentalização chegava a ponto da ex-metrópole possuir clubes-satélites na África, exemplo disso é ligação do Benfica lisboeta com o homônimo luandense, e o laço estreito entre o Sporting de Lisboa com o homônimo de Lourenço Marques (atual Maputo)⁵.

A partir de então, a seleção portuguesa se locupletou do sistema colonial convocando jogadores negros nascidos nas províncias ultramarinas. Dentre estes, podemos destacar Matateu, a *Oitava Maravilha*, moçambicano, que chegou aos Belenenses em 1951 aos 24 anos levado por um ex-jogador dessa equipe, e por lá permaneceu durante 12 temporadas, conquistando uma Taça de Portugal, tornando-se por duas ocasiões o artilheiro do campeonato nacional e pela seleção marcando 13 gols em 27 jogos; Mário Coluna, o *Monstro Sagrado*, também de Moçambique, aportou no Benfica em 1954 aos 19 anos após ser observado quando jogava pelo Desportivo de Lourenço Marques, foi bicampeão europeu de clubes, levantando 17 troféus nacionais, entre títulos da Primeira Divisão e Taças de Portugal, e pela seleção jogou 57 vezes marcando 8 tentos; e Eusébio, o *Pantera Negra*, tido como o maior futebolista “português” de todos os tempos, nascido na capital moçambicana.

Reza a lenda que Eusébio, filho de pai branco angolano e mãe negra, iniciou seu percurso esportivo na Europa de maneira confusa. Teve seu local de trabalho incerto, pois não se sabia se iria à Luz, estádio benfiquista, ou ao José Alvalade, “casa” do Sporting. A incerteza só foi sanada após o Benfica, sabendo que a jovem promessa de 17 anos estava destinada aos seus rivais, depois de se destacar na filial sportinguista de Moçambique, ter ludibriado os dirigentes leoninos⁶ e contratado o jovem atleta. Na Luz, conquistou quase todos os troféus e prêmios que disputou, entre eles estão 16 títulos nacionais e um da Copa dos Campeões Europeus de 1962. Foi eleito no ano de 1965 o melhor jogador da temporada europeia com o prêmio *Ballon d’Or*, da revista francesa *France Football*, além de ter marcado 638 gols em 614 jogos⁷ com a indumentária encarnada⁸.

4 Uma das alcunhas da seleção de Portugal.

5 Com a independência de Moçambique, o Sporting Clube de Lourenço Marques foi obrigado pelo novo governo a ser renomeado. O novo nome escolhido foi Clube de Desportos do Maxaquene e, por consequência, também mudou suas cores, ao invés do verde e branco optou pelo vermelho e azul.

6 Leonino é uma referência ao leão, mascote do Sporting.

7 As estatísticas referentes aos números de jogos e gols marcados por Eusébio podem ser encontradas em Sport Lisboa e Benfica (2014).

8 Encarnados é uma das alcunhas do Benfica devido à cor vermelha do seu uniforme.

Era muito comum que esses jovens atletas fossem descobertos através de uma relação entre clubes-mãe e clubes-satélite. Tratava-se de verdadeiras filiais esportivas portuguesas no além-mar, já que a partir dessa grande quantidade de sucursais também foi se espalhando o modelo disciplinador da metrópole sobre a colônia. Em Portugal, há três grandes clubes esportivos, dois deles situados na capital e um localizado ao norte, na cidade do Porto. Além do futebol, todos os três possuem equipes em outros esportes, como basquetebol, voleibol, hóquei sobre patins, futsal, etc. Para se ter ideia do tamanho dessa rede colonial esportiva, vejamos o exemplo do Sporting Clube de Portugal, que além da já citada filial da capital moçambicana, teve filiais, casas ou delegações em Luanda (que foi a primeira neste modelo, criada em 1922), São Tomé, Príncipe, Bissau, Praia, Porto Novo, São Vicente, estas três últimas em Cabo Verde; Nampula, Beira, Quelimane, estas três localidades em Moçambique; Benguela, Cabinda, Sá da Bandeira, Namibe (antiga Moçâmedes), Huambo, Sumbe, Silva Porto (atual Kuito) e Malange, todas estas últimas em Angola. O seu rival lisboeta, o Sport Lisboa e Benfica tem (ou teve) representações em Luanda, Bissau, Quelimane, Huambo. Para o Futebol Clube do Porto, as suas filiais se localizam em Angola, nas cidades de Luanda, Cabinda e Uíge; na Guiné-Bissau em Cachungo, Tombali e Bafatá; e em Cabo Verde, em São Vicente⁹. E sequer disfarçavam a ligação, até porque levavam em suas nomenclaturas oficiais os nomes dos “clubes-mãe”, muitas das vezes para se aproveitarem da paixão dos torcedores locais pelos clubes portugueses. Além da presença destas representações, havia também a transmissão das partidas das *equipas* lusitanas através do rádio e excursões delas para a África, um exemplo do papel da imprensa em “alargar” o território português. “Estas práticas, cujos efeitos ultrapassavam o âmbito do futebol, *podem ser interpretadas como parte de um plano mais geral da promoção da hegemonia colonial* [grifo nosso]” (DARBY, 2006, p. 426).

Foi através dessa rede de prospecção dos melhores jogadores dessas localidades que os três gigantes portugueses foram se abastecendo e, conseqüentemente, abastecendo a seleção nacional. Confirmava-se, desta forma, a mensagem que o governo ditatorial queria transmitir aos seus cidadãos: a de um amplo território, que se estendia da Europa à Ásia, passando pela África, com uma população unida em torno da mesma bandeira, sem preconceitos entre si, com ordem e disciplina.

O futebol acabou criando um grande paradoxo para a administração colonial, com a instituição do regime do indigenato (como veremos a seguir) e a exploração laboral. Os grandes clubes das metrópoles acabaram por estender essa lógica administrativa para os seus propósitos, e ao contratar os melhores jogadores africanos, eles os tratavam de maneira diferente dos jogadores nativos da metrópole. Como por exemplo, a diferença salarial entre eles, que é testemunhada pelo angolano António Dinis: “I signed a very inexpensive contract with Sporting. I won the National Championship and the Portuguese Cup; I am a member of

⁹ As pesquisas feitas sobre as localidades dos clubes-satélites foram realizadas através dos sites oficiais dos clubes portugueses (www.sporting.pt; www.slbenfica.pt; www.fcporto.pt).

the Portuguese national team and, in spite of all this, I had wages that were inferior to the team's reservists"¹⁰ (COELHO; PINHEIRO apud CLEVELAND, 2013, p. 31). Os dirigentes esportivos em Portugal estavam bem cientes que os salários oferecidos na Europa eram muito superiores aos disponíveis na África, desse modo, para os jogadores havia pouco espaço para exigências de aumento. Na prática, os jogadores das colônias eram a mão de obra indígena trabalhando na metrópole.

Relações entre metrópole/colônia/sujeito em debate

O uso dos colonizados nas seleções das metrópoles, conforme descrito no tópico anterior, ocorreu em razão do entendimento legal da submissão destes para com os metropolitanos. Assim foram criados dispositivos jurídicos que os legitimasse. Dessa forma, todos os cidadãos do território, independente da sua localização geográfica, eram considerados pertencentes àquele Estado europeu, mas em “estágios” distintos. Grosso modo, esses estágios eram divididos em: indígena, o nativo negro “selvagem”; assimilados, classe de indivíduos que tinham uma “característica europeia” aos olhos do colonizador; e o metropolitano, que como o nome já nos diz, era o indivíduo branco nascido na Europa. Tudo baseado na concepção, que à época se tinha, do termo *civilização*, cujas premissas eram a da superioridade da cultura europeia sobre as outras, e ainda, que essas outras só “evoluiriam” a partir do contato com aquela do Velho Continente. Tomando como exemplos os casos de Portugal e França, veremos como cada um entendia os seus *cidadãos d'além-mar*.

a) O caso português

Nas terras lusas se tinha o entendimento, a partir da ideia do lusotropicalismo¹¹, que Portugal era por natureza uma nação que possuía uma predisposição “diferenciada” das demais na questão da colonização, baseada nos seus empreendimentos mercantil-coloniais anteriores. O que os fatos nos mostram, no entanto, é uma continuação da ideologia colonialista das outras

10 “Eu assinei um contrato muito barato com o Sporting. Eu ganhei o campeonato nacional e a Taça de Portugal; eu faço parte da seleção portuguesa e, apesar disso tudo, eu tenho salário que é inferior ao de um reserva da equipe”.

11 O lusotropicalismo é uma ideologia elaborada por Gilberto Freyre que trata de uma qualidade de adaptação inata dos portugueses com relação aos trópicos. Essa pretensa aptidão natural adviria da sua plasticidade e miscibilidade congênita, resultado da própria origem étnica híbrida através dos contatos com os mouros e judeus entre a Península Ibérica e o norte da África. Essa ideia foi “abraçada” pelo governo ditatorial de Oliveira Salazar e largamente propagada durante os seus mandatos. Interessante é que tal ideologia se tornou massificada entre a população a tal ponto que mesmo após o fim da ditadura, a esquerda portuguesa teorizou o *quasi* pertencimento de seu país ao bloco do Terceiro Mundo, algo que permitiu a Portugal alegar sua capacidade de manter ou construir excepcionais conexões não imperialistas com países do Terceiro Mundo, em um tipo de relação Sul-Sul (MORIER-GENOUD; CAHEN, 2012).

potências europeias¹². A própria transformação dos seus habitantes na África em súditos, administrados por sistemas legais desiguais, cristalizados em categorias rígidas e forçados a processos de assimilação, em razão da suposta impossibilidade da convivência entre estes e os europeus, é uma comprovação da implantação dessa ideologia (SANTOS apud MENESES, 2010).

O termo *indígena* sintetiza a relação metrópole/colônia/sujeito. É assim que são tratados os nativos da colônia. Os indígenas, segundo o artigo 2º do *Estatuto do Indigenato* (FERREIRA; VEIGA, 1957, p. 14) em Portugal, eram identificados como “... os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a *ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses* [grifo nosso]”. Criava-se uma situação ambígua para a compreensão desse sujeito, pois ele é nativo do território onde nasceu, um território sob o jugo de um Estado estrangeiro, mas também não é completamente aceito por esse Estado. “Temos assim que os indígenas são *súditos portugueses, submetidos à proteção do Estado português, mas sem fazerem parte da Nação* [grifo nosso em negrito], quer esta seja considerada como comunidade cultural (...), quer como associação política dos cidadãos” (CAETANO apud FERREIRA; VEIGA, 1957, p. 13). Este Estado, não se dando por satisfeito, ainda impunha o trabalho forçado para os nativos, que aparece desde 1899 no *Regulamento do trabalho indígena*. O seu artigo 1º estabelece que todos os indígenas das províncias portuguesas do além-mar estão sujeitos à *obrigação moral e legal* de adquirir através do trabalho os meios que lhes faltassem para substituir e melhorar sua condição social. Estes tinham a “liberdade” de escolher a maneira de cumprir tal imposição, o que, caso não fosse feito, poderia lhes ser imposto pelas autoridades (MENESES, 2010).

Importante notar que, mesmo após a instauração da república em Portugal em 1910, a conduta do governo para com suas províncias ultramarinas permaneceu inalterada.

[...] o poder colonial português assentou (...) num conjunto de práticas coercivas que violavam o cerne dos valores democráticos que o novo governo defendia. Os africanos transformaram-se em súditos indígenas, e não [em] cidadãos; tinham deveres, mas poucos ou nenhuns direitos (MENESES, 2010, p. 77).

O estabelecimento legal da distinção entre portugueses europeus e os “portugueses” africanos se consolida a partir das ideias evolucionistas de Antonio Enes, ministro do ultramar e comissário régio em Moçambique, para quem era totalmente incompatível a incorporação política das populações africanas ao mesmo patamar da cidadania portuguesa; ideia resumida na seguinte assertiva: “Por enquanto, é preciso, nas nossas possessões, a existência de, pelo menos, dois estatutos civis e políticos: um europeu e outro indígena. Não quer isto dizer que seja

12 “... it is true that the economic, financial, military, and political power of Lisbon was inferior to that of London and Paris. But it is a difference of degree, not of nature” (MORIER-GENOUD; CAHEN, 2012, p. 7).

interdito a todos os indígenas o estatuto europeu, mas isso depende da sua instrução e dos seus hábitos” (COSTA apud MENESES, 2010, p. 79). Justificava-se então, a elaboração de um estatuto específico para os colonizados na África. Entre esses dois continentes distintos nas suas diversas formas, mas simultaneamente interdependentes, ser europeu ou africano (indígena), no espaço colonial português, tornaram-se categorias que mantinham estatutos específicos para cada um.

O dispositivo legal que vai condensar toda essa ideologia colonial, baseada na distinção e submissão entre colonizador e colonizado, é o Estatuto do Indigenato, cuja primeira publicação data de 1926 e a última de 1954. Obviamente que antes desse estatuto havia uma série de leis e decretos que regulamentavam diversos elementos que compunham toda a estrutura colonial do governo português. Mas é no estatuto que se encontra todo o refinamento da lógica colonial portuguesa sustentada por um arcabouço legal dessa nova categoria inventada, na qual se encontravam os direitos e (muito mais) deveres dos indivíduos em solo africano, dentre os quais, estava instituído o elemento do trabalho forçado. Como vemos, o estatuto é, também, reflexo da contradição do pretense empreendimento civilizatório e da exigência da ordem colonial, que se mostra patente com a criação da categoria indígena, algo totalmente contrário aos ideais dos novos tempos da Lusitânia republicana.

b) O caso francês

A França, assim como Portugal, entendia o nativo como indígena. Para normatizá-lo também elaborou o seu dispositivo legal: o *Code de l'indigénat*, que toma forma a partir da invasão francesa à Argélia na década de 1830 e se torna institucionalizado para as demais colônias em 1881. O regime não foi pensado como um sistema perene na lei que o criou inicialmente, prevendo-se uma duração de sete anos como um regime transitório, marcando uma etapa julgada como “necessária para a evolução” de um país em via de pacificação. No entanto, como a história nos mostra, o “código” do indigenato permaneceu vigente até a primeira metade do século XX.

Uma das coisas que mais surpreendem nesse regime é a ruptura causada no direito republicano francês. Tratava-se de um espaço jurídico novo, exclusivamente reservado aos nativos das colônias para os quais são criados os delitos e as penas inexistentes ou inaplicáveis no contexto metropolitano. Tal desrespeito às premissas do direito francês consistia, por exemplo: no exercício da autoridade administrativa como poder judiciário, na permissão às punições coletivas, nas deportações, na punição de práticas que a lei metropolitana não proibia e a interdição à defesa e à possibilidade de apelação. Certos delitos e penas eram baseados em situações excepcionais ocorridas em tempos de guerra, enquanto outros faziam parte do controle de proximidade em situação colonial, como a ofensa à autoridade e ao prestígio do colonizador, e a proibição de costumes locais como a magia e a nudez (MERLE, 2004).

As arbitrariedades eram inúmeras. As infrações concernem desde regras de higiene, como enterro de animais e recusa de vacinação, passando por normas de urbanismo, como construções ilegais, reunião sem autorização, saída do território da comuna sem permissão, recusa em aceitar a moeda francesa, até as questões que envolvessem a “boa ordem colonial”. Por boa ordem colonial entendiam-se as interdições às manifestações de resistência, à greve, às recusas de trabalho forçado e ao pagamento de impostos. As penas compreendem multas e aprisionamento por até quinze dias, embora as multas pudessem ser convertidas em dias de prisão; estas podiam ser cobradas até coletivamente, quando os indivíduos não eram identificados. Além disso, há alguns relatos em que a punição aplicada era o castigo corporal, mesmo sendo este ilegal (MERLE, 2004).

É com esse dispositivo legal que o governo francês, com a anuência dos líderes nativos, obriga o trabalho forçado aos negros, seja para utilização em obras públicas ou privadas. O pesquisador Babacar Fall (1993) distingue cinco modalidades de trabalho forçado na África Ocidental Francesa (AOF)¹³: a principal de todas era o recrutamento da mão de obra, forma coercitiva mais antiga usada, que baseava-se na pressão, intimidação e repressão exercidas pelos guardas dos *cercles*¹⁴ e agentes recrutadores; a prestação, que era uma requisição aos contribuintes, que além do pagamento de impostos, prestavam uma quantidade definida de dias de trabalho em “benefício” das obras públicas de interesse local; a segunda porção do contingente militar, que consistia em utilizar a lei militar obrigatória convocando os homens a servir o exército e aproveitando-se da parcela sobressalente determinando a utilização destes para as obras públicas; a mão de obra penal, formada pelos prisioneiros para a utilização em diferentes obras, desde construção de caminhos de sirga, manutenção dos cais e vias urbanas, até as reparações nos edifícios administrativos; e, por último, a obrigação de cultivar, pois para os teóricos da colonização, já que os africanos possuíam uma agricultura muito “primitiva”, a metrópole deveria impor certas culturas mais industrializadas com o objetivo de “educá-los”.

Embora seja conhecido como um *code*, a legislação referente ao indigenato não era formada por uma compilação unificada de textos jurídicos como o código civil ou penal. Por isso alguns especialistas em direito colonial preferem chamá-lo de *regime* para qualificar uma série de regulamentações esparsas, específicas em cada colônia encontradas de modo heterogêneo, sob formas variadas, de maneira total ou parcial (MERLE, 2004).

O regime do indigenato nas colônias francesas cobre, portanto, um nível duplo de repressão. O primeiro, exercido pelo governo, diz respeito aos atos graves ou julgados como tal colocando em “perigo a segurança pública”. Sendo que não havia nenhuma lista previamente definida desses atos considerados graves, o que deixa aos administradores locais uma larga margem de “flexibilização” (MERLE, 2004). E o segundo, dessa vez de uma maneira localizada, se dá em razão da vigilância

13 Região que reunia em uma mesma federação oito territórios durando de 1895 até 1958, sendo formada pelos seguintes países: Mauritânia, Senegal, Mali, Guiné-Conacri, Costa do Marfim, Níger, Burkina Faso, Togo e Benim.

14 *Cercle* é a menor unidade administrativa nas colônias francesas na África dirigida por um metropolitano.

cotidiana que os colonizados sofriam. Pois, através dos tipos de infrações especiais se encontram acionados o exercício de uma dominação total que não se exerce somente na ordem objetiva das práticas, mas também na ordem simbólica, na transmissão aos nativos dos signos ostentatórios do respeito ao “prestígio do colonizador” (SAADA apud MERLE, 2004).

Portanto, como podemos notar, o regime do indigenato, tanto em Portugal quanto na França, tratava-se de um sistema que não era apenas um instrumento de dominação simples, mas era também uma regulação da violência *legal*, uma violência exercida e patrocinada pelo Estado *aux enfants de la Patrie* considerados de “segunda e terceira categoria”. Observa-se, portanto, que por trás da “intenção civilizatória” da metrópole, encontravam-se os mecanismos objetivos e subjetivos para submeter às colônias as vontades da metrópole.

Os próprios Estados faziam questão de dividir suas respectivas “populações” entre indígenas, assimilados e cidadãos. Como acima referido, o indígena africano, além de ser considerado alguém de segunda classe, era submetido a trabalhos forçados, basicamente braçais, em profissões com baixa remuneração, sem acesso à educação, sujeitos à violência física e às arbitrariedades jurídicas. Ou seja, ele não vive uma vida autônoma e sim uma vida sofrida. Não obstante, para os não indígenas, os europeus que viviam na África e seus descendentes, a situação era diferente, pois tinham os mesmos direitos do europeu que vivia na metrópole (MENESES, 2010).

De acordo com Anderson (2008), o uso do termo *indígena* para as populações colonizadas sempre tinha uma carga semântica paradoxal, involuntariamente. Significava que as pessoas assim denominadas eram “inferiores” e, também, pertenciam a uma nação europeia, simultaneamente. A construção do sujeito colonial e do exercício do poder, ambos no discurso, demanda uma *articulação das diferenças*. A articulação é fundamental para considerarmos o corpo, que é a ferramenta de trabalho do jogador de futebol, como inscrito, ao mesmo tempo, na economia do lazer (*leisure*) e da aspiração (*aspire*)¹⁵ bem como nas *economias do discurso, da dominação e do poder* (BHABHA, 2007).

Assim sendo, a principal semelhança entre as concepções colonialistas dos Estados Francês e Português é a questão dos assimilados, que se tratava de um processo “europeizante” de determinados indivíduos, cujo objetivo era a formação de uma pequena elite de negros privilegiados que colaborassem com a colonização. Para o indivíduo sair da categoria indígena para a de assimilado, ele teria que, genericamente, cumprir alguns requisitos, como: falar corretamente o idioma da metrópole, possuir uma profissão que lhe desse o rendimento necessário para si mesmo e família, ter uma boa conduta social, praticar costumes considerados europeus¹⁶ e ter cumprido suas obrigações com o serviço militar.

15 Aqui tomamos a liberdade de modificar um pouco a leitura de Bhabha (2007) sobre essa questão. O pensador indiano escreve na sua obra original os termos *pleasure* (prazer) e *desire* (desejo), no entanto, para o trabalho aqui proposto reutilizamos as formas etimológicas dos sufixos das referidas palavras.

16 No caso português, isto significava, entre outros elementos, professar a fé católica.

Segundo Bhabha (2007), o objetivo do discurso colonial é apresentar as populações colonizadas como pessoas necessitadas daquele modelo de administração, com base na distinção racial, com o fim de justificar a conquista e o estabelecimento do modelo metropolitano de condução da vida social. Tal modelo de condução, ao disciplinar o território subjogado, apropria e domina quase todas as esferas da atividade social, incluídos aí os esportes. Assim, o discurso colonial produz um tipo de colonizado que é um “outro” e ainda assim inteiramente apreensível e visível.

Levando em conta a análise de Anderson (2008), podemos acreditar que essa “extensão do território” era auxiliada pelo uso em comum do mesmo idioma, uma imposição da metrópole, e também por causa do papel fundamental desempenhado por uma mesma imprensa que percorria todos os pontos importantes do Império. Ou seja, ela acompanhava os fatos de Lisboa e Paris e seguiam os acontecimentos de Luanda, Dacar, Bissau, Conacri, Abidjan, São Tomé, etc., por exemplo. É a noção da simultaneidade que construía solidariedades particulares. Um exemplo desta solidariedade específica é a torcida, nas antigas colônias portuguesas em especial, da maioria dos nativos pelas equipes da metrópole, pois como constatado em Moçambique, mesmo vinte anos após a independência somente 15% da população preferia as equipes locais às equipes portuguesas (BBC apud DARBY, 2006). Também havia a exportação dos jornais da metrópole, pois se imagina que o colono europeu que estivesse em alguma “província ultramarina” tivesse mais interesse pelas notícias de Paris, de Lisboa, de Marselha e do Porto, do que pelas de Argel, Lourenço Marques, Lomé e Benguela, por exemplo. Até os dias atuais podemos ver correspondentes e sucursais de jornais portugueses e franceses nessas localidades, registrando os fatos e reportando às matrizes como se ainda estivessem no período colonial, atrelado ao fato de que a procura agora é também dos imigrantes africanos que estão na Europa.

A extensão territorial também ocorria através do sistema educacional da colônia, pois para as crianças da África portuguesa e francesa também eram ensinadas as “histórias nacionais” das respectivas metrópoles e seus fatos relevantes para o mundo. *Imaginava-se* uma “naturalidade” para uma nação que, na maioria das vezes, era uma seleção daquilo que era “nacional” e do que não era. O próprio período salazarista foi mestre em criar esse aspecto “pan-lusitano”, até porque tinha como um de seus sustentáculos governamentais o exercício público do nacionalismo. Não é à toa que o mesmo instituiu como o feriado nacional a data de 10 de junho, referente ao Dia de Camões, de Portugal e da Raça, este último termo, como exultação da “etnicidade” portuguesa. O Estado luso sempre se valeu dos desfiles das forças armadas em todas as suas possessões, com o objetivo de demonstrar a *nation-ness* portuguesa, já que esta é “o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos” (ANDERSON, 2008, p. 28).

Como Anderson (2008) escreveu, as nações são *imaginadas*, já que fazem sentido para a “alma” e constituem objetos de desejos e projeções. Imaginadas no sentido dos cidadãos de uma mesma localidade terem em mente a imagem de uma mesma sociedade nacional, de um mesmo governo único e impessoal, tendo algum tipo de conexão, mesmo que involuntária. No entanto,

sabemos que todos esses cidadãos nunca irão se encontrar face a face. Uma nação que comparada a um organismo sociológico, que perpassa um tempo cronologicamente vazio e homogêneo, é uma espécie de comunidade sólida percorrendo a história, seja no sentido descendente ou ascendente. O que tornou palpável a possibilidade de imaginar novas comunidades foi a dinâmica entre o capitalismo, com seus novos modos e relações de produção, com o inovador papel da imprensa e a diversidade linguística do ser humano.

No caso específico dos Estados coloniais, o autor de *Comunidades Imaginadas* (2008) demonstra, no penúltimo capítulo da sua obra, que três instituições foram fundamentais na construção das *imaginações nacionais*: o censo, o mapa e o museu. Tais elementos aliados pensaram o modo como a metrópole encarava seu domínio ultramarino. Criando realidades unificadas, por mais diferentes que pudessem ser, instituíram suas próprias categorias raciais, histórias lógicas e sequenciais, mapas e fronteiras estabelecidas.

Os censos, mais que espelhar, construíram realidades claras e rígidas, permitindo prever políticas para essas populações devidamente imaginadas. Os mapas estabeleceram limites, demarcaram espaços e constituíram um novo discurso cartográfico capaz de comprovar a vetustez das unidades territoriais. Por fim, não se pode descurar da importância da imaginação museológica e dos serviços arqueológicos coloniais que se conformaram como instituições de poder e de prestígio (SCHWARCZ, 2008, p. 15).

A imaginação colonial se dava, também, através dos edifícios que se transformaram em monumentos, as histórias próprias que foram elevadas ao patamar de nacional. E então encontramos a trama fundamental desse pensamento totalizante e classificatório, ressignificando, quase que instantaneamente, datas em eventos públicos, fatos e locais em marcos da nacionalidade, tudo isto com tamanha flexibilidade, sempre com a chancela do Estado. Observa-se que, no que tange ao idioma da metrópole, ainda há simultaneidade de falantes de outros dialetos locais, criando situações em que o idioma europeu é falado fluentemente apenas por uma parcela da população e utilizado como a língua franca para a compreensão comum entre dialetos distintos.

Talvez tenha sido a partir desse entendimento de cidadãos “compatriotas” de várias partes do globo, mas participando de um mesmo universo cultural, como se todos estivessem num único amplo território sob o mesmo governo, que tenha surgido um espaço social autônomo de migração. Essa pretensa facilidade de adaptação à ex-metrópole seduz todos os anos cada vez mais os nativos das ex-colônias. Por espaço autônomo de migração entendemos, a partir do que foi explicado por Morier-Genoud e Cahen (2012), que são espaços estruturados, originalmente, a partir das sociedades metropolitanas, mas que se tornaram autônomos da metrópole e se ampliaram além do espaço político, cujo movimento acontece à demanda do Estado e/ou de grandes companhias privadas.

As relações neocoloniais

Após os conflitos que se seguiram pela luta da independência das colônias africanas, no pós-Segunda Guerra, as políticas de construção de Estado dos recém-libertados territórios se tornaram com frequência um verdadeiro entusiasmo de nacionalismo popular. Some-se a isso a instigação sistemática da nova ideologia nacionalista, através dos meios de comunicação de massa, como do rádio e do jornal e, sobretudo, por meio do sistema educacional e das novas normas administrativas que foram levadas a cabo da noite para o dia assim que estes países conseguiram sua autonomia política (ANDERSON, 2008).

De fato, essa mistura dos novos nacionalismos, tanto por parte oficial quanto por iniciativa particular, foi o corolário das anomalias criadas pelo imperialismo europeu. Exemplos disso são a definição arbitrária das fronteiras e a imposição frágil da elite intelectual bilíngue sobre as populações monoglotas (ANDERSON, 2008). Isto resultou, contemporaneamente, em projetos de Estados-Nações ainda inconclusos que estão se solidificando no cenário das relações internacionais. Interessante notar a equivalência que há entre a extensão territorial com os novos nacionalismos, o que vai ser indicado no uso do contorno do mapa como um dos emblemas nacionais, que exemplifica a materialidade do nascente nacionalismo, o mapa logo imediatamente identificável e singular nos brasões de armas na pós-independência. Como exemplo, nesse sentido, há os casos de Moçambique, que tem o contorno do mapa olhado a partir do Oceano Índico, dos Camarões e de Madagascar, simbolizando um processo de mudança de um Estado colonial para um Estado nacional singular e independente.

No entanto, mesmo após as independências dessas nações e possuídas por todo esse furor nacionalista, as ex-colônias continuaram a manter um vínculo direto e indireto com as antigas metrópoles. O vínculo direto se mostra nos acordos sociocomerciais, como o Acordo de Cotonou¹⁷, a Francofonia¹⁸ e a CPLP¹⁹, por exemplo; o indireto, ou não formal, se apresenta nas intenções particulares explícitas ou não dos cidadãos dos países inseridas na relação que uma vez foi metrópole-colônia.

Tomando os nossos casos em questão como exemplo, a relação neocolonial entre Portugal, França e suas ex-colônias no futebol se mostra em fluxo frequente. Portugal, por exemplo, continua sendo um dos principais destinos de jogadores africanos, sendo a maioria destes oriundos da África lusófona, correspondente a 65% (DARBY, 2006). Não nos esqueçamos de que foi o mesmo Portugal pioneiro no uso de mão de obra escrava negra em 1510. Os agentes

17 Trata-se de um acordo entre a União Europeia e países da África, Caribe e do Pacífico (ACP), que tem como objetivo, a redução da pobreza, a contribuição ao desenvolvimento sustentável e a gradual integração dos países da ACP na economia mundial.

18 A Organização Internacional da Francofonia (OIF) é uma entidade que reúne países cuja língua oficial é a francesa. Seus objetivos são a promoção do idioma francês, da paz e dos direitos humanos, o apoio à educação e à pesquisa científica, e a cooperação para o desenvolvimento sustentável.

19 CPLP é a sigla para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, entidade com os mesmos propósitos da Francofonia para os países de língua portuguesa.

dos jogadores e dirigentes de clubes utilizam-se do artifício de que a melhor porta de entrada para a Europa para esses jovens imigrantes é através de Portugal, entre outras coisas, em razão do uso do mesmo idioma. Isso é uma forma patente de exploração neocolonial da antiga metrópole, pois como salienta Darby (2006, p. 427),

[...] esta estratégia pode ser comparada às práticas imperialistas e neo-imperialistas de exploração económica, no sentido em que envolve a localização, [prévio] refinamento e exportação de matérias-primas — neste caso, o talento futebolístico — destinadas ao consumo no mercado europeu.

Ou seja, além de ter sugado quase todos os recursos naturais e matérias-primas baratas no passado (e ainda no presente), encontraram no futebol mais uma modalidade para exercer sua força neocolonial.

As migrações de jogadores de futebol também contribuía para um mais amplo poder de influência cultural portuguesa e francesa. Entre as décadas de 1950 e 1960, as potências europeias se utilizaram dessa prerrogativa “utilitarista”, as conexões entre ex-metrópole e ex-colônia, tornando-se cada vez mais frequente o fluxo migratório dos jogadores africanos à Europa, sendo que os três principais destinos são ex-metrópoles: na ordem, França, Bélgica e Portugal (DARBY, 2006).

Nesse mesmo período, o futebol francês, por exemplo, começa a ser preenchido cada vez mais por jogadores do oeste africano, que vão, por sua vez, tomando o espaço dos norte-africanos²⁰, tendo como seus precursores o beninês René Gaulon, meia do Stade Français, o marfinense Jean Tokpa, atacante do Montpellier, e o camaronês Eugène N’Jo Léa²¹, atacante do Saint-Étienne, ainda na década de 1950. Curioso notar que os primeiros negros que aportaram para jogar na França eram associados na imprensa ao campo semântico do extraordinário, do fenomenal, do misterioso. Eles eram denominados como “os diabos”, “os magos”, “os bruxos”, “as pérolas”, “os terrores”, “os maravilhosos” (BOLI, 2010a; 2010b).

É com a chegada do malinês Salif Keïta em 1967 ao Saint-Étienne, e o seu retumbante sucesso, que se modifica a percepção sobre os jogadores africanos na França e, logo, cria-se o

20 Na temporada 1963-64, a quantidade de jogadores da África Subsaariana ultrapassa aqueles provenientes da região do Magrebe, 23 contra 22 (BOLI, 2010b).

21 A história de vida de N’Jo Léa é muito curiosa e inversa ao que são, atualmente, as histórias dos jogadores imigrantes, pois durante toda a sua carreira no futebol concomitantemente manteve-se ligado aos estudos. Ele vai para a França em razão de uma bolsa de estudos secundarista, ao chegar lá, joga por diversão pelo modesto time do Roche-la-Molière destacando-se, ao marcar 11 dos 12 gols de sua equipe. Assim, o camaronês desperta a atenção do grande clube da região, o Saint-Étienne, que o contrata em 1954 e lá passa os cinco anos seguintes. O atacante sai dessa equipe em razão da cidade *stéphanoise* não possuir uma universidade, logo ele se transfere à Lyon para jogar pela equipe local e iniciar seus estudos superiores na faculdade de Direito. Após dois anos nessa cidade, ele obtém o diploma e decide fazer uma pós-graduação. Novamente, ele muda de clube, e vai atuar na capital francesa, pelo Racing, cuja estadia durou apenas uma temporada. Em seguida, após a finalização dos seus estudos, ele se torna um diplomata estagiário em Roma, cuja ocupação não era possível conciliar com a de jogador de futebol, em razão disso, o camaronês opta por abandonar o mundo da bola (BARREAUD, 1997).

interesse mais acentuado por eles. A imprensa exaltada o classificou entre os melhores jogadores do mundo naquele momento, que eram Pelé e Eusébio. Logo no ano seguinte à sua chegada, o “estrela negra” torna-se o primeiro negro a ser eleito o melhor jogador estrangeiro da França. O seu sucesso vai além das quatro linhas; ainda em 1968, em razão da atenção despertada sobre os jogadores do continente negro, a *France Football*²² lança a sua edição africana. Para ela, existiam dois propósitos: o primeiro, de permitir aos africanos conhecerem melhor o futebol do próprio continente e, assim, mensurar o seu progresso esportivo; e o segundo, o de transmitir as notícias, também, aos africanos instalados na França (BOLI, 2010b).

Desde então, as ex-metrópoles permanecem sendo os principais destinos dos ex-colonizados. Segundo dados apurados por Ricci (apud BALE, 2004), são inúmeros os casos que comprovam a perdurabilidade dessa situação. Por exemplo, a maioria dos jogadores argelinos está na França, assim como três quartos de jogadores emigrados do Senegal, a metade dos futebolistas marfinenses e um terço de atletas camaroneses; no caso lusófono, direcionam-se para Portugal mais de 93% dos jogadores angolanos.

Como forma de aferir dados quantitativos que constatem essa presença de imigrantes no futebol nesta temporada, levamos em conta as duas primeiras divisões de Portugal e da França. Na terra lusa, a presença dos africanos lusófonos e descendentes nas camadas superiores da pirâmide do futebol representa praticamente 10% em cada uma das divisões. Já na França, a porcentagem dos africanos francófonos²³ e descendentes é maior do que os seus congêneres lusófonos. Eles representam cerca de 40%, na primeira divisão, e 47% na divisão abaixo²⁴. Lembramos que a maior presença dos africanos das ex-colônias se encontra nas divisões inferiores, a terceira em diante²⁵, onde o futebol é praticamente amador, o que exige dos clubes um investimento bem menor aos das duas primeiras divisões e regulamentações mais frouxas para inscrição de atletas.

É até compreensível essa diferença encontrada entre os países aqui estudados, pois, enquanto a França possuía o que hoje corresponde a 20 Estados-Nações na África, além dos protetorados no Caribe; Portugal dominava “apenas” 5 no continente negro. Ou seja, um país colonizava quatro vezes mais territórios do que o outro e essa disparidade acaba sendo refletida na porcentagem da quantidade de ex-colonizados e seus descendentes nas ex-metrópoles. Tal porcentagem é explicada também porque as equipes francesas se valem da regra que os jogadores provenientes de países signatários do Acordo de Cotonou não são contabilizados

22 Trata-se da revista esportiva mais prestigiosa da França, criada em 1946, que tem uma periodicidade semanal.

23 Excluimos desta contabilidade os africanos oriundos do Congo - Kinshasa, que apesar de ser um país francófono foi colonizado pela Bélgica.

24 Tais porcentagens foram calculadas a partir das relações de jogadores inscritos em cada divisão através das informações disponibilizadas nos sites <http://www.zerozero.pt> e <http://www.leballonrond.fr>. A escolha destes sites se dá em razão do fato de que são locais que atualizam os plantéis de cada equipe regularmente.

25 Os dados apresentados por Bale (2004) apontam que 54% dos jogadores africanos que estão na França jogam nas divisões mais baixas, e em Portugal essa mesma situação é representada por 56%.

como estrangeiros pela liga francesa. Portanto, os clubes franceses se aproveitam de um tratado neocolonial, o qual inicialmente surgiu como proposta da União Europeia para ajudar a redução da pobreza dos países signatários da África, do Caribe e da região do Pacífico para melhorar seus plantéis a um custo muito mais baixo do que se fossem buscar estrangeiros em outras localidades.

Tanto no caso português, como no caso francês, esse aliciamento dos jogadores provenientes das ex-colônias por parte dos clubes se dá por dois motivos patentes, pelo menos: primeiro, pelo preço de contratação que é inferior quando comparado com jogadores de outras localidades; e segundo, pela (suposta) herança cultural comum, o uso do mesmo idioma, um pretense comportamento homogêneo que já seria conhecido pela ex-metrópole. Geralmente, tal aliciamento ocorre em razão de uma verdadeira rede criada entre os clubes dos dois continentes por uma personalidade africana de prestígio no clube europeu. Ademais, entre as motivações do migrante, está o aspecto econômico, que é sempre determinante, mas também, o desejo de fazer da sua paixão seu ofício e assim modificar o seu destino social de precariedade. Através do ofício de futebolista, o indivíduo pode transformar não apenas sua vida, bem como a de vários membros da família (BOLI, 2010b).

Além disso, durante a pesquisa destes dados descobrimos casos de angolanos, cabo-verdianos e guineenses de Bissau que decidem “tentar a vida” profissional no futebol na França, sem passar por Portugal. Isto nos mostra que, atualmente, não há uma parada obrigatória na Terra de Camões. Ao contrário do que ocorria antes, como foi constatado num depoimento de Eusébio: “To become professionals we had to go to Portugal”²⁶ (ARMSTRONG, 2004, p. 255). Essa escolha se dá, provavelmente, em decorrência de que na França o salário pago seja maior²⁷ e das condições estruturais de trabalho mais desenvolvidas.

A utilização desse recurso neocolonial nas ligas domésticas acaba auxiliando as seleções nacionais europeias, pois em razão da atribuição da dupla nacionalidade facilita-se a convocação desses jogadores. Fizemos uma rápida pesquisa e constatamos que em todas as participações de Portugal nos Mundiais de futebol (1966, 1986, 2002, 2006, 2010, 2014), a *seleção das quinas* contou com ao menos um luso-africano, exceto quando de sua participação no México, em 1986, embora Rui Jordão, angolano, tenha contribuído para o desenvolvimento dessa equipe mundialista durante as Eliminatórias para aquela Copa e também na Euro²⁸ de 1984. Na primeira dessas participações, na Inglaterra, em 1966, a equipe contou com quatro luso-africanos dentre os 22 convocados: Vicente Lucas, Eusébio, Mário Coluna e Hilário, todos moçambicanos. Em 2002, contou com a participação do Abel Xavier, também oriundo de Moçambique. Em 2006, estiveram presentes Costinha, de ascendência angolana; Miguel, de ascendência guineense; e Luís

26 “Para tornar-nos profissionais, nós tínhamos que ir para Portugal”.

27 Enquanto o salário médio dos jogadores da primeira divisão portuguesa era £21.291 mensais, na correspondente francesa, a média era de £82.327/mês (HARRIS, 2004).

28 *Euro* é abreviação para Campeonato Europeu de Futebol, também conhecido no Brasil como Eurocopa.

Boa Morte, de ascendência cabo-verdiana. Em 2010, foram convocados: Rolando, nascido em Cabo Verde, e Miguel, que novamente foi convocado; além de três brasileiros, o alagoano Pepe, o baiano Liédson e o paulista Deco, cuja participação não afeta propriamente esta discussão, mas revela a importância e o peso da presença dos estrangeiros lusófonos nessa seleção. Em 2014, os representantes dessa categoria foram William Carvalho, de Angola; Éder, da Guiné-Bissau; Nani e Silvestre Varela, de Cabo Verde.

Na seleção francesa, o caso de jogadores africanos nos mundiais também é recorrente. A utilização de jogadores magrebinos é anterior a dos jogadores negros, pois temos o caso de Villaplane, em 1930, e Alcazar, em 1934. Mas, a partir da Copa de 1938, há a concomitância das duas regiões africanas na seleção, com as convocações de Diagne, Ben Bouali, Bastien e Brusseaux, o primeiro de ascendência senegalesa e os outros argelinos. Desde então, em todas as Copas do Mundo que *Les Bleus* participaram, há a inclusão de jogadores das ex-colônias e dos territórios ultramarinos, seja da África ou das Antilhas. Como constatação, na última Copa do Mundo realizada em 2014, dos 23 selecionados, 8 eram nascidos ou tinham ascendência nessas localidades: Evra, Sagna e Sakho, do Senegal; Varane e Rémy, da Martinica; Benzema, da Argélia; Sissoko, do Mali; Pogba, da Guiné-Conacri.

Considerações finais

Depois de tudo isso que aqui levantamos acerca do debate em torno dos temas sobre colonialismo, nacionalismo e futebol, como a prática cultural intermediária desses fenômenos sociais, convém levar em conta as novas formas do colonialismo ou, segundo alguns, o neocolonialismo, que aparece nos moldes do contínuo exercício da força econômica das equipes europeias sobre as equipes africanas. Não se pode, no entanto, esperar outra atitude por parte das equipes do continente negro, já que a dependência comercial da venda de jogadores é patente, o que acaba contribuindo de maneira a empobrecer tecnicamente e desacelerar o desenvolvimento das mesmas devido aos termos e condições impostos verticalmente. Curioso que Portugal, antes o destino final dos jogadores afro-lusófonos, agora é considerado o destino intermediário, que serve àqueles como um *stage* (“estágio”) antes de alguns deles atuarem nos melhores *stages* (“palcos”) da Europa. Como bem observou Boaventura de Sousa Santos, “Portugal [é] como [um] mediador entre o centro e a periferia” (apud RIBEIRO, 2003, p. 3).

Como podemos notar, o futebol ainda é um meio de mobilidade social, maneira pela qual a sociedade se integrava, chegando a ser, para alguns afortunados por esse talento, um modo de se chegar até a metrópole. Era um dos poucos casos em que era concedido espaço e visibilidade aos africanos. Neste esporte, podemos fazer uma associação do que ocorre com a África ainda na contemporaneidade, pois a matéria-prima bruta é africana, mas a produção final é europeia. É lá que os atletas são “lapidados”, as “pérolas brutas” são levadas cada vez mais cedo. Os jovens atletas são cooptados pelos centros de treinamento de futebol juvenil financiados por

equipes europeias nos Camarões, no Senegal, na Costa do Marfim, que ali se instalaram a partir da década de 1990, cujo objetivo é alimentar os clubes financiadores (BOLI, 2010b). Ou seja, constata-se, estritamente, uma produção tipo exportação.

No fundo, há que se observar que apesar do surgimento dos Estados nacionais na África portuguesa, é ainda pela língua de Camões que tanto Angola, quanto Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, são *imaginadas* e se comunicam com o mundo externo. O mesmo pode-se dizer da África francesa, onde os dialetos crioulos também são reservados para as relações sociais internas apenas. Isso significa que, apesar da independência política ter sido conquistada, mesmo que através de manchas de sangue, ainda há, queiram ou não, uma certa dependência cultural, e, em alguns setores, econômica, como no caso específico do futebol, desses países africanos para com a antiga metrópole. “Uma vez colônia, (quase) sempre colônia”. Esta frase significa que para uma ex-colônia, que se tornou independente no século XX, a descolonização é um diálogo intermitente com o passado colonial. Isto é, um diálogo que sofreu uma interrupção apenas momentânea, mas que aparece na vida social em situações significativas.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARMSTRONG, Gary. The migration of the Black Panther: an interview with Eusébio of Mozambique and Portugal. In: ARMSTRONG, Gary; GIULIANOTTI, Richard (Orgs.). **Football in Africa**: conflict, conciliation and community. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.
- BALE, John. Three geographies of African footballer migration: patterns, problems and postcoloniality. In: ARMSTRONG, Gary; GIULIANOTTI, Richard (Orgs.). **Football in Africa**: conflict, conciliation and community. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.
- BARREAUD, Marc. **Dictionnaire des footballeurs étrangers du championnat professionnel français (1932-1997)**. Paris : l'Harmattan, 1997.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 5.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- BOLI, Claude. La perception des joueurs africains en France : projection et imaginaire colonial. **Hommes et migrations** – Revue française de référence sur le dynamiques migratoires, Paris, s/v., n. 1285, 2010a. Disponível em <<http://hommesmigrations.revues.org/pdf/1188>>. Acesso em 26 nov. 2016.
- _____. Les footballeurs noirs africains en France: des années cinquante à nos jours. **Hommes et migrations** – Revue française de référence sur le dynamiques migratoires, Paris, s/v., n. 1285, 2010b. Disponível em <<http://hommesmigrations.revues.org/pdf/1173>>. Acesso em 26 nov. 2016.
- CLEVELAND, Todd. Following the ball: African soccer players, labor strategies and emigration across the Portuguese colonial empire, 1949-1975. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 26, dez. 2013. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-37942013000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 jan. 2017.

- DARBY, Paul. Migração para Portugal de jogadores de futebol africanos: recurso colonial e neocolonial. **Análise Social**, Lisboa, v. 41, n. 179, 2006. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218721687I4bIK7nc-2Cd19RE4.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2016.
- DOMINGOS, Nuno. Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: sobre o caso moçambicano. **Análise Social**, Lisboa, v. 41, n. 179, 2006. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218721655B5jHL2dx8Yi-23BI5.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2016.
- FALL, Babacar. Le travail force en Afrique occidentale française (1900-1946). **Civilisations**, Bruxelas, s/v., n. 41, 1993. Disponível em <<http://civilisations.revues.org/pdf/1717>>. Acesso em 26 nov. 2016.
- FERREIRA, José Carlos N.; VEIGA, Vasco Soares da. **Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique**. 2. ed. Lisboa: s.n., 1957.
- HARRIS, Nick. Premier League wages dwarf those around Europe with top-flight players in England earning an average of £2.3million a year... almost 60 per cent more than in Germany. **Daily Mail**, Londres, 14 novembro 2014. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/sport/football/article-2833020/Premier-League-wages-dwarf-Europe-flight-players-England-earning-average-2-3million-year.html>>. Acesso em 24 dez. 2016.
- HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.
- JACQUES, Juliet. Diagne and the racial politics of Les Bleus. **In bed with Maradona**. 2010. Disponível em <<http://inbedwithmaradona.com/journal/2010/11/14/diagne-and-the-racial-politics-of-les-bleus.html>>. Acesso em 15 jul. 2014.
- MENESES, Maria Paula G. O 'indígena' africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais. **E-cadernos CES**, Coimbra, s/v, n. 07, 2010. Disponível em <<https://eces.revues.org/pdf/403>>. Acesso em 14 nov. 2016.
- MERLE, Isabelle. De la «législation» de la violence en contexte colonial: le régime de l'indigénat en question. **Politix**, Paris, v. 17, n. 66, 2004. Disponível em <http://www.persee.fr/docAsPDF/polix_0295-2319_2004_num_17_66_1019.pdf>. Acesso em 13 nov. 2016.
- MORIER-GENOUD, Eric; CAHEN, Michel. Introduction: Portugal, empire, and migrations – Was there ever an autonomous social imperial space? In: _____ (Orgs.). **Imperial migrations: colonial communities and Diaspora in the Portuguese world**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.
- NOLASCO, Carlos. Entre a defesa e o ataque, os imigrantes do futebol português. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 7., 2012, Porto. **Atas...** Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2012. Disponível em <http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0775_ed.pdf>. Acesso em 10 nov. 2016.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo. **Oficina do CES**, Coimbra, s/v, n. 188, 2003. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/188.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2016.
- SCHWARCZ, Lilia M. Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SPORT LISBOA E BENFICA. **Avançados**. Disponível em: <[http://www.slbenfica.pt/SLB/Historia/GrandesJogadores/Avancados/tabid/309/mid/1456/dnnprintmode/true/language/pt-PT/Default.aspx?SkinSrc=\[G\]Skins%2F_default%2FNo+Skin&ContainerSrc=\[G\]Containers%2F_default%2FNo+Container](http://www.slbenfica.pt/SLB/Historia/GrandesJogadores/Avancados/tabid/309/mid/1456/dnnprintmode/true/language/pt-PT/Default.aspx?SkinSrc=[G]Skins%2F_default%2FNo+Skin&ContainerSrc=[G]Containers%2F_default%2FNo+Container)>. Acesso em 31 jul. 2014.
- TOVAR, Rui Miguel. Espírito Santo, o primeiro negro na selecção portuguesa. **Jornal I**. 2011. Disponível em <<http://www.ionline.pt/artigos/111812-espírito-santo-o-primeiro-negro-na-selecao-portuguesa>>. Acesso em 15 jul. 2014.

VASILI, Phil. Exploding into maturity: the Seventies and the Eighties. In: _____. **Colouring over the white line:** the history of black footballers in Britain. Edimburgo: Mainstream Publishing Co., 2000.

VIDACS, Bea. France in the Cameroonian football imagination. In: ARMSTRONG, Gary; GIULIANOTTI, Richard (Orgs.). **Football in Africa:** conflict, conciliation and community. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

Recebido em 09/01/2017

Aceito em 09/03/2018

A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO PROCESSO EDUCATIVO DE RESISTÊNCIA AO ITINERÁRIO PENALIZADOR DIRIGIDO AOS JOVENS DA PERIFERIA URBANA

RESTORATIVE JUSTICE AS AN EDUCATIONAL RESISTENCE PROCESS TO THE PENALIZER MODEL RELATED TO YOUNG PEOPLE OF URBAN PERIPHERY

Cezar Bueno de Lima*

Lindomar Wessler Boneti**

Resumo

O objetivo do artigo é compreender o fenômeno da violência juvenil urbana a partir de reflexões teóricas que evitam explicações monocausais da violência e da erosão da lei sem, entretanto, ocultar ou menosprezar o fato de os jovens oriundos das classes sociais subalternas constituírem o núcleo preferencial da atuação policial e do sistema de justiça juvenil. O estudo sugere a necessidade de implementação do modelo de justiça restaurativa como processo educativo vinculado à produção de saberes, experiências e decisões numa dimensão participativa entre os atores e órgãos implicados no processo, como estratégia de construção da autonomia e solução pacífica dos conflitos, alinhada à defesa e promoção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Violência Juvenil. Desigualdade. Direitos Humanos. Justiça Restaurativa.

Abstract

The objective of the article is to understand the phenomenon of urban youth violence from the description of some characteristics of public policies for social inclusion and forms of sociojudicial control in an open environment, for young people in conflict with the law. The work avoids monocausality analysis in explaining the violence and the erosion of law without, however, hide or downplay the fact that young people from the subaltern classes constitute the preferred core of the police action and the juvenile justice system. The study suggests the need to implement the restorative justice model as an educational process linked to production of knowledge, experiences and decisions in a participatory dimension as the involved actors and agencies in the process, as building strategy of autonomy and peaceful resolution of conflicts in line with defense and promotion of human rights.

Keywords: Youth Violence. Inequality. Human rights. Restorative Justice.

Introdução

As reflexões deste artigo são parte de estudos e pesquisas em desenvolvimento¹ que buscam identificar e estabelecer pontos de conexão e interdependência entre Direitos Humanos e a construção de espaços de participação e deliberação juvenil como forma de mediação e prevenção

* Doutor em Ciências Sociais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da PUCPR. E-mail: czarbueno@gmail.com

** Doutor em Ciências Sociais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da PUCPR. E-mail: lindomar@boneti.com

¹ Os estudos e pesquisas estão vinculados à linha de pesquisa Políticas Públicas e Educação em Direitos do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da PUCPR.

pacífica dos conflitos no espaço escolar. O objetivo do artigo é analisar o contexto penalizador da juventude na condição de pobreza e outras vulnerabilidades sociais compreendidas como expressão da questão social, portanto, da desigualdade entre as classes, das frágeis respostas estatais e atuação das forças sociais democráticas em defesa dos direitos humanos. O desafio do artigo é oferecer conceitos e argumentos teóricos que contribuam à compreensão do mundo de vida da juventude pobre e à realização de políticas públicas, como é o caso da justiça restaurativa, como forma de reverter o histórico de violência e exclusão social que recai sobre os jovens pobres na mira das instituições de controle; especialmente, entre os adolescentes jovens inseridos no contexto da pobreza e vulnerabilidade social, penalizados pela cultura de repressão dos aparatos de Estado e de outras instâncias institucionais.

A perspectiva de análise adotada questiona a legitimidade teórica e conceitual das abordagens funcionalistas, “psicologizantes” e culpabilizadoras, por entender que estas, sem se reportarem a situações e conjunturas sociais marcadas por assimetrias no tocante à posse de capital econômico, político, educacional, entre outros, se limitam a compreender e explicar a juventude como uma etapa de vida homogênea, caracterizada pela existência de problemas comuns. Ou, ainda, quando propõem explicar as perturbações juvenis com base na estratificação de faixa etária e aspiração comum em termos de preferências valorativas, consumo cultural e projeto de vida.

A análise realizada a partir do referencial da teoria social crítica dos direitos humanos sugere que as formas de controle da violência juvenil urbana são, em grande medida, caracterizadas pela institucionalização de práticas oficiais que buscam, via de regra, justificar suas ações com base na produção de verdades divulgadas na mídia comercial e extraída de preceitos morais das pessoas comuns, inseridas na rotina do trabalho na indústria, no comércio, na prestação de serviços, na administração pública, entre outros. O fortalecimento do paradigma fundado no binômio punição-prisão decorre do processo de naturalização das desigualdades material e simbólica que excluem e marginalizam contingentes significativos da juventude brasileira. Assim, a força moral do discurso punitivo tende a pavimentar o caminho de políticas governamentais violadoras dos direitos humanos juvenis e, por extensão, os de suas famílias e de seus territórios marcados pelo estigma da pobreza e desobediência à lei.

Ao lado do processo das desigualdades estruturais que caracterizam a formação da sociedade brasileira, o país vem presenciando, sobretudo, a partir dos anos noventa do último século, o aprofundamento do olhar e julgamento moral em relação à pobreza, cujo reflexo, em termos de exclusão, segregação e intolerância social, torna-se mais visível entre os sujeitos que habitam territórios precarizados e marcados pelo estigma da incivilidade urbana.

Desigualdades sociais, pobreza e violência juvenil na era do capitalismo globalizado

A leitura de autores como Passeti (2003) e Wacquant (2015) permite inferir que a passagem dos anos de 1980-90 constitui o ponto de inflexão e de elevação do julgamento moral

desabonador das classes média e alta em relação aos indivíduos oriundos das classes sociais precarizadas. No período em questão, houve o aprofundamento da percepção social negativa que, antes, conferia o benefício moral de os indivíduos das classes sociais subalternas aderirem, não apenas à visão de mundo e de consumo difundidos no universo das classes médias urbanas mas, por assim dizer, maior liberdade de os primeiros transitarem juntos às segundas, sem o rótulo da suspeição generalizada. As pessoas das classes socialmente incluídas pareciam conferir aos pobres uma espécie de crédito simbólico, concedendo-lhes o benefício moral do bom comportamento, da disciplina ao trabalho, do respeito à ordem legal estabelecida, incluindo a possibilidade de estabelecerem relações de proximidade físico-espacial nos territórios habitados pelas classes médias. Essa concepção moral virtuosa, em relação à pobreza, tende a se dissipar progressivamente no transcorrer dos anos de 1990.

Neste período, escreve Passetti (2003, p.171-172), a ampliação das desigualdades sociais e a deterioração da crença no monopólio estatal de controle da violência e do crime, resultado da “retração do Estado-de-bem-estar social [para a] hegemonia do Estado policial, penalizador”, altera o sentimento das classes média e alta em relação aos habitantes da periferia, levando as primeiras a exigir “maior segurança, capaz de protegê-la dos *sangue-ruins* [e] dos incômodos provocados pelos chamados desajustados”. O olhar de ceticismo dirigido aos setores sociais precarizados pressiona os governos a redefinirem as políticas de segurança. A este respeito, argumenta Passetti:

[As instituições de Estado que, antes, identificavam certos locais] como a cultura da pobreza, de comportamentos socialmente não aceitos permitindo, porém certo trânsito [dos pobres] com a sociedade maior, [passaram, nos anos 90, a defini-los] como áreas urbanas problemáticas, proibidas, circuitos selvagens, territórios de abandono (...) locais de vícios, violência, excesso de crime e desintegração social (2003, p. 171).

No mesmo período, comenta Wacquant (2001, p.48), a ascensão de partidos e correntes políticas conservadoras nos países capitalistas avançados ou em desenvolvimento, como o Brasil, amplia os canais de produção e circulação dos discursos morais que vinculam a condição de pobreza “ao comportamento dos pobres”. Apesar de o contexto econômico-político neoliberal conferir maior visibilidade aos movimentos sociais que reivindicam a quebra de identidades fixas no sentido de torná-las plurais, “indeterminadas e indetermináveis”, o período em questão, escreve Bauman (2007, p.45), apresenta sinais inequívocos de aumento da desigualdade econômica e deterioração das políticas governamentais de defesa e proteção de direitos humanos.

Segundo Wacquant (2001, p.48 e 62), o descolamento do debate das políticas estruturais distributivas para o terreno do comportamento individual não se limita a imputar “as causas das incivildades” e do crime à ação individual. Sob pressão das forças econômico-financeiras e de governos comprometidos com a gestão de políticas neoliberais de eliminação ou retração de direitos sociais, as novas estratégias de gestão e controle criminal das desigualdades sociais,

afirma Lima (2009, p.49-50), ordenam maior “responsabilização dos pobres subvencionados pelo Estado”. Este é o caso do Decreto Presidencial nº 8.118, de outubro de 2013, ao estipular que o “trabalhador que solicitar o benefício a partir da segunda vez, dentro de um período de dez anos, terá que fazer curso com o mínimo de 160 horas para receber o pagamento”. Em face dos processos engendradores de desigualdades econômico-sociais, os governos buscam criar mecanismos legais que preveem maior disciplina, constrangimento ao trabalho e diminuição da alegada *cultura da dependência*.

Na esfera político-criminal, adverte Wacquant (2003, p.7-8), o pensamento hegemônico neoliberal dos anos 90 abriu caminho para as reformas políticas que transformaram o sistema penal numa “espécie de território sagrado da nova ordem socioeconômica global”. A mídia comercial privada se consolidou como ator social capaz de pautar o discurso político e evidenciar sua força ao fazer com que a luta pela “hegemonia do discurso criminológico [ocorra] na esfera das comunicações”. Doravante, os discursos da penalização representam um componente permanente “da paisagem urbana” e são compartilhados nos espaços de interação da vida cotidiana, incluindo desde a base social ao nível local, à mídia comercial, aos agentes políticos, aos expedientes burocráticos e às universidades. (WACQUANT, 2015, p.28).

No campo da correlação de forças político-jurídicas internas a atual Constituição e o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) são confrontados por ideologias político-morais e religiosas e pela irradiação de discursos midiático-penais e populistas, com a pretensão de inculcar a cultura da ordem e do medo e legitimar práticas institucionais de violação dos direitos humanos. Entretanto, o apelo político-moral às ideologias em questão é contrariado por evidências teórico-empíricas que apontam “[...] uma estreita e positiva correlação entre a deterioração do mercado de trabalho e o aumento dos efetivos presos – ao passo que não existe vínculo algum comprovado entre índice de criminalidade e índice de encarceramento” (WACQUANT, 2001, p.107).

A ideologia política encarceradora parece ter abandonado a importância de iniciativas de políticas econômico-sociais, educacionais e profissionalizantes de prevenção da violência e de penalização do espaço social urbano, como preveem a atual Constituição e o PNDH3. Informações produzidas pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) mostram que:

[No ano de 2016] existiam 726.712 pessoas privadas de liberdade no Brasil, [...]. Em relação ao número de vagas, observamos um déficit total de 358.663 mil vagas [cifra que] representa um aumento da ordem de 707% em relação ao total registrado no início da década de 90. [Quanto à situação jurídica dos encarcerados], 40% das pessoas presas no Brasil em junho de 2016 não haviam sido ainda julgadas e condenadas. (DEPEN, 2016, p.8-13).

Na mesma direção, o relatório divulgado pela ONG Human Rights Watch, acerca da letalidade da polícia nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, conclui que “uma parte significativa das mortes relatadas como *resistência seguida de morte* ou *autos de resistência* em

ambos os estados se trata de fato de casos de execuções extrajudiciais” (HRW, 2009, p.2). No tocante à população juvenil brasileira, os territórios urbanos que abrigam os jovens pobres não estão imunes à ação letal da polícia. Segundo Waiselsz, o assassinato por armas de fogo no Brasil:

[...] passou de 4.415 vítimas em 1980, para 24.882 em 2012. [Ou seja], 463,6% de aumento nos 33 anos decorridos entre as datas. (...) Entre os jovens de 15 a 29 anos, esse crescimento foi ainda maior: passou de 4.415 vítimas em 1980, para 24.882 em 2012: 463,6% de aumento [no período]. (WAISELSZ, 2015, p.21).

Em países que apresentam elevadas taxas de desigualdades sociais e cultura policial repressiva, a promoção de políticas públicas como corolário dos direitos humanos tende a se esbarrar com processos de naturalização da ação violenta da polícia, sobretudo, contra os adolescentes e jovens precarizados, e fazer com que a atuação policial à margem da lei seja vista e avaliada pela sociedade ora com indiferença, ora como corretivo moral.

Violência juvenil, penalização do espaço urbano e direitos humanos

Nos territórios urbanos precarizados, argumenta Wacquant, ao lado dos estigmas tradicionalmente “operantes ligados à pobreza”, à pertença étnica e à imigração, o local de moradia constitui uma desvantagem adicional no sentido de “desqualificar um indivíduo e privá-lo da total aceitação pelos outros”. A este respeito, pouco importa o fato de saber:

[Se] os lugares onde [os indivíduos] vivem estejam ou não deteriorados, sejam ou não perigosos e a sua população seja ou não essencialmente composta de pobres, minorias e estrangeiros. A crença preconceituosa de que assim são basta para engendrar consequências socialmente nocivas. (WACQUANT, 2015, p.29).

Uma das estratégias para atenuar o sentido de indignidade social nos bairros relegados é transferir “o estigma para outra entidade diabolizada e sem rosto – os vizinhos de baixo, a família imigrada que mora no prédio ao lado, os jovens do outro lado, etc”. Wacquant argumenta que a “lógica da difamação lateral” e do distanciamento mútuo opera no sentido de dissolver ainda mais os “coletivos já enfraquecidos das zonas urbanas deserddadas”. A estigmatização territorial, além de perpetrar a crença desabonadora nos espaços definidos como “zonas de não direito e cidade fora da norma”, funciona como álibi para as autoridades justificarem a criação de “medidas especiais, derogatórias”, com o pretexto de coibir *supostas incivildades*. Esta modalidade de intervenção governamental amplia o quadro de desestabilização e de marginalização dos habitantes locais no sentido de submetê-los “aos ditames do mercado de trabalho desregulado, torná-los invisíveis ou escorraçá-los de um espaço cobiçado” (WACQUANT, 2015, p.29-30)

As políticas neoliberais de gentrificação urbana constituem outro aspecto a ser considerado. A privatização do espaço urbano, sob a forma de condomínios fechados, contribui

para erodir o sentimento de partilha comum do território e esfacelar o ideal republicano de espaço público aberto e acessível a todos. A proliferação de enclaves urbanos, do trabalho precarizado e da indústria de controle do crime nas áreas deserdadas tende a legitimar a afirmação e o reconhecimento de cidadanias diferenciadas.

Em relação ao Brasil, apesar de o país abrigar, como já foi dito, uma constituição democrática e um sistema de representação política pluripartidário, a realidade cotidiana do país ainda reflete a fragilidade dos mecanismos institucionais de controle social democrático sobre as instituições do Estado, a seletividade do sistema de justiça criminal e políticas de encarceramento em massa dos setores sociais pauperizados.

A produção de discursos políticos e ações institucionais restritas à crença na democracia representativa e na meritocracia individual como fator de mobilidade social esbarram – quando confrontados com a vida cotidiana de muitos adolescentes e jovens perturbados pela situação de pobreza, pelo fantasma do desemprego ou pelo trabalho precarizado, pela falta de acesso e permanência nos bancos escolares – em processos macroestruturais de reprodução da pobreza e de exclusão social. Neste contexto, que desafia a democratização da sociedade e do Estado brasileiro torna-se imperativo expor, debater e repensar, o alcance efetivo de políticas públicas sociais enquanto fator de reversão da pobreza e da exclusão social juvenil.

No caso dos jovens pobres, as políticas públicas nas quais eles figuram como público-alvo parecem pouco atrativas no sentido de convencê-los a optar por formas legais de inserção no mercado de trabalho, uma vez que, na avaliação dos próprios jovens beneficiados, tais políticas não lhes asseguram possibilidades de êxito no mercado de trabalho, acesso à cultura de consumo, realização pessoal e reconhecimento social. A esse respeito, é oportuno reproduzir algumas informações sobre os adolescentes beneficiados pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano)².

Tabela 1 - Alunos ingressantes e desistentes do ProJovem Urbano na cidade de Curitiba-PR, 2013

| SITUAÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS NO PROJOVEM URBANO | TOTAL DE ALUNOS |
|--|-----------------|
| Inscritos | 600 |
| Desistentes | 200 |
| Matriculados | 490 |
| Frequentando | 150 |
| Recebendo Bolsa | 90 |

Fonte: Freire (2013), Lima (2014)

As informações acima, ainda que não sejam conclusivas, evidenciam a urgência de repensar o escopo das políticas governamentais de inclusão juvenil. Segundo Lima, a

² O objetivo do ProJovem Urbano é atender jovens de 18 a 29 anos que ainda não concluíram o Ensino Fundamental.

“maioria dos jovens consultados afirma que o recebimento de uma bolsa mensal no valor de 100 reais é o principal motivo para a permanência e frequência ao programa” (LIMA, 2014, 326-327).

No caso das políticas públicas de inclusão socioprofissional ou da aplicação das medidas socioeducativas, por exemplo, as instituições públicas e os peritos do Estado deveriam militar na defesa de espaços institucionais abertos à participação dos sujeitos-alvos e demais interessados, atribuindo-lhes o direito à fala e poder de decisão, uma vez que aspectos relativos à escolha profissional, ou à medida socioeducativa considerada mais justa e adequada à reparação de um determinado conflito, poderá definir o futuro profissional e o campo das relações sociais dos jovens em questão.

Nesta direção, a Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda que países como o Brasil reorientem suas políticas criminais encarceradoras e encorajem iniciativas institucionais que contemplem a participação direta das partes em conflito, ou seja, a presença das figuras do infrator, da vítima e da comunidade como forma de solução pacífica dos atos que provocam danos materiais, agressão física, moral e simbólica. Dentre as recomendações sugeridas, a ONU menciona a justiça restaurativa como alternativa político-institucional alinhada à defesa e proteção dos direitos humanos. Antes de apresentar um breve histórico sobre a justiça restaurativa, é importante dimensionar a persistência de alguns desafios político-teóricos que dificultam a superação do paradigma político criminal penalizador.

Do paradigma político-criminal penalizador à viabilidade das práticas de justiça restaurativa: uma breve contextualização histórica

Segundo Melo (2005, p. 57), o direito à coerção é balizado pelo discurso filosófico racionalista de Kant que reporta à “questão do respeito ao dever para fundamentar a liberdade como expressão de adesão a uma máxima universal”, cujo obstáculo impõe a necessidade incondicional do castigo. Segundo o autor, este modelo de pensamento racional iluminista vinculado à justiça retributiva requer:

[...] a construção de um sistema e de uma regra aplicável a toda e qualquer circunstância, independentemente dos objetos externos, dos sentidos, dos desejos, das expectativas, expressa, inegavelmente, um valor subjacente: o de ordem, controle, fixidez, segurança, colocado de modo inquestionado como uma verdade por si mesma evidente. A necessidade do castigo, num sistema como tal, decorre da estruturação rígida de um modelo lógico de concepção da sociedade, fundada em valores tais que, para fazer valer sua universalidade, qualquer erro ou desvio deve ser extirpado. (MELO, 2005, p.57-58).

Assim, o raciocínio iluminista que serve de base à estruturação lógica do direito formal abstrato exige que este seja “pensado logicamente, [operado] coercitivamente [e teça] horror à

transitoriedade, à mudança e ao movimento, ao incomensurável, à diferença, em suma, [aos] sentimentos que aparecem em toda situação de conflito”. No plano ideológico, a ordenação do modelo jurídico penal abriga “uma ordem moral fundada na culpa e no castigo” que, além de ocultar estratégias de dominação, considera inevitável retribuir o sofrimento e imputá-lo como algo “natural, aceitável, desejável”. (MELO, 2005, p.58-59). No plano da realidade cotidiana, o direito estatal se realiza dentro de uma arquitetura judiciária conhecida por ostentar suntuosidade e externalizar relações hierárquicas de poder. Em relação ao direito formal abstrato, Salm e Leal (2012) recorrem aos argumentos de Morrison para enfatizar que todo formalismo é regulador uma vez que os “problemas e respostas são predeterminados [via] códigos de conduta, leis, regras de compromisso [e requerem] um julgamento moral acerca da gravidade da ação e um julgamento legal sobre o castigo apropriado”. (MORRISON apud SALM; LEAL, 2012, p. 196-203).

Além disso, é preciso considerar a interferência de obstáculos político-acadêmicos que dificultam a aceitação da justiça restaurativa, provenientes de interesses burocrático-corporativos e da apropriação de capital universitário que atribui, aos peritos sociais e jurídicos, um rol de competências acadêmicas específicas cuja finalidade é assegurar, via expedição de um diploma reconhecido pelo Estado, o monopólio legítimo de um conjunto de saberes e técnicas que caracterizam o funcionamento verticalizado das instituições públicas. Sobre isso, escreve Bourdieu (2004, p.182), “uma das propriedades distintivas do campo acadêmico é delimitar o raio de ação, competência e hierarquia entre os agentes inseridos no campo e, ao fazê-lo, desqualificar e etiquetar os não iniciados como leigos e ignorantes”. Nesse sentido, estratégias inclusivas de participação popular, de horizontalização do poder e adeptas a formas não punitivas de encaminhamento e solução de um determinado conflito, supõem reconhecer, para além da competência acadêmica, outros saberes, sujeitos e espaços comunitários como forma de encaminhamento e solução dos problemas que afetam a vida dos jovens e da comunidade.

No que tange às formas de participação popular no encaminhamento e desfecho dos conflitos, Jaccoud (2005) argumenta que o surgimento das sociedades industriais, caracterizadas pelo imperativo das monarquias de direito divino e pela centralização do poder do Estado, reduziu “consideravelmente [as] formas de justiça negociada” que faziam parte do modelo de organização das sociedades comunais europeias e coletividades nativas. Segundo o autor, os contextos, econômico, político e sociocultural das sociedades pré-estatais eram caracterizados pelo predomínio de interesses coletivos sobre os individuais. A ocorrência de determinados conflitos bem como as modalidades de resolvê-los demandavam um conjunto de “práticas de regulamento social centradas na manutenção da coesão do grupo” e, por este motivo, aquelas sociedades são consideradas precursoras da justiça restaurativa. (JACCOUD, 2005, p.164-165).

Nas sociedades contemporâneas, o ressurgimento do interesse pela justiça restaurativa vincula-se a uma complexa conjuntura que abarca, desde a contribuição acadêmica da Escola de Chicago, passando pela contestação das instituições repressivas, pela redescoberta da vítima no pós-segunda guerra mundial e pela exaltação da comunidade local no encaminhamento dos conflitos

sociais urbanos. Segundo Jaccoud (2005), o atual contexto de desagregação do modelo estatal de bem-estar social, aliado à crescente diferenciação e maior complexidade das relações sociais, do simbolismo jurídico, do maior protagonismo da sociedade civil e da “fragmentação dos centros de decisões”, pressiona o Estado a reorientar o seu foco de ação. A nova estratégia político-penal do Estado procura dar publicidade ao enfrentamento de delitos mais graves como latrocínios, sequestros, homicídios e, ao mesmo tempo, deixar em aberto e sem perspectiva de soluções concretas, a ocorrência de uma miríade de crimes comuns como furtos, arrombamentos e agressões não letais.

É oportuno esclarecer que a justiça restaurativa enquanto processo educativo, alinhada ao imperativo da participação popular e à descentralização do poder na gestão dos conflitos, opõe-se ao escopo de reformas políticas neoliberais tributárias da teoria da escolha racional. Segundo Garland (1999), uma das tendências do Estado neoliberal em curso é justificar a erosão da lei penal a uma suposta questão de oportunidade racional dos agentes transgressores, com o intuito de corresponsabilizar a sociedade civil e terceirizar a prevenção e controle do crime. A opção por espaços restaurativos que promovam o protagonismo da vítima, da figura do agressor e da comunidade local, enquanto potencialidade de promoção dos direitos humanos dentro e fora da administração da justiça, não significa, em absoluto, admitir que iniciativas de práticas restaurativas substituam o espaço “vazio deixado pela retirada progressiva do Estado em suas atividades” no campo da segurança pública e no fomento das políticas sociais (JACCOUD, 2005, p.166).

Justiça restaurativa enquanto processo educativo e forma de saber-fazer interessada

Um processo educativo na perspectiva de Paulo Freire (1994), no qual se vê similaridade com a justiça restaurativa, implica três principais aspectos: a construção de saberes numa perspectiva dialógica, numa dinâmica de troca, considerando que de ambos os lados existem saberes para compartilhar; a prática social em si leva à construção da consciência; e a ação educativa que se constrói em conexão com o entorno social. A este respeito, escrevem Freire e Macedo (1994, p. 31): “Ler a palavra e aprender como escreve a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois, são precedidos do aprender como ‘escrever’ o mundo, isto é, ter a experiência de mudar o mundo e de estar em contato com o mundo”. O processo educativo leva, por si próprio, a uma reflexão crítica da realidade. Segundo Freire (1997, p. 24), “[a] reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo”.

O processo educativo, na perspectiva do autor, implica em saberes adquiridos que se configuram como instrumentos de construção da autonomia do sujeito. Embora o processo educativo se relacione inicialmente à alfabetização, o autor deixa implícito que tal processo vai para além do aprender a ler e a escrever, ou seja, para uma dimensão cultural, uma vez que “não se pode desenvolver um trabalho de alfabetização fora do mundo da cultura, porque a educação é, por si mesma, uma dimensão da cultura” (FREIRE, 1994, p. 33).

Ao referir-se ao conceito de processo educativo, o autor afirma que este se constrói numa dimensão de coletividade e não da individualidade, no contexto de um entorno social, no espaço público, onde as regras sociais se explicitam em arenas deliberativas, como prevê as ações vinculadas à ideia de justiça restaurativa. A autonomia como princípio educativo, alinhada à ideia de justiça restaurativa, é outro ponto importante ressaltado por Paulo Freire. Para o autor, um verdadeiro processo educativo leva à construção da autonomia entendendo-se esta como a capacidade crítica da leitura do mundo e do real vivenciado. A educação para a autonomia se constrói a partir de conteúdos compartilhados e discutidos coletivamente, facilitando a construção da consciência crítica e superação da passividade do sujeito. Sob este ponto de vista, Saviani (2011) acrescenta contribuições importantes para a interface entre o processo educativo e a justiça restaurativa. Enquanto esta enfatiza o imperativo da corresponsabilização individual e coletiva dos envolvidos na solução de um determinado conflito – o processo do aprender não diz respeito a apenas um indivíduo, como se faz normalmente na escola tradicional – as reflexões do autor evidenciam que o processo educativo, no contexto escolar, deve ir além do conteúdo estudado e propiciar desenvolvimento intelectual e social, de modo a potencializar a pessoa do educando como sujeito das transformações sociais. Em outras palavras, a compreensão do processo educativo, enquanto construção social e política, facilita a elaboração da consciência crítica e da autonomia do sujeito, condições para a aceitação e o exercício da justiça restaurativa.

Autores como Scuro Neto (s.d.), Prudente e Sabadell (2008) argumentam que a justiça restaurativa constitui um sistema teórico-valorativo fundamentado nos princípios de corresponsabilidade de todos os envolvidos na infração (vítima, infrator e demais interessados) na busca de respostas e soluções que causaram o dano ou a agressão. Pressupõe, ao contrário do modelo político-jurídico centrado na ideia abstrata de crime-punição, participação comunitária e edificação de relações horizontais de poder, incluindo o poder jurisdicional. Considera que as pessoas, as famílias e a comunidade tenham algo mais a dizer em face de um “mundo dominado pelos grandes negócios, por políticos profissionais e tecnocratas” portadores de uma suposta consciência superior (SCURO NETO, s.d).

A criação de espaços de participação e deliberação é uma forma de redefinir a lógica de distribuição do poder e de ressignificar o modelo convencional de democracia representativa considerada, muitas vezes, passiva, estática e limitada a convidar as pessoas a confiarem na justiça e proteção do Estado.

A reivindicação de ideias e ações comprometidas em reinventar o modelo tradicional de organização social e de democracia, escreve Bourdieu, significa ter em mente que as sociedades contemporâneas:

[...] se apresentam como espaços sociais, isto é, estruturas de diferenças que não podemos compreender verdadeiramente a não ser construindo o princípio gerador que funda essas diferenças na objetividade. [O princípio gerador refere-se à] estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado. (BOURDIEU, 2007, p.50).

Nesta direção, a justiça restaurativa entende que a potencialidade do poder é “gerada pela associação, não pela força” e, como consequência, pressupõe a reconstrução do “paradigma de justiça a partir da participação do poder”. O pressuposto da participação popular ressalta a importância da democracia deliberativa aberta ao “empoderamento dos indivíduos produtores de saberes a respeito de “suas próprias vidas e da comunidade na qual se inserem”. A ideia é que os saberes em questão devam tornar-se “relevantes, reconhecidos” e utilizados na arena decisória via compartilhamento e “coprodução de sociabilidade, de histórias e de justiça”. (MORRISON apud SALM; LEAL, 2012, p.197). No tocante à abrangência territorial, o foco da justiça restaurativa é a microssociedade que se constitui nas escolas, nas instituições públicas, nas famílias e nas comunidades. No caso dos conflitos que demandam a intervenção do Poder Judiciário, os modelos restaurativos buscam subverter lógicas monopolizadoras “que tem possibilitado a manutenção da justiça como figura burocrática, [...] opressora [e] legitimadora de um suposto Estado de Direito” (SALM; LEAL, 2012, p.197-200).

A preocupação neste caso é:

[...] transformar os espaços decisórios em cenários menos burocráticos [de tal modo que o Estado deixe] de ser o órgão central da estrutura social e regulatória, para se tornar, na melhor das hipóteses, contribuinte de uma dinâmica sócio e culturalmente construída de emancipação e sociabilidade. (SALM; LEAL, 2012, p.197).

A exigência de redefinição dos espaços decisórios deve-se ao fato de a justiça restaurativa estar essencialmente ligada ao exercício de “práticas democráticas [que exigem] organizações [...] democráticas”. Por isso, não é possível enquadrar os modelos restaurativos de solução de conflitos “dentro [da arquitetura] do poder estatal” e, tampouco, “falar em espaços restaurativos algemando pessoas”. (SALM; LEAL, 2012, p. 196-203).

O ativismo democrático de base comunitária, que apregoa o envolvimento direto da comunidade local e a descentralização do poder, é concebido como estratégia de revitalização das práticas de aprendizagem e de corresponsabilização da comunidade na escolha dos procedimentos que irão incidir nas decisões sociojurídicas de reparação dos conflitos sem, contudo, excluir iniciativas democráticas e sensibilizadoras por parte das autoridades estatais.

O reconhecimento das relações de poder como atributo das relações, reforça a importância de processos aliados a projetos coletivos que revertam a desigualdade. Entende-se que o processo de conquista de direitos, no sentido da emancipação humana, não ocorre e nem ocorrerá pelo mero estabelecimento de sistemas normativos, mas pela atuação de sujeitos comprometidos com a defesa e ressignificação dos direitos humanos, capazes de potencializar a incidência de tais direitos no campo da criação e efetivação das políticas públicas. Neste sentido, torna-se essencial o fortalecimento da esfera sociopolítica, da emancipação política, da participação social.

Ao lado de entraves políticos e estruturais que impedem e/ou dificultam a superação da pobreza e da desigualdade na partilha da renda, poder e riqueza, a institucionalidade das políticas

públicas ainda conforma um cenário de ações predominantemente residuais e fragmentadas e, como tal, desafia a gestão pública na formulação de políticas públicas universais e indivisíveis para a proteção dos direitos humanos.

Num contexto econômico, político e social permeado pela cultura antidemocrática e legitimação de instituições e padrões tradicionais, observa-se, ainda, uma reivindicação velada ou direta de parte da sociedade por um Estado mais criminalizador. Neste caso, o apelo por soluções punitivas concorre com práticas humanizadoras que buscam ressignificar valores e práticas democrático-participativas.

A justiça restaurativa diz respeito, portanto, não apenas à capacidade de mobilização e envolvimento das partes diretamente afetadas, mas da construção de uma rede de sociabilidade que contemple a presença de lideranças comunitárias e técnicos sociais, Organizações não Governamentais, pastorais religiosas, etc., com a finalidade de demonstrar, na prática, a viabilidade de mecanismos sociojurídicos mais democráticos, participativos, deliberativos, justos e eficazes na solução dos conflitos juvenis. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de novas tecnologias sociais no campo sociojurídico, orientadas pela justiça restaurativa, aliada ao desenvolvimento de políticas públicas territorializadas de redução das desigualdades, tende a potencializar novos projetos de vida, contribuir para a interrupção de ciclos de violência e reativar processos emancipatórios.

Considerações finais

Em face do contexto econômico e sociocultural que amplia as desigualdades sociais, acelera as mudanças culturais e aprofunda a descrença juvenil nas formas de representação política e na capacidade de controle das instituições verticalizadas, as sociedades e suas instituições são levadas a refletir e a pleitear novas formas de representação política e participação social capazes de oferecer mecanismos sociojurídicos mais democráticos, legítimos e eficazes na solução dos conflitos que afligem e violam, de maneira mais cruel e dramática, os direitos humanos da juventude pobre em situação de vulnerabilidade social.

Com esse propósito, as práticas restaurativas de solução dos conflitos buscam ampliar, não apenas o conteúdo democrático de reconhecimento à pluralidade de interesses, valores e identidades que circulam na sociedade, mas repensar a existência e a continuidade de modelos mentais e práticas institucionais punitivas e centralizadoras como atestam o atual aparato político-penal de solução dos conflitos. Os modelos restaurativos representam uma alternativa viável e duradoura de solução dos conflitos sempre que reconhecer uma gama de valores e formas de lidar com as situações problemáticas cujos significados extrapolam a rigidez formal de termos ambíguos definidos como ato infracional, adolescente infrator, culpabilidade e castigo. As práticas restaurativas, ao enfatizarem possibilidades não punitivas de solução dos conflitos, predispõem-se a aceitar e experimentar outras formas de responsabilização e reparação individual dos atos de agressão sem, contudo, deixar de reconhecer que a figura do agressor não é insensível às noções

de liberdade, responsabilidade, desejo e autonomia; capacidade de reconhecer, contextualizar circunstâncias e reparar, sem o estigma da interdição e do medo, as consequências dos seus atos gravosos contra as pessoas e a comunidade. Trata-se, portanto, de uma prática que demanda um processo educativo capaz de romper com tendências teórico-metodológicas unilaterais. Esta é uma condição para a abertura de novos caminhos de conexão entre justiça social e inserção dos diferentes sujeitos na troca de diferentes saberes e experiências construídos no mundo da vida, processo que alimenta e fortalece a democracia e o horizonte desejável da emancipação humana.

Em síntese, a justiça restaurativa na perspectiva de um processo educativo, no sentido de uma ação construída no contexto do espaço social, possibilita ao sujeito superar a condição passiva que, muitas vezes, é-lhe imposta por ordenamentos institucionais hierárquicos e punitivos, levando-o a agir como indivíduo ativo e autônomo, consciente da sua ação e, como tal, coprodutor de respostas aos problemas que lhe dizem respeito e demandam soluções dialogadas, coletivas e antirrepressivas.

Referências bibliográficas

- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BONETI, Lindomar W. Educação para a Justiça Social, Agentes insurgentes e a crise do instituído. **Revista Diálogo Educacional**, v. 16, n. 47. Curitiba: PPGE/PUCPR, p. 59-76, 2016
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 8.118, de 10 de outubro de 2013. Altera o Decreto nº 7.721, de 16 de abril de 2012, que dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de cento e sessenta horas. **Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D8118.htm.
- _____. Ministério da Justiça. **Departamento Penitenciário Nacional/DEPEN**. 2016. Disponível em: http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf. Acesso em 1 mai. 2018.
- CARBALLIDO, Manuel Eugénio Gándara. Repensando los Derechos Humanos desde las luchas. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 15, n. 15, p. 41-52, janeiro/junho de 2014.
- DE VITTO, Renato Campos Pinto. Justiça Criminal, Justiça Restaurativa e Direitos Humanos. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R. (org.). **Justiça Restaurativa**. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2005.
- FREIRE, Joice A. Políticas Públicas para jovens não universitários. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC)**. PUCPR, 2012-2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- _____; MACEDO, Donald. **Alfabetização**: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. **Revista Discursos Sediciosos**: Cri-

- me, direito e sociedade (Instituto Carioca de Criminologia). Rio de Janeiro, v.11, 1 set. 2002.
- Human Rights Watch. **Força letal**: violência policial e segurança pública no Rio de Janeiro e em São Paulo. dez. 2009. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/brazil1209ptwebwcover.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2015.
- JACCOUD, Mylène. Princípios, tendências e procedimentos que cercam a Justiça Restaurativa. In: BASTOS, Márcio Thomaz; LOPES, Carlos; RENAULT, Sérgio Rabello Tamm (Orgs.). **Justiça Restaurativa**. Coletânea de Artigos. Brasília: MJ e PNUD, 2005. Disponível em: www.justica21.org.br/interno.php?ativo=BIBLIOTECA.
- LIMA, Cezar Bueno. **Jovens em conflito com a lei**: liberdade assistida e vidas interrompidas. Londrina: EDUEL, 2009.
- _____. Juventude e políticas públicas: entre proibições, trabalho sub-remunerado e novas práticas de sociabilidade. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v.19, n. 1, p.317-336, 2014.
- MARSHALL, Thomas. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998
- MELO, Eduardo Rezende. Justiça restaurativa e seus desafios histórico-culturais Um ensaio crítico sobre os fundamentos ético-filosóficos da justiça restaurativa em contraposição à justiça retributiva. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R. (org.). **Justiça Restaurativa**. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2005.
- ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Resolução 2002/12- **Princípios Básicos para Utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal**. Disponível em: <http://www.arcos.org.br/livros/estudos-de-arbitragem-mediacao-e-negociacao-vol4/parte-vi-miscelanea/nacoes-unidas-conselho-economico-e-social>. Acesso em 17/05/2018.
- PASSETTI, Edson. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003.
- PRUDENTE, Neemias M.; SABADELL, Ana L. Mudanças de paradigmas: justiça restaurativa. Maringá/PR. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 8, n. 1, p. 49-62, jan./jun. 2008.
- SALM, João; LEAL Jackson da Silva. A Justiça Restaurativa: multidimensionalidade humana e seu convidado de honra. **Sequência**, n. 64, p. 195-226, jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2012v33n64p195>. Acesso em:
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- SCURO NETO, Pedro. **Movimento restaurativo e a justiça do século XXI**. Disponível em: <http://jij.tjrs.jus.br/justica-restaurativa/movimento-restaurativo> Acesso em: 28 jun. 2007.
- WACQUANT, Loïc. **A estigmatização territorial na cidade da marginalidade avançada**. [2006]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4618.pdf>. Acesso em 17 fev. 2015.
- _____. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- WAISELSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil**. [2012]. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapaviolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf. Acesso em 23 jan. 2015.
- _____. **Mortes matadas por armas de fogo**. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. [2015]. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

Recebido em 12/01/2017

Aceito em 11/05/2018

**A 50 AÑOS DEL INICIO DE LA REVISTA
CUBANA PENSAMIENTO CRÍTICO:
una ventana a la herejía y la tradición revolucionaria cubana^{1*}**

**50 YEARS FROM THE START OF THE CUBAN
MAGAZINE PENSAMIENTO CRÍTICO:
*a window on Cuban heresy and revolutionary tradition***

Magdiel Sánchez Quiroz*

Resumen

El artículo se concentra en el estudio de los aportes teóricos que tuvo la revista cubana *Pensamiento Crítico* a 50 años de su primer número. Analiza sus aportes a la teoría crítica en Latinoamérica y sus relaciones con el proceso del que surge: la Revolución cubana. Esto último no es sencillo, si se toma en cuenta que la revista fue cerrada por órdenes de la máxima autoridad del país luego de 5 años de trabajo. Analiza a partir de ocho rasgos a la revista en tanto praxis política y teórica que le dan su carácter original e inédito y el cómo desde ellos, se asume e inscribe en la tradición y herejía revolucionarias de la que formaron parte Fidel Castro Ruz y Ernesto “Che” Guevara.

Palabras clave: Revolución Cubana, Teoría Crítica, Izquierda Latinoamericana

Abstract

The article concentrates on the study of the theoretical contributions of the Cuban magazine *Pensamiento Crítico* on the anniversary 50th of its first number. It analyzes its contributions to Latin American critical theory its relations with the process of which it arises: the Cuban Revolution. Difficult relation, if consider that de magazine was by orders of the highest authority of the country after 5 years of work. It analyzes from eight features the magazine political and theoretical praxis that give it an original and unprecedented character, that also make it be part of the revolutionary tradition and heresy of which Fidel Castro Ruz and Ernesto “Che” Guevara were part.

Keywords: Cuban Revolution, Critical Theory, Cuba, Latin American Left

La revista cubana *Pensamiento Crítico* apareció en febrero de 1967. Fue creada por el Departamento de Filosofía de la Universidad de La Habana -fundado en 1963, tras la reforma universitaria que volvió oficial la impartición de marxismo a todas las carreras de las universidades de La Habana, Central y Oriente – que recibió la encomienda de “incendiar el atlántico” por Osvaldo Dorticós Torrado, entonces Presidente de Cuba (DORTICÓS, 2013, p. 41). Era una época intensa, agitada, en una Revolución que conmocionó al mundo entero.

1 El presente artículo tiene como base una investigación del autor para obtener el grado de maestro en estudios latinoamericanos por la UNAM y una estancia de investigación en Cuba de octubre de 2016 a enero de 2017.3

*Licenciado en Filosofía, estudiante de la maestría en Estudios latinoamericanos por la Universidad Nacional Autónoma de México. Correo: magdielsq@gmail.com

La Revolución cubana no fue un suceso más del siglo XX, como tampoco *Pensamiento Crítico* (en adelante PC) fue una revista más de tantas que existieron en esa época. Ambas responden a algo totalmente distinto. Son parte de la segunda ola de revoluciones del siglo XX con epicentro en el llamado Tercer Mundo, que abrieron un nuevo sentido en la historia oponiéndose a la subordinación y dominio imperantes.

La Revolución en la mayor isla del Caribe, muy cerca de la gran potencia imperial que se coronó tras la Segunda Guerra Mundial, se atrevió a luchar contra la dictadura y los poderes que fuera de Cuba la apoyaban. Una lucha triunfante que derribó la dictadura, conquistó el poder político, sustituyó el Estado neocolonial burgués por uno de transición socialista que sólo a tres años de su triunfo, el 16 de abril de 1961, hizo evidente que era tal, en la concentración masiva en las honras fúnebres a las víctimas de los ataques aéreos que preludieron la fallida invasión de Playa Girón.

Una revolución que es reconocida por las potencias creadoras que desató en materia de cine, música, literatura, educación básica y sistema de salud, pero a la que pocos aportes se le reconocen en el ámbito teórico, de las ciencias sociales y la filosofía.

Una gran herejía que rompió con todas las previsiones, cálculos políticos y también con los pensamientos dominantes, incluidos los revolucionarios. Ernesto “Che” Guevara la definió como una “rebelión contra las oligarquías y los dogmas revolucionarios” (GUEVARA, 1978, p. 228). Como toda herejía, fue y es heredera y fundadora de una tradición disruptiva, la de los oprimidos que se levantan para barrer con toda opresión.²

El presente texto se concentra en analizar en ocho grandes aspectos de la revista PC como praxis política y teórica, que hizo de ella ser herejía y parte de una profunda tradición revolucionaria

Herejía y tradición propias no tan sólo de la revista sino de la Revolución de la que nació. Por ende, entre los rasgos expuestos se encuentran varios entrecruzamientos que caracterizan tanto a la revista como al proceso social que la produjo. La revista en todo caso, es en este texto una ventana para mirar a través de ella, lo que una determinada posición dentro de la Revolución pensó y produjo. Ventana que suele ser ignorada, no tanto por el desenlace prematuro que tuvo PC – del que hablaremos al final del texto –, sino porque el pensamiento que produjo la Revolución cubana suele ser poco analizada y menos aún esa vertiente crítica que, bajo el liderazgo de Fidel Castro Ruz y Ernesto “Che” Guevara, la hacen difícil de asirse a simples homenajes, porque se niega ser un elemento del pasado, bajo la premisa de la *actualidad de la revolución*.³

2 “La historia no sólo tiene la tarea de hacerse de la tradición de los oprimidos, sino también de fundarla” (BENJAMIN, 2005, p. 57).

3 La actualidad de la revolución fue definida por György Lukács, en el plano teórico, como “el estudio de todos y cada uno de los problemas particulares del momento en su concreta relación con la totalidad histórico-social; su consideración como momentos de liberación del proletariado” (LUKÁCS, 1979, p. 14). Esto es, que en el plano de la acción política, asumir que “la revolución se ha convertido en el problema crucial” (LUKÁCS, 1979, p. 13) y por

El texto no agota las reflexiones necesarias sobre la revista, intenta ser parte de ellas. Las visiones expuestas en el coloquio: “*Con arreglo a esta opinión trabajaremos*” A 50 años de *Pensamiento Crítico* realizado en la Habana, Cuba, el 21 de febrero de 2017 han sido un primer espacio de reflexión importantísimo y abundan en otros elementos que el presente no lo hace.

Doce mil páginas, más de seiscientos textos distribuidos en 53 números, a lo largo de cinco años y cientos de miles de ejemplares distribuidos en Cuba y el mundo quedan como el testimonio palpable de lo que fue la revista *Pensamiento Crítico*. A continuación, expongo los ocho rasgos característicos de la revista como herejía y tradición.

1. Desarrolló una posición original en los debates de la época y logró influir fuera de Cuba. La fuerza del proceso social del cual era parte *PC* permitió que el acercamiento de muchos pensadores pudiese tener un rasgo específico, y en cierta manera inédito: sus aportes tenían que servir a la revolución en marcha.

Fue capaz de relacionarse con diversos intelectuales del mundo, aprendió y debatió con ellos, apropiándose críticamente de las ideas y yendo más lejos en sus formulaciones, sin ser *pensamientos colonizados*.⁴ Colaboraron en la revista Regis Debray, Louis Althusser, Jean Paul Sartre, Giovanni Arrighi, Michael Löwy, Nicos Poulantzas, Étienne Balibar, Rudi Dutschke, Eric Hobsbawm, Ralph Miliband, André Gunder-Frank y otros intelectuales europeos. Los norteamericanos Leo Huberman, Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Magdoff, entre otros. Intelectuales latinoamericanos como Aníbal Quijano, Gerard Pierre Charles, Theotonio Dos Santos, Antonio García, Segio Bagú, y otros. Destacados revolucionarios de Asia, África y América Latina como Fabricio Ojeda, Amílcar Cabral, Malcom X, Roque Dalton, Turcios Lima, Carlos Marighela. Además, dio a conocer en español textos teóricos entonces desconocidos -y que tras llegar a ser considerados como sumamente relevantes, raramente se les atribuye su primera publicación a *PC* - como los de Gunder-Frank, Sergio Bagú, Karl Korsch, György Lukács, Antonio Gramsci, Vladimir I. Lenin y Ho Chi Minh.

Los productos intelectuales que se recuperaban no le daban sentido a la revista, la revista tenía sentido propio. Las contribuciones de otras revistas tenían por objeto apropiarse de los debates del momento, intervenir críticamente y fijar una posición propia.⁵ Además de los

ende, no hay “campo alguno de la lucha de clases en el que no vengán contenidas posibilidades revolucionarias (o contrarrevolucionarias)” (LUKÁCS, 1979, p. 121) en todo momento y no sólo en las coyunturas favorables o la crisis terminal.

⁴ Usamos aquí la expresión *pensamiento colonizado* en el sentido que lo hace Fernando Martínez Heredia, quien fuera integrante del Departamento de Filosofía y su director desde mediados de 1963 hasta 1967; fue también director de la revista *PC*: “El pensamiento colonizado porta enfermedades disímiles, pero complementarias: creencia en una superioridad inherente a los países “desarrollados”, manifiesta en muchos campos, modelos a imitar y cima inalcanzable, “vanidad, deseo de ser aceptado por “ellos” y autosubestimación”; consumo de principios abstractos, asimilación y reproducción de los principios abstractos, ideas y productos culturales de las metrópolis, “no exento de angustia porque casi nunca logra estar al día” (MARTÍNEZ, 2015, p. 228).

⁵ “Vamos a hacer una revista “seria”, más grandota, que influya de otro modo”. A fines de 1966 organizamos y comenzamos aquel trabajo. El primer título que pensamos era muy desabrido - Revista de Revistas-, por suerte

teóricos y revolucionarios con los que se articuló, tuvo un incesante intercambio –organizados por Jacinto Valdés-Dapena Vivanco- con 92 publicaciones, entre las que destacan: *New Left Review*, *Social Register*, *Monthly Review*, *Partisans*, *Les Temps Modernes*, *Punto Final*, *Pasado y Presente*.

2. Trabajó de modo embrionario una propuesta original de interpretación de la revolución cubana como parte de los trabajos del Departamento de Filosofía.⁶ Por ser un aporte a la acción y al pensamiento político de ese proceso necesariamente se enfrentó a las interpretaciones dominantes – aún en sus vetas críticas – y esbozó el estudio de las características de la Revolución y las raíces de las cuales provenía. Destacan “El Moncada, asalto al futuro” de Germán Sánchez Otero en el que se analiza el asalto al cuartel Moncada “por su contenido y nutrientes histórico” la fecha clave del proceso revolucionario y para su ulterior desarrollo (SÁNCHEZ OTERO, 1969). El texto “La Revolución pospuesta” de Ramón de Armas–quien luego se convertiría en uno de los más grandes historiadores contemporáneos de Cuba-en el que analiza desde la guerra de independencia la imposibilidad de la burguesía para ser clase nacional, el nacimiento de una neocolonia desde la colonia y la ocupación norteamericana y la contraposición del proyecto martiano (DE ARMAS, 1971). Pedro Pablo Rodríguez – hoy director del proyecto de edición crítica de las obras completas de José Martí – publicó, en el mismo número que De Armas, un análisis del proyecto martiano y la independencia como una revolución de liberación nacional que trascendió el horizonte bajo el que se suelen juzgarse los objetivos y alcances políticos de estas gestas de la región y estudió las características de la organización y guerra revolucionaria en la perspectiva de la fundación de una nueva república (RODRÍGUEZ, 1971). También la publicación de diversos materiales de la historia cubana de y sobre revolucionarios cubanos. El número 39 de la revista se convirtió en uno de los documentos obligados para conocer la Revolución cubana de los años 30, en la que se demuestra a través de documentos el nacimiento del socialismo cubano y de los desafíos históricos socialistas, de liberación nacional y anti imperialistas que sólo la revolución dirigida 30 años después por Fidel Castro logrará enfrentar.⁷

La interpretación histórica esbozada en *PC* plantea los vínculos y relaciones con las revoluciones cubanas previas como las bases ideológicas fundamentales de las que se nutrió la del 59, en esto confrontó a la consideración de que era una revolución sin ideología como expuso Jean Paul Sartre en *Huracán sobre el Azúcar* (SARTRE, 1960). Ligado a esto, y con

no se llamó así. Respondía a la idea de hacer una revista para publicar lo más interesante que encontráramos por ahí, propósito que fue superado enseguida. discutíamos mucho. *Pensamiento Crítico* fue un nombre feliz, porque atañía a las cuestiones fundamentales: al pensamiento y a la crítica. No es que fuéramos brillantes. Nos alivió tener al fin un título.” (MARTÍNEZ, 2010b, p. 12).

⁶ A pesar de ser el gran suceso de la historia cubana no existen muchos escritos en torno a esto. Los materiales más abundantes son testimonios personales. Apenas ahora, en especial con los investigadores de Oriente, Mario Men- cía, Reynaldo Suárez y Frank Josué Solar están apareciendo nuevos materiales de interpretación histórica.

⁷ En especial *Pensamiento Crítico* 1970 (Cuba: La Habana) N° 39, abril. Dedicado por completo a esta Revolución y con 407 páginas.

base en los planteamientos políticos, la posición de sus dirigentes y el tipo de medidas que se implementaron - más allá de las referencias explícitas que se hicieran sobre ella- plantea que se trata, desde sus primeros momentos, de una revolución en la que la liberación nacional y el socialismo son una unidad que niega las etapas y rompe con la visión marxista tradicional que sostiene como necesario -para países “atrasados”- el tránsito por una revolución democrática burguesa para luego arribar al socialismo, como Vania Bambirra expone en *La Revolución Cubana: Una reinterpretación* (BAMBIRRA, 1976). En el número 36, de enero de 1970 se reproduce un discurso de Fidel Castro que bajo el título “Hoy, para el mundo subdesarrollado, el socialismo es condición de desarrollo” (CASTRO, 1968b) fundamenta la visión cubana de socialismo, en la que el factor subjetivo está por encima de las determinaciones económicas de desarrollo. En otro discurso de Fidel se hace una reconstrucción histórica en la que define el curso de la historia no son las etapas ni los cambios de modo de producción, sino la unidad de las luchas del pueblo cubano por buscar su independencia y justicia social, que sólo se pueden alcanzar con la revolución socialista iniciada en 1959.

En este plano, la herejía no se reduce a esbozar las líneas de una interpretación original propia, sino que ella tenía -y aún sigue teniendo- consecuencias en el plano de la acción política, para quienes se planteaban desatar procesos de ese tipo en sus países.

3. Subvirtió las relaciones entre trabajo teórico y militancia política⁸ en al menos tres aspectos:

a) Rompieron con las formas convencionales de relación entre trabajo manual e intelectual, trabajo teórico y preparación militar. Todos los que participaban del armado, contenidos y redacción tenían una actividad política más allá de la revista, desarrollaban tareas de defensa de la revolución, impartían cursos, participaban en los cortes de caña.

b) Desarrollaron un marxismo crítico (ver punto 6), sin abandonar el movimiento revolucionario.⁹

c) Asumieron la defensa del proceso revolucionario sin sujetarse a una obediencia ciega. Y cuando resultó imposible sostener la publicación (*vid. infra*), sortearon las adversidades.

8 Este reto lo expusieron en su primer número con estas palabras: “Opinamos que el intelectual revolucionario es, ante todo, un revolucionario a secas, por su posición ante la vida; después, aquel que crea o divulga según su pasión y su comprensión de la especificidad y el poder transformador de la función intelectual. Si la primera condición existe, le será fácil coincidir con la necesidad social. Con arreglo a esta opinión trabajaremos” “Presentación” 1967 *Pensamiento Crítico* 1967 (Cuba: La Habana) N° 1, febrero: 2.

9 En la “Presentación” del número 41, hacen referencia al caso de Karl Korsch y György Lukács. El primero, luego de una brillante trayectoria intelectual abandonó el movimiento comunista; el segundo, claudicó “en sucesivas autocríticas que no ayudaron nada al desarrollo del sentido de los deberes del intelectual comunista en la dictadura del proletariado” *Cfr. Pensamiento Crítico* 1970 (Cuba: La Habana) N° 41, junio: 7

4. Alcanzó un amplísimo número de lectores y logró llegar a la gente común para que fuese una herramienta de lucha a través de una propuesta integral novedosa. El primer número constó de 4 mil ejemplares, el 2/3 de seis mil, el 5 de diez mil y los demás números de 15 mil. La revista llegaba a agotarse en los primeros días (MARTÍNEZ, 2010b, p. 12).

Nunca se constriñó a ser una difusora de ideas procesadas ni consideró a sus lectores como inferiores. No subestimó a las personas ni a las masas que hacían la revolución, sino que trató de ponerse a su altura, debatir con ellas y darles un instrumento de lucha. Ejemplo de esto, un colaborador de la revista la intercambiaba con su boleador de zapatos, que siempre estaba pendiente de ella.¹⁰

Se planteó hablar el lenguaje necesario para la revolución que se hacía, posición contraria a las vulgarizaciones del marxismo tradicional. Cuestión consecuente al mismo tiempo con el debate sobre el uso de manuales en la enseñanza de filosofía que sostuvo el Departamento de Filosofía con intelectuales de la revista *Teoría y Práctica* (cuyos intelectuales provenían del Partido Socialista Popular).¹¹

La revista tenía también una propuesta estética original con el diseño de Alfredo Rostgaard. Como expresa Fernando Martínez Heredia – director de la revista y miembro del Departamento de Filosofía–: “la dimensión artística no era ajena a la revista, sino uno de sus aspectos principales” (MARTÍNEZ, 2010b, p. 13).

Era perseguida y quemada en dictaduras y gobiernos “democráticos” porque era un instrumento de los revolucionarios. Se leía en la cárcel de Lecumberri, en México; por militantes revolucionarios de Chile, Brasil, Perú, Uruguay; por la dirección del Frente Sandinista de Liberación Nacional de Nicaragua (MARTÍNEZ, 2010b, p. 18).

5. *Descubrió* a través de sus primeras obras a jóvenes que luego serían considerados grandes intelectuales. No se trata, ciertamente, de un descubrimiento, sino que la revista les demandó y posibilitó ir más allá de sí mismos.

Por nombrar algunos ejemplos: “Del antiguo apogeo a la humillación de nuestro tiempo” es un relato de la guerra de Paraguay escrita por el entonces desconocido Eduardo Galeano.¹² Mientras John Saxe-Fernández publicaba uno de sus primeros escritos sobre el imperialismo.¹³

10 Entrevista del autor con Pedro Pablo Rodríguez López. Cuba: Centro de Estudios Martianos, El Vedado, La Habana, jueves 1 de diciembre de 2016.

11 El debate es importantísimo al momento de revisar la historia del pensamiento crítico cubano. La polémica sobre los manuales se dio en la revista *Teoría y Práctica*, en sus números 28, 30, 31 y 31, de los años 1966-1967. Los polemistas fueron, Humberto Pérez y Felix de la Uz, por la revista *Teoría y Práctica* y por el departamento de Filosofía Aurelio Alonso. Posteriormente fue compilada por el Departamento de Filosofía en 1968 *Lecturas de filosofía* (Tomo II) (Cuba: La Habana, Cuba, Instituto del Libro): 745-776.

12 *Pensamiento Crítico* 1971 (Cuba: La Habana) N° 51, abril: 215-227

13 “Hacia un modelo de la estrategia militar norteamericana” 1970 *Pensamiento Crítico* 1970 (Cuba: La Habana) N° 44, septiembre: 7-55

Jesús Díaz realizó un importante estudio sobre Lenin.¹⁴ Fernando Martínez Heredia publicó “Marx y el origen del marxismo”,¹⁵ un texto de una riqueza y rigor inconmensurables; uno de sus primeros textos públicos en los que muestra no sólo una lectura original del pensamiento de Karl Marx, sino las bases de desarrollo de un marxismo original, que se piensa desde el contexto histórico y bajo la luz de la revolución. También están los textos de estudiantes y luego profesores del Departamento de Filosofía -que mencionamos en el punto 2 – como Ramón de Armas y Pedro Pablo Rodríguez cuyos trabajos de interpretación histórica y de estudio del pensamiento marxiano, respectivamente serían fundamentales. Germán Sánchez Otero, reconocido político e intelectual tendría también ahí publicado uno de sus primeros textos.

6. Gestó las bases de un marxismo de nuevo tipo y de una práctica política revolucionaria ajena a la posición del bloque socialista. La formulación “tenemos que hacer que el ‘marxismo-leninismo’ se ponga a la altura de la Revolución cubana” (MARTÍNEZ, 2010a, p. 53), hecha por Fernando Martínez Heredia y asumida como propia por el Departamento de Filosofía guió el trabajo de la revista.

La ruptura teórica que planteó *Pensamiento Crítico* – por nombrar sólo a la revista, aunque esto no se comprende sin el Departamento de Filosofía que la creó- formuló las bases de un marxismo “de nuevo tipo”. Un marxismo original, distante del dogma oficial, la ortodoxia contaba con un enorme poder y prestigio. Al mismo tiempo, tomó distancia de otras corrientes que, aunque críticas del marxismo soviético, no rompían del todo con sus presupuestos. La confianza en que la contradicción entre fuerzas productivas y relaciones de producción echen por la borda a la sociedad existente, la necesidad del desarrollo histórico según la ley de valor (expresión refinada del etapismo), “el ser social determina la conciencia social” elevado a dogma, o la aseveración de la imposibilidad de realizar el socialismo por falta de correspondencia adecuada entre las relaciones de producción y las fuerzas productivas, y otros presupuestos correspondientes al marxismo soviético, y extendido -en algunos casos- a marxismos críticos, serán enfrentadas por la revista, pues en ellas subyacen concepciones propias del pensamiento burgués como progreso, linealidad, civilización, y por ende, no logran abrir un horizonte de superación de la sociedad. El número 41, de junio de 1970, se concentra en refutar esta idea, los textos “Marx y el origen del marxismo” y “Los conceptos del marxismo determinista” -de FMH y Jorge Gómez Barranco, respectivamente- fueron preparados a partir de los grupos de estudio del Departamento y son ellos –junto los textos de György Lukács y Karl Korsch - en donde mejor se puede ubicar la distancia crítica respecto al marxismo dogmático y apreciar los rasgos de ese marxismo de nuevo tipo, que toma como bases el suelo del socialismo cubano en contraposición con el socialismo de origen soviético.

14 “El marxismo de Lenin” en *Pensamiento Crítico* 1970 (Cuba: La Habana) N° 38, marzo: 6-60

15 En *Pensamiento Crítico* 1970 (Cuba: La Habana) N° 41, junio: 10-47. El autor sostiene un proyecto inacabado sobre el pensamiento de Karl Marx.

7. Se apropió y se hizo parte de la tradición socialista cubana de liberación nacional y de su pensamiento, que se inscribe históricamente como síntesis y superación de las diversas vertientes del pensamiento social cubano que precedieron a la Revolución del 59.¹⁶

La revista colocó en la dimensión teórica las producciones de Fidel Castro y Ernesto “Che” Guevara, a quienes se les subestimó desde el marxismo soviético y en Cuba por los militantes del Partido Socialista Popular, por considerarlos aventureros o reducir su aporte a liderazgos tan sólo políticos. Se publicaron 35 textos del Che y 17 de Fidel, en los que se recupera su visión de la historia de Cuba y exponen sus ideas fundamentales sobre la revolución socialista y la liberación nacional (PONCE, 2017). Tras la muerte del “Che” se publicaron dos números¹⁷ a través de los cuales se le mostraba como un teórico de la Revolución cubana y mundial; un dirigente político subversivo e internacionalista; un comunista y un guerrero. Hazaña que sólo volvería a replicarse a fines de los ochenta -tras el esfuerzo de Fidel Castro por abrir un periodo de rectificación de errores y tendencias negativas- con textos de Carlos Tablada, Fernando Martínez Heredia y otros. También se publicó el inédito “Mi campaña con el Che” de Inti Peredo que abre con una polémica con el Partido Comunista de Bolivia.¹⁸

Fidel Castro fue mostrado por la revista a través de algunos textos del Movimiento 26 de Julio,¹⁹ discursos como el del Congreso Cultural de La Habana²⁰ y del Primer Congreso Nacional de Educación y Cultura²¹ y otras posiciones sobre la cultura y la historia de Cuba como bases para el desarrollo del socialismo;²² reflexiones distantes al socialismo soviético en relación con los países del tercer mundo²³ y diversos discursos,²⁴ que en su conjunto muestran a Fidel como un educador popular y el más importante teórico y revolucionario cubano.²⁵ De esto se puede

16 El liberalismo, el patriotismo, el anti imperialismo, el democratismo, las ideas de justicia social fueron asumidas desde el socialismo, tras el triunfo de la revolución (MARTÍNEZ, 2010a).

17 Cfr. *Pensamiento Crítico* 1967 (Cuba: La Habana) N° 9, noviembre y *Pensamiento Crítico* 1968 (Cuba: La Habana) N° 14, marzo, respectivamente.

18 *Pensamiento Crítico* 1971 (Cuba: La Habana) N° 52, mayo: 2-67

19 Cfr. *Pensamiento Crítico* (Cuba: La Habana), números 6, julio de 1967; 21, octubre de 1968; 31, agosto de 1969

20 Cfr. *Pensamiento Crítico* 1968 (Cuba: La Habana) N° 12, enero: 5-27.

21 Este número coincidió con el cierre de la revista. Para no ver frustrada su publicación recurrieron a la revista amiga *Referencias* 1971 (Cuba: La Habana) N° 3, volumen 2. Para el autor: La revista *Referencias* fue fundada por la dirección del Partido Comunista de Cuba de la Universidad de La Habana y su director fue un miembro de PC: José Bell Lara.

22 “Si las raíces y la historia de este país no se conocen, la cultura política de nuestras masas no estará suficientemente desarrollada” (Castro, 1968: 181-216).

23 Cfr. *Pensamiento Crítico* 1970 (Cuba: La Habana) N° 36, enero: 133-185

24 Cfr. *Pensamiento Crítico* 1970 (Cuba: La Habana) N° 45, octubre

Pedro Pablo Rodríguez 1971 mayo. 1969 s.) agazine was ista fue cerrada, luego de 5 años de trabajo, por .

25 En una tradición que se caracteriza por la humildad, el reconocimiento explícito a Fidel se guardó por hasta su muerte. Dos textos publicados tras la muerte de Fidel que reflejan a mi parecer de mejor manera el legado de Fidel para el presente, son de Fernando Martínez Heredia: 2017 “Claves del anticapitalismo y el antimperialismo hoy. Las visiones de Fidel en los nuevos escenarios de lucha” (MARTÍNEZ, 2017) y “Fidel Vive” (MARTÍNEZ, 2016).

comprender la formulación “Fidel puso el marxismo en español” (MARTÍNEZ, 2011) que haría años después el director de *PC*.

Recuperó también a revolucionarios como Julio Antonio Mella, Antonio Guiteras, los hermanos Saíz Montes de Oca²⁶ y Frank País.

8. Planteó un pensamiento y una política desde el Tercer Mundo, consecuente con el internacionalismo cubano que se gestó en la época. En ese sentido:

a) Recuperó y publicó textos de luchas de América Latina, Asia y África (los primeros tres números iban dedicados a cada una de estas regiones del mundo); documentos de la revolución palestina,²⁷ las luchas revolucionarias del movimiento negro en Estados Unidos también fueron rescatados.²⁸

b) Difundió textos de Franz Fanon, Amílcar Cabral y otros pensadores claves para comprender el mundo desde los países que se proponen acabar con el colonialismo y el neocolonialismo.

c) Organizó reflexiones de primer orden sobre la estrategia revolucionaria internacionalista y el problema de la violencia. En esto destacan las reflexiones de los revolucionarios brasileños en torno a la lucha,²⁹ los textos del “Che”, Camilo Torres, Fabricio Ojeda y Z. Martin Kowalewsky.³⁰

Pensamiento Crítico fue una expresión de tradición y herejía de la Revolución cubana, un acumulado de la riqueza teórica y política del proceso histórico más profundo, radical, opuesto y diferente al orden capitalista en América Latina. Sin embargo, las relaciones entre la Revolución y el Departamento –y por supuesto la revista- demuestran las contradicciones y dificultades de un proceso para ir más allá de lo alcanzado. En la medida que Cuba no logró desatar una autonomía económica y que el asedio de Estados Unidos se hacía más fuerte, la influencia de la URSS sobre Cuba fue mayor en todos los ámbitos de la vida. Los señalamientos que a lo largo de los años habían hecho los ex militantes del PSP y los autores del proceso de la Microfracción³¹ contra el Departamento y *PC* habían sido sorteados sin grandes dificultades por el grupo, el rector de la Universidad de La Habana –José Miyar Barruecos- y el propio Fidel Castro -a quien señalaban como el protector del grupo- fueron más difíciles de soportar en la medida que la URSS ganaba peso al interior de Cuba. La producción de la revista se interrumpió en un momento en que todavía tenía un camino por andar

26 Cfr. *Pensamiento Crítico* 1968 (Cuba: La Habana) N° 22, noviembre.

27 *Pensamiento Crítico* 1970 (Cuba: La Habana) N° 40, mayo.

28 *Pensamiento Crítico* 1968 (Cuba: La Habana) N° 17, junio.

29 *Pensamiento Crítico* 1970 (Cuba: La Habana) N° 37, febrero y *Pensamiento Crítico* 1970 (Cuba: La Habana) N° 46, noviembre.

30 De este último el texto “El papel de la guerra revolucionaria en el desarrollo de la cultura” (KOWALEWSKY, 1969, p. 59-82).

31 Una conspiración dentro de la revolución por ex militantes del PSP liderados por Aníbal Escalante para adueñarse de la conducción del proceso y presuntamente apoyados por la URSS.

el último número salió en junio de 1971 y el Departamento fue cerrado a fines de ese mismo año. Un año después el rector de la Universidad fue removido. Fernando Martínez Heredia, quien falleció el 12 de junio de 2017, explicó el cierre como “una tragedia en la que las necesidades del Estado parecían más decisivas que los criterios ideológicos o teóricos” (MARTÍNEZ, 2010a, p. 40).

La necesidad de conservar la unidad y la de resolver las dificultades económicas resultaron más fuertes que el desafío crítico abierto por el Departamento. El golpe a esta iniciativa que se hizo parte de la tradición y herejía cubana revolucionaria impactó profundamente en el ámbito. El golpe a esta iniciativa que se hizo parte de la tradición y herejía cubana revolucionaria impactó profundamente en el ámbito intelectual y varias generaciones se vieron privadas no sólo de ser partícipes de esta experiencia, sino de conocerla, pues privó el silencio en torno a ella por muchos años. Sólo de modo reciente, empieza a contarse la historia y a recuperarse la herencia. Materiales de hace 50 años empiezan a ser aprehendidos y su encuentro sorprende a las nuevas generaciones por su pertinencia y actualidad. Los jóvenes empiezan a hacer suya esa historia y sueñan con hacer su propia herejía.

Ahondar en las repercusiones, el contexto y las contradicciones en el proceso revolucionario que llevaron al fin de la revista son cuestiones que rebasan los objetivos del presente. Empero, es una tarea pendiente y necesaria de ser desarrollada.

Así como la revista y la Revolución de la que nació no pueden explicarse por correspondencia con un estadio del desarrollo capitalista sino por la violentación subjetiva-consciente de las leyes del capitalismo, recuperarle es sumergirse en una herejía y tradición que está en riesgo de desaparecer si el presente no se reconoce como aludido en ellas (BENJAMIN, 2005. p 20). Incluso la Revolución Cubana está en tensión permanente – y más aguda en los últimos años – entre afirmarse y profundizarse como revolución o transitar a ser una posrevolución.³² La solución de esa tensión trasciende el ámbito teórico. Vendrá de la acción de las y los herederos de la misma.

Desde fuera de Cuba, mirar a través de la ventana que nos ofrece *Pensamiento Crítico* es ir más allá del conocer su historia, sus textos, y sobre todo asumir – desde nuestro suelo y circunstancias – esa invitación pendiente que la herejía y la tradición nos hicieran un primero de enero de 1959.

Bibliografía

- BAMBIRRA, Vania. **La revolución cubana, una reinterpretación**. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1976.
- BELL, José; LÓPEZ, Delia Luisa; CARAM, Tania (comps). **Documentos de la revolución Cubana 1965**. Cuba, La Habana: Ciencias Sociales, 2013).
- BENJAMIN, Walter. **Tesis sobre la historia y otros fragmentos**. México: Editorial Contrahistorias, 2005.
- CASTRO, Fidel. La Historia me absolverá (fragmento) **Pensamiento Crítico**. Cuba: La Habana, n.6, julio 1967, p. 3-7

³² Este asunto es de prima importancia, superior a este texto. Aquí apenas lo enuncio. Sobre esto se puede leer el texto de Fernando Martínez Heredia “Días históricos. Épocas históricas” (2015).

- _____. Los aniversarios del 26 de julio (fragmento) **Pensamiento Crítico**. Cuba: La Habana, n. 6, julio 1967, p. 49-71
- _____. Discurso clausura Congreso Cultural de La Habana. **Pensamiento Crítico**. Cuba: La Habana, n. 12, enero 1968a, p. 5-27
- _____. Si las raíces y la historia de este país no se conocen, la cultura política de nuestras masas no estará suficientemente desarrollada. **Pensamiento Crítico**. Cuba: La Habana, n. 20, septiembre 1968b, p. 181-216
- _____. Manifiesto N° 1 del 26 de Julio al pueblo de Cuba. **Pensamiento Crítico**. Cuba: La Habana, n.21, octubre 1968, p. 207-220
- _____. Manifiesto N° 2 del 26 de Julio al pueblo de Cuba. **Pensamiento Crítico**. Cuba: La Habana, n.21, octubre 1968d, p. 221-227
- _____. El movimiento 26 de julio. **Pensamiento Crítico**. Cuba: La Habana, n.31, agosto 1969, p. 3-12
- _____. 1970 Hoy, para el mundo subdesarrollado, el socialismo es condición de desarrollo. **Pensamiento Crítico**. Cuba: La Habana, n.36, enero 1970, p. 133-185
- _____. Discurso de Clausura del Primer Congreso Nacional de Educación y Cultura. **Referencias**. Cuba: La Habana, v. 2, n.3, 1971, p. 157-166.
- DE ARMAS, Ramón. La Revolución pospuesta. **Pensamiento Crítico**. Cuba: La Habana, n. 49-50, febrero 1971, p. 7-119.
- DÍAZ, Jesús. El marxismo de Lenin. **Pensamiento Crítico**. Cuba: La Habana. n. 38, marzo 1970, p. 6-60
- DORTICÓS, Osvaldo. Lo más importante: que ustedes enseñen a pensar a los alumnos. In: BELL, José; LÓPEZ, Delia Luisa y CARAM, Tania (comps.) **Documentos de la Revolución Cubana 1965**. Cuba, La Habana: Ciencias Sociales, 2013.
- GALEANO, Eduardo. Del antiguo apogeo a la humillación de nuestro tiempo. **Pensamiento Crítico**. Cuba: La Habana, n.51, abril 1971, p. 215-227
- GUEVARA, Ernesto. **El diario del Che en Bolivia**. México: Editorial Siglo XXI, 1978.
- KOWALEWSKY, Z. Martin. El papel de la guerra revolucionaria en el desarrollo de la cultura. **Pensamiento Crítico**. Cuba: La Habana, n. 28, mayo 1969, p. 59-82
- Lecturas de filosofía** (Tomo II). Cuba: La Habana, Cuba, Instituto del Libro, 1968.
- LUKÁCS, György. **Lenin** (La coherencia de su pensamiento). México: Editorial Grijalbo, 1979.
- MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. Marx y el origen del marxismo. **Pensamiento Crítico**. Cuba: La Habana, n. 41, junio 1970, p. 10-47
- _____. **Socialismo**. México: Ocean Press-Ocean Sur, 2008. (Col. Pensamiento socialista).
- _____. **El ejercicio de pensar**. Cuba: Ruth Casa editorial y Ciencias Sociales, 2010a.
- _____. La crítica en tiempos de Revolución. **Antología de textos de Pensamiento Crítico**. Cuba: Santiago de Cuba, Editorial Oriente, 2010b.
- _____. Fidel puso al marxismo en español. Síntesis de las ideas expresadas en la Mesa Redonda de **Telesur**: Vida y luchas de Fidel Castro transmitida el jueves 11 de agosto. Cuba: La Habana, 2011. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu/opinion/2011/08/13/fidel-puso-al-marxismo-en-espanol/#.WMBNLxCGl4g>> Acceso em: 20 dec. 2016.
- _____. **A la mitad del camino**. Cuba: La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2015.
- _____. Fidel Vive. **Texto con motivo de la muerte de Fidel Castro Ruz el 25 de noviembre de 2016**. Cuba: La Habana, 28 de noviembre de 2016. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/11/28/fernando-martinez-heredia-fidel-vive/>> Acceso em: 28 nov. 2016.
- _____. **Claves del anticapitalismo y el antimperialismo hoy**. Las visiones de Fidel en los nuevos escenarios de lucha. Cuba: La Habana, 11 de enero de 2017. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu/especiales/2017/03/07/las-visiones-de-fidel-en-los-nuevos-escenarios-de-lucha/>>. Acceso em: 7 mzo. 2017
- Pensamiento Crítico**. Cuba: La Habana, n. 1, febrero 1967.

- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 6, julio 1967.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 9, noviembre 1967.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 12, enero 1968.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 14, marzo 1968.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 17, junio 1968.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 20, septiembre 1968.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 21, octubre 1968.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 22, noviembre 1968.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 28, mayo 1969.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 31, agosto 1969.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 36, enero 1970.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 37, febrero 1970.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 38, marzo 1970.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 39, abril 1970.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 40, mayo 1970.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 41, junio 1970.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 44, septiembre 1970.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 45, octubre 1970.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 46, noviembre 1971.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 49-50, febrero 1971.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 51, abril 1971.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 52, mayo 1971.
- Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 53, junio 1971.
- PEREDO, Inti. Mi campaña con el Che. **Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 52, mayo 1971, p. 2-67
- PONCE, Vilma N. Suárez. **Una mirada métrica a la revista Pensamiento Crítico.** In: Anales de Investigación, n. 3. Cuba: La Habana. Enero-diciembre 2007, p. 102-138
- Referencias.** Cuba: La Habana, v. 2, n. 3, 1971.
- RODRÍGUEZ, Pedro Pablo. La idea de liberación nacional en José Martí. **Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 49-50, febrero 1971, p. 120-170
- SAÍZ MONTES DE OCA, Luis. La generación del Centenario. **Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 22, noviembre 1968, p. 239-241
- _____. ¿Por qué Luchamos? **Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 22, noviembre 1968, p. 242-259
- SAÍZ MONTES DE OCA, Sergio. Elegía a Karl Marx. **Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 22, noviembre 1968, p. 260
- SANCHEZ OTERO, Germán, El Moncada: asalto al futuro. **Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 31, agosto 1969, p. 99-131
- SARTRE, Jean Paul. **Huracán sobre el azúcar.** Uruguay: Montevideo, Ediciones Uruguay, 1960, 147p.
- SAXE-FERNANDEZ, John. Hacia un modelo de la estrategia militar norteamericana. **Pensamiento Crítico.** Cuba: La Habana, n. 44, septiembre 1970, p. 7-55

Recebido em 13/03/2017

Aceito em 08/05/2018

Resenha

ESTUDAR OS SINDICATOS, ENTENDER O BRASIL

STUDY TRADE UNIONS, UNDERSTAND BRAZIL

Victor de Oliveira Rodrigues*

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. (ORG). 2014. **O Sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço (Coleção Trabalho & Desigualdade).

Dizer que o Brasil não é para principiantes, frase atribuída a Tom Jobim e mencionada de passagem nos debates acadêmicos sobre o país, continua fazendo sentido. O sociólogo Francisco de Oliveira (2003), ao sintetizar os dilemas e impasses que caracterizam a formação socioeconômica brasileira, utilizou a feliz metáfora do ornitorrinco. O Brasil, assim como este animal natural da Austrália e da Tasmânia, seria uma esdrúxula mistura de fatores contraditórios. Nas terras tupiniquins, no entanto, o polo atrasado e o moderno, o mercado de trabalho formal e o informal, longe de serem antagônicos, se complementam e fazem com que o capitalismo se reproduza de forma desigual e combinada.

No início do século XXI, inúmeros economistas, politólogos e sociólogos se debruçaram para compreender a profundidade, as contradições, os impactos e o legado das mudanças ocorridas no Brasil com a eleição do ex-líder operário e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, que governou o país entre os anos 2002 e 2010. O *lulismo*, na definição de André Singer (2012), foi um reformismo fraco, ou seja, um arranjo social que, por um lado, aliou políticas sociais compensatórias e moderada redistribuição de renda para os segmentos sociais subalternos e, por outro, buscou manter intactos os privilégios e garantir a reprodução das riquezas da elite econômica do país. Em síntese, o *lulismo* buscou harmonizar, a partir da mediação do Estado, as demandas e reivindicações do mundo do trabalho com a agenda do capital.

Nesse sentido, é impossível compreender o Brasil atual sem analisar um dos polos constituintes do arranjo *lulista*: o mundo do trabalho e, sobretudo, as dinâmicas das lutas dos trabalhadores e seus sindicatos durante a chamada era Lula (2002-2010). É justamente esse o propósito do livro “O Sindicalismo na Era Lula: Paradoxos, Perspectivas e Olhares”, coletânea de artigos organizada pelos pesquisadores Roberto Vêras de Oliveira, Maria Aparecida Bridi e Marcos Ferraz.

* Bolsista CAPES, doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho (LAEPT) da UFPB. E-mail: rodriguesvictorr@gmail.com

O livro está dividido em duas partes e reúne doze artigos de pesquisadores das relações de trabalho e sindicais no Brasil. Na primeira parte, intitulada “Leituras e estratégias sindicais: entre a participação e o confronto”, os artigos traçam um panorama geral da ação sindical com destaque para a atuação das centrais sindicais.

O primeiro artigo, *O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas*, assinado por Roberto Vêras de Oliveira e Ângela Maria Carneiro Araújo, contrasta a atuação sindical nos anos 1990 e nos anos 2000, buscando destacar as novidades, os dilemas, as contradições e as possibilidades colocadas pelo novo cenário, marcado pela eleição do ex-líder sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, cuja trajetória política confunde-se, em grande medida, com a própria trajetória do chamado sindicalismo-CUT. Os autores concluem que, diante da primeira experiência histórica de um governo encabeçado pelo PT, a CUT teve, em certa medida, uma parte da sua atuação comprometida.

A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000 é o título do segundo artigo, realizado em coautoria por Mário Henrique Guedes Ladosky, José Ricardo Ramalho e Iram Jácome Rodrigues. Sem abrir mão de uma abordagem crítica e evitando a tentação dos reducionismos fáceis, os autores analisam atas e resoluções congressuais da CUT, entre os anos 2003-2013, e refutam a tese da passividade e a crítica de que esta tenha se tornado uma central sindical acomodada. Segundo os autores, ainda que as ações *cutistas* não tenham tido a mesma visibilidade que tiveram em outros momentos históricos, como, por exemplo, nos anos 1980, a CUT foi capaz de aproveitar as oportunidades oferecidas pela conjuntura, diversificando seu repertório de atuação, se posicionando estrategicamente em espaços tripartites para evitar retrocessos e garantir, paulatinamente, a aprovação de sua agenda.

Marcos Ferraz e Maria Aparecida Bridi aportaram o terceiro artigo da coletânea: *Olhares sindicais sobre o governo Lula: a percepção dos dirigentes sindicais*. Estes autores buscaram captar e analisar as expectativas e as avaliações de sindicalistas atuantes no estado do Paraná e vinculados a diferentes centrais sindicais, em relação aos governos Lula. Foram selecionados líderes sindicais representativos de um amplo espectro político e ideológico: a CUT, a Força Sindical e a CSP-Conlutas. Fazem, ainda, considerações de ordem metodológica, concluindo que não cabe ao cientista social dizer qual orientação sindical é mais correta, mas, sim, demonstrar e desvendar as perdas e conquistas que estão implicadas nas escolhas feitas pelos atores sociais: os trabalhadores e seus representantes.

A CSP-Conlutas em perspectiva é o quarto artigo. Andréia Galvão e Patrícia Trópia, analisam, a partir de dados produzidos nos congressos da entidade, a ainda curta trajetória da CSP-Conlutas. A entidade é fruto de uma dissidência da CUT por considerar que esta teria se transformado, sobretudo a partir da postura passiva diante da reforma da previdência, em 2003, ainda no primeiro governo Lula, numa central “governista” e adotado uma postura de subordinação aos governos “neoliberais” do PT. Diferentemente das demais sindicais nacionais, a CSP-Conlutas aglutina movimentos populares e movimentos sociais urbanos, como, por exemplo, movimentos estudantis.

Sidarta Sória e Silva é o autor do quinto capítulo. *As relações entre sindicalismo e fundos de pensão no governo Lula*. O contexto marcado pela hegemonia do consenso de Washington – estruturado a partir do tripé financeirização, flexibilização e liberalização – implicou em profundas transformações no mundo do trabalho e ergueu novos obstáculos à ação sindical. Acuado, em postura defensiva, os sindicatos buscam responder aos desafios colocados pela avalanche neoliberal e adotam novas frentes de atuação. O autor analisa, criticamente, as relações entre o sindicalismo e os fundos de pensão no Brasil. A conjuntura política no governo Lula teria favorecido e estimulado a aproximação e a proliferação das iniciativas do sindicalismo CUT junto aos fundos de pensão.

O sexto texto é *O sindicalismo em questão em tempos de austeridade*, do sociólogo português Hermes Augusto Costa. Ao tratar do caso europeu, o artigo destoa, em certa medida, dos textos precedentes. No entanto, escrevendo a partir de Portugal, situado na periferia da zona do euro, em um contexto marcado por políticas de austeridade desde a crise econômica de 2008, o autor busca traçar paralelos entre os desafios do sindicalismo europeu e do sindicalismo brasileiro na chamada era Lula. Em ambos os casos, os sindicatos estão desafiados a reforçar dois aspectos cruciais: por um lado, fortalecer as relações com as suas bases – cada vez mais heterogênea e diversificada – e, por outro, estreitar vínculos internacionais que os permitam enfrentar as corporações que atuam em escala global.

A segunda parte do livro se chama *Ramos de atividade: transformações, conflitos e negociações*. Nesta parte, o foco de análise é deslocado das centrais para os sindicatos. Trata-se de um panorama geral, lastreado em estudos de casos específicos, sobre a dinâmica sindical em alguns segmentos e categorias emblemáticas.

O artigo que abre a segunda etapa da coletânea é de José Dari Krein e Marilane Oliveira Teixeira: *As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil*. Os autores demonstram, a partir de uma análise pormenorizada, que houve significativos avanços em importantes indicadores do mercado de trabalho nos governos Lula. A recuperação do poder de compra do salário mínimo, garantida através de aumentos reais e sistemáticos acima da inflação, o aumento da formalização e a retração do mercado informal de trabalho são exemplos disso. No entanto, a geração de empregos em setores historicamente precários – tais como a construção civil e o *telemarketing* –, ainda que os sindicatos tenham aumentado seu poder de negociação, contribuiu para a não superação de traços estruturais do mercado de trabalho no Brasil, entre eles, a alta rotatividade e os baixos salários.

Leonilde Servolo de Medeiros, em *O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências*, oitavo artigo da série, analisa as principais mudanças que têm afetado o sindicalismo rural desde o final dos anos 1980 e, sobretudo, a partir dos governos Lula. Segundo a autora, o sindicalismo rural tem tido que lidar com a aparição de movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que também se colocam como representantes dos trabalhadores do campo. Como consequência disso, às tradicionais

demandas dos sindicatos rurais – “acesso à terra, melhores salários e condições de trabalho” – somam-se novas pautas: “crédito, assistência técnica, compras institucionais da produção etc” (MEDEIROS, 2014, p.247). Nos governos Lula essa dinâmica se reproduz e se intensifica, tendo como consequência, por um lado, o arrefecimento das reivindicações por reforma agrária e, por outro, o direcionamento, na zona rural, de políticas públicas para o apoio à agricultura familiar.

A atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), que representa os professores da educação básica, é analisada no nono artigo do livro: *Sindicalismo docente no governo Lula: desafios de protagonismo e fragmentação*, de Marcos Ferraz e Julián Gindin. Apesar de ser uma entidade de base municipal e estadual, a CNTE buscou aproveitar as possibilidades de diálogo abertas com os governos do PT e escolheu o governo federal como um dos seus principais interlocutores, tendo conseguido, por exemplo, a aprovação da lei do Piso Salarial Profissional Nacional. No entanto, se por um lado, a relação próxima e a afinidade política de parte considerável das lideranças do sindicalismo docente com os governos do PT facilitaram a implementação de pautas históricas da categoria, por outro, aprofundaram ainda mais o histórico processo de fragmentação, que tem sido um traço marcante do sindicalismo no setor.

O *Sindicalismo telefônico do Rio de Janeiro na era Lula: orientações e práticas*, de Marco Aurélio Santana e Paula Jatahy, é o décimo artigo. Os trabalhadores do setor das telecomunicações constituem uma das categorias mais afetadas pelos processos de privatização, flexibilização e terceirização que deram a tônica nos anos 1990 no Brasil. A substituição de trabalhadores estáveis por trabalhadores terceirizados e a diminuição das taxas de sindicalização corroeram o poder de ação do Sindicato. Ainda que fragilizado, o Sindicato busca diversificar sua pauta de reivindicações para atender o novo perfil dos trabalhadores do setor. Ainda que longe, no entanto, de repetir as ações de grande visibilidade dos anos 1980, o Sindicato soube aproveitar as possibilidades da era Lula para empreender a defesa dos trabalhadores.

O décimo primeiro artigo é *As ambivalências das conquistas: os dilemas do Sindicato dos Bancários de São Paula na era Lula*. Paulo Fontes e Francisco Macedo buscam questionar as análises que, talvez precipitadamente, concluíram que o Sindicato dos Bancários teria, durante os governos do PT, uma atuação marcada pela passividade, apatia e pelo governismo. Os autores evidenciam que, neste período, a atuação do Sindicato esteve marcada por um desafio equilibrista: por um lado, realizar a defesa de um governo que se mostrava aberto ao diálogo e, por outro, diversificar sua agenda de reivindicações para atender às expectativas de uma categoria profissional em constante mudança. Apesar de ser um dos sindicatos mais identificados com a trajetória da CUT e do PT, os autores avaliam que o Sindicato obteve “relativo sucesso” mesmo com as ambivalências que estavam postas.

O último artigo do livro é *Quem somos, de que lugar falamos e por quais ideias nos mobilizamos: o perfil das lideranças do sindicato nacional dos docentes do ensino superior (ANDES-SN)*, de autoria de Patrícia Trópia, Darcilene Gomes, Sidartha Sória e Silva, Leonardo Barbosa e Silva e Edilson José Graciolli. O setor da educação de nível superior foi um dos principais

alvos das políticas públicas durante os governos do PT. A partir de um *survey* realizado no 30º Congresso do Andes, os autores apresentam um artigo descritivo sobre o perfil socioeconômico das lideranças sindicais, suas percepções sobre as condições de trabalho, suas motivações e suas preferências políticas e partidárias. No plano sindical e organizativo, a reforma da previdência, realizada pelo governo Lula em 2003 e, posteriormente, a expansão da rede oficial de ensino através do Reuni, desencadearam um processo de rupturas na base do Andes, fazendo com que este tenha novos concorrentes na busca pela representação dos docentes.

No último ano, o Brasil tem sido marcado por exorbitantes taxas de desemprego. Concomitantemente, tramitam, no Congresso Nacional e no Senado, tentativas de reformas trabalhistas e projetos de terceirização¹ que visam precarizar ainda mais as relações de emprego e dificultar o acesso à aposentadoria, comprometendo, portanto, a qualidade de vida daqueles que dependem unicamente da sua força de trabalho para sobreviver.

Os sindicatos foram outrora diagnosticados como estando em franca decadência, ou seja, como tendo o seu poder de atuação inexoravelmente colapsados (Rodrigues, 1992). De uma perspectiva mais otimista, o sociólogo francês Michel Vakaloulis avalia que:

Esse ator mantém não apenas uma capacidade de perturbação anticapitalista, mas também a capacidade de reivindicação e de concretização de seus próprios objetivos, como mostra a relativa renovação sindical promovida ao longo do último período. Sabendo que estamos longe de assistir ao fim dos grandes movimentos reivindicativos do trabalho, convém então examinarmos atentamente as condições de possibilidade de sua realização” (VAKALOULIS, 2005, p.134).

A leitura de *O Sindicalismo na Era Lula: Paradoxos, Perspectivas e Olhares*, longe de esgotar o tema, ajuda a pensar justamente as “possibilidades de realização” da ação sindical. É uma obra de grande fôlego e bastante atual. Um dos pontos fortes do livro é a pluralidade de perspectivas e orientações teóricas, que se reflete nas diferentes abordagens e, também, na escolha dos objetos de análise. Trata-se de uma leitura indispensável não apenas para os estudiosos do sindicalismo, mas, sem dúvidas, para todos aqueles que desejam compreender aspectos centrais do Brasil contemporâneo. Serão os sindicatos brasileiros capazes de responder à altura os desafios colocados pelo atual momento histórico?

Referências

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. (Org). *O Sindicalismo na Era Lula: Paradoxos, Perspectivas e Olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço (Coleção Trabalho & Desigualdade), 2014, p. 247-282.

¹ O projeto de lei 4302, de 1998, que havia sido aprovado pelo Senado em 2002, foi desengavetado e aprovado na Câmara dos Deputados, em 22 de março de 2017. Sancionado pelo presidente Michel Temer em 31 de março de 2017, o PL 4302 transformou-se na lei ordinária 13429/2017 que, na prática, libera a terceirização das chamadas atividades-fim das empresas.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destinos do Sindicalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VAKALOULIS, Michel. Antagonismo social e ação coletiva. In: LEHER; Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005, p. 126-140.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. (ORG). **O sindicalismo na Era Lula**: Paradoxos, Perspectivas e Olhares. Belo Horizonte: Fino Traço. (Coleção Trabalho & Desigualdade), 2014.

Recebido em 24/07/2017

Aceito em 19/03/201

Tradução

**REDES E REGULAÇÃO:
por um institucionalismo neoestrutural¹**

**NETWORKS AND REGULATION:
*for a neo-structural institutionalism***

Emmanuel Lazega*

(Tradução² de Cristiano Fonseca Monteiro**)

Resumo

O colóquio *Recherche & Régulation 2015* mostrou que a Escola da Regulação, mais frequentemente reconhecida por suas teorias macroeconômicas, vem dando cada vez mais atenção à variedade de espaços nos quais se confrontam formas de regulação, principalmente ao nível meso do ponto de vista econômico e social. Esta contribuição esboça uma perspectiva capaz de mobilizar os olhares cruzados da Teoria da Regulação e de uma Sociologia institucionalista e neoestrutural ao propor uma abordagem do trabalho político que incorpora a análise das infraestruturas relacionais dinâmicas e multiníveis. Estas infraestruturas, que os atores coletivos organizados constroem, lhes permitem defender e promover seus interesses regulatórios, assim como fazem funcionar as instituições existentes ou fazem emergir instituições novas. O exemplo da construção contemporânea de um novo regime europeu de propriedade intelectual (através da Jurisdição Unificada de Patentes europeia) é utilizado para ilustrar possíveis objetos sobre os quais este olhar cruzado poderia se dirigir proveitosamente.

Palavras-chave: Infraestruturas Relacionais. Jurisdição Unificada de Patentes Europeia. Oligarquia Colegial. Redes Sociais e Organizacionais.

Abstract

The 2015 Recherche & Régulation conference has shown that the Ecole de la Régulation, often associated with macro-economic theories, is focusing more systematically and increasingly on the variety of meso-level forms of regulation. This contribution sketches a possible combination of the Regulation Theory in economics with neo-structural sociology by looking at political action from the perspective of investments in building multilevel and dynamic relational infrastructures that organized collective actors use to promote their regulatory interests, run established institutions or build new ones. The case of the emergence of a new European intellectual property regime, in which patents are used to privatize knowledge, is used to illustrate this combined approach through a network study of the collegial oligarchy that has orchestrated the current emergence of the European Unified Patent Court.

Keywords: Relational Infrastructures. European Unified Patent Court. Collegial Oligarchy. Social and Organizational Networks.

1 [N.A.] Agradeço a Pascal Petit por seus comentários construtivos por ocasião do colóquio de 2016.

* Professor de Sociologia, Institut d'Études Politiques de Paris, CSO-CNRS/França. Doutorado em Ciências Econômicas e Sociais pela Universidade de Genebra/Suíça. E-mail : emmanuel.lazega@sciencespo.fr

2 [N. E.] Traduzido, com autorização do autor, de LAZEGA, Emmanuel. Réseaux et régulation: pour un institutionnalisme néo-structural. *Revue de la régulation* [En ligne], 19 | 1º semestre/ Spring 2016, mis en ligne le 27 juin 2016, consulté le 11 novembre 2017. URL : <http://regulation.revues.org/11902>.

**Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)/Brasil. Doutorado em Sociologia pela UFRJ/Brasil. E-mail: fonsecamonteiro@yahoo.com.br.

Introdução

O colóquio *Recherche & Régulation 2015* mostrou que a Escola da Regulação, mais frequentemente reconhecida por suas teorias macroeconômicas, vinha dando cada vez mais atenção à variedade de espaços nos quais se confrontam formas de regulação, principalmente ao nível meso do ponto de vista econômico e social (BOYER, 2015; CHANTEAU *et al.*, 2015). Essa abordagem torna mais próxima a Teoria da Regulação (TR) das teorias sociológicas da regulação social e de suas análises do trabalho político dos atores organizados. Estes atores lançam mão de estratégias complexas para defender seus interesses regulatórios, para fazer funcionar as instituições existentes ou para fazer emergir novas – interesses, estratégias e instituições de co-constituição de níveis meso e macro. Meu objetivo aqui é sugerir que a Sociologia Neo-Estrutural (SNE) e as análises de redes enriquecidas que ela propõe constituem uma abordagem que permite entrecruzar os olhares dos sociólogos da economia e da TR, atualizando as estruturas relacionais nas e por meio das quais os atores sociais defendem e promovem seus interesses regulatórios.

De forma muito geral, esta Sociologia parte do princípio de que os comportamentos individuais e coletivos são altamente determinados, por um lado, pelos interesses divergentes que se devem a pertencimentos categoriais em conflito; e, por outro, pelos sistemas de interdependência de recursos econômicos e simbólicos entre estes mesmos atores ou categorias. O fato de que os atores coletivos estão, ao mesmo tempo, em conflito e em relação de interdependência complexifica o processo de emergência das instituições. Não se compreende estas posições complexas feitas de interdependências conflituosas a não ser pela identificação, ao nível mesossocial, das infraestruturas relacionais, com frequência dinâmicas e multiníveis. A análise de redes sociais e organizacionais foi construída pela Sociologia para identificar estas infraestruturas relacionais e medir/modelar seus efeitos sobre os efeitos genéricos da vida coletiva: solidariedades e exclusões, aprendizagens coletivas e socializações, controles sociais e resolução de conflitos, mas também, *last but not least*, regulação e institucionalização (LAZEGA, 1994; 2012). De fato, o trabalho de modelização dos processos sociais em termos de redes deve muito à reflexão sobre a maneira por meio da qual os atores individuais e coletivos defendem seus interesses regulatórios no processo de institucionalização e, portanto, ao lugar da regulação como processo político³.

Trabalho político de regulação por meio de infraestruturas relacionais

A abordagem neoestrutural da atividade regulatória no sentido de trabalho político (LAHILLE, 2015) expõe a maneira como os atores estratégicos politizam suas trocas, notadamente construindo infraestruturas relacionais, por exemplo, nichos sociais ou formas heterogêneas e

³ Na França, um dos primeiros seminários que estudou o papel da análise de redes sociais e organizacionais no campo sociológico, foi intitulado *Redes e Regulação*, o qual foi organizado em 1996.

não congruentes de status social. O controle destas infraestruturas relacionais busca obter uma posição estrutural que permite orientar a negociação regulatória, isto é, a construção de acordos e a imposição de alinhamentos normativos mais ou menos negociados, mais ou menos duráveis. Em particular, a observação da não-congruência de formas de status é uma ferramenta de análise poderosa tanto da posição na estrutura social, quanto do trabalho político no processo regulatório. Esta observação passa pelo reconhecimento das múltiplas formas de status sociais e de sua heterogeneidade, assim como pelo laço entre estrutura e cultura, isto é, a utilização, pelos atores posicionados desta forma, de uma retórica de gestão dos perdedores (REYNAUD, REYNAUD, 1996).

Com efeito, mesmo em um sistema igualitário, nem todos defendem seus interesses regulatórios com a mesma eficácia. Essa articulação complexa do trabalho político, da posição na estrutura, é importante porque, enquanto empreendedores institucionais, os atores políticos buscam acumular poder, mas também construir sua legitimidade. Não se trata simplesmente de afirmar que o mais forte impõe as regras: o que a análise neoestrutural mostra é que se trata frequentemente de atores em posições múltiplas e improváveis, ocupando formas elevadas, heterogêneas e não congruentes de status social (*high status inconsistency*: LAZEGA, 2001, cap. 8), os quais podem ser os mais influentes no trabalho de criação, manutenção e mudança institucional, na transformação de «valores precários» no sentido atribuído por Selznick (1996) em regras prioritárias e normas institucionalizadas. É ainda mais o caso, quando podem associar a seu poder (o controle de recursos dos quais os demais necessitam: finanças, conhecimento técnico, tempo, direito etc.) uma forma de legitimidade – uma capacidade de falar de maneira crível em nome do coletivo. A construção desta legitimidade passa principalmente pela retórica do que se pode chamar do «falso sacrifício» ou o «sacrifício relativo» de uma das dimensões do status (sem ameaçar, por causa da não congruência, a existência de outras dimensões do status) ao qual o empreendedor institucional pretende consentir para aparecer como legítimo na definição do interesse geral.

O modelo neoestrutural do processo regulatório, isto é, da formação de escolhas normativas coletivas e da institucionalização de novas normas, mostra que a construção destas infraestruturas relacionais é uma fase importante na dinâmica particular que caracteriza a regulação, sob a forma desta negociação oligárquica de valores precários. Análises inspiradas nesta abordagem mostram, por exemplo, como as indústrias financeiras desempenham um papel específico de «regulação discreta» (HUAULT, LAZEGA, RICHARD, 2012). O exame das redes da regulação conjunta entre poderes públicos e atores privados mostra a que ponto estes últimos são proativos e capazes de dirigir o trabalho regulatório. O setor financeiro não é o único ator poderoso em termos de trabalho de institucionalização, mas seu caráter tradicionalmente dual (político e econômico) lhe oferece uma posição à parte no processo regulatório, precisamente pelo fato de que sua capacidade de se beneficiar da heterogeneidade e da não-congruência de suas formas de status.

Exemplo da emergência de um novo regime europeu de propriedade intelectual

Um programa de pesquisa em curso debruçando-se sobre a emergência de um novo regime europeu de propriedade intelectual, onde a patente se torna um instrumento de privatização do conhecimento (LAURENT, PESTRE, 2015), pode servir de exemplo. Em seu trabalho sobre o novo estatuto contemporâneo da propriedade intelectual nas novas regulações, Orsi (ORSI, 2004; ORSI, CORIAT, 2006; ORSI, ZIMMERMANN, 2013; VIVANT *et al.*, 2014) mostra como o estatuto tradicional da propriedade intelectual no período fordista está em vias de desaparecer, à medida que a emergência de um novo modo/regime de acumulação no qual os acordos da OMC sobre os aspectos dos direitos de propriedade intelectual (DPI), que dizem respeito ao comércio, constituem uma forma de bloquear o acesso ao conhecimento e de reforço dos poderes de monopólio e de assimetrias nas trocas norte/sul. Os DPI entram no campo da regulação do comércio internacional e o novo papel da propriedade intelectual é de afirmar um novo modo de produção baseado nos princípios de mercantilização e de financeirização dos conhecimentos científicos por uma nova complementaridade institucional DPI/finanças, tratando-se de um modelo em ruptura com o regime precedente de propriedade intelectual, conhecido como de «ciência aberta».

A emergência deste novo modo/regime de acumulação se apresenta diferentemente nas diversas regiões do mundo. Na Europa, assume a forma da criação em curso de uma instituição emblemática, a Jurisdição Unificada da Patente europeia. Com efeito, diante da criação de um novo regime de acumulação, a difusão de novas normas de patentes na Europa amplifica um conflito pré-existente entre os tipos de capitalismo no seio dos quais a proteção contra a concorrência representada pela patente é interpretada de diferentes maneiras. Desde então, a Europa patina e encontra dificuldades para se adaptar e criar um espaço europeu uniforme de interpretação da patente. Em um projeto de pesquisa em Sociologia Econômica neo-estrutural, buscamos seguir os empreendedores institucionais que, na Europa, pré-formataram a Jurisdição Unificada de Patente trabalhando na homogeneização da interpretação da patente europeia.

Os governos tentaram e fracassaram em negociar esta ordem jurídica e fazer convergir os diferentes capitalismo europeus no sentido de uma abordagem comum sobre a propriedade intelectual. O mundo dos negócios, desde então, passou a investir na construção não somente de um direito comum da propriedade intelectual, de uma instituição *ad hoc* (a Jurisdição Unificada da Patente), mas também na formulação de uma doutrina e de um procedimento comuns, permitindo criar segurança jurídica para as empresas, uniformizando as interpretações divergentes das patentes entre juízes nacionais e a corte de apelação transnacional. Essa abordagem o levou a construir um novo tipo de instituição europeia que recua em relação ao modelo de Haia: foi criada uma instituição hiperespecializada, pública/privada, construída desde o início sem nenhum texto político fundador, autossuficiente no plano financeiro, se apoiando em um meio social transnacional estruturado em duas gerações, dotando a Europa de regras que não

foram negociadas pelos governos e que entram em conflito com a arquitetura judiciária sobre a qual opera a Corte de Justiça da União Europeia.

A partir de então, a abordagem neoestrutural deste processo de regulação e de institucionalização passa pela ativação do papel particular que desempenham os advogados de negócios internacionais e os juízes que eles mobilizam na construção e legitimação desta instituição. Uma oligarquia colegial de juízes especializados, reunidos por estes advogados e pelo Escritório Europeu de Patentes – uma instituição público-privada – definiram de maneira autônoma a jurisprudência e as linhas diretrizes do funcionamento dos contenciosos ligados às patentes para eles próprios, mas também, eventualmente, para as jurisdições nacionais de primeiro grau que trabalharão sob seu controle. É, portanto, no seio desta rede de juízes e por meio de suas interações que se constrói o novo regime europeu de propriedade intelectual e que se dá o posicionamento da nova jurisdição em relação a outras instituições da paisagem europeia, tais como as instituições da União Europeia, como a Corte de Justiça da União Europeia e seu corpus de regras jurídicas (principalmente seus argumentos e decisões notórias em termos de direito da concorrência, seus mecanismos de consulta etc.), os diferentes escritórios que concedem as patentes (OEB, Institut Nationale de la Propriété Industrielle etc), os diferentes Estados nacionais e sua justiça. O papel destes empreendedores institucionais na construção de um novo regime de acumulação é, portanto, um papel-chave.

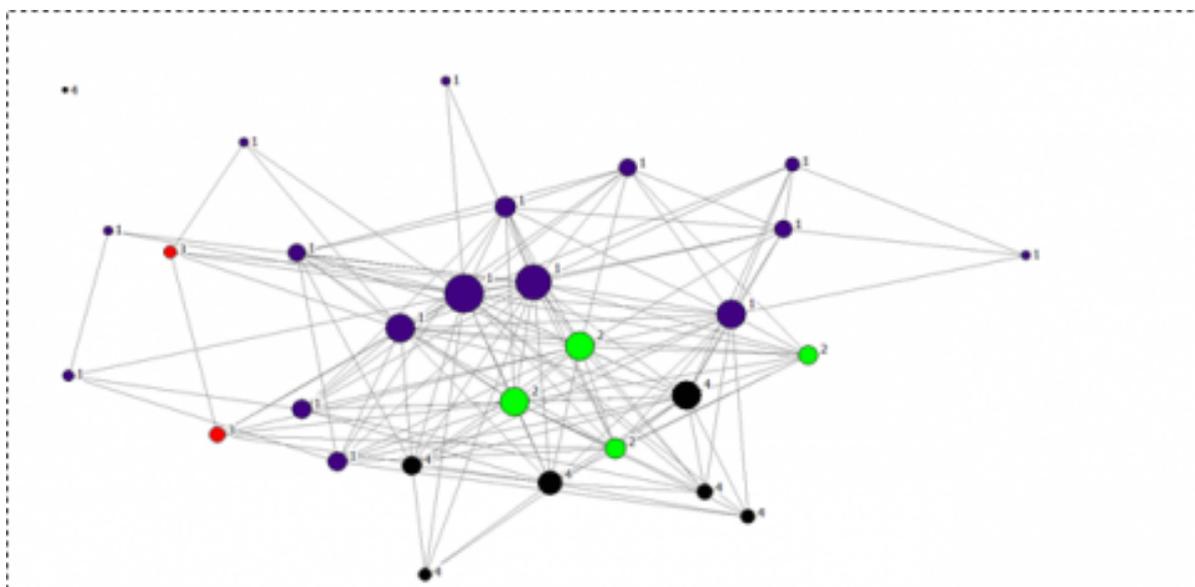
A posição destes atores é igualmente “soberana” no sentido de que eles serão, pelas suas qualidades de juízes da Jurisdição Unificada de Patentes, identificados como aqueles dentre os *experts* mais qualificados da Europa em matéria de direito de patentes. Eles têm, portanto, uma legitimidade que lhes confere um poder de influência sobre os profissionais de patentes da Europa. As decisões tomadas por esta oligarquia colegiada de juízes serão analisadas pelo conjunto de juízes desta jurisdição, os quais se alinharão para construir a uniformidade; e pelo conjunto de profissionais que buscarão se adaptar, inclusive juízes nacionais em busca de inspiração. Face ao desinvestimento dos Estados nacionais na edificação de um sistema de patentes europeu, emerge um conjunto de juízes lobistas (formas não congruentes de status do ponto de vista da divisão de poderes), aos quais é confiado um poder quase legislativo, especialmente a longo prazo, o poder de sustentar ou de dismantelar indústrias inteiras de acordo com o direito que venham a selecionar.

Este trabalho político é realizado em um contexto multinível no qual os “regimes de conhecimento” (LAURENT, PESTRE, 2015) são saberes, pesquisas e controvérsias científicas cada vez mais fechados, encontrando-se amplamente dominados por fortalezas epistemológicas privadas, funcionando do ponto de vista de uma lógica mercantil, capaz de criar novas instituições, além de parametrizar comportamentos no âmbito de sociedades inteiras. O exemplo da Jurisdição Unificada de Patentes mostra também a que ponto as capacidades dos países anglo-saxões e demais países alinhados de fazer suas profissões liberais participarem nestes processos regulatórios multiníveis e de construir o consenso de maneira tanto *bottom-up*

quanto *top-down* dominam no longo prazo o trabalho político de institucionalização; e isto às expensas das elites administrativas e políticas muito pouco numerosas e demasiado fechadas – como é o caso, especialmente na França.

O exemplo escolhido é limitado, mas é suficiente para encorajar a reflexão sobre sistemas de governança alternativos a estes que foram impostos no decorrer das últimas gerações. A integração sistemática desta dimensão relacional na reflexão regulacionista, por exemplo, sobre os sistemas de governança global, só pode esclarecer as alternativas possíveis.

Figura 1 – Alinhamentos normativos em uma oligarquia colegial : rede de juízes europeus, especialistas em patentes no Fórum de Veneza (2009), identificados por seus pares como representando a futura posição uniforme europeia ⁴



Fonte: <https://journals.openedition.org/regulation/docannexe/image/11902/img-1.png>

4 [N. A.] As cores são baseadas nos tipos de capitalismo (derivados de Amable, 2003) representados nesta oligarquia colegial : 1. Europa continental ; 2. Grã-Bretanha ; 3. Escandinávia ; 4. Europa do Sul. As análises estatísticas permitem compreender os determinantes principais da seleção de líderes institucionais nesta oligarquia colegial responsável por um momento-chave do processo de institucionalização. Elas mostram o efeito combinado de vários fatores : a centralidade destes líderes nas redes sociais entre juízes (redes de discussão, de leitura das decisões e de citação de decisões), centralidade da própria combinada com o tipo de capitalismo que cada juiz representa, assim como com uma dose variável de homofilia normativa (tendência a escolher os colegas que exprimem os mesmos valores). A emergência de líderes epistêmicos e normativos que estarão em condições de definir as principais características jurídicas do novo regime de acumulação da « Europa do Conhecimento » faz parte do processo de regulação conjunta. Esta institucionalização passa, portanto, por estas autoproclamadas elites judiciárias que produzirão a interpretação uniforme da patente europeia sobre as quais o restante deste subsistema jurídico especializado (suas profissões e o mundo dos negócios europeu) deverá se alinhar (LAZEGA; QUINTANE e CASENAZ, 2017).

Por um institucionalismo neoestrutural

Por que a complexidade relacional e estrutural do processo regulatório vale a incursão em uma forma de compreensão do trabalho político e da emergência de novas normas e instituições? É necessário trabalhar neste nível de granularidade para compreender a regulação, e *a fortiori* as formas de regulação conjunta da economia? O trabalho regulatório como trabalho político é também um trabalho relacional e simbólico, com muita frequência realizado por elites bem pouco numerosas, oligárquicas e fechadas, dotadas de um poder muito concentrado. Este poder é com frequência incapaz de promover, na escala internacional, instituições que incentivem a inovação no interesse geral, mas é bastante capaz, por exemplo, de deixar que os atores privados transformem a patente em um instrumento de financeirização e de privatização crescente do conhecimento. A abordagem neoestrutural na Sociologia da Regulação, compreendida como uma Sociologia do trabalho político concreto por meio do qual os empreendedores institucionais emergem e defendem seus interesses regulatórios nas lutas de definição de novas convenções e de novos direitos, constitui um importante exemplo de caminho por onde a Sociologia Econômica contemporânea pode se desenvolver. A Teoria da Regulação oferece um quadro estimulante para esta abordagem, em particular, na medida em que ela trabalha com as relações entre a meso e a macroeconomia. As análises de rede dos processos regulatórios fazem eco, por sua vez, a esta atenção acrescida que a Teoria da Regulação atribui ao nível meso.

A perspectiva aberta pela Sociologia Neoestrutural em diálogo com a Teoria da Regulação diz respeito a um conhecimento da sociedade organizacional e mercantil através de um estudo da dinâmica dos sistemas de interdependências superpostos, multiníveis e parcialmente aninhados, interorganizacionais e interindividuais (LAZEGA, 2015). Esta abordagem pode facilitar a compreensão da regulação em diferentes escalas, do local ao internacional, por atores individuais e coletivos dotados de recursos muito desiguais, por exemplo, do mundo dos negócios representado pelos advogados de negócios aos movimentos sociais especializados buscando promover concepções alternativas da propriedade intelectual (CORIAT, 2015).

Empiricamente, desenvolver o conhecimento contemporâneo do nível social meso se apoia em um programa de pesquisa centrado na co-evolução dos sistemas de interdependências dos indivíduos e das organizações em «estágios» diferentes da realidade social. Essa co-evolução é pouco conhecida: quais são os efeitos da evolução de um nível sobre a evolução de outro? Quais estrangulamentos de sincronização destas evoluções existem na realidade econômica e social? Se existem diferentes formas de sincronização, quem paga os custos disso? A sincronização das evoluções próprias a cada nível de realidade socioeconômica se faz, por exemplo, nos ajustes relacionais necessários pelas mobilidades e pelos percursos profissionais. Podemos, então, formular a hipótese de que esta sincronização se faz, em parte, pelo funcionamento contemporâneo dos mercados de trabalho flexibilizados, nos quais os custos e benefícios de co-constituição das empresas em relação aos indivíduos, ou mais frequentemente, de adaptação dos

indivíduos às empresas, são mais facilmente transferíveis aos mais fracos. Tais co-constituições, adaptações, alinhamentos e seus custos invisíveis, quase sempre a cargo dos indivíduos, raramente a cargo das organizações, ainda são mal avaliados.

Este é o sentido do desenvolvimento de pistas de pesquisa em uma perspectiva cruzada da Teoria da Regulação e da Sociologia Neo-Estrutural. Em conjunto, elas contribuem para a compreensão da co-constituição dos níveis meso e macro. Para tal, é assim necessário articular aos institucionalismos políticos e culturais, que dominam a Sociologia contemporânea, um institucionalismo neoestrutural que explore o potencial crítico das análises dos sistemas de interdependências dinâmicas e multiníveis. Sem o domínio deste potencial crítico, a Sociologia corre o risco de se descobrir incapaz de propor um olhar e análises pertinentes para a compreensão de capacidades – mas também de impotências – governamentais na promoção de mudanças institucionais demandadas por muitos desafios contemporâneos – mas que as elites e seu trabalho político de regulação conjunta com muita frequência vêm desarmar. Neste domínio, tudo ou quase isso está para ser feito.

Referências

- AMABLE, B. **The diversity of modern capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- BOYER, R. *Économie politique des capitalismes: les théories de la régulation et des crises*. Paris: La Découverte, 2015.
- CORIAT, B. (Dir.) **Le Retour des communs: la crise de l'idéologie propriétaire**. Paris: Les Liens qui Libèrent, 2015.
- CHANTEAU, J. P.; CORIAT, B.; LABROUSSE, A.; ORSI, F. (Dir.). Dossier spécial Autour d'Ostrom: communs, droits de propriété et institutionnalisme méthodologique. **Revue de la Régulation**, n° 14. Disponível em: <<http://regulation.revues.org/10287>>. Acesso em: 12/2013.
- _____; GROUIEZ, P.; LABROUSSE, A.; LAMARCHE, T.; MICHEL, S.; NIEDDU, M.; VERCUEIL, J. Trois questions à la théorie de la régulation par ceux qui ne l'ont pas fondée, **Revue de la régulation** [En ligne]. Disponível: <<http://regulation.revues.org/11821>>. Acesso em: 28/07/2016.
- HUAULT, I.; LAZEGA, E.; RICHARD, C. "Introduction" In: HUAULT, I.; RICHARD, C. (Eds.). **Finance: The Discreet Regulator**. London: Palgrave-Macmillan, 2012.
- LAHILLE, E. «Le politique dans la Théorie de la Régulation: Bilan et Perspective», **Colloque La Théorie de la Régulation à l'épreuve des crises**, Paris, 9-12 juin 2015, université Paris-Diderot-Inalco, 2015.
- LAURENT, C.; PESTRE, D. Régimes de connaissance et modèles de développement, Colloque **La Théorie de la Régulation à l'épreuve des crises**, Paris, 9-12 juin 2015, Université Paris-Diderot-Inalco, 2015.
- LAZEGA, E. Réseaux et régulation: contribution à une théorie structurale du contrôle social dans une société organisationnelle, Mémoire d'Habilitation à diriger des recherches, Université de Versailles St-Quentin, 1994.
- _____. Sociologie néo-structurale In: KEUCHEYAN, R.; BRONNER, G. (Dir.). **Introduction à la théorie sociale contemporaine**. Paris: Presses Universitaires de France, 2012.
- _____; QUINTANE, E.; CASNAZE, S. (2016), Collegial Oligarchy and Networks of Normative Alignments in Transnational Institution Building: The Case of the European *Unified Patent Court*, **Social Networks**, 48, p.10-22, 2016.
- ORSI, F. Le nouveau statut de la propriété intellectuelle dans les nouvelles régulations: une réflexion à partir du vivant et de la pharmacie, **Colloque Où en est la théorie de la régulation**, Paris: la Sorbonne, p. 28-29, 2004.

____.; CORIAT, B. The New Role and Status of Intellectual Property Rights in Contemporary Capitalism, **Competition and Change**, vol. 10, n° 2, p. 162-179, 2006.

____.; ZIMMERMANN, J. B. Propriété intellectuelle et globalisation: des TRIPS au modèle open-source. Les exemples des médicaments et du logiciel In: ANDREFF, W (Dir.). **La mondialisation, stade suprême du capitalisme?** En hommage à Charles-Albert Michalet. Paris: Presses Universitaires de Paris Ouest, 2013.

REYNAUD, E.; REYNAUD, J. D. (1996), «La régulation des marchés internes du travail», **Revue Française de Sociologie**, n° 43, p. 337-368. DOI : 10.2307/3322462, 1996.

SELZNICK, P). Institutionalism 'Old' and 'New', **Administrative Science Quarterly**, 41 :270-7. DOI : 10.2307/2393719, 1996.

VIVANT, M; LAZEGA, E; CORIAT, B; Implementing the (future) European Unified Patent Court: legal, sociological and economic approaches, **Programme de Recherche SAB** (Sciences Po), 1996.

Recebido em: 11/04/2018

Aceito em: 11/04/2018